



apogeo

nº53/54

revista da associação de professores de geografia



APOGEO n.º 53/54
Junho/Dezembro 2019

Diretor:
Pedro Damião

Comissão de redação:
Ana Cristina Câmara
Emília Sande Lemos
Luís Mendes
Maria Helena Magro
Maria Vitória Albuquerque
Miguel Inez Soares
Pedro Damião

Propriedade:
Associação de Professores de Geografia
Rua C2, lote 9, loja 13
1070-023 LISBOA
Tel.: 213 861 490
Fax: 213 850 374
E-mail: apg@aprofgeo.pt
aprofgeo@netcabo.pt
Página da Internet: www.aprofgeo.pt

Design: Miguel Inez Soares

ISSN: 0872-2544
Depósito Legal: 21206/89
I . C . S . n .º 13 489



Sumário

Editorial <i>Sérgio Claudino / Luís Mendes</i>	2
O Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica. Construir uma educação geográfica alternativa <i>Sérgio Claudino</i>	4
De Nós Propomos! A Nosaltres Proponem! <i>Benito Campo Pais/Isabel Henarejos Crespo/Miquel Martínez Martín/Vicent Peris de Sales/Xosé M. Souto González</i>	40
Educação Geográfica e Cidadania: O contributo do Projeto “Nós Propomos!” no Estudo do Meio <i>Adilson Tadeu Basquerote</i>	57
Projeto nós propomos! 2019/20, em Portugal: um olhar sobre as propostas apresentadas <i>Ricardo Coscurão</i>	77
Projeto “nós propomos!” – sete etapas de uma abordagem curricular <i>Anabella Vaz</i>	89
A Importância do Projeto Nós Propomos! para uma Cidadania Participativa <i>Filomena Clemente</i>	94
Cidadania e Inovação Geográfica na Escola Secundária de Penafiel <i>Andreia Sousa/Carlos Sousa/Filipa Fontinha/Susana Soares</i>	105
Gestão Social: Análise de Aplicabilidade em Projeto de Extensão Universitária. <i>João Aparecido Bazzoli Lucas Emmanuel Silva Teixeira</i>	115
O Projeto Nós Propomos! e o Estudo Local: considerações sobre ações educativas em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo/Brasil <i>Odair Filho/Andrea Lastória/Sílvia Fernandes</i>	132
La Educación Geográfica en la Formación de los Futuros Profesores de Historia y Geografía de la Universidad Nacional de Trujillo/Perú <i>Angel Ignacio La Cruz Torres</i>	149
Proyecto Nós Propomos en la Escuela Nacional Preparatoria núm. 8 de la Universidad Nacional Autónoma de México <i>Eduardo Herrera Domínguez/Imelda Rendón Gómez/Sandra Cruz Alejo/Roberto García García</i>	164
A Questão Socioambiental das Queimadas <i>Álika Amaral Dourado/Liriel Castro Cunha/Júlia Pereira Borges/Ludmila Rezende Santos/Sarah Teixeira Ribeiro/Alexsander Batista e Silva/Eva dos Santos Cardoso</i>	174
Testemunhos	183
Nós Propomos em Imagens	211

A educação geográfica, em particular, bem como a educação, em geral, têm passado, como a nossa visão e vivência do mundo, por múltiplas tensões, contradições, desafios. Durante décadas, mas com maior intensidade neste século XXI, tem-se escrito e refletido muito sobre a educação para a cidadania e como esta se pode desenvolver e cruzar com conteúdos temáticos, procedimentos e competências promovidas por diversas áreas do currículo. E a educação geográfica não é exceção. Neste sentido, por forma a educar geograficamente os alunos que, uma vez motivados, sejam capazes de mobilizar o conhecimento geográfico para resolver problemas do quotidiano e formar os alunos para o exercício crítico e responsável da cidadania, tornou-se imperioso recentrar a geografia nos conceitos-chave da disciplina, nas aprendizagens essenciais e incentivar para a investigação escolar, visando desenvolver-lhes as competências necessárias para que se encontrem aptos a explicar e pensar geograficamente (para atuar e intervir no meio) e, não apenas, a descrever o espaço. Há décadas que a educação geográfica procura, assim, romper com a escola transmissiva, muito veiculada a uma abordagem regional tradicional, e alicerçar-se numa escola construtivista, segundo a qual se pressupõe que o aluno construa o seu próprio conhecimento, na valorização dos seus próprios interesses e representações. É por isso que a renovação da geografia escolar deve dar origem à implantação de uma geografia apoiada por uma didática ativa.

O Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica ou, mais simplificada, Projeto Nós Propomos!/PNP é, já há uma década, reconhecidamente, o maior projeto internacional de educação geográfica e aquele, surgido em Portugal, com maior internacionalização, que passou da teoria à prática, da contemplação à ação. Por isso mesmo, há muito que a APROFGEO queria ter acolhido num número temático os contributos de diversos atores das comunidades educativas de vários quadrantes do mundo Nós Propomos! Contributos não apenas teóricos, mas que se baseiam na práxis, na prática reflexiva e que demonstram que a cidadania territorial não se reduz ao conhecimento dos lugares e dos fenómenos e processos geográficos, nem tampouco à sua localização e à sua escala. Pelo contrário, longe de se restringir aos lugares e aos territórios, a cidadania territorial acontece e realiza-se na vida quotidiana, no olhar interpelativo e na procura da construção de comunidades e territórios mais harmónicos, sustentáveis, melhores. E é nesta cidadania que a educação geográfica revela toda a sua potência.

O racional e a linha metodológica implementada com o PNP, tanto na teoria quanto na empiria, revelam o inequívoco contributo que o Projeto dá ao desenvolvimento da cidadania territorial e do pensamento espacial crítico nos jovens, na escola e na comunidade envolvida. Isto recentraliza o contributo social e cívico da educação geográfica comprometida com os valores da participação pública, da cidadania ativa e participativa, num modelo de governança multinível, tal como hoje as ciências do território advogam e as práticas de planeamento e ordenamento do território visam concretizar. O seu *modus operandi* basista, emancipador e transformativo centra-se no estudo da comunidade/meio e no estudo de caso como recurso potencializador do pensamento espacial crítico e da formação de um cidadão geograficamente competente.

Ou seja, trabalha-se numa educação geográfica que permita a transformação do jovem num cidadão que não só conheça, descreva e explique a realidade envolvente, mas também se desdobre por meio das experiências de aprendizagem por si vividas, que sejam: i) estruturantes da sua maturidade cívica e sócio-afetiva; ii) potencializadoras de atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, iii) desencadeadoras de uma intervenção consciente e responsável na realidade circundante, numa perspetiva de construção de uma cidadania territorial.

É isto o Projeto Nós Propomos!, que testemunhos de professores/investigadores e alunos aqui nos trazem. Uma última palavra de agradecimento, a colegas e antigos alunos do Projeto, à Associação de Professores de Geografia (a que ambos pertencemos) e à APROFGEO, por ter propiciado este número temático. Agora, colega/s, a revista é sua.

Sérgio Claudino

Luís Mendes

O PROJETO NÓS PROPOMOS! CIDADANIA E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA. CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ALTERNATIVA

Sérgio Claudino

Centro de Estudos Geográficos e Laboratório Associado TERRA, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

sergio@campus.ul.pt

1. Um perspectiva da fundação, princípios, funcionamento e evolução do Projeto

Em 2011/12, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/IGOT da Universidade de Lisboa, foi criado o Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica, de que já se completaram 10 anos. O Projeto expandiu-se por todo o país e, em 2014, internacionalizou-se pela primeira vez.

O presente artigo adota um registo inusitadamente pessoal e informal, estando escrito frequentemente na primeira pessoa do singular, porque testemunho pessoal. Faz-se uma abordagem, sempre incompleta, das motivações, princípios, metodologia e evolução do Projeto Nós Propomos! em Portugal, com uma breve reflexão final sobre o seu significado.

O Ponto 2. debruça-se sobre as motivações que levaram à criação do Projeto, das mais imediatas às de fundo. O Ponto 3. debruça-se, especificamente, sobre as motivações cidadãos do Projeto. O Ponto 4. aborda os princípios do Projeto, ao que segue, no ponto 6., as suas principais fases. No ponto 7., apresenta-se uma das propostas apresentadas pelos alunos. O ponto seguinte relata alguns episódios que marcaram a criação do Projeto Nós Propomos! e o ponto 9. faz, então, uma breve reflexão final sobre o significado do Projeto Nós Propomos!

2. Porque foi criado o Projeto Nós Propomos!

2.1. Implementar um Estudo de Caso frequentemente esquecido

O Projeto tem dois tipos de motivação, mais imediata ou de fundo. A motivação mais imediata prende-se com a implementação do Estudo de Caso do Programa de Geografia A, do Ensino Secundário. Este programa foi aprovado em 2001, mas só implementado a partir de 2004/5, no 10º e 11º anos ou no 11º e 12º anos – o que se deveu às hesitações do novo governo sobre a reforma do ensino secundário do governo precedente (Decreto-Lei nº 156/2002); as autoridades aprovam, finalmente, a referida reforma em 2004 (Decreto-Lei nº 74/2004). A disciplina de Geografia A é

instituída nos cursos Científico-Humanísticos de Ciências Sociais e Humanas e de Ciências Socioeconómicas, como componente de Formação Específica e os programas de 10º e 11º anos aprovados ao longo de 2001. Já em 2007, estes cursos foram alterados, criando-se o de Línguas e Humanidades e mantendo-se o de Ciências Socioeconómicas (Decreto-Lei nº 272/2007). Foram autoras do Programa de Geografia A as docentes de Geografia Luisa Alves, Manuela Brazão e Odete Martins (coordenadora) – (Alves, Brazão & Martins, 2001). Tendo também como coordenadora Odete Martins, foi produzido o programa de Geografia B para o Curso Tecnológico de Turismo e para o Curso Tecnológico de Ordenamento do Território (Martins, Alberto & Além, 2001). À semelhança do programa de Geografia A, nele também é consagrado o Estudo de Caso, do 10º ao 12º ano, muito embora com temáticas direcionadas. Iremos, agora, centrar-nos no programa de Geografia A, que mobiliza uma maior população escolar e que está, também por isso, diretamente relacionada com a criação do Projeto Nós Propomos!

O programa de Geografia A teve um processo de discussão prévia relativamente amplo, como consta da sua introdução. Traz para o ensino secundário os objetivos de inovação já consagrados no ensino básico, em que emergira o paradigma do ensino por competências. Este programa assume, como objetivo educativo último, “a promoção da educação para a cidadania” (Alves, Brazão & Martins, 2001, p. 6). Identifica um conjunto de objetivos/ competências (como se uns se confundissem com os outros).

A grande novidade do programa reside, precisamente, na realização do Estudo de Caso, obrigatório e que merece grande destaque no programa (idem, p. 57). Não se tratava, agora, apenas de recomendações bem intencionadas, mas depois esquecidas na concretização escolar. Vale a pena recordar que, em 1968, no novo programa de História e Geografia de Portugal, se determinava que o professor deveria levar os alunos a “averiguar e descrever o meio físico local e as relações entre este e a população” (Portaria nº 23601, de 9 de setembro). Terá sido o programa que, de forma mais direta, determinava a observação da realidade local. Mas tal surgia nas “Considerações Gerais” iniciais do programa e não seria, na realidade, muito implementado (como eu próprio, enquanto aluno da disciplina, testemunhei).

No Programa de Geografia A, o Estudo de Caso é definido como “uma oportunidade efetiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia”, apontando-se para o estudo “detalhado” de um tema do programa “na região onde o aluno vive” (Alves, Brazão & Martins, 2001, p. 57). Entre as competências a desenvolver pelo aluno, identifica-se a de “Analisar criticamente problemas que afetam a região onde vive, refletindo sobre soluções possíveis para os problemas detetados” (idem). Assim, não sendo obrigatória esta orientação, o programa apontava para a realização de um estudo concreto sobre problemas de âmbito regional. Trabalhando eu na formação

de professores, por isso atento aos programas, pareceu-me que o Estudo de Caso constituía uma oportunidade efetiva de inovação curricular em Geografia. Mas, tendo também acompanhado outras inovações não implementadas, não tinha muitas dúvidas de que ou a realização do Estudo de Caso era contemplada nos exames nacionais ou correria o risco de não ser concretizada. Já em 2018, as *Aprendizagens Essenciais de Geografia* para o 11º ano (República Portuguesa, Educação, 2018), ainda que com menos destaque, continuam a mencionar o Estudo de Caso – há, assim, uma continuidade curricular da sua implementação no ensino secundário. Como é evidente, o Estudo de Caso exige um trabalho de pesquisa por parte dos alunos que rompe com as rotinas escolares, ou, como refere Cuesta-Fernández (1997), com o “código disciplinar”.

Por coincidência, fazia então parte da Direção do Centro de Estudos Geográficos. Em 2005, o Centro foi convidado pelo Gabinete de Avaliação Externa/GAVE a fazer-se representar no Conselho Consultivo de Geografia, que discutiu a prova modelo do exame de Geografia A, a implementar, pela primeira vez, em 2005/06. Na reunião de 25 de maio de 2005, em que representei o CEG, fui solitariamente crítico da prova-modelo. Entre outras críticas, notei que a prova modelo não tinha qualquer questão sobre o Estudo de Caso. Foi-me afirmado, então, que, variando o Estudo de Caso de aluno para aluno, este não poderia ser objeto de avaliação – mas poder-se-ia avaliar a implementação da sua metodologia e o raciocínio geográfico que lhe está associado. A ata da reunião não reflete todo o diálogo desenvolvido, mas deixa algumas pistas. Nela refere-se que eu considerei que “as provas de exame deveriam conter itens do tipo “estudo de caso”, a fim de mobilizar as mais diversas competências” (Gabinete de Avaliação Educacional, 2005, p. 2) e que “gostaria que fosse introduzido um outro tipo de itens que mobilizasse saberes no sentido da identificação de entidades responsáveis pela resolução de um determinado problema” (idem, p. 5). Nunca mais o CEG foi contactado para o referido Conselho Consultivo de Geografia ou órgão equivalente. Apenas em 2018 o exame de Geografia A passou a incluir perguntas em que, perante um problema concreto, se solicitava aos alunos que apresentassem “medidas” concretas para o resolver. Durante 12 anos consecutivos, os exames nacionais de Geografia ignoraram o Estudo de Caso consagrado no programa aprovado pelo próprio Ministério da Educação. Entretanto, penso que o episódio da minha participação na reunião do GAVE me reforçou a necessidade de promover a realização do Estudo de Caso.

Como decorria do meu contacto quotidiano com as escolas e também das respostas que os alunos do IGOT me iam dando sobre a sua frequência da disciplina de Geografia, só muito pontualmente, ou melhor, muito raramente, o Estudo de Caso ia sendo implementado. Era desconhecido de alunos e outros atores educativos. Pelo que pude observar, as próprias autoras do programa de Geografia não o terão implementado nas escolas de que eram docentes. Mais recentemente, duas delas (a terceira faleceu, infelizmente) recusaram-se a serem entrevistadas sobre os seus objetivos e motivações que

presidiram à criação do Estudo de Caso.

Entretanto, eu fora professor do ensino básico e secundário no início da minha carreira. Talvez tivesse sido, por vezes, um professor relativamente dinâmico, mas interrogava-me sobre o professor que eu teria sido se tivesse continuado como docente dos mesmos graus de ensino. Provavelmente, desistira de inovar, sozinho, numa escola. Ao criar o Projeto Nós Propomos!, a partir do IGOT/Universidade de Lisboa, eu pretendia, no imediato, promover a implementação do Estudo de Caso, com um potencial educativo que me parecia ser muito grande e, por outro lado, “animar” professores a participarem dessa inovação – convicto de que um professor sozinho numa escola desiste. Já funcionando em rede, com outros colegas, também desde a universidade, seria mais provável ousar a inovação. O Projeto Nós Propomos! transporta essa ideia de rede de professores que se acompanham e estimulam reciprocamente.

2.2. Governança e prospetiva, a escola como polo comunitário, construtivismo, exequibilidade/simplicidade metodológica e flexibilidade

A par do desafio imediato da implementação do Estudo de Caso, existiram outras razões de fundo para a criação do Projeto.

Sendo professor do IGOT, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, muitos dos meus colegas trabalham diretamente no planeamento e ordenamento do território. No discurso do IGOT, estava cada vez mais presente o imperativo da participação pública nas tomadas de decisão sobre o território. Mas deste discurso estava ausente a expectativa de que o ensino de Geografia contribuísse para a mesma participação popular, para uma maior “governança” do território, entendida como tomada de decisões participada e transparente, mesmo se o IGOT fosse responsável, também, pela formação de professores de Geografia. O Projeto Nós Propomos! surge, também, pela finalidade assumida de cruzar o objetivo fundamental do recém-criado IGOT (2008), o ordenamento do território, com a vocação cidadão da educação geográfica. Aliás, mesmo em relatórios de agências da ONU, sobre educação ou quando se aborda a educação, esta surge como um objetivo em si mesmo e esquece-se ou desvaloriza-se o papel da escola na transformação da comunidade, por via da formação cidadã.

Ainda nas razões de fundo, há um conjunto de dimensões que justificam a criação do projeto Nós Propomos! Sempre me impressionou o facto de a escola, que reúne um corpo de docentes qualificados e os mais jovens membros da comunidade, em formação, surgir habitualmente alheada dos desafios da comunidade. Num Seminário sobre “Desenvolvimento sustentável: as pessoas, o território e o ambiente”, promovido pelo Ministério da Educação, em 23 de junho de 1998, defendi em texto não

publicado, que “as escolas mobilizam... um numeroso corpo de docente que, sobretudo nas áreas rurais, reúne a esmagadora maioria dos recursos humanos locais qualificados... as escolas básicas e secundárias surgem por todo o país como potenciais pólos de desenvolvimento local, sustentados pelo erário público, mas fechados sobre si mesmas... É um verdadeiro contra-senso...”.

Por outro lado, sempre considerei contraproducente que a disciplina de Geografia se debruçasse muito sobre o passado (como a agricultura tradicional, como sucedia no final do século XX) e menos sobre o presente e, sobretudo, o futuro, numa visão prospetiva (“Abandonemos os “Bocage” e os “openfield” do nosso descontentamento” - Claudino, 1989, p. 78). O Projeto Nós Propomos! aponta, precisamente, numa visão prospetiva: perante um problema, o que deve ser feito, como devemos atuar?

Por outro lado, a influência do Professor Souto González, da Universidade de Valência, faz-me valorizar a perspetiva construtivista da construção das aprendizagens a partir dos próprios interesses dos alunos, colocados no Projeto no centro do processo educativo - uma mudança pedagógico-didática central no Projeto. A definição dos temas de trabalho dos alunos é realizada pelos próprios alunos – sem dúvida que em diálogo com os professores.

Ainda nas razões que levaram à criação do projeto Nós Propomos!, sempre me pareceu evidente que uma das razões da dificuldade do discurso académico educativo em influenciar as práticas escolares reside na complexidade concetual das propostas educativas elaboradas por quem está no ensino superior, não na escola. Costumo dizer que se eu quiser garantir que uma proposta educativa não funcionará tenho uma solução muito simples: torná-la complexa e desligada da realidade escolar. Por isso, o Projeto Nós Propomos! é metodologicamente simples, para ser exequível, concretizável em qualquer escola, desde logo naquelas de bairros periféricos. Suponho que esse esforço de simplicidade será uma das chaves explicativas para o seu eventual sucesso.

Depois, há uma ideia de flexibilidade e de diálogo que está presente nos princípios do Projeto: há escola diferentes, professores e alunos diferentes e, mais tarde, países diferentes. Temos dois ou três princípios rígidos (o projeto partir dos alunos, a realização de trabalho de campo, a apresentação de propostas), duas ou três datas rígidas, sobretudo no final do ano, e tentamos contemplar e enquadrar a diversidade.

Por último, deixo uma nota mais pessoal. Partilho alguma tradição familiar de compromisso cívico e cidadão, tendo eu próprio já sido autarca. Dificilmente encaro a disciplina de Geografia sem um compromisso cidadão que marca estruturalmente o Projeto Nós Propomos!

3. Educar na cidadania, numa Geografia mais atenta às aspirações das pessoas

O Projeto Nós Propomos! surge numa disciplina de Geografia que sempre foi disciplina de cidadania, que agora se pretende renovar.

Na iniciática reforma de Passos Manuel, de 1836, na instrução primária, é criada a disciplina de *História, Geografia e Constituição*: o estudo dos territórios e dos antepassados estão veiculados à criação do novo regime liberal, que tem na Constituição o seu referente legislativo e político. Pretendem-se mais cidadãos “conformados” à nova ordem liberal do que propriamente cidadãos interventivos. Na sua evolução posterior, o ensino de Geografia foi-se adaptando a sucessivos projetos políticos, seja na defesa do império colonial ou, mais recentemente, à identificação com a construção europeia (Claudino, 2015).

Na construção ideológica do “Estado” (não por acaso, no século XIX alguns dos principais livros de Geografia eram intitulados de “Estatística”, porque de descrição do Estado), a escala local sempre foi desvalorizada. A par da tradição iluminista do estudo do mundo, herdada dos racionalistas, e ilustrada por Alexandre Humboldt, o século XIX trouxe-nos uma Geografia de matriz nacionalista, na construção do estado-nação. Na inércia dos discursos e das práticas, facilmente reconhecemos que a disciplina de Geografia se detém, em Portugal, no estudo do mundo, desde os anos 90 também na Europa, e no país - mas não no estudo da comunidade. Na realidade, o professor mais dinâmico dá exemplos a partir da realidade local (exemplo: “Que indústria há no nosso concelho?”), mais do que estudar essa mesma realidade local. A visita a um parque natural, a um museu, a um centro histórico poderão ser frequentes, mas surgem mais como atividades de recolha de informação, “com a função de ilustrar e/ou complementar as aprendizagens” em sala de aula (Claudino, 2018, p. 270), do que de pesquisa efetiva de problemas locais, numa perspetiva de intervenção cidadã. O Projeto Nós Propomos! pretende colocar, decididamente, a comunidade, a escala local, no centro da atenção da educação geográfica, em diálogo com as restantes escalas.

Entretanto, aceita-se crescentemente que a escola constitui um espaço de socialização (Tedesco, 2008), em substituição do papel tradicionalmente atribuído às famílias. Pode-se, de resto, afirmar que o Projeto Nós Propomos! teve alguma precocidade, ao chamar para o centro da educação geográfica a formação cidadã. Em 2017, é definida a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, onde se enfatiza que a formação para a cidadania se concretiza em processos vivenciais, mais do que retóricos (República Portuguesa, XXI Governo Constitucional, 2017) e, já no começo do ano letivo de 2021/22, o governo determinou que os certificados do ensino secundário passem a contemplar a participação dos alunos em projetos de cidadania, o que reforça o carácter institucional da formação cidadã (Portaria 194/2021).

Na realidade, pretende-se “resgatar o espírito democrático de sociedades” em que as decisões acabam por ser exteriores à população (Ferrão, Dasi, 2016, p. 237). A mobilização das populações para as tomadas de decisão públicas, para a *governança*, é associada a “redes de parcerias e múltiplos agentes” (Fernandes, Chamusca, 2009, p. 29), em que todos são livres e devem participar no processo de desenvolvimento. Esta participação é central na consolidação dos regimes democráticos e na articulação dos atores em favor do desenvolvimento. Mas educar para a cidadania não é mais um saber disciplinar “que gera aborrecimento, pois relaciona-se com referentes abstratos e não com problemas quotianos” (Parra Monserrat, Souto González, 2015, p. 163). Educar para a cidadania significa ação na comunidade, num exercício afetivo e moral diante de desafios do quotidiano, que valoriza o “outro social” (Fonseca, 2001, p. 14). Educar para a cidadania é educar “na cidadania” (Figueiredo, 2005, 23), na pertença à comunidade, na partilha da forma como os seus membros perspetivam os problemas comuns e tendo em vista a tomada de decisões. É um projeto que se desenvolve, pois, na interação da escola com a comunidade – como sucede, de facto, no Projeto Nós Propomos!

3.1. A emergência da “cidadania territorial” numa Geografia mais crítica e humanista

É neste contexto que, no âmbito do Projeto Nós Propomos!, é criado o conceito de cidadania territorial.

Sendo um projeto de cidadania, conviria concretizar que era uma cidadania “em Geografia”, já que o conceito de cidadania se aplica aos vários domínios da vida humana. Tendo o Projeto o subtítulo de “Cidadania e Inovação na Educação Geográfica”, designar esta cidadania de “cidadania geográfica” repetiria o conceito “geográfica” e acabaria por acrescentar qualquer novo significado. A outra opção seria a de “cidadania espacial”, mais conforme à escola anglosaxónica que assume, por exemplo, o conceito de “justiça espacial” (Soja, David Harvey). Foi nesta mesma escola que se desenvolveu a Nova Geografia, em que se constroem modelos de abstração espacial. Um dos manuais universitários mais divulgados de então tinha, precisamente, a designação de “Spatial organization. The geographer’s view of the world”, de Ronald Abler, John Adams e Peter Gould, publicado em 1971. Nesta mesma escola, quase 50 anos depois, Shin e Bednarz (2019, p. 1), adotam o conceito de cidadania espacial, na afirmação de que a Geografia tem uma dimensão ambiental e outra espacial (“All events take place in space”). O conceito de cidadania espacial surge também, como seria expectável, associado à utilização das Tecnologias de Informação (Donert, Inga, Thomas, 2010), em que se criam abstrações do “espaço”. No Brasil, onde a Geografia tem um particular dinamismo, Milton Santos (1998) refere “O retorno do

território”, mas coloca o espaço como corpus da ciência geográfica (Santos, 2006, p. 10). Influencia, assim, autores de ensino de Geografia, para quem “o objeto da Geografia é o espaço” (Callai & Moraes, 2016, p. 36), o que também é assumido por outros autores (Cavalcanti, 2012, 2019; Andreis, 2012). Na realidade, o conceito de território está diretamente relacionado com a apropriação, posse, domínio do espaço (nas suas origens, o conceito de território encontra-se com o de terror). Em conversa pessoal com Karl Donert, este geógrafo britânico associou o facto de muitos geógrafos privilegiarem o conceito de espaço ao de território, por este último estar diretamente relacionado com as guerras - que afligiram repetidamente o centro da Europa, no século XX. A guerra é, por definição, um conflito territorial. Assim, a não utilização do conceito de “território” parece dever-se mais ao facto de estar relacionado com eventos que marcaram negativamente a história da humanidade, não tanto a uma questão de rigor concetual. Por outro lado, o território também surge intimamente associado ao de identificação das comunidades com o espaço que habitam (identidade territorial), o espaço construído, transformado por uma comunidade (Claudino, 2006). Por esta associação do território à identificação e construção do espaço por uma comunidade, sendo o Projeto Nós Propomos! um desafio de intervenção cidadã, preferimos o conceito de “cidadania territorial” ao, mais abstrato, de “cidadania espacial”. Definimos a cidadania territorial como a participação responsável nas tomadas de decisão sobre os problemas comunitários de base espacial (Claudino, 2019). Presentemente, vamos assistindo a uma apropriação/difusão deste conceito, também fora do contexto do Projeto, em particular no âmbito educativo (Associação de Professores de Geografia & Associação Portuguesa de Geógrafos, 2019; Braga, 2018).

Mas o Projeto Nós Propomos! também significa uma mudança de paradigma na própria educação geográfica. O Projeto rejeita, afinal, uma leitura mais neopositivista e culturalista dos territórios, centrada na descrição dos territórios e das comunidades que as habitam, assumindo alguma factualidade/inevitabilidade das condições de vida dos grupos humanos e desvalorizando as representações e anseios de populações e indivíduos. Há uma leitura que se reconhece na Geografia Humanista, atenta os interesses, às preocupações e à valorização dos factos pelas pessoas (Bailly, Begin, Scariati, 2016), que por vezes incorpora a própria Geografia da Percepção (Peet, 1998), mais centrada nas representações individuais sobre da realidade que o rodeia. O Projeto é sensível também à leitura da Geografia Radical, na denúncia das desigualdades sociais (Gregory, Johnston, Pratt, Watts, Gregory, Whatmore, 2009) ou, ainda, de uma Geografia Crítica, particularmente atenta às desigualdades associadas a uma globalização. A pobreza, as desigualdades e os problemas ambientais são, assim, colocados no centro da atenção da própria ciência geográfica (Souto & Claudino, 2019). Na realidade, é na convicção de que a escola deve ter um compromisso efetivo com a comunidade e de que as ciências sociais e, nestas, em particular, a Geografia têm um papel particularmente relevante

a desempenhar, que surge o Projeto Nós Propomos!

4. Os princípios do Projeto e debilidade institucional

O Projeto Nós Propomos! assume que a escola e, nesta, a educação geográfica deve contribuir para uma leitura crítica e uma consequente ação cidadã dos jovens sobre o território – e ela será tanto mais reconhecida no sistema educativa quanto mais proativas se revelarem. Na realidade, o Projeto insere-se numa linha de Aprendizagem em Serviço (Rodríguez Domenech & Claudino, 2018), na medida em que pretende responder a necessidades concretas da comunidade. Os alunos identificam e apresentam propostas perante problemas socioterritoriais concretos, com o desenvolvimento de competências de recolha, de tratamento de informações e de apresentação de propostas concretas. O Projeto adota uma perspetiva reformista: a inovação educativa não ocorre a partir de reformas verticais, ditadas pelas autoridades educativas, que raramente produzem “transformações profundas, duráveis” (Canário, 2005, p. 93). Pretende-se, uma inovação curricular num ou mais níveis escolares concretos, que possa ser disseminada noutras práticas escolares de Geografia ou de outras disciplinas. Concretizando os seus objetivos, o Projeto Nós Propomos! pretende: a) promover uma efetiva cidadania territorial junto da comunidade escolar; b) aproximar as escolas e o poder local; c) contribuir para um desenvolvimento sustentável local; d) valorizar o Estudo de Caso como trabalho experimental sobre problemas locais; e) promover abordagens metodológicas inovadoras; f) mobilizar a utilização de tecnologias de informação e, progressivamente, também se afirmou o objetivo de g) incentivar a atividade de investigação em Geografia. Muito embora tenha surgido com uma base disciplinar, deve-se sublinhar a sua assumida vocação interdisciplinar, como ocorre, designadamente, em Espanha. Do ponto de vista da concretização do projeto, há três fases obrigatórias: a identificação de problemas territoriais locais; a realização de trabalho de campo e, por último, a apresentação de propostas de intervenção/ação.

Em Portugal (mas influenciando os restantes países, naturalmente), o Projeto desenvolve-se em torno do seguinte conjunto de princípios:

Cidadania territorial – Já definida antes, o Projeto promove uma cultura de intervenção cidadã no território, na perspetiva “de educação para a democracia participativa” (Bazolli, 2017, p. 20). O *output* mais visível do Projeto são as propostas concretas dos alunos, mas, na realidade, o seu principal resultado é o desenvolvimento de atitudes de participação cidadã na resolução dos problemas locais. Associa-se o conceito de cidadania em educação diretamente ao de ação (Moreno-Fernández, 2013), recusando-se o discurso mais ambíguo e culturalista que se esgota na compreensão dos problemas a

diferentes escalas.

Construtivismo – São os alunos que definem os temas/problemas dos seus projetos, de acordo com os seus interesses, como igualmente antes se referiu. A definição dos projetos parte dos interesses dos alunos, dos seus anseios e preocupações, também na perspetiva da sua motivação intrínseca para o Projeto.

Investigação – O Projeto Nós Propomos! é um espaço de investigação científica. Para além da publicação de livros, artigos e comunicações, há teses a serem desenvolvidas em torno do Projeto, dos seus objetivos, da sua implementação. Em 2018, realizou-se em Portugal o I Congresso Iberoamericano do Projeto Nós Propomos! e o II Congresso vai decorrer em 2022, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, depois de adiado devido à pandemia. A investigação tem-se centrado na forma como os jovens percecionam a localidade, no trabalho de campo que desenvolvem, nas propostas que elaboram, na avaliação que fazem do próprio Projeto e na forma como a sua cultura cidadã evolui. Têm disso publicados diversos textos sobre o Projeto, designadamente alguns livros.

Parcerias – O Projeto valoriza, desde logo, as parcerias entre a universidade, as escolas, o poder local e, ainda, o próprio Ministério da Educação (Figura 1). O IGOT coordena o Projeto e assegura formação aos docentes; as escolas são os espaços centrais de desenvolvimento das atividades; os municípios fornecem informação útil para os seus projetos, apoiam a deslocação ao Seminário Nacional e acolhem as propostas dos alunos. O Ministério da Educação, quando solicitado, ajudou a divulgar o Projeto Nós Propomos! junto das escolas portuguesas. O Projeto contempla, ainda, a nível local, outras parcerias, associações e empresas.

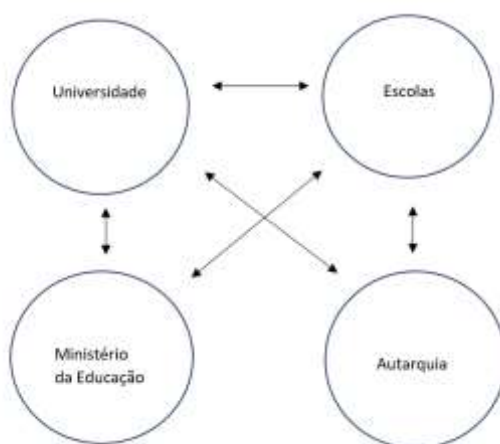


Figura 1. As principais parcerias do Projeto Nós Propomos!

Trabalho em rede – Com o alargamento do Projeto, ele passou a constituir uma das principais redes ibero-americanas de educação geográfica (Araya Palacios et al., 2018). Este trabalho em rede é central, pela partilha de experiências e pelo fortalecimento recíproco. Sublinhe-se, ainda, a referida colaboração com o GEOFORO, a principal rede iberoamericana sobre um ensino de Geografia.

Flexibilidade – Cada escola, cada universidade, cada modalidade de ensino, tem os seus contextos específicos. O respeito por esta diversidade consolida-se com a expansão do Projeto Nós Propomos! a outros países e a outros ciclos de ensino. Em Portugal, o Projeto tem sido implementado noutros níveis de ensino do Secundário (Projeto Nós Propomos! Secundário), está a iniciar a sua implementação nos 2º e 3º ciclos do básico (Projeto Nós Propomos! Jovens cidadãos) e já tem alguma tradição no 1º ciclo de escolaridade (Projeto Nós Propomos! Pequenos grandes cidadãos). Fora do país, assiste-se igualmente a uma grande diversidade de situações. Qualquer universidade, escola, aluno ou docente devem sentir-se confortáveis e identificados na rede Nós Propomos!, desde que cumpram os seus principais objetivos e as suas fases essenciais.

Exequibilidade metodológica – Como se referiu, o Projeto adota uma metodologia intencionalmente exequível, com fases claras: identificação de problemas, realização de trabalho de campo, elaboração e divulgação de propostas. O sucesso da expansão do Projeto Nós Propomos!, também por outros países, dever-se-á muito a esta orientação. Estimulam-se, depois, alunos e professores a acrescentarem outros contributos (como a pesquisa de bibliografia científica ou a implementação dos próprios projetos), que decorram dos seus próprios interesses e desafios concretos.

Inclusão – Ao encontro do que se referiu atrás, o Projeto valoriza o contributo da totalidade dos alunos em torno dos problemas locais, desde logo aqueles os alunos com menor sucesso educativo, ao encontro do princípio de que a Escola deve dar a quem mais precisa.

Em Portugal, a totalidade dos alunos é desafiada a apresentar os seus projetos, divulgados e apresentados no Seminário Nacional, o que decorre desta valorização da participação de cada um. Da mesma forma, o Projeto acolhe a participação de escolas tanto públicas como privadas, dos principais centros urbanos ou das áreas rurais mais periféricas – muito embora, infelizmente, se registe uma reduzida participação de escolas fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Diálogo/horizontalidade – As universidades assumem por norma, a coordenação do Projeto. Contudo, há grande proximidade e um grande diálogo entre docentes universitários e dos ensinos básico e secundário. O Projeto Nós Propomos! não é feito para as escolas, mas é feito com as escolas. Se este esforço de diálogo com as escolas é um desafio constante, o alargamento da rede de escolas vai tornando mais difícil a sua concretização.

Afetividade – Como outros, este Projeto é constituído por redes de afetos. A deslocação às escolas e o diálogo com alunos, professores, responsáveis de escolas, de autarquias e de associações são decisivos. A expansão do Projeto tem dificultado esta proximidade e constitui também um dos grandes desafios com que o Projeto Nós Propomos! se vê confrontado presentemente.

Valorização de diferentes competências – O Projeto supõe a realização de trabalho de campo pelos alunos e o conseqüente desenvolvimento de competências de pesquisa, tratamento de informação e

discussão de ações concretas de intervenção. Estas competências são centrais no Nós Propomos! Por outro lado, desde 2013/14, têm sido desenvolvidos concursos, atualmene os de desenho, texto, fotografia, vídeo, spot publicitário e póster, relacionados diretamente com os temas dos projetos desenvolvidos pelos alunos. Estes concursos, de caráter facultativo, desenvolvem competências de comunicação e constituem, já, um importante património do Projeto.

Divulgação – O Projeto Nós Propomos! partilha as suas experiências nas redes socais, nos sites das instituições participantes e na comunicação social. Tal constitui uma forma de divulgar o Projeto, em si, mas também de partilhar as propostas dos alunos e é, com certeza, uma forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido por alunos, professores, técnicos autárquicos e outros.

Multidisciplinaridade – o Projeto nasce em Portugal no âmbito da disciplina de Geografia, mas enriquece-se com a colaboração com outras áreas disciplinares, como decorre da abordagem holística dos problemas locais que é realizada pelos alunos, “desfragmentada da estrutura disciplinar” (Bazolli, 2017, p. 20). De resto, nalgumas universidades espanholas e brasileiras, a dinamização do Projeto Nós Propomos! é claramente assumida por docentes de várias áreas disciplinares.

Mobilidade e intercâmbio – Têm sido desenvolvidas algumas experiências de mobilidade e intercâmbio entre universidades e escolas participantes no Projeto, como já sucedeu repetidamente entre Portugal e Espanha (Claudino, 2020). Com a pandemia, este intercâmbio deixou de ser presencial, mas tende a intensificar-se de forma online, com recurso às videoconferências. Disso mesmo é exemplo o Projeto Nós Propomos! Energia Amiga, desenvolvido, promovido pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, e que reúne escolas do Brasil, Portugal e Espanha (Figura 2). Ao longo da pandemia, realizaram-se diversos seminários com a participação de professores e/ou alunos dos vários países participantes, o que enriqueceu o intercâmbio já existente.



Figura 2 - Videoconferência do Projeto Nós Propomos! Energia Amiga, 4 de outubro de 2021

O Projeto Nós Propomos! surge, pois, como um desafio de inovação educativa. Desenvolvido a partir da relação entre a Universidade e as escolas do ensino básico e secundário, debate-se em Portugal com um problema de integração institucional: não é um típico projeto de investigação universitário, mas também não é um projeto do ensino não superior. Está no interface dos dois graus de ensino, o que o enriquece - mas, ao mesmo tempo, constitui uma dificuldade, também na obtenção de financiamento, o que, naturalmente, o debilita.

6. As principais fases do Projeto

Como se referiu antes, o desenvolvimento do Projeto não é rígido e tenta respeitar diferentes ritmos de escolas, professores e alunos. Em Portugal, o Projeto tem-se desenvolvido de acordo com as seguintes fases:

a) Reunião com os docentes envolvidos

Esta reunião destina-se, desde logo, a integrar os professores e as escolas que participam, pela primeira vez, no *Projeto Nós Propomos!* Neste encontro, discutem-se os objetivos e os princípios gerais de funcionamento no Projeto, realiza-se um breve balanço do Projeto no ano anterior, debatem-se as regras a serem reformuladas, presentes no Regulamento, bem como o calendário de atividades do novo ano letivo.

As reuniões dos primeiros anos foram as mais participadas, até pela necessidade sentida pelos professores em conhecerem o funcionamento do Projeto. Com o alargamento do Projeto a escolas de todos o país, na ausência de recursos financeiros para apoiar as deslocações dos professores participantes, este debate tem-se enfraquecido e tenderá, em qualquer caso, a ser cada vez mais desenvolvido com recurso às tecnologias de informação.

b) Assinatura de protocolos de cooperação

Na matriz do Projeto, está o estabelecimento de parcerias com diversos atores, como antes se referiu. Concretizando esta colaboração, são assinados protocolos de colaboração, entre o IGOT-Universidade de Lisboa e a Escola e, sempre que possível, com a autarquia; pontualmente, os protocolos são assinados com empresas ou entidades locais que também participam no Projeto. Estes acordos têm um texto genérico sobre a cooperação entre as entidades envolvidas. Contudo, possuem uma assinalável relevância simbólica, por comprometerem os responsáveis das instituições no apoio ao Projeto. A nível internacional, os protocolos têm sido igualmente assinados entre o IGOT-ULisboa e as outras universidades participantes.

c) A mobilização de professores e alunos

A adesão ao Projeto Nós Propomos! é voluntária, por parte de escolas e professores. As principais

resistências à adesão de uma escola ou de uma turma ao Projeto surgem por parte de muitos professores, que identificam a realização do Estudo de Caso como uma atividade extraordinária dentro da sua prática letiva. A concretização do Projeto Nós Propomos! supõe a implementação de metodologias de trabalho escolar que quebram as rotinas tradicionais, e os docentes não se sentem devidamente preparados – porque alvo de uma formação demasiado academicista, baseados na transmissão de de saberes fragmentados que possuem um papel central em projetos centrado na investigação de problemas locais (García Pérez *et al.*, 2015). Por outro lado, apesar de reconhecerem, nas avaliações que realizam do Projeto, a validade do trabalho desenvolvido, muitos docentes não se sentem diretamente gratificados/recompensados pelo trabalho acrescido desenvolvido, que não tem, depois, reconhecimento nas suas carreiras profissionais.

Desenvolvendo-se o Estudo de Caso no 11º ano de Geografia, ano do exame nacional, vários professores preferem implementá-lo no 10º ano ou no 12º ano de Geografia. A experiência demonstra, entretanto, que os alunos conseguem compatibilizar a realização do Estudo de Caso com a preparação dos exames: o seu envolvimento com a disciplina de Geografia é maior, por causa do Projeto, e frequentemente os alunos que participam no mesmo incluem-se entre aqueles com melhores classificações nacionais na disciplina, ou seja, o seu desempenho nos exames nacionais desempenhou – também pela formação acrescida na disciplina.



Figura 3 – Meninos do Nós Propomos! Pequenos Grandes Cidadãos apresentam o seu trabalho numa instituição da Terceira Idade

Surgido no ensino secundário, como se referiu, o Projeto Nós Propomos! estendeu-se primeiro ao 1º ciclo do ensino básico e a outros ciclos, como já se referiu – mas são modalidades minoritários em relação aos alunos do secundário. Em qualquer caso, a expansão do Projeto tem demonstrado que o desenvolvimento de projetos debruçados sobre problemas locais é concretizável também junto de alunos que iniciam o seu percurso escolar (Figura 3).

d) Identificação dos problemas locais pelos alunos



Figura 4 – Alunos da Escola Secundária da Sertã percorrem a localidade, a fim de identificarem os problemas locais

Os problemas sobre que os alunos se debruçam são de âmbito local, muito embora incorporem, frequentemente, uma visão multiescalar (as populações que emigram, o turismo que cresce, uma produção que tem um mercado cada vez mais alargado, etc). A identificação destes problemas é realizada, desde logo, através do diálogo da turma na sala de aula. Alguns professores realizam itinerários com os alunos na área da escola (Figura 4) e outros implementam um inquérito de sensibilização para os problemas locais consiste na resposta a um inquérito.

Os alunos identificam, em pequenos grupos, problemas locais que lhes são significativos mas, frequentemente, sugerem temas de trabalho (os problemas ambientais, a requalificação de uma área da cidade, etc), num compromisso, afinal, entre os interesses dos próprios docentes e os dos alunos.

A análise dos projetos dos alunos tem permitido identificar várias categorias de análise. Em 2019/20, os projetos dos alunos do ensino secundário incidiram privilegiadamente em intervenções no espaço público e em atividades socioeconómicas e culturais e recreativas (Tabela 1), o que traduz um padrão observável noutros anos.

TIPOS DE PROPOSTAS	Ambiental		Socioeconómica		Cultural/ recreativa		Acessibilidades/ mobilidade		TOTALS	%
	Totais	%	Totais	%	Totais	%	Totais	%		
Intervenção no espaço público	36	11	20	6	43	13	41	13	140	43
Intervenção em edifício existente	0	0	27	8	37	11	3	1	67	21
Criação de novas infraestruturas	7	2	12	4	18	6	4	1	41	13
Atividades de sensibilização	11	3	4	1	1	0	0	0	16	5
Atividades de apoio a idosos	0	0	12	4	0	0	0	0	12	4
Alteração em redes de transporte	0	0	0	0	0	0	9	3	9	3
Outro	9	3	21	7	3	1	5	2	38	12
TOTALS	63	20	96	30	102	32	62	19	323	100

Tabela 1 – Categorização dos projetos do ensino secundário 2019/20 (Coscurão & Claudino, 2021, p.

612)

e) Formação de grupos de trabalho e definição do tema de projeto

Apesar de serem atividades diferentes, a formação de grupos e a definição do respetivo tema acabam por decorrer mais ou menos em simultâneo. Tipicamente, acontecem pelo segundo mês do Projeto. Cada grupo tem, em geral, 4 alunos, mas por vezes este número é superior.

Quando o Projeto Nós Propomos! começou, era mais frequente os alunos selecionarem grandes projetos, como a construção na localidade de um parque desportivo ou de uma escola musical. Progressivamente, também por influência dos professores e dos próprios técnicos das autarquias, os projetos têm evoluído para propostas menos ambiciosas mas, eventualmente, mais facilmente concretizáveis, como a recuperação de um moinho com interesse para o património arquitetónico local ou a marcação de faixas de atravessamento para peões em algumas ruas da cidade.

f) Sessão de trabalho da equipa de coordenação

Uma vez por ano letivo, um ou mais membros da equipa de coordenação desloca-se a cada escola participante. Nesta sessão: i) são recordados os objetivos do Projeto, ii) as fases em que se desenrola, iii) a rede de escolas no país e rede internacional do Projeto. Aborda-se com os alunos e professores os temas dos projetos a desenvolver ou que já foram iniciados. Frequentemente, os alunos fazem mini-apresentações dos projetos que já estão a iniciar.

Estas sessões de trabalho servem, fundamentalmente, para dialogar com todos os intervenientes no

Projeto, alunos, professores, as direções das escolas e, frequentemente, representantes das autarquias. Este contacto pessoal é decisivo. Com a expansão recente do Projeto, por vezes tem sido difícil realizar estas sessões em cada uma das escolas, o que se tem sido revelado negativo para a respetiva participação - a confirmar a grande importância destas sessões como momentos de mobilização.

g) Sessões de trabalho sobre o Plano Diretor Municipal

Sempre que possível, técnicos das autarquias reúnem com alunos e professores e partilham as principais preocupações do Plano Diretor Municipal, que ajudam a enquadrar os problemas que os alunos estão a pesquisar. Esta constitui também uma forma de aproximar os alunos do poder local, o que tem constituído uma mais-valia muito importante deste contacto.

Quando os projetos já estão iniciados, em algumas câmaras municipais os técnicos têm reunido com cada um dos grupos de trabalho numa experiência muito rica para os alunos, mas seguramente também importante para os referidos técnicos, que assim ficam a conhecer a sensibilidade dos jovens sobre os problemas locais.

i) Realização de Trabalho de campo



Figura 5 - Alunos entrevistam um responsável municipal durante a pandemia

O trabalho de campo é central no Projeto. Os alunos vêm para a rua, fotografam os espaços ou equipamentos sobre que querem atuar e escutam as populações, em pequenos inquéritos ou entrevistas a atores locais. Geralmente, quando identificam um problema, os alunos constroem/idealizam propostas de solução para o mesmo. Essa discussão/problematização por parte dos alunos é importante, mas é fundamental que os alunos escutem a população sobre estes

problemas e sobre as suas próprias propostas – como é sublinhado aos alunos, essas propostas deixam de ser só deles para passarem a representar as opiniões da própria população, ganhando, por isso, maior solidez e credibilidade.

O facto de jovens se dirigirem à população, a fim de recolher a sua opinião sobre um problema local, acaba por ter um importante significado: coloca em discussão pública esse problema.

Recentemente, assiste-se a uma crescente valorização das redes sociais como espaços de realização de inquéritos sobre os projetos dos alunos. Em 2020, com a pandemia Covid-19, reforçou-se, naturalmente, o trabalho de campo com recurso às tecnologias.

j) Elaboração das propostas pelos alunos

As propostas são apresentadas por duas formas: um recurso multimédia, geralmente um *Powerpoint*®, aumentando recentemente a utilização de vídeos. De forma a dar mais visibilidade às propostas dos alunos, incentivou-se a construção de cartazes, a colocar em escolas, autarquias, etc, mas a pandemia veio a interromper esta tendência. A divulgação online tende a ser, com certeza, reforçada.

k) Avaliação intermédia

No quinto mês do Projeto, numa fase já avançada de concretização das propostas pelos grupos, os alunos respondem a um questionário *online*, no sítio do *Projeto Nós Propomos!*, onde identificam as tarefas que já realizaram e aquelas que lhes falta realizar, bem como as dificuldades que estão a sentir. Este exercício vale, sobretudo, como atividade de autoavaliação, em que o grupo faz o seu próprio balanço do desenvolvimento do projeto. A equipa que, desde o IGOT, responde aos alunos, era inicialmente constituída apenas por professores, depois passou a ser constituída por professores e estudantes e, mais recentemente, tem sido constituída apenas por estudantes – o que também constituído uma forma de mobilização dos alunos do IGOT, desde logo os de Ensino de Geografia, para o Projeto. Geralmente, é elogiado o trabalho já desenvolvido e, nalguns casos, são dadas sugestões sobre a forma de superar problemas identificados pelos alunos e tarefas a realizar futuramente - geralmente, relacionadas com a auscultação da população.

A avaliação intermédia é muito importante para os alunos: para além de constituir uma forma de disciplinar o trabalho, os alunos valorizam muito que, do IGOT-Universidade de Lisboa se lhes diga que o trabalho está a ser desenvolvido de forma adequada e adotam, geralmente, as sugestões que lhes são fornecidas. Por vezes, desenvolve-se um continuado diálogo entre o grupo de trabalho e a pessoa ou pequena equipa que realiza a respetiva avaliação

l) Participação em concursos de fotografia, vídeo, texto, desenho, spot publicitário e poster.



Figura 6 - “Não atires peixes do rio”. 1º Prémio do Concurso Nacional de Desenho 2020/21,
Margarida Rodrigues, Escola Secundária de Casquilhos

Ao longo dos anos, foram surgindo fotografias, textos, desenhos e filmes de vídeo de grande interesse e habitualmente pouco valorizados. Constituem subprodutos dos projetos principais desenvolvidos pelos alunos. Assim, em 2014/15, decidiu-se realizar um concurso de fotografia. Pelo seu sucesso, em 2015/16, criaram-se outros concursos como já referido, com assinalável participação dos alunos. Como já se referiu, estes concursos mobilizam alunos com competências muito diversas, o que é muito importante, e dão um renovado colorido e vivacidade ao Projeto (Figura 6).

m) Divulgação das propostas dos alunos

Todos os grupos participam no Seminário Nacional, que se realiza na Universidade de Lisboa, onde apresentam as suas propostas da parte da manhã, para o que dispõem de 10 minutos, numa sala com colegas de outras escolas – no que constitui uma experiência marcante, do ponto de vista da experiência pessoal. Da parte da tarde, realiza-se a sessão plenária, onde responsáveis académicos e autarcas realizam intervenções e são atribuídas distinções e prémios aos alunos. A divulgação das propostas prolonga-se pelas escolas, e, sobretudo, pelas autarquias, com divulgação na comunicação social. Os projetos estão disponíveis no sítio do Projeto (www.nospropomos.igot.ul.pt).

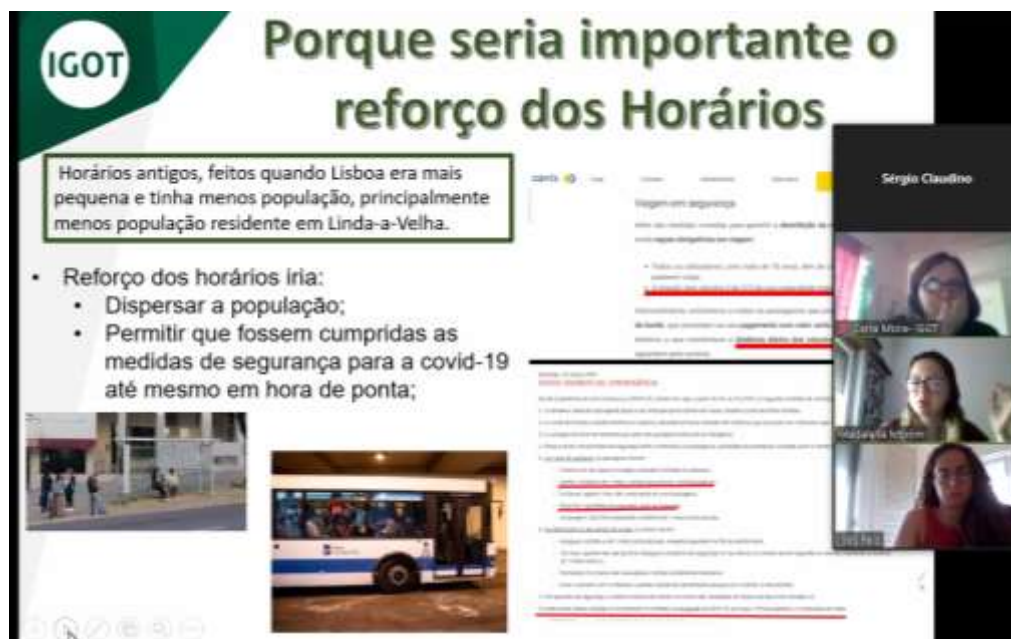


Figura 7- Alunos apresentam as suas propostas no Seminário Nacional online, em 22 de maio de 2021

Em 2021, com a pandemia, o Seminário Nacional do Projeto decorreu online, como já se referiu (Figura 5).

n) Avaliação do Projeto

No final do ano letivo, é lançado um inquérito de avaliação, a alunos e professores. Os alunos são frequentemente críticos da colaboração das autarquias, de outras entidades e da população – estão a trabalhar para a resolução de problemas locais, não têm experiência relevante de trabalho de campo e ficam magoados por não receberem o apoio a que se sentem com direito. Por outro lado, referem a dificuldade em desenvolver o Projeto ao mesmo tempo que têm de gerir outros desafios escolares, como os exames nacionais. Por parte dos professores, há um assinalável aplauso ao desenvolvimento de competências por parte alunos, surgindo depois sugestões/críticas por aspetos pontuais do seu funcionamento.

O Projeto tem, assim, em Portugal, um ciclo anual. Noutros países, como em Espanha, o Projeto Nós Propomos! desenvolve-se na primeira metade do ano, de uma forma mais “concentrada”. De qualquer das formas, parece existir um cer consenso no país sobre este calendário entre os participantes.

7. Uma das propostas dos alunos

Em 2020/21, foi premiado em 1º lugar um projeto sobre valorização do comércio local. Na sequência do desenvolvimento do Projeto, os alunos descobriram que a Câmara Municipal (de Paredes, onde se localiza o Agrupamento de Escolas de Vilela) se encontrava já a desenvolver um projeto semelhante, pelo que optaram por juntar a sua proposta inicial àquela em curso por parte da Câmara Municipal –

sendo, por isso, um projeto em implementação prática. Apresenta-se agora, de forma simplificada, o Projeto da autoria de José Teixeira, Diogo Barbosa, Diana Sousa e Isabel Duarte, tendo pro professora de Geografia a Dra. Sandra Fazenda (Figura 8 a Figura 19).



Figura 8 – Imagem de apresentação do Projeto



Figura 9 – Localização de Paredes no país

Detecção do Problema

- 1 Queríamos detetar um problema que fosse universal e significativo no nosso município;
- 2 Um problema que nos marcasse e que nos dissesse algo enquanto alunos, cidadãos e Paredenses;
- 3 Foi assim que facilmente identificámos problemática, pois temos familiares ligados ao setor;
- 4 O Comércio e os Serviços Locais são fundamentais numa região; tornam-na mais dinâmica, economicamente mais viável e contribuem para a melhoria da qualidade de vida;
- 5 Decidimos então refletir um pouco mais sobre esta temática.

Logos: U LISBOA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG, GOVERNO DE PORTUGAL, Ministério da Economia e Inovação, Ministério da Educação.

Figura 10 – Identificação do problema

Detecção do Problema

Fragilidade, Vulnerabilidade e Fragmentação do Comércio e dos Serviços Locais

Fragilidade deste tipo de comércio face a grandes redes nacionais;

Inexistência de um espírito de união entre os vários comércios e serviços da nossa localidade;

Falta de informação sobre a existência e oferta deste tipo de comércio e serviços;

Vulnerabilidade acentuada face à atual pandemia;

Individualismo comercial;

Falta de incentivos para este setor de atividade;

Logos: U LISBOA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG, GOVERNO DE PORTUGAL, Ministério da Economia e Inovação, Ministério da Educação.

Figura 11 – O comércio local surge como vulnerável

IGOT

Confirmação do Problema

Optámos por realizar 2 inquéritos

Queríamos ouvir a opinião dos dois intervenientes nesta atividade:

Inquérito aos consumidores

- Destinado a todos os consumidores paredenses;
- **500 consumidores inquiridos;**
- Habitantes de todas as freguesias.
- Conhecer a frequência com que recorrem aos comércios e serviços da região e as causas.

Inquérito aos comerciantes

- Dirigido a todos os estabelecimentos de comércio/serviços de Paredes;
- **60 estabelecimentos inquiridos;**
- As respostas, unânimes, permitiram-nos perceber que as nossas ideias poderiam ser uma mais valia.

Logos: LISBOA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG, GOVERNO DE PORTUGAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

Figura 12 – Alunos decidem inquirir consumidores e comerciantes

IGOT

Confirmação do Problema

Inquérito aos consumidores

Questão 1
Qual a frequência com que compra no comércio local?

Frequência	Porcentagem
Sempre	10,2%
Quase sempre	35,2%
Ao acaso	47,7%
Raramente	6,9%

Questão 2
Os estabelecimentos de comércio local têm apoios suficientes para as suas atividades?

Resposta	Porcentagem
Sim	24,6%
Não	75,4%

Inquérito aos comerciantes

Questão 1
Os negócios locais têm ajudas e incentivos suficientes para a prática da sua atividade?

Resposta	Porcentagem
Sim	33,3%
Não	66,7%

Questão 2
Se a resposta foi não, deveriam ter?

Resposta	Porcentagem
Sim	100%
Não	0%

Observação:

Para consultar os inquéritos na íntegra, bem como a análise pormenorizada que realizamos, consultar o nosso site pelo link abaixo mencionado ou através do Qr Code:

- 1) Abrir o site
- 2) Acessar Trabalho Desenvolvido
- 3) Inquérito

https://www.google.com/search?q=trabalho+que+inovamos+o+impacto+municipal

Logos: LISBOA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG, GOVERNO DE PORTUGAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

Figura 13 – São aplicados inquéritos a consumidores e comerciantes



Figura 14 – Resultados dos inquéritos confirmam vulnerabilidade do comércio local



Figura 15 – Alunos propõem uma Plataforma Digital de apoio ao comércio tradicional

Problemas encontrados

01 Agendámos nova reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, com o objetivo de apresentarmos a nossa proposta.

No dia anterior à reunião, vimos que a Câmara Municipal de Paredes criou uma plataforma digital semelhante à que iríamos propor.

03 A nossa ideia acabava de ser posta em prática. E agora? Perdemos todo o nosso trabalho? Todos estes meses de investigação e idealização do nosso projeto foram em vão?

Após conhecermos a iniciativa proposta pela Câmara Municipal, verificámos que tínhamos novas ideias a apresentar, que considerávamos serem uma mais-valia para a plataforma já existente.

05 Reunimos, então, com o Senhor Presidente. Expusemos a situação e apresentámos as nossas novas ideias para dinamizar ainda mais a «Montra Digital».

O Sr. Presidente ficou muito satisfeito com as novas ideias, que considerou «brilhantes». Decidimos ainda nesta reunião, que mais do que sugerir ideias, queríamos envolver-nos e fazer parte da iniciativa. *

02 "Aliamo-nos", assim, oficialmente, ao projeto da Montra Digital da Câmara Municipal de Paredes.

04 *(Ilustração de um grupo de pessoas em reunião)*

06 *(Ilustração de um gráfico de barras)*

Figura 16 – Alunos descobrem que a Câmara Municipal de Paredes tem um projeto semelhante, em início de implementação

O Impacto da Nossa Proposta em Paredes

IGOT Foi assim que a responsabilidade aumentou. Estávamos agora a colaborar com a autarquia numa iniciativa municipal.

Tal como a velha máxima diz, Nós Propomos, Nós Fazemos. E mais do que palavras, surgiu a ação:

- ✓ Idealização, realização e divulgação de vídeos de sensibilização e promoção da Montra Digital
- ✓ Demos a conhecer histórias dos nossos comércios à comunidade → Gravação de entrevistas aos comércios locais, com o apoio técnico da Câmara Municipal;
- ✓ Criámos a iniciativa municipal: «5 Dias, 5 novas formas de mostrar que Compras Movem (P)aredes»

Fomos as caras da divulgação de vídeos publicitários e de sensibilização para a Plataforma e para o Comércio Local em Paredes

Recebemos a notícia, que a nossa principal ideia, a acrescentar à da Câmara Municipal, ia ser acolhida: **O Sistema de Pontos Municipal, virá para Paredes!**

Testemunho do Presidente da Câmara Municipal

"Foi com muita satisfação que tomamos conhecimento da participação de um grupo de alunos da Escola Secundária de Vilela neste programa «Nós Propomos» (...). E com mais satisfação ainda ficamos quando soubemos que (...) não só quiseram saber como funcionava a nossa montra como quiseram ir mais além, (...) quiseram dar ideias de como é que se podia promover essa montra (...) e mais importante ainda do que isso quiseram dar ideias, upgrades para essa mesma montra. E é com muita satisfação que nós vamos acolher uma das ideias fantásticas que nos deram que é fazer com que no futuro quem compre no comércio tradicional em Paredes possa ter acesso a descontos mediante o volume de compras que faça até descontos naqueles serviços que são prestados pela Câmara Municipal de Paredes (...)"

Presidente da Câmara Municipal de Paredes
Dr. Alexandre Almeida

Consulte o testemunho em vídeo, no Youtube ou no nosso site!

<https://sites.google.com/view/compras-que-movem-paredes>

Youtube
<https://youtu.be/1grzylx32Y>

Figura 17 – A proposta do grupo de alunos é integrada com a da Câmara Municipal, complementando-se entre si

IGOT

O Nosso Site e Vídeo de Projeto

Decidimos por fim, criar um site com toda a nossa caminhada durante este projeto.

No site, poderá encontrar todas as etapas do nosso percurso.

- Inquéritos: resultados e análise detalhada
- Vídeo da Entrevista ao Autarca Local
- Simulação da Nossa Proposta
- Parcerias com a Câmara Municipal
- Vídeos de sensibilização
- Testemunhos de paredenses
- Impacto na comunicação social
- Vídeos da Iniciativa «5 dias, 5 novas oportunidades de mostrar que Compras Movem (P)aredes»
- Imagens dos bastidores de gravação, e muito mais!

Consulte já, conheça a nossa <https://sites.google.com/view/compras-que-movem-paredes>

Assista também ao vídeo de apresentação do nosso projeto:

YouTube

Link para assistir: <https://youtu.be/72Q9dxnG>

Logos: LISBOA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG, PORTUGAL, INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Figura 18 – O projeto tem ampla cobertura mediática, também na televisão nacional

COMPRAS QUE MOVEM (P)AREDES

Com este Projeto aprendemos,
Com este Projeto crescemos,
Com este Projeto mudamos,
Com este Projeto, percebemos que não queremos lamentar problemas, queremos fazer parte da Solução!

Manuela Barbosa
Participámos sem qualquer dúvida e já têm feito um excelente trabalho. Magnífico! Muito muito obrigada!
7 dias · Alentejo · Notícias

Gil Neves
Estes jovens apresentaram um trabalho digno de registo e que deve ser valorizado pela sua componente. De facto, o comércio local é um eixo estratégico para avançarmos a economia local. Parabéns pelo trabalho realizado e votos de muito sucesso!

Nos Propomos

valsousa.tv
tvi24

Compras que movem (P)aredes
UM PROJETO, UM SONHO, UMA CONQUISTA

Figura 19 – Reflexão final dos alunos: cresceram e tornaram-se parte da solução

8. Um falso começo em 2010/11, aposta vencida em 2011/12 e expansão do Projeto

Não vou fazer uma “história” do Projeto Nós Propomos”, mas não resisto a uma pequena nota sobre os primeiros passos do Projeto.

Pensei criar o Projeto Nós Propomos! no começo do no letivo de 2010/11, apelando ao financiamento da antiga Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/DGOTDU e da Direção-Geral de Educação/DGE – no cruzamento do pedido a estas duas Direções-Gerais identifica-se o duplo tripé em que pretendia desenvolver o Projeto: o do ordenamento do território e o da educação. O que eu pretendia era tão somente isto: pagar as despesas de deslocação que eu fizesse a escolas, no âmbito do Projeto.

A DGOTDU, cujo diretor-geral, Arquiteto Vitor Campos, eu conhecia da Sociedade de Geografia de Lisboa, começou por manifestar a sua disponibilidade para apoiar o Projeto. Estabeleci contacto com DGE através da minha colega Luisa Ucha da Silva, que me disse que a DGE apoiaria o Projeto, mas não tinha verbas. Comuniquei isso mesmo ao Arquiteto Vitor Campos, que me disse então que a DGOTDU não iria apoiar. Desisti então e decidi retomar o projeto para o ano letivo seguinte, com mais calma. Pedi apoio, então, aos dois núcleos do Centro de Estudos Geográficos de que eu fazia parte: o NEST, Núcleo de Estratégias e Políticas Territoriais, então coordenado pela minha colega Isabel André (já desaparecida) e ao HEGEC, núcleo de História e Ensino da Geografia e da Cartografia, coordenado pelo meu colega Herculano Cachinho. Ambos os núcleos acederam no financiamento de 500€ cada, num total de 1000€ anuais. Este financiamento foi ainda repetido um ano. Divulgo o Projeto Nós Propomos! numa rede de contactos de Geografia, relativamente alargada, que existia então, e sou contactado pelo Dr. Rui Santos, da Esri Portugal, que se disponibiliza a ir comigo às escolas: eu divulgaria o Projeto, ele a possibilidade de os alunos utilizarem o software da Esri nas suas atividades. E assim sucedeu esta parceria até 2016. O apoio da Esri Portugal não se traduziu num aumento de vendas de software às escolas; o aumento da rede de escolas as deslocações eram cada vez mais numerosas e esta parceria foi interrompida. Em 22 de outubro de 2012, o Dr. Rui Santos veio ter comigo ao começo da tarde, terminava às 17 horas a candidatura ao concurso “Escolher Ciência” da Agência Ciência Viva, para realizarmos a candidatura. Na realidade, a plataforma não fechou às 17 horas, pusemos na candidatura o que já estávamos a fazer, e a candidatura foi aprovada (4000 euros). O financiamento inicial do CEG/IGOT, do Ciência Viva, o apoio da Esri Portugal “esticou” o pagamento de despesas até 2016/17. Entretanto, o pagamento das despesas do Projeto, designadamente dos seminários nacionais, passou a ser efetuado pelo IGOT, que, aliás, possui o registo/patente do Projeto.



Figura 20 – Primeira reunião do Projeto Nós Propomos!, em novembro de 2011/12

Mas regressemos a 2011/12. Garantido o apoio do HEGEC e do NEST, defini que quatro escolas constituía o número mínimo para que o Projeto Nós Propomos! funcionasse. Difundida a ideia do Projeto na minha rede de contactos e na referida rede “Geografia.Pt”, contactados dois antigos alunos, professores em escolas diferentes, que acreditava que poderima participar no Projeto (e não me desiludiram), tenho a inscrição de nove escolas, maioritariamente na área de Lisboa, com a Escola Secundária João de Deus a dar dimensão nacional ao Projeto. Na realidade, admirei-me com a adesão de tantas escolas, que forma, para além da já mencionada: Escola Secundária Ferreira Dias, Escola Secundária Raúl Proença, Escola Secundária da Amadora, Escola Secundária Manuel Cargaleiro, Externato Cooperativo da Benedita

Fizemos uma primeira reunião do Projeto nas instalações provisórias do IGOT, no dia 19 de novembro (Figura 20). Todos os colegas participantes no Projeto estiveram presentes, na ansiedade de um Projeto que se inicia (Figura 20). Participaram ainda a Professora Cristiana Martinha (agora na Universidade do Minho), que me sugeriu, muito bem, a inclusão, no subtítulo, do conceito de “cidadania”, o Dr. Rui Santos e o meu colega Professor Mário Vale, que abordou o planeamento municipal e os planos diretores municipais, com que se pretendia articular o Projeto. Naturalmente, eu já tinha delineado o desenvolvimento do Projeto, mas discutiram-se vários aspetos do mesmo,

alguns ainda hoje em aberto, como a atribuição, ou não, de prémios aos alunos. E o Projeto seguiu, então, o seu caminho.

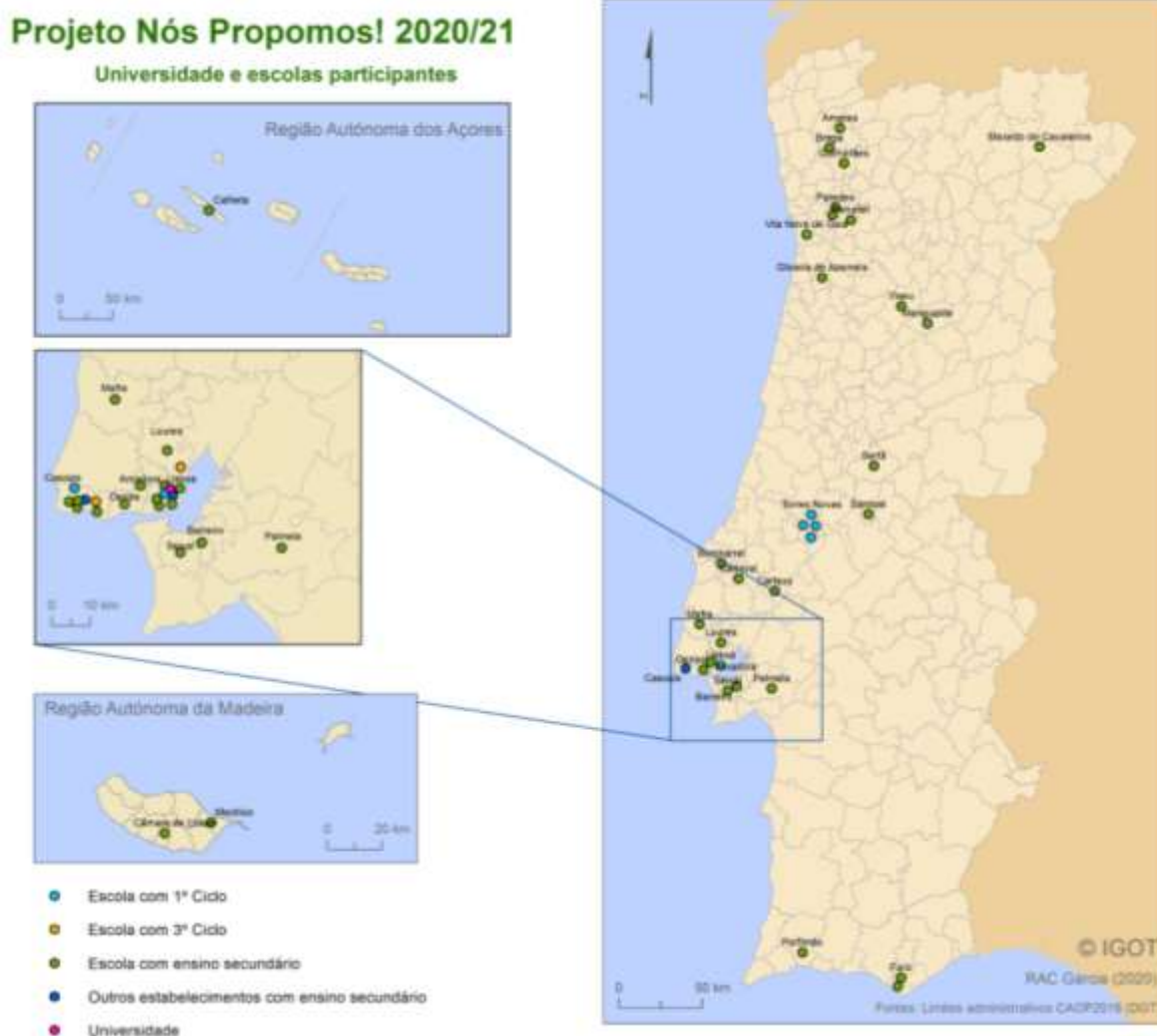


Figura 21 – O Projeto Nós Propomos! em Portugal em 2020/21

Algumas notas sobre esta evolução, complementando o que já foi referido. Em 2014/15, pela primeira vez, o Projeto foi divulgado pelas escolas pelo Ministério da Educação e isso contribuiu para a sua expansão, decididamente para lá das áreas metropolitanas e das capitais de distrito – reforçando-se a dificuldade em apoiar o trabalho de todas as escolas. Nesse mesmo ano, iniciaram-se os concursos temáticos (fotografia) e, ainda, o Projeto Nós Propomos! Pequenos Grandes Cidadãos, ao mesmo tempo que é lançado o Projeto em universidades seniores (onde tem funcionado de forma descontinuada). Em 2015 e em 2017, realizaram-se visitas de estudo ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, patrocinadas pelo Partido Comunista Português, o que deu renovada visibilidade ao Projeto. De 2018 a 2020, o Projeto é abraçado como projeto de cidadania pelo município de Cascais, o que é interrompido no começo de 2020, com o começo da pandemia. Antes, em 2019, é criada uma

associação internacional de municípios Nós Propomos!, numa parceria entre a Câmara Municipal de Cascais e o IGOT, que depois não teve continuidade.

O Projeto registou, desde a sua fundação, uma assinalável expansão em Portugal. Em Portugal, está presente por todo o país, também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Figura 21). Contudo, é uma distribuição inquietante: sendo certo que há menos escolas nas regiões mais periféricas, nas mesmas há uma limitada ou nula adesão ao Projeto, como se a Escola interiorizasse a falta de dinamismo local – o Projeto Nós Propomos! (como outros projetos nacionais) parecem não conseguir ultrapassar, ao encontro do que já se referiu. Mais recentemente, o Projeto viu diminuir a adesão de escolas (Figura 22), o que refletirá o efeito da pandemia mas, também, limitações próprias, como a de recursos. O número de alunos tende a acompanhar grosseiramente o de escolas, também com uma diminuição em 2020/21 (Figura 23). Contudo, o número de projetos dos alunos tem aumentado continuamente, o que significa, de alguma forma, aumento de produtividade (Figura 24).

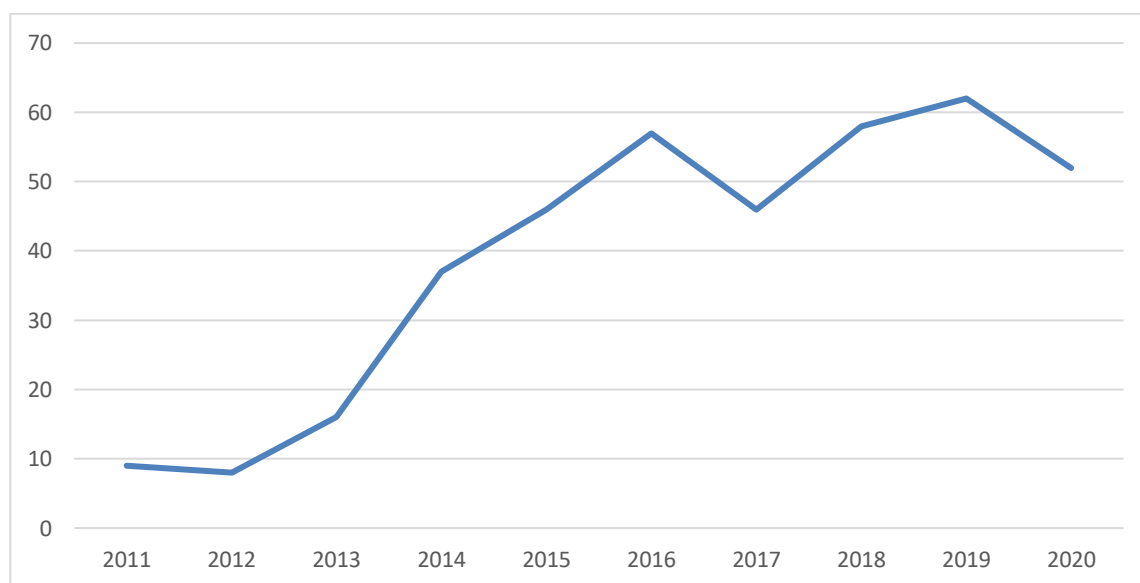


Figura 22 – Nº de escolas aderentes ao Projeto 2011/12-2020/21

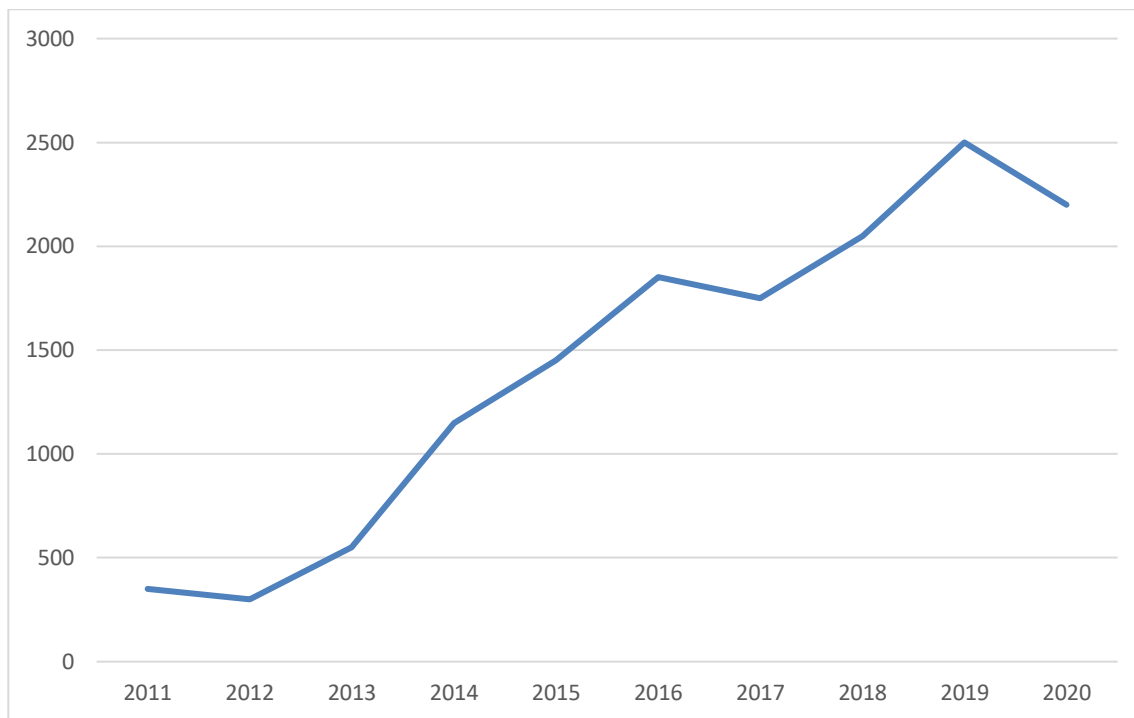


Figura 23 – Nº de alunos participantes no Projeto

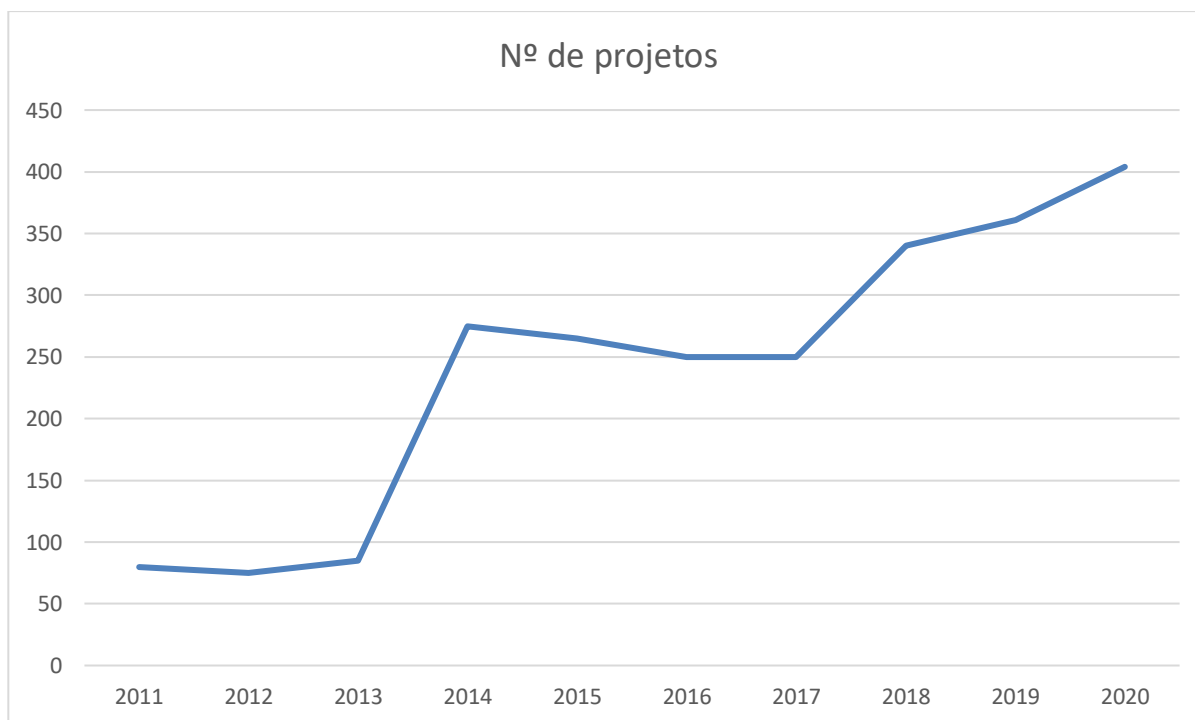


Figura 24 – Nº de projetos dos alunos

Nos anos de pandemia houve uma redução nítida do número de participantes. Contudo, note-se que noutros países o Projeto foi ou totalmente ou parcialmente suspenso, o que esteve longe de suceder em Portugal. Ao contrário, evidenciou uma evidente resiliência e adaptabilidade.

Fora de Portugal, em 2021/22 o Projeto está implementado em Espanha (desde 2016/17), Moçambique (2017/18), Brasil (2014, assumindo uma assinalável dimensão), Perú e Colômbia (2018), México (2019) e, mais recentemente, está a ser implementado na Costa Rica. É o projeto educativo criado em Portugal com maior internacionalização.

9. Por isso o Projeto Nós Propomos!

O Projeto Nós Propomos! assume o desafio de colocar a escola ao serviço da comunidade e promove a educação para a cidadania territorial dos jovens que “aprendem” a olhar criticamente para a realidade próxima e a construir propostas de solução para os problemas encontrados, desenvolvendo múltiplas competências.

É um Projeto marcado por limitações várias, como a resistência à alteração das rotinas escolares ou a dificuldade de mobilização de recursos. Apesar destas limitações, o Projeto Nós Propomos! tem conseguido uma assinalável durabilidade e uma resiliência evidentes, como o demonstrou, ainda agora, durante a pandemia. Ele mobiliza professores inovadores e abertos a uma educação alternativa àquela marcada pelos paradigmas dominantes nos séculos XIX e XX. Afinal, é possível centrar, na educação geográfica, desafiar alunos a participar ativamente na construção de comunidades mais sustentáveis, onde se goste e queira viver.

Do ponto de vista da visibilidade pública, é evidente que a disciplina de Geografia tem reforçado o seu diálogo com a comunidade, a nível local, nacional e internacional, através do Projeto Nós Propomos! Como afirmou o Secretário de Estado da Educação português, sobre o Projeto Nós Propomos!, “Nós somos cidadãos do mundo, mas somos os nossos territórios, somos os nossos lugares, somos as relações que se estabelecem localmente, somos as ações que, em pequenos gestos, contribuem para a sustentabilidade do Planeta.” (Costa, 2019, p. 5). Exatamente, somos os nossos lugares e as nossas ações

Não vale a pena chorarmos a falta público de reconhecimento da disciplina de Geografia. Este existe se nos comprometermos com a sua utilidade social e educativa, como o Projeto Nós Propomos! evidencia. Mas, mais importante, do que a relevância que o Projeto possa conceda à disciplina de Geografia, importa o que o Projeto contribui para a formação dos nossos alunos. Assim escreveu a colega Ilda Bicraco, num email de 10 de outubro de 2021, aos colegas que participam no Projeto Nós Propomos!:

A todos os colegas que vão iniciar um ano de trabalho neste Projeto, deixo também uma palavra de incentivo: as nossas crianças e os nossos jovens vão certamente construir um mundo melhor.

Por isso, o Projeto Nós Propomos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, M. L., Brazão, M., & Martins, O. S. (2001). Programa de Geografia A. Ministério da Educação.

Andreis, A. M. (2012). Ensino de geografia: fronteiras e horizontes. Compasso Lugar-Cultura/Imprensa Livre.

Araya Palacios, F, Souto González, X. M. & Claudino, S. (2018). Perspectives on Global Understanding in Ibero-American Countries. In A. Demirci, R. Miguel González, S. W. Bednarz (Eds.) Geography Education for Global Understanding (pp. 131-142), Springer.

Associação de Professores de Geografia & Associação Portuguesa de Geógrafos (2019). Educação Geográfica e Ordenamento do Território (carta conjunta) (pol.). <http://www.aprofgeo.org/wp/?p=1361>

Bailly, A., Beguin, H. & Scariati, R. (2016). Introduction à la géographie humaine. Armand Colin, 9^a ed.

Bazolli, J. A. (2017). Nós Propomos! e a busca inovação no campo da extensão universitária. In J. A. Bazolli, S. Claudino, M. V. C. Silva, S. F. R. Viana, & W. C. Silva (Org.), A Extensão Universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós Propomos” (pp. 13-27). EDUFT.

Braga, F. S. (2018). A cidadania territorial na formação inicial de professores de geografia em universidades portuguesas e brasileiras [Territorial citizenship in the initial training of geography teachers in Portuguese and Brazilian universities]. Repositório da Universidade de Lisboa, <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35140>

Canário, R. (2005). O que é a Escola? Porto Editora, 2005.

Claudino, S. (2006). Portugal peninsular e os desafios regionais. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, VXLII (81), 105-120

Claudino, S. (2018). Educação Geográfica, Trabalho de Campo e Cidadania. O Projeto Nós Propomos! In F. H. Veiga (Coord.), O Ensino na Escola de Hoje. Teoria, Investigação e Aplicação (pp. 265-303). Climepsi Editores.

Claudino, S. (1989). Geografia: Para Quê, Como?, Comunicações ao III Encontro Nacional de Professores de Geografia [Communications to the III National Meeting of Geography Teachers]. Associação de Professores de Geografia [Geography Teachers Association], Porto, Portugal.

Claudino, S. (2019). Project We Propose! Building Territorial Citizenship from School. In J. A. Pineda-Alfonso, N. Alba-Fernandez & E. Navarro-Medina, Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity (pp. 350-382). IGI Global, doi: 10.4018/978-1-5225-7110-0

Coscurão, R. & Claudino, S. (2021). Proposals and Territorial Concerns of the Geography Students Involved in the Project We Propose! 2019/20. Review of International Geographical Education (RIGEO), V.11(3), 605-624. 10.33403/rigeo.799251

Costa, J. (2019). Prefácio. In S. Claudino, X. M. Souto, M. A. Rodríguez Domnenech, L. Bazolli, R. Lenilde, C. L. Gengagnel, L. Mendes, & A. T. Silva, Educação, Geografia e Cidadania (pp. 5-6). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Claudino, S. (2020). Projeto Nós Propomos!: uma escola comprometida com a comunidade. Associação Portuguesa de Educação Ambiental. <https://aspea.org/index.php/pt/noticias/523-projeto-nos-propomos-uma-escola-comprometida-com-a-comunidade>

Callai, H. C. & Moraes, M. M. (2016). A Educação no Brasil e o Ensino de Geografia. Apogeo, 49, 36-47.

Cavalcanti, L. S. (2012). A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Papyrus.

Cavalcanti, L. S. (2019). Ensino de Geografia e cenários urbanos cotidianos: laboratórios para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Punto Sur, 1, jul-dic, 122-143, doi: 10.34096

Cuesta-Fernández, R. (1997) - *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Ediciones Pomares-

Corredor.

Fernandes, J. R. & Chamusca, P. (2009). Governância, Planeamento e Estratégias de Desenvolvimento Territorial: reflexões a propósito da teoria e da prática. *Inforgeo*, 24, 27-43

Ferrão, J. & Dasi, J. F. (2016). Governança [Gobernanza, Governance]. In J. A. R. Fernandes, L. López Trigo, E. S. Sposito (Orgs.). *Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território* (pp. 237-238). Porto Editora.

Figueiredo, C. C. (2005). Formação Cívica. E agora, um tempo para reflectir? In C. Carvalho, F. Sousa, & J. Pintassilgo (Org.). *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar* (pp. 23-47). Porto Editora.

Fonseca, A. M. (2001). *Educar para a cidadania. Motivações, Princípios e Metodologia*. Porto Editora, 2ª Ed.

Gabinete de Avaliação Educacional (2005). *Acta da Reunião do Conselho Consultivo de Geografia*. Gabinete de Avaliação Educacional (pol.).

García-Pérez, F. F., Alba-Fernández, N., & Navarro-Medina, E. (2015). La formación inicial del profesorado para enseñar ciudadanía. Experiencias en los niveles de grado e de máster. In B. Borghi, F. F. García-Pérez & O. Moreno-Fernández. *Novi Cíves. Cittadini dall'infanzia in poi* (pp. 137-148). Pàtron Editores.

Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M. & Whatmore, S. (Ed.) (2009). *The Dictionary of Human Geography*. Willey-Blackwell, 5ª ed.

Martins, O. S., Alberto, A. F. & Além, M. G. (2001). *Programa de Geografia B...* Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário.

Moreno Fernández, O. (2013). Educación ambiental y educación para la ciudadanía desde una perspectiva planetaria. Estudio de experiencias educativas en Andalucía [Environmental education and education for citizenship from a planetary perspective. Study of educational experiences in Andalucía].

Repositório da Universidad Pablo de Olavide, <https://rio.upo.es/xmlui/handle/10433/650>.

Parra Monserrat, D. & Souto González, X. (2015). La construcción de la Ciudadanía en el marco escolar español. In B. Borghi, F. F. García-Pérez, & O. Moreno-Fernández, *Novi Cíves. Cittadini dall infanzia in poi* (pp. 159-171). Pàtron Editores.

República Portuguesa, XXI Governo Constitucional (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. República Portuguesa (pol.).

República Portuguesa. Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais. Articulação com o Perfil dos Alunos. Geografia A, 11º ano*. República Portuguesa. Educação (pol.).

Rodríguez Domenech, M. A. & Claudino, S. (2018). Principios y base metodológica del proyecto ¡Nosotros proponemos! In M. A. Rodríguez Domenech, & S. Claudino (Coords). *¡Nosotros proponemos! Ciudadanía, sostenibilidad e innovación geográfica ante los desafíos educativos de la sociedad* (19-38). Editorial GRAÓ.

Santos, M. (1989). O retorno do território. In M. Santos, M. A. Souza, M. L. Silveira, *Território, Globalização e Fragmentação* (pp. 15-20). Editora HUCITEC, 4ª Ed

Santos, M (2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Editora da Universidade de São Paulo.

Shun, E. E. ; Bednarz, S. W. (2019). Conceptualizing Spatial Citizenship. In E. E. Shun, S. W. Bednarz, *Spatial Citizenship Education* (pp. 1-9). New York.

Souto, X. M. & Claudino, S. (2019). Construimos uma Educação Geográfica para a Cidadania Participativa. O caso do Projeto Nós Propomos! *Revista Signos Geográficos – Boletim NEPEG de Ensino de Geografia*, V1, 1-16, <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171>

Tedesco, J. C. (2008). *O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Fundação Manuel Leão, 3ª ed.

DE NÓS PROPOMOS! A NOSALTRES PROPOSEM!

Benito Campo Pais
 Isabel Henarejos Crespo,
 Miquel Martínez Martín
 Vicent Peris de Sales
 Xosé M. Souto González
 (*socialsuv* y *Gea-Clío*)¹

El proyecto *Nosaltres Proposem* no se puede entender sin hacer referencia tanto a la evolución de la enseñanza de la geografía en el ámbito del Geoforo Iberoamericano de Educación, Geografía y Sociedad², como a la propia evolución del contexto de la innovación escolar en la Península Ibérica. Y en este sentido hemos de mencionar el papel de Sérgio Claudino desde el IGOT de la Universidad de Lisboa (Claudino, 2018) y el papel del colectivo Gea-Clío en el ámbito español (Ramírez y Souto, 2017). Igualmente debemos considerar que se enmarca en la evolución científica de la Geografía, derivando a una explicación de los problemas sociales que incluye también a la perspectiva histórica. Tiempo y espacio que, como recordaba Milton Santos, se integran como variables explicativas de dichos fenómenos sociales. Y los problemas cotidianos lo son.

A finales del siglo XX, como reacción al conocimiento normativo y neopositivista de la "Nueva Geografía", la Geografía Humanista, la Geografía de la Percepción, la Geografía Radical o la Geografía Crítica abren puertas para estudiar el cotidiano y propiciar la participación ciudadana. Es en este contexto que se desarrolla el Proyecto *Nosaltres Proposem!* Un programa escolar que llega a España en el curso escolar 2016/17, a través de la Universidad de Castilla-La Mancha y Ciudad Real (Rodríguez Domenech y Claudino, 2018), y que después pasa a la Universitat de València con tres núcleos escolares: un colegio de Infantil y Primaria en Xàbia y dos centros de Secundaria en Ontinyent y València.

Las prioridades del proyecto, tal como se instituyen en Portugal, consisten en estudios de caso que analizan problemas específicos (urbanísticos, ambientales, escolares, sociales...) que se realizan desde las aulas, para finalmente ofrecer soluciones a aquellas instituciones que pueden adoptar las medidas políticas, fundamentalmente los gobiernos locales, los ayuntamientos. De tal manera que podemos sistematizar las aportaciones valencianas en cuatro ámbitos de trabajo (ver tabla 1):

- 1.- estudio escolar del espacio de la localidad proponiendo una mejora del territorio
- 2.- exposición ante la comunidad, escolar y municipal del proyecto
- 3.- acuerdos con la administración municipal para su exposición pública y consideración

¹ Este artículo se redacta dentro del proyecto Las representaciones sociales de los contenidos escolares en el desarrollo de las competencias docentes, con REFERENCIA: PGC2018-094491-B-C32 del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades.

² El Geoforo recoge las opiniones del alumnado y profesorado universitario en relación con los problemas sociales: <http://geoforo.blogspot.com/>

4.- participación y pertenencia a la red del proyecto

Tabla 1. Desarrollo de los Objetivos principales del proyecto Nosaltres Proposem en los centros escolares de la Comunidad Valenciana

Nos Propomos -Nosaltres Proposem	CEIP Vicente Tena, Xàbia	IES Jaume I/ Colegio La Concepción. Ontinyent	IES Font de Sant Lluís. València
1.- Cursos para el estudio escolar	Cursos de primaria Estudiantes de 5º y 6º	Secundaria y bachiller. Jaume I: 1º y 2º ESO La Concepción: 1º ESO y 1º Bachiller	Secundaria: 1º y 2º ESO 4º ESO. PR4
2.-Exposición ante la comunidad	Encuentro en Lisboa en 2018 y Ciudad Real en 2019	AMPA, encuentro en València- la NAU Y Lisboa en 2018 y Ciudad Real en 2019	Encuentro en València- la NAU en 2018
3.- acuerdos con la administración local	Concejalía de educación del ayuntamiento de Xàbia y con AMJASA (Aguas Municipales de Jávea, S.A.)	Acuerdo del pleno del ayuntamiento Ontinyent sobre Nos Propomos-Nosaltres Proposem	Contactos de acuerdos en proceso
4.- Participación en el proyecto internacional	I Congreso iberoamericano Nos Propomos-2018		
	Inscripción,participación en proyectos año Concurso logos – ganador año 2019-2020	Inscripción,participación en proyectos año Participación en Ontinyent Participa	Inscripción,participación en proyectos año 2018

Fuente: elaboración propia

La pertenencia de los y las docentes al grupo de renovación Gea-Clio, que como hemos dicho constituye un impulso del proyecto Nos Propomos en la comunidad Valenciana, ha supuesto introducir una serie de características y objetivos específicos que se exponen a continuación:

- 1.-Trabajar desde problemas socioambientales, considerando no solo al medio urbano, sino también al medio rural y natural que pertenece a un municipio, entendiendo que los habitantes de un municipio son ciudadanos que deben preocuparse y participar de todos los problemas del municipio ya no solo se generan e inciden en las zonas urbanas.
- 2.-Elaborar manuales escolares-UD propias como medio para que los estudiantes aprendan y elaboren propuestas de mejora en el paisaje municipal acordes a los conocimientos, procedimientos y actitudes que deben desarrollar en la etapa escolar en que se encuentren. En este sentido se apuesta por introducir el proyecto dentro de los contenidos, tiempo y espacios curriculares.
- 3.-Establecer una relación bilateral con la universidad en forma de flujo de comunicación y transferencia de saberes y experiencias, con ellos se persigue también se faciliten los instrumentos necesarios para la investigación y formación de los problemas planteados. Se busca complementar la investigación con la innovación.
- 4.-Difundir y explicar en los foros educativos las experiencias y logros alcanzados. En ese sentido se amplían los

resultados obtenidos por un proyecto curricular que posee más de treinta años de existencia.

La tabla 2 puede servir de orientación para entender la aplicación de estos cuatro elementos del proyecto en su aplicación a los estudios de caso.

Tabla 2. Desarrollo del proyecto Nos Propomos según los objetivos desde Gea-Clio en la Comunidad Valenciana

Gea-Clio- Nos Propomos	CEIP Vicente Tena, Xàbia	IES Jaume I y Colegio La Concepción, Ontinyent	IES Font de Sant Lluís, València
1.- Problemas sociambientales	El problema del agua en el medio urbano. El litoral y las aguas marinas	La mejora del paisaje fluvial del río Clariano	La mejora de los problemas del barrio de Quatre Carreres
2.- Manuales escolares-UD	Elaboración de guías y participación del alumnado como docentes: "Mestres por un dia"	UD: Ens seguiren bayant en el Pou Clar UD: Nosaltres proposem què fer amb el paisatge del riu Clariano. Quadern de Camp: explorant el riu Clariano.	Material en diseño para estudiar un área del Distrito 10 en Quatre Carreres
3.- Colaboración centros escolares- con unidades de docencia e investigación de la universidad	Vicerrectorado de Proyección Territorial y Sociedad-Univ. de València Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales-Univ. de València. CEFIRES- centros de formación permanente del profesorado		
	Recursos documentales, cartográficos de la localidad, formación metodológica, programación de actividades.		
	Programa de innovación educativa e investigación: clima y paisaje de Ontinyent		
4.- Difusión y explicación del proyecto internacional	I Trobada Didáctica Ciencias Sociales (Facultad Magisterio-UV, 2017) VIII Congreso Ibérico Didáctica da Geografía (Lisboa, 2017) Curso CEFIRE: 30 años de Gea-Clio (Cefire València, 2018) 4º Encuentro de centros Innovadores de la Comunidad Valenciana (2018) XVI Coloquio Ibérico da Geografía (Lisboa, 2018) Curso CEFIRE: Educación Inclusiva (Gandía, 2018) Curso CEFIRE Xàtiva: el estudio del medio como proyecto curricular interdisciplinario en Primaria y Secundaria (Ontinyent, 2019)		
	Exposición de los alumnos en la semana de actividades complementarias de la Facultad de Magisterio de València (2019)	Participación semanas pedagógicas en Ontinyent (2018, 2019)	Seminarios Gea-Clio

Fuente: elaboración propia

El proyecto se va difundiendo en coherencia con las posibilidades de implementarse, tanto por el

compromiso docente, como por las decisiones adoptadas por las instituciones locales como universitarias³. Una vez que hemos constatado las complementariedades de estos tres núcleos, al que se unirá un cuarto en Riba-Roja, vamos a analizar sus características específicas.

Colegio Vicente Tena/Mediterrània⁴. Xàbia

Antecedentes

El colegio Vicente Tena de Xàbia se incorpora al proyecto después de una invitación a participar en la I Jornada de Intercambio de Experiencias de Innovación, organizada por la Universidad de Valencia, concretamente por la Facultad de Magisterio, a finales de junio de 2018. Más tarde asistimos a las exposiciones que realizaron diferentes centros educativos de Valencia y Ciudad Real. Finalmente el Ayuntamiento de Xàbia nos concedió su apoyo. El primer acto como miembros de Nós Propomos, avalados por la Universidad de Valencia, fue el I Congreso Internacional celebrado en Lisboa del 7 al 11 de septiembre de 2018. Una actividad práctica que se sustentaba en una reflexión teórica (Ainscow, *et al.*, 2001; Zabalza, 1994) que había incidido en nuestros proyectos educativos.

Figura 1: Alumnado, profesoras y familias en Lisboa y en clase en Xàbia



Fuente: Profesorado del proyecto

Allí presentamos los dos proyectos que íbamos a desarrollar durante el curso escolar 2018 – 2019: en quinto nivel se trabajaría sobre Turismo Sostenible y en sexto sobre El Ahorro de Agua, que se incluyeron dentro de las programaciones del primer trimestre como una Unidad Didáctica Integrada. La Consellería d’Educació lo destacó como Proyecto de Innovación Educativa para tres cursos con una dotación económica superior a 3.500 euros. El alumnado realizó un trabajo de investigación, análisis, selección y estudio de los temas escogidos, después los estructuró para ser expuestos delante de un

³ En la página web del grupo de investigación *socialsv* de la Universitat de València se resumen algunas de las actuaciones del proyecto: <http://socialsv.org/nos-propomos/>

⁴ El colegio Vicente Tena pasará a llamarse a partir del próximo curso CEIP Mediterrània.

público y, todo con una gran repercusión social al final.

La metodología utilizada está basada en el *Flipped classroom*, como modelo pedagógico en el que el alumnado es parte activa del proceso de aprendizaje. Se rompe el modelo tradicional en el que el temario es impartido por el maestro.

Nuevas metas y más contenidos en el proyecto

Todo ello motivó al alumnado a buscar nuevas situaciones de aprendizaje. Así los temas sobre los que se trabajó son:

Tabla 3. Contenidos educativos desarrollados desde Nosaltres Proposem en Xàbia para Educación Primaria.

TURISMO SOSTENIBLE 5º curso (10/11 años)	AHORRO DE AGUA 6º curso (11/12 años)
1. bike park	1. localización y estado de las fuentes de agua potable a Xàbia
2. rutas guiadas	2. campaña de sensibilización, "agua del grifo, por favor"
3. reserva marina	3. diseño de una app para controlar el consumo de las fuentes de agua potable
4. actividades acuáticas	4. sistema de captación de aguas pluviales
5. playas	5. construcción de un campo fotovoltaico para abastecer de energía eléctrica la desalinizadora
6. parque natural el Montgó	6. servicio de distribución de agua embotellada de la desalinizadora a domicilio, con dispensadores
7. carril bici	7. jardines sostenibles
8. ¿qué hacemos con los desechos	8. reutilización del agua de la depuradora
9. el turismo y la economía de Xàbia	9. contadores que limitan progresivamente el uso de agua
10. la cultura y el turismo	10. más desalinizadoras o más bombas de agua?
11. desplazamientos dentro y fuera del término	11. ¿ ducharse o bañarse?
12. pesca sostenible	12. sensores de movimiento en todas las grifos ecología del agua en Xàbia
	13. el agua embotellada
	14. el agua y los incendios forestales
	15. reutilización de agua depurada
	16. uso y abuso de agua en diferentes sectores del término de Xàbia

Fuente: elaboración propia

Después de un primer trimestre de tarea muy intensa, el lunes 17 de diciembre se constituyó un tribunal de selección para determinar los trabajos que nos representarían en la Universidad de Castilla la Mancha la primera semana de abril. Los temas seleccionados para exponer en Ciudad Real fueron: Mejores Rutas en Xàbia en quinto nivel y Las Fuentes de Xàbia en sexto.

Figura 2: El trabajo del agua en el proyecto de Xàbia

Nosotros proponemos... Mejores rutas en Xàbia



C.E.I.P. VICENTE TENA



Fuente: Elaboradas por el proyecto en Xàbia

Este proyecto de Las Fuentes de Xàbia se está materializando. El día 23 de octubre de 2019 el representante de AMJASA, Pascual Ladrón de Guevara, se personó en el Consejo Escolar del Centro para informar que la empresa municipal iba a empezar con la colocación de las fuentes. Se les pidió a los alumnos que son miembros del Consejo Escolar, que escogieran el modelo de fuente a instalar. La experiencia en Ciudad Real para nuestro alumnado, fue del todo gratificante, aunque el tiempo no acompañó

En el curso actual 2019 – 2020 el tema que estamos trabajando es: La Recuperación del Central Cinema (como espacio de ocio para niños y niñas de entre ocho y 16 años). Hemos empezado con mucha energía y con un enfoque diferente ya que, entre todos diseñaremos el tema para exponer (para evitar el tener que presentarlos frente a un tribunal).

Contamos con la ayuda de la Oficina Técnica del Ayuntamiento de Xàbia, que nos ha proporcionado los planos del local y de, Ricardo Catalá de Ricardo Catalá Interiorismo y Alejandra Cebrián de *CMR Interior Design* para estudiar más detenidamente los planos e ir viendo diferentes posibilidades de actuación. Ellos, que han podido acceder al interior de cine, nos han mostrado una grabación que muestra el lamentable estado en que se encuentra. Han pedido a los niños y niñas una lluvia de ideas y, les han enseñado un ejemplo de cómo puede quedar un local, por muy estropeado que esté, tras recrearlo digitalmente en 3D.

También hemos visitado los colegios del casco antiguo de Xàbia para compartir con otros niños y niñas el trabajo que están realizando. Queremos recoger ideas que se puedan incorporar al proyecto. También los hemos invitado a visitar el CEIP Vicente Tena a principios de año para que puedan ver cómo queda la propuesta que haremos al Ayuntamiento⁵.

⁵ Más información se puede consultar en: <http://socialsuv.org/nos-propomos-xabia/>

Instituto Font de Sant Lluís

Antecedentes

Para comprender el proyecto de participación ciudadana de este centro escolar hay que remontarse algunos años atrás. El año 2013 la comunidad educativa inició un proceso de transformación de la organización educativa para dar respuesta a los elevados niveles de conflictividad y absentismo escolar y unos resultados académicos nefastos.

Aprovechando las posibilidades que ofrecía la Orden 46/2011 sobre la transición entre las etapas educativas obligatorias se elaboró un Plan que incorporaba el trabajo indisciplinar por ámbitos, el aprendizaje basado en proyectos y el trabajo colaborativo de los alumnos con al menos dos profesores gestionando el aula. La citada orden posibilitó la creación de los ámbitos sociolingüístico y científico-matemático y desarrollar en ellos el trabajo colaborativo basado en proyectos.

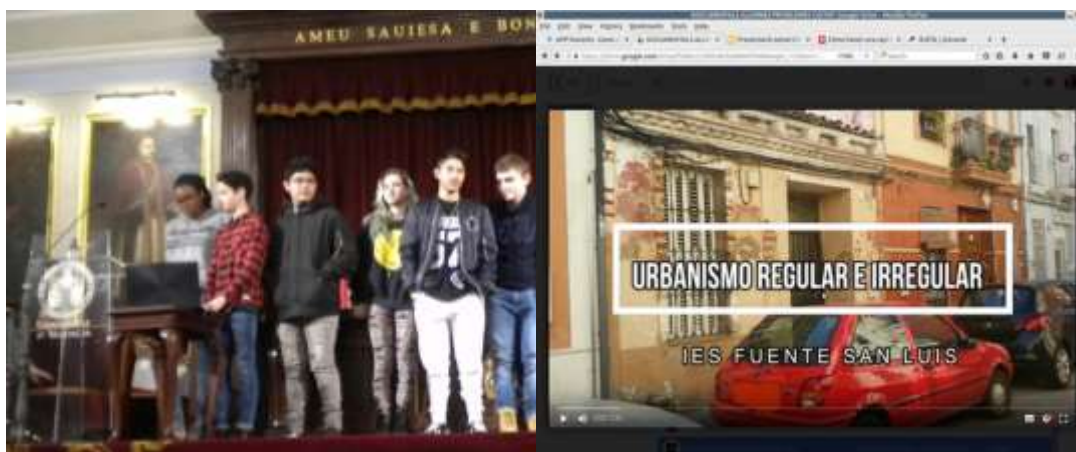
En ese contexto el centro se adhiere al proyecto Nós Propomos!. La convergencia tanto en los objetivos perseguidos como por la opción teórico-metodológica escogida era significativa. Además dicho proyecto permitía internacionalizar el sentido de la práctica educativa. El proceso ha ido enriqueciéndose progresivamente al tiempo que ganaba en solidez insertándolo en un proyecto de experimentación e innovación a pesar de los resultados que comentaré.

Desarrollo del proyecto

En este contexto el curso escolar 2017-18, en colaboración con la Facultat de Magisterio de la Universitat de València y el grupo de investigación Gea-Clío iniciamos la andadura.

El trabajo en el ámbito sociolingüístico se plantea con una programación que se divide en tres unidades didácticas, cada una por trimestre respetando los contenidos curriculares de las ciencias sociales que se trabajan a partir de las materias instrumentales de valenciano y castellano. Cada proyecto que se plantea en cada una de las unidades didácticas finaliza con la presentación de un proyecto por parte de cada equipo de alumnos. El proyecto Nós Propomos en concreto finaliza con la realización de un vídeo donde cada grupo presenta un problema de la ciudad y plantea una solución.

Figura 3. Presentación en el Paraninfo de la Universitat de València (proyecto: urbanismo al barrio).



Fuente: Alumnado de 2º ESO del proyecto. Evidence, Nicolás, Walmer, Noemí, Salvador i Rubén.

En el curso 2017-18 se presentó una propuesta experimental por el departamento de Geografía e Historia al Claustro, que aprobó incluirlo en la Programación del curso 2º ESO (para alumnos de 13/14 años de edad). También acordamos junto con los departamentos de Valencià i Castellano presentarlo a los alumnos de 1º de ESO (12/13 años de edad). Participaron los grupos C y D de primero ESO (43 alumnos, 45% del total) y los grupos A, C y D de segundo ESO (76 alumnos, 72% del total). Durante el curso escolar 2018-2019 se incorpora también el grupo PR4 ESO a la propuesta Nós Propomos!

Previamente a la propuesta Nós Propomos! realizamos diferentes tareas previas para asegurarnos que los alumnos dominan los procedimientos básicos de localización, transmisión y representación de información partiendo de las ideas previas de los alumnos. Los problemas que aparecieron en la realización del proyecto merecen una consideración destacada porque nos permitieron mejorar en los siguientes cursos y nos ayudaron a reflexionar sobre elementos que no consideramos y fueron determinantes en el éxito de la propuesta.

Los problemas destacables serían los siguientes:

1. Problemas de comunicación entre los profesores y sus alumnos. Los profesores hemos articulado explicaciones simples e insuficientes dados los resultados presentados por los alumnos. El desconocimiento del saber vulgar de los alumnos impide conectar con la llamada zona de desarrollo próximo que permite incorporar nuevos conocimientos.
2. Un segundo problema es la organización de la práctica educativa. No sabemos organizar con suficiente éxito las tareas, sobre todo las procedimentales que permitirían dotar a los alumnos de más autonomía.
3. Además de conseguir una mejor comunicación con los alumnos deberíamos favorecer que las familias valorasen el aprendizaje basado en proyectos que realizan sus hijos y que se pudiesen despegar de la manera académica de entender el aprendizaje.
4. No menos relevante fue la tensión generada en el Claustro de profesores donde un porcentaje no despreciable no sólo no dio su apoyo al proyecto, sino que se posicionó claramente en contra. La manera de concebir la práctica educativa por parte de los compañeros, dada la organización funcional, dificulta la creación de equipos estables. La tensión se soluciona de manera parcial y afecta al clima de trabajo.
- 5- Por último tampoco acertamos en la comunicación con el gobierno municipal ya que todos los intentos de articular canales de cooperación fueron fallidos.

A pesar de los problemas planteados pudimos presentar los resultados en el Parainfo de la Universidad de Valencià junto a compañeros d'Ontinyent y Ciudad Real, lo que gratificó mucho a los

alumnos a los que obligamos a comunicarse en la lengua oficial que para ellos resultaba extraña, el valenciano, hecho que todavía recuerdan. En la web socialsuv.org pueden verse algunas fotografías de los grupos de trabajo y en el canal *youtube* tenemos algunos vídeos sobre los problemas urbanos estudiados⁶.

El curso 2018-19 planteamos la propuesta sobre todos los grupos 2º de ESO, ya que el equipo docente del grupo compartía la propuesta, eran 99 alumnos/as y 7 profesores/as. Además el 4º de ESO PR4 con 14 alumnos y un profesor también proponen del *proyecto Nós Propomos* durante el primer trimestre (Peris de Sales, 2019).

Aplicamos el programa mejorado del curso pasado y además confiados en la experiencia pasada pecamos de optimistas porque al final del proyecto tuvimos problemas en la realización de los vídeos que nos impidió presentar los resultados en el Congreso Nosotros Proponemos celebrado ese año en Ciudad Real. Podemos repetir los mismos problemas que el curso anterior aunque parece ser que ya no genera tanta animadversión en el Claustro.

En el curso PR4 será necesario cambiar el proyecto al segundo o tercer trimestre porque la unidad didáctica primera que busca explicar las formas de representar y exponer la información a través de la práctica en el taller de geografía ocupa demasiado tiempo.

El curso actual 2019-20 hemos planteado la propuesta también a los grupos 2º de ESO con 113 alumnos y 8 profesores y al grupo PR4 con 15 alumnos y un profesor (el alumnado de PR4⁷ tiene más de 16 años de edad).

Los resultados hasta el momento parecen más esperanzadores que el curso anterior y los alumnos ya están montando los videos de manera satisfactoria. Mantenemos la ineficacia para relacionarnos con la municipalidad, este curso sólo ha faltado la firma electrónica para incluir el proyecto en el sistema de ayudas de la concejalía de transparencia.

La **valoración del esfuerzo para implantar el programa es positiva** porque:

- 1- Ha permitido desarrollar la cultura de colaboración entre los profesores, el trabajo en equipo que se muestra muy efectiva para otros menesteres como es la semana de proyectos que ahora estamos programando.
- 2- Ha posibilitado mejorar la práctica educativa donde los profesores comparten el trabajo en la misma aula ganando seguridad y confianza en la gestión del grupo.
- 3- Hemos adquirido un compromiso grupal de difundir los resultados conseguidos no sólo en la

⁶ Para ampliar esta información se puede consultar: <http://socialsuv.org/nos-propomos-font-de-san-lluis/> y en <https://www.youtube.com/channel/UCCPcRFm7P3PeKM9yAn0c3pg>

⁷ PR4 es un grupo de refuerzo para alumnos/as que tienen problemas de aprendizaje

realización del proyecto *Nós Propomos*, sino también en la articulación de un genuino programa de transición entre etapas educativas obligatorias y fruto de ellos hemos colaborado en cursos de formación en centros del CEFIRE, en el proyecto CAPGIREM L'ESO, y también en colaboraciones con la Universitat de València en seminarios internacionales y en cursos específicos (Ruiz y Martínez, 2017). Igualmente estamos articulando una propuesta formativa para los alumnos del PRACTICUM que realizan parte de su formación inicial en nuestro centro.

Mostramos a continuación las Unidades Didácticas que desarrollamos dentro de este proyecto, que tal como se indicó en el caso de Xàbia, forman parte de currículo ordinario adaptado a las necesidades del centro escolar.

Tabla 4. Unidades Didácticas que incluyen al proyecto Nosaltres Proposem en Valencia.

1 ESO Àmbito sociolingüístic. Unitats didàctiques		
Trimestre	Projecte	Producte
Primero	Del Universo a Quatre Carreres	Exposició oral
Segundo	La Prehistoria. La hominización	Museo de la evolución
Tercero	La muerte de Julio César. Tragedia	Obra de teatro
2 ESO. Àmbito sociolingüístic Unitats didàctiques		
Trimestre	Projecte	Producte
Primero	Los problemas de la ciudad	Video
Segundo	El relato medieval	Libro relatos
Tercero	La Edad Moderna en la radio	Programa radio
4 ESO PR4 Àmbito sociolingüístic. Unitats didàctiques.		
Trimestre	Projecte	Producte
Primero	El taller del geógrafo	Formas de presentación de información
Primero	Nós Propomos	Presentación un problema del barrio
Segundo	La escuela de los abuelos	La escuela ayer y hoy
Tercero	La UE y yo	Notícia de un país europeo.

El núcleo de Ontinyent

Los orígenes y la necesidad de incorporar el Proyecto al currículum

Para los alumnos, el proyecto *Nos propomos* se inició en la ciudad de Ontinyent durante el curso escolar 2017-18.

El tres de marzo, alumnos de segundo curso del Instituto de Secundaria Jaume I presentaron sus trabajos en el Paraninfo de la Universidad de Valencia, a unos 85 kilómetros de su ciudad, y ante otros alumnos venidos de Ciudad Real y de Valencia. El salón de actos estaba repleto de estudiantes y aquella presentación en público les resultó impresionante. El hecho de viajar, de explicar una propuesta de mejora para su ciudad ante un público tan numeroso, contar con la presencia del

concejal de educación de Ontinyent, y además, ser escuchados y respetados por sus trabajos no tenía nada que ver con las rutinas escolares que habían ido adquiriendo desde su primera escolarización. Era, y sigue siéndolo, una ruptura de su praxis escolar, del discurso educativo en su conjunto. Lo que aprendían, los objetivos que buscaban y la forma de hacer la investigación no tenía nada que ver con lo que ya sabían. Estaban redefiniendo cómo iban a aprender y se planteaban qué nuevas capacidades debían de adquirir o mejorar. Además, no debían de memorizar mecánicamente nada, como se evidenciaba en la siguiente conjetura que nos formulamos: ¿Qué cambios podemos advertir en el alumnado que participa en el estudio de casos?

La respuesta nos la encontramos en una carta de una madre respecto al aprendizaje de su hija de 14 años:

“Nosotros Proponemos es un proyecto muy beneficioso para los adolescentes. Además de que resulta muy productivo para los adolescentes trabajar en equipo, yo como madre he encontrado una evolución favorable en mi hija.

Así esta manera de trabajar:

- les ha obligado a observar la realidad de todo aquello que les rodea en su ciudad,
- a hacerse planteamientos sobre cuestiones que antes no eran capaces de percibir,
- y a reflexionar de cómo pueden mejorar o solucionar los problemas planteados, con actuaciones llevadas a cabo por ellos mismos.

En definitiva, todo esto a los jóvenes les hace *abrir los ojos al mundo* y adquirir mucha autoestima, sin olvidarse de lo gratificante que resulta para nosotros, los padres, las *tertulias* en familia analizando los trabajos de nuestros hijos y del resto de compañeros”.

Los profesores, por nuestra parte, destacamos seis puntos de reflexión:

1.- El alumnado ya se pregunta qué puede mejorar en su ciudad_(Rodríguez y Campo, 2018): el hecho de que el estudiante parta de su propio entorno ha contribuido a que lo observe con una mirada distinta y transformadora, a percibirlo en su dimensión más profunda y a reconocerlo emocionalmente. Aquí *entorno* es sinónimo de *proximidad* que, a su vez implica, *susceptibilidad de ser mejorado*. Nos situamos en las antípodas de la banalización de lo próximo, se empodera al estudiante y se proporciona un sentido más feliz de su realidad inmediata, de su espacio percibido en el que interviene de forma activa. Esto es consecuencia del estudio de casos indicados en la tabla 4.

2.- El alumnado ya se pregunta cómo puede trabajar mejor en equipo. En este curso 2020 los alumnos que trabajan Nosotros Proponemos están revertiendo esta desconfianza mediante la aplicación de las metodologías ágiles *scrum*, porque ellos lo han decidido así, son alumnos de 4º de secundaria y 1º de bachillerato. Saben cómo aprender a organizarse en equipo y a estructurar sus trabajos de forma coral.

Estamos tomando conciencia de la necesidad de escuchar, decidir en común, renunciar al ego, colaborar con transparencia o optar por las mejores propuestas. Feff Sutherland, fundador de scrum, afirma: *Scrum es el método para trabajar el doble en la mitad de tiempo*. He aquí un reto para el futuro.

3.- El alumnado ya se motiva y se interroga sobre su aprendizaje. Con el estudio de casos se involucran en cuestiones sociales y cuestionan aquellas cosas que no les gustan. Así, los equipos se hacen preguntas, también técnicas, y que no siempre tienen respuesta: el alumnado asume que cada información, cada indicio, conduce a nuevos interrogantes y sólo al final irán encontrando una respuesta unívoca. Este interés en indagar fundamenta su necesidad de aplicar el trabajo científico. Y lo aprende recorriendo los pasos del propio método, haciéndolo a través del estudio de casos: cuantificar las respuestas, interpretar, concluir, contrastar, presentar públicamente...

4.- El alumnado ya se prepara sus exposiciones. Y, fundamentalmente, se autoevalúa. Exponer públicamente qué debe presentar cada uno, cómo hacerlo, con qué formato, y hacerlo de forma coordinada dentro del equipo. Todo es nuevo y es necesario ir lentamente.

5.- El alumnado ve la necesidad de salir del aula para documentarse y encontrar respuesta a su desconocimiento. Para ello acude a sus conciudadanos, jóvenes como ellos o adultos, y utilizar de nuevo el método científico: cuantificar las respuestas, interpretar, concluir, contrastar, presentar públicamente... Los profesores observábamos que que estas actividades resultan atractivas, pero por falta de adiestramiento el trabajo puede resultar excesivo. Era necesario sistematizarlo, interiorizar la dinámica de trabajo y la utilización de sus instrumentos.

6.- Nosotros Proponemos promueve el liderazgo social. Así, una alumna del IES Jaume I, arropada por sus colaboradoras, forma parte del Consejo Escolar del instituto y ya han propuesto ideas concretas como la participación del centro en el movimiento Friday For Future, y propuestas concretar que mitiguen los efectos del calentamiento global a nivel local. Estas alumnas iniciaron la andadura con Nosaltres Proposem! y fueron al I Congreso de Lisboa.



Figura 4 - Alumnado y comunidad escolar del instituto Jaume I (Ontinyent) en trabajo de campo y visita al IGOT de Lisboa (Congreso Nós Propomos en 2018) **Fuente:** Archivo del proyecto

Como conclusión y evaluada la experiencia de estos dos cursos anteriores, se hace necesaria la

integración del proyecto en el currículum... Valorado el rigor y la calidad de los trabajos, cada centro educativo debe integrarlo en sus actividades. Todos los profesores deben de saber que el proyecto está en la programación. No es una aventura voluntaria. Este paso comportará que Nosaltres Proposem! se aplique en más campos y sea la solución a problemas que se presentan en forma de proyectos interdisciplinares. Para concluir, presentar como paradigma de esta propuesta la unidad didáctica *Nosaltres Proposem: què fer amb el paisatge del riu Clariano*. Y en este sentido, la internacionalización del proyecto nos permite estudios comparativos (Campo, Bicacro, Martínez, 2018).

Los dos últimos años: significado de Nosotros Proponemos en Ontinyent

En un principio, el proyecto Nosotros Proponemos se inició en la ciudad de Ontinyent durante el curso 2016/17, cuando la Universitat de València – Campus d’Ontinyent presentó el proyecto de innovación *La formación docente arraigada al medio desde la praxis escolar*. Ahora presentamos aquí un resumen de las actividades realizadas durante los dos últimos cursos escolares, donde se refleja la continuidad del proyecto y su crecimiento lento, pero prolongado.

Hemos dividido las actuaciones en cinco pequeños apartados⁸:

1.- Nosaltres Proposem y la Universitat de València:

- Proyecto de innovación *La formación docente arraigada al medio desde la praxis escolar*. Se inició, como indicábamos, en el curso 2016/2017 y continuó hasta el curso 2018/19.
- Publicación del libro *Clima y Tiempo en Ontinyent* de Pablo Guerra Ángel (2018).
- Publicación de la unidad didáctica *Nosotros Proponemos: qué pasa en el paisaje del río Clariano?* (estudio del clima y el paisaje, 1º de Educación Secundaria). Nau Llibres. Esta Unidad Didáctica ha sido renovada como consecuencia de la experimentación (Campo *et al.*, 2019).

2.- Servicio de Formación del Profesorado - CEFIRE

- Realización del curso *El estudio del medio como proyecto curricular interdisciplinar en Primaria y Secundaria*, 30 horas, Ontinyent, meses septiembre, octubre y noviembre 2019

3.- Instituciones municipales. Nosotros Proponemos participa en las líneas de actuación de las instituciones municipales. Veamos algunos ejemplos:

- El Pleno del Ayuntamiento acuerda por unanimidad apoyar el Proyecto *Nosotros Proponemos! Ciudadanía, Sostenibilidad e Innovación en la Educación*. 29 de noviembre de 2018.

⁸ Para mayor información: <http://socialsuv.org/ontinyent-projecte/>

- El ayuntamiento se integra en la Red Internacional de Ayuntamientos Nosotros Proponemos.
- La Fundación Universitaria (FUVA) patrocina el proyecto, en concreto, las salidas de los alumnos para presentar sus trabajos en congresos de estudiantes fuera de la ciudad.
- Nosotros Proponemos presenta sus trabajos (¿Cómo podemos mejorar nuestro centro?) el Día Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), 30 de noviembre 2019, y se alinea con los objetivos marcados en el Consejo Educativo de Ontinyent - Ciudad Educadora, órgano participativo que pretende difundir los principios de la Carta de Ciudades Educadoras. Ontinyent pertenecía con anterioridad a la red Ciudad Educadora.
- Nosotros Proponemos presenta sus trabajos en Ontinyent Participa 2019, un canal de participación que pretende recoger las aportaciones de la ciudadanía para mejorar su municipio. Las propuestas se presentan, los ciudadanos votan y las propuestas elegidas son presupuestadas por el ayuntamiento para ser ejecutadas el año siguiente.
- En el marco de la Semana Pedagógica – *Ontinyent Ciutat Educadora*, el Proyecto Nosotros Proponemos ha participado en los cursos 2017/2018 y 2018/2019 que organiza el ayuntamiento durante el mes de abril⁹.

Figura 5. Campaña municipal de participación ciudadana donde interviene Nosaltres Proposem



Fuente: Ajuntamiento Ontinyent

4.- Movimientos sociales de la ciudad. *Nosaltres Proposem* trabaja de forma permanente con movimientos educativos y sociales de la ciudad. Así se hizo, por ejemplo con la *Colla Ecologista Arrel*, grupo ecologista centrado en la restauración del bosque mediterráneo y con 30 años de experiencia, o con el *Consell de la Joventut*, consejo formado por diversas asociaciones juveniles que tiene sede propia y busca organizar actividades y cursos relacionados con los estudiantes.

⁹ Ver: <http://ciutateducadora.ajuntament-ontinyent.es/acerca-de/>

Figura 6.- ¿Qué cambiarías de tu centro? Campaña del *Consejo de la Juventud* donde participa Nosaltres Proposem en el curso 2018/2019



Fuente: Consell de la Joventut Ontinyent

5.- Centros educativos que colaboran con el proyecto Nosotros Proponemos. Actualmente, el proyecto cuenta con la adhesión de tres centros educativos: Colegio de la Concepción, el CRIS (Centro de Rehabilitación e Integración Social) y el IES (Instituto Educación Secundaria) Jaume I.

El futuro

El futuro es crecer, porque los alumnos son los que motivan para ir hacia adelante, su interés, el trabajo que realizan sea en el mes de junio, enero o julio, sus ganas de hacer fue y será la causa motriz por la que este proyecto tendrá continuidad. Esta afirmación viene corroborada por el interés de los alumnos en participar en congresos y encuentros estatales e internacionales. El ejemplo de la tabla 5 nos permite sintetizar las nuevas aportaciones del proyecto, con la incorporación del Colegio La Concepción:

Tabla 5: Proyecto Nosaltres Proposem! en el IES Jaume I y Colegio la Concepción (Ontinyent)

Nivel	Curso 2017/2018	Curso 2018/2019
1º ESO	<p>Unidad Didáctica: <i>Nos seguiremos bañando en el Pou Clar</i></p> <p>Cuaderno de campo: <i>Explorant el riu Clariano</i></p>	<p>Unidad Didáctica: <i>Nosotros Proponemos qué hacer con el paisaje del río Clariano</i></p> <p>Cuaderno de campo: <i>Descobrint el paisatge i els problemes socioambientals del riu Clariano</i></p>
2º ESO	<p>Nosotros Proponemos para nuestra ciudad. Estudios de casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.- ¿Qué hacemos en el Paraje Serra de l'Ombria-Pou Clar? <i>Nosotros Proponemos prolongar la ruta del colesterol (Ruta del Colesterol II)</i> 2.- ¿Los jóvenes buscamos un local donde pasar las tardes, ¿puede ser? <i>Nosotr@s proponemos... Local del Consell de la Joventut al barri de Sant Josep</i> 3.- ¿Lo hacemos bien con los animales domésticos? <i>Nosotr@s proponemos pipicans...</i> 4.- ¿Dónde va la ropa de los contenedores de Ontinyent? 	<p>Nosotros Proponemos participa en la campaña. ¿Qué cambiarías en tu centro?. Estudios de casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.- ¿Por qué no abrimos la cafetería? 2. ¿Digitalizamos las aulas? (libro y tabletas) 3.- ¿Hacemos mejoras en el patio? Con bancos, fuentes... 4.- ¿Por qué no hacemos excursiones? 5.- ¿Reciclamos en el instituto?

Fuente: Elaboración propia

El proyecto ha desarrollado tanto unidades didácticas y cuadernos de campo experimentados por 150 alumnos y alumnas del IES Jaume I y el colegio La Concepción. En 1º de Educación Secundaria, las unidades didácticas y el cuaderno de campo son bases experimentales en las que los estudiantes realizan un estudio sobre lugares concretos del municipio y hacen una propuesta de mejora.

Esta experimentación sirve para que en el siguiente curso de 2º de la ESO, con una base técnica, conceptual y procedimental ya adquirida, los estudiantes elaboren estudios de caso sobre temas de su elección, pequeños estudios con propuestas de mejora para su instituto, el territorio y el paisaje de Ontinyent. Los trabajos fueron presentados por los estudiantes en diferentes foros como el I Congreso de Nós Propomos en Lisboa (2018), I Encuentro de Nosotros Proponemos en Ciudad Real (2019) y en el espacio de participación ciudadana del Ayuntamiento de Ontinyent “Ontinyent Participa” (2019).

De cara al futuro hay que destacar cómo cada vez más profesores con más materias pueden ir sumándose al proyecto interdisciplinar, única manera de poder buscar soluciones a los problemas complejos y poliédricos que detectamos en nuestro entorno. El problema suele ser uno, pero su tratamiento debe responder a distintos parámetros y formas interpretativas. Sólo la disciplinarietà, el que dotemos a los alumnos de competencias múltiples ayudará a entenderlo y afrontarlo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M., BEREFORD, J., HARRIS, A., HOPKINS, D. & WEST, M. (2001) *Crear condiciones para la mejora del trabajo en el aula*. Madrid, Narcea.

CAMPO, B; CASTELLÀ, M.; MARTÍNEZ, M.; GARCÍA, D. (2019). *Nosaltres Proposem: què fer amb el paisatge del riu Clariano*. València: Nau Llibres

CAMPO, B.; BICACRO, I.; MARTÍNEZ, M. (2018). Contrastes entre estudiantes de la Escola de Secundaria Serta (Portugal) y el IES Jaume I (España) al realizar el programa Nos Propomos!. En J. Rio et al. (Coords.) *Livro de Atas XVI Colóquio Ibérico de Geografia* (p.316-332). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos de Universidade de Lisboa.

CLAUDINO, Sérgio. Educação geográfica, trabalho de campo e cidadania. O projeto Nós Propomos. In Feliciano H. Veiga (coord.) *O ensino na escola de hoje. Teoria, investigação e aplicação*. Lisboa: Climepsi Editores, p. 265-303, 2018.

GUERRA ÀNGEL, Pablo (2018) *Clima y Tiempo en Ontinyent*, Valencia: Publicacions de la Universitat de València

PERIS DE SALES, Vicent (2019) Una mirada interesada a mi barrio. In- CLAUDINO,S; SOUTO,X.M; RODRIGUEZ,M.A (et alii) *Geografia, Educação e Cidadania*. ZOE/Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 245-261.

RAMÍREZ MARTÍNEZ, Santos; SOUTO GONZÁLEZ, Xosé M (2017). GEA-CLÍO. La praxis escolar para mejorar la autonomía ciudadana, In GARCÍA MONTEAGUDO, Diego, RAMÍREZ MARTÍNEZ, Santos; SOUTO GONZÁLEZ, Xosé M. *Las buenas praxis escolares: investigar desde la práctica del aula*, Valencia. Nau Llibres, p. 153-178

RODRÍGUEZ DOMENECH, María de los Ángeles; CLAUDINO, Sérgio (2018). Principios y base metodológica del proyecto «¡Nosotros proponemos!». In M. A. Rodríguez Domenech, S. Claudino (Ed.) *¡Nosotros Proponemos! Ciudadanía, Sostenibilidad e Innovación Geográfica ante los desafíos educativos de la sociedad*, Barcelona: Editorial Graó, p. 19-38.

RODRÍGUEZ, M.; CAMPO, B. (2018). Soluciones escolares a los problemas ciudadanos. Íber, *Didáctica de las ciencias sociales, Geografía e Historia*, 93, 22-28.

RUÍZ SANPASCUAL, Francesc; MARTÍNEZ CAMARENA, Maria (2017) L'organització de l'àmbit sociolingüístic en 1r i 2n ESO. En Garcia, D. Ramírez, S. Souto X.M. *Las buenas praxis escolares: investigar desde la práctica del aula*. Nau Llibres. València. P. 101-113.

ZABALZA, Miguel Ángel (1994), *Diseño y desarrollo curricular*, Ediciones Narcea, Madrid.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E CIDADANIA: O CONTRIBUTO DO PROJETO “NÓS PROPOMOS!” NO ESTUDO DO MEIO

Adilson Tadeu Basquerote

Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, abasquerote@yahoo.com.br

Resumo:

O estudo busca analisar e compreender a importância do Estudo do Meio nas aulas de geografia, a partir das atividades desenvolvidas no Projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica em Portugal”. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, cujo corpus de análise faz-se constituído pelas atividades desenvolvidas e apresentadas pelos estudantes da Educação Básica nos países de abrangência do projeto. A análise revelou que as aulas de geografia, pautadas no Ensino do Meio, constituem-se como espaços formativos permeados pela análise espacial crítica. Além disso, articula processos formativos e de conhecimento, por meio da estruturação de um planejamento sistemático de atividades ao longo do processo, promove um novo olhar sobre a participação popular e sobre a compreensão das dinâmicas socioambientais locais. Ademais, agencia o diálogo e a formação de um trabalho coletivo e incentivo à formação de estudantes sujeitos, pesquisadores de suas práticas, de seu espaço, de sua história, da vida de sua gente.

Palavras-chave: ensino; comunidade; participação; sensibilização; aprendizagem.

1. Introdução

O trabalho reflete sobre o Estudo do Meio (EM) como um recurso metodológico interdisciplinar no processo de ensino de aprendizagem na Educação Geográfica (EG), a partir das experiências desenvolvidas por estudantes do Ensino Secundário no Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica (NP). Tal metodologia apresenta-se como uma alternativa didático-pedagógica para a EG e não exclusivamente à ela, ao permitir a pesquisa sobre o lugar, contribuindo para atenuar as distâncias entre os conteúdos curriculares e o espaço de vivência dos estudantes.

Historicamente, as ações escolares da EG na Educação Básica pautam-se em currículos mecanicistas, tecnicistas, funcionalistas, amplamente centradas em conteúdos e saberes globais, descolados da compreensão das realidades locais e regionais vivenciadas pelos estudantes, quando deveriam situar o estudante no seu contexto de vida. Segundo Castrogiovanni (2014, p. 85), “a Geografia foi considerada uma ciência das descrições e das localizações, ou seja, a Geografia do cubo.

[...] parecia existir como se fosse um cubo esperando a virada para contemplar a outra face. Cada face vista como um plano”.

Como forma de reverter esse processo, Cavalcanti (2012, p. 20) destaca a importância da mediação pedagógica consistente, em que “o professor é um intelectual autor do seu trabalho, que pesquisa sobre o que faz e não simplesmente executa, na prática, a teoria dos outros”. Libâneo (2011, p. 92) também enfatiza “o papel do professor no ensino, isto é, mediar a relação entre o aluno e o objeto de conhecimento”. Na mesma direção, Azambuja e Callai (1999) defendem que a mediação pedagógica deve centrar-se no caráter formativo, na capacidade de raciocínio geográfico, de interpretação dos fenômenos socioespaciais. Nesse ínterim, atualmente, distintas experiências têm como foco a reflexão das relações sociais, econômicas e ambientais e suas implicações na produção do espaço; a ação docente deve mobilizar os estudantes a praticarem socialmente os saberes construídos nos espaços escolares, confrontando-os a realidade imediata, construindo na prática comunitária, sua cidadania (Morais, 2013).

Freire (1996, p. 30) afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Já Fernandes (2008) destaca que a construção do conhecimento se dá no exercício do cotidiano, em que o professor e os estudantes são sujeitos do processo. Para o autor (p. 17-18) “O professor deve ser menos mero repassador daquilo que se instituiu como verdade e mais sujeito capaz de relativizar as verdades a partir do saber social contido na realização do seu próprio fazer histórico”. Nesse viés, além de possuir os conhecimentos curriculares necessários para o exercício docente, ele deve estar capacitado para pensar e agir criticamente, no sentido de coadunar-se com seus estudantes na transformação positiva da sociedade em que se inserem. Assim, a EG configura-se como um componente curricular estratégico na construção da aprendizagem calcada na consideração da realidade vivenciada por seus sujeitos e, portanto, não é possível pensar o ensino e a aprendizagem da Geografia, desvinculada do contexto escolar (Pontuschka, 2000).

Destarte, a EG, por meio do EM, pode aproximar os estudantes da realidade do entorno da escola e dos seus espaços de vivência cotidiana, além de compreender e mobilizar esses sujeitos, para propor mudanças qualitativas no espaço urbano local. Nesse sentido, o estudo busca analisar e compreender a importância do EM nas aulas de geografia a partir das atividades desenvolvidas no NP. Assim, fundamenta-se a importância desse recurso metodológico, os princípios do projeto NP, sua metodologia, o conteúdo das propostas elaboradas pelos estudantes, como forma de mobilizar a disciplina de Geografia como um contributo ao EM, mediante o desenvolvimento de estudos de caso por meio de trabalhos de campo local, que contribuam para a melhoria das condições da comunidade.

2. O Estudo do Meio na Educação Geográfica

A partir do entendimento, de que a EG desenvolve-se por meio de estratégias capazes de proporcionar aos professores e aos estudantes, a capacidade de ampliar a compreensão da realidade e o desenvolvimento da competência de realizar sua própria leitura de mundo, compactua-se com Cavalcanti (1998, p. 11), quando defende que “o conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social, à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais”.

Assim, a EG desenvolve-se sob a ótica de vincular o conhecimento científico e tecnológico à perspectiva do respeito aos seres humanos e à natureza, estabelecendo relação com o contexto de vivência dos estudantes e seu entorno. Nesse cenário, a mediação pedagógica pauta-se em processos formativos emancipatórios, transformadores, críticos, que mobilizam os estudantes a atuarem de forma cidadã e ativa no contexto em que vivem. Nela se destaca a atuação do professor enquanto articulador, capaz de mediar as situações de ensino, que se coloca entre o estudante e a aprendizagem, que escolhe as estratégias adequadas no favorecimento do processo de ensino e de aprendizagem. A respeito, Basquerote, Menezes & Nascimento (2018, p. 44) declaram que

O atual contexto escolar exige uma constante reflexão sobre o modo de pensar e fazer a Educação Geográfica. Neste sentido, as escolhas criteriosas do enfoque filosófico, o uso de diferentes linguagens e os procedimentos metodológicos adotados, tornam a geografia escolar relevante, com sentido e significado.

Para além de transmitir conhecimentos acumulados pela humanidade, mediar é facilitar o processo para que a informação se transforme em conhecimento e gere novas aprendizagens. Conforme Hoffmann (2010, p. 28), isso é possível quando o processo permite a “abertura do professor ao entendimento das crianças com quem trabalha, pelo aprofundamento teórico que fundamenta a curiosidade sobre elas, pela postura mediadora, provocativa e desafiadora”. Portanto, não basta dar respostas, torna-se necessário fazer perguntas, considerar as experiências educativas que o estudante traz de suas vivências. Nessa conjuntura, o professor exerce papel fundamental na construção de novos saberes, adaptar-se às diferentes linguagens e criar oportunidades para além das situações educativas, transcendendo a sala de aula. Nessa direção, Callai (2011), Cavalcanti (2012) e Azambuja (2011), ao avaliarem o ensino de geografia, defendem a prática docente, que deve permear o contexto de vida dos estudantes. De maneira correlata, Castellar (2006, p. 110) frisa que o professor necessita

[...] incorporar nas ações do cotidiano, uma proposta que tenha como objetivo, criar condições para que o aluno aprenda, desenvolva os conceitos científicos, confronte hipóteses e resolva problemas. Assim, os procedimentos provocariam o aluno a partir de suas hipóteses, confrontar ideias e tomar posições. Essas habilidades contribuirão para que ele desenvolva competências [...].

A fim de corroborar com supracitado, Demo (2015) postula que os estudantes são capazes de argumentar sobre seu objeto de estudo e de construir conhecimento, quando assumem a direção sobre sua aprendizagem. No entanto, ele chama atenção para a necessidade de [...] “explorar novas oportunidades de aprendizagem, bem mais centradas na atividade dos alunos, também mais flexíveis e motivadoras, mais capazes de sustentar processos de autoria e autonomia. (Demo, 2009, p. 53). Assim, a prática pedagógica contribui “para a evolução conceitual dos alunos, refletindo sobre a realidade vivida por eles, respeitando suas histórias de vida e contribuindo para que entendam o seu papel na sociedade: o de cidadãos” (Sacramento (2015, p. 11). Nessa direção, a EG constrói, destrói e reconstrói identidades ao permitir que os sujeitos se valorizem e se reconheçam e exerçam sua cidadania.

Na realidade, esta concepção de cidadania tem escasso eco na educação geográfica, numa escola mais orientada para a descoberta das características dos lugares do mundo. Pelo contrário, a alternativa que assinalamos fala dos direitos pessoais, políticos e sociais, que ficam ocultados na aparência de territórios em progresso. Dá-se a entender que as liberdades não formam parte do currículo escolar, pois isso corresponde à vida política fora das aulas. Procuramos incorporar o cotidiano nas aulas, para evitar os muros que separam os conteúdos escolares das preocupações da população (Claudino & Souto, 2019, p. 7).

Diante do exposto, o EM configura-se como uma fortuita estratégia à ação docente na EG, à medida que gera oportunidades aos estudantes e professores, acessarem a realidade imediata e produzir novos conhecimentos. Segundo Lopes & Pontuschka (2009, p. 174), ele promove “aos seus atores o desenvolvimento de um olhar crítico e investigativo sobre a aparente naturalidade do viver social”. Os autores sinalizam outras vantagens do seu uso, como a promoção de maior autonomia das instituições de ensino, à medida, que possibilitam flexibilizar as propostas “prontas” oriundas das Secretarias de Educação e para os professores o desenvolvimento dos seus saberes profissionais sem serem guiados de forma direta pelos materiais didáticos oficiais. Assim,

[...] O estudo do meio, como método que pressupõe o diálogo, a formação de um trabalho coletivo e o professor como pesquisador de sua prática, de seu espaço, de sua história, da vida

de sua gente, de seus alunos, tem como meta criar o próprio currículo da escola, estabelecendo vínculos com a vida de seu aluno e com a sua própria, como cidadão e como profissional (Pontuschka, Paganelli & Cacete, 2007, p. 175-176).

Outro aspecto relevante na interface entre o EM e a EG é a possibilidade de discussão coletiva dos problemas socioambientais onde a unidade escolar se insere. Milton Santos (2004, p. 112) sinaliza a importância de atuação de “uma escola enraizada no lugar”, que atua sob a égide da formação cidadã, em que os conteúdos escolares ganham sentido também para a vivência cotidiana (Claudino, 2017). Para o autor (2018, p. 265) destaca-se nesse cenário o EM, por meio da inserção dos estudantes na realidade local em que “o trabalho de campo de Geografia deve estar ao serviço da construção da cidadania local”. Dessa forma possibilita ao estudante o desenvolvimento da “capacidade de propor hipóteses, de programar uma experiência, de tirar conclusões ensina o estudante a pensar, a raciocinar, a comprovar se uma coisa é verdadeira ou falsa; ensina a distinguir, a escolher, sem ela não existe hábito democrático ” (Zabala, 2007, p. 165).

Desse contato com o meio, de seu interesse, surgirá a motivação pelo estudo dos múltiplos problemas que se apresentam na realidade. Resolver esses problemas envolverá a proposição de hipóteses de trabalho que deverão ser verificadas com dados e informações previamente coletados, conclusões comunicadas aos outros, utilizando diversos meios de comunicação (Zabala, 2007, p. 150).

Pautado nessas concepções, Claudino (2018, p. 267) afiança que a atividade docente promove a “cidadania territorial. Assim, justifica-se a relevância “O Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica”, à medida que ele “pretende responder à necessidade de mobilizar a disciplina de Geografia para a realização de um trabalho de campo local que contribua para a melhoria das condições da comunidade” (Claudino, 2018, p. 273).

3. O Percorso metodológico e a caracterização do “Projeto Nós Propomos!”

Por suas características, esse estudo apresenta o caráter qualitativo, à medida que visa compreender detalhadamente os significados e características de situações apresentadas pelos participantes da pesquisa (Bogdan & Biklen, 1994). Especificamente, consiste em um estudo de caso (Yin, 2001) ao visar, analisar e compreender importância do EM nas aulas de geografia, por meio do NP.

Compõem o corpus de dados trabalhos realizados no período de 2011 a 2019, por estudantes, fundamentalmente, do Ensino Médio, publicados no sítio eletrônico (página *web*) do Projeto, com visualização pública consentida. Os dados empíricos foram analisados seguindo os procedimentos da Análise do Discurso (Orlandi, 2003).

O projeto NP tem por finalidade promover uma efetiva cidadania territorial local, em uma perspectiva de governança e sustentabilidade. Em Portugal, é promovido pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/ULISBOA) em colaboração com distintas entidades (Claudino, 2018). Por apresentar-se como um grande projeto nacional no âmbito da disciplina de Geografia, mobiliza professores e estudantes em mais de 50 escolas de distintas regiões de Portugal, além das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Na Península Ibérica, estende-se Ciudad Real e Valência em território espanhol. Paralelamente à crescente adesão de escolas em Portugal, o projeto encontra-se em fase de rápida expansão internacional, com projetos de cooperação com escolas ou universidades no Peru, Espanha, Colômbia, Moçambique, México e Brasil. A Figura 1, apresenta a distribuição espacial dos países que aderiram ao NP nos três continentes.



Fig. 1 – Área de abrangência do projeto NP na Europa, África e América Latina.

Fonte: Ricardo Garcia, IGOT-ULISBOA (2018), *apud* Claudino (2019).

Embora o NP tenha uma história relativamente curta, sua maior expressão fora de Portugal encontra-se no Brasil, onde em 2018 contava com aproximadamente 33 instituições vinculadas em várias regiões do país. A Figura 2 ilustra espacialmente as áreas de atuação do NP no Brasil, Colômbia, Peru e México.



Fig. 2 – Área de abrangência do projeto NP na América Latina.

Fonte: Ricardo Garcia, IGOT-ULISBOA (2018), *apud* Claudino (2019).

Iniciado no ano de 2011, o projeto volta-se a professores e estudantes do ensino público, privado ou cooperativo, fundamentalmente na disciplina de Geografia do 11º ano (em Portugal), podendo estender-se a outras séries, níveis e disciplinas. O Quadro 1 apresenta os principais objetivos do projeto NP e as ações que são realizadas para alcançá-lo.

Quadro 1. Objetivos gerais do NP e ações realizadas para alcançá-los.

Objetivo	Forma/Ação
Desenvolver a cidadania territorial ativa junto à comunidade escolar	Pela elaboração de Projetos calcados nos problemas locais
Aproximação das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	Os jovens e as escolas apresentam as sugestões de melhorias ao poder local
Contribuir para o desenvolvimento sustentável das localidades e dos municípios	Pelas propostas elaboradas que possuem esse caráter
Valorizar o desenvolvimento de Estudos de Caso locais	Todos os trabalhos desenvolvidos no NP são Estudos de Caso sobre a localidade de inserção dos estudantes e/ou das escolas
Incentivar atividade de investigação em Geografia	Os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes configuram-se como atividades investigativas
Mobilizar o uso metodologias inovadoras	Todos os projetos utilizam metodologias ativas
Mobilizar os estudantes e professores no uso prático de tecnologias de informação	Durante a execução e apresentação do projeto, utiliza-se constantemente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)
Promover redes de cooperação entre os atores locais, como as universidades, escolas, autarquias, empresas e associações locais	Pela tangência das propostas, o NP articula-se à essas instituições

Fonte: Elaborado por Basquerote (2019).

Segundo Claudino (2018), em Portugal, uma das características centrais do NP é as parcerias realizadas com distintas instituições, como o Ministério da Educação, a Agência Ciência Viva (que já financiou o Projeto), empresas (em particular, no passado, a Esri Portugal) e a Universidade de Lisboa,

as escolas e as autarquias. A Figura 3 apresenta de forma esquemática as parcerias entre instituições envolvidas no NP em Portugal.

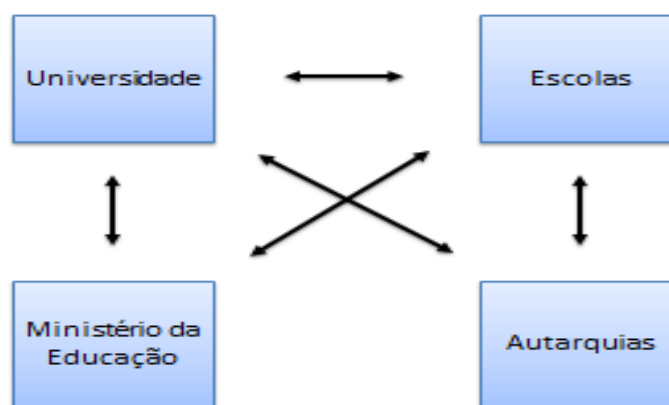


Fig. 3 – Objetivos gerais do NP e ações realizadas para alcançá-los.

Fonte: Elaborado por Basquerote (2019).

O projeto desenvolve-se fundamentalmente por meio de um Estudo de Caso, nomeadamente a uma área próxima à residência do estudante ou da Unidade de Ensino (UE) por ele frequentada, levando-o a refletir sobre os problemas territoriais locais e articular e elaborar propostas de intervenção local.

Este Projeto caracteriza-se por incorporar às aulas a competência social e cidadã e promover experiências que lhes servirão como modelo de atuação cidadã, ao apresentar temáticas que interessam aos alunos, com a possibilidade de realizá-las de maneira cooperativa. Ao mesmo tempo, facilita o trabalho de campo com entrevistas, inquéritos e coleta de imagens de espaços concretos, porque os resultados dos trabalhos realizados são expostos à comunidade universitária e à sociedade (Claudino & Souto, 2019, p. 10-11).

Para participar, é necessário que o professor da turma realize a inscrição da unidade escolar; em seguida, a coordenação geral do projeto a analisa, efetivando ou não a inscrição. Posteriormente, individualmente, todos os estudantes da turma realizam sua inscrição na página Web, onde encontram também as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto. Além disso, na rede social *Facebook*, são disponibilizadas informações e intercâmbio das atividades desenvolvidas no âmbito de atuação do NP ao longo de sua existência nas distintas UE.

Ao longo do ano letivo, o projeto acontece em distintas etapas, nas quais professores e estudantes atuam de forma autônoma ou integrada, seguindo um cronograma pré-estabelecido, admitindo-se certa flexibilidade. A implementação do projeto e o cronograma acontecem de forma variada, dependendo do local onde se desenvolve, à medida que os calendários escolares variam do

Brasil para Portugal, por exemplo. O Quadro 3 apresenta de forma esquemática cada etapa do projeto e a respectiva ação desenvolvida na UE em Portugal.

Quadro 2. Etapas de desenvolvimento do NP ao longo do ano letivo na UE.

Etapa	Ação desenvolvida
1	Reunião com os docentes envolvidos
2	Assinatura de protocolos com as autarquias e inscrição dos estudantes na páginas do projeto e do <i>Facebook</i>
3	Identificação dos problemas locais pelos estudantes
4	Formação de grupos, definição do tema e concurso do logótipo
5	Sessão dos grupos de coordenação com os estudantes nas escolas e sessões de trabalho sobre o Plano Diretor Municipal
6	Realização de trabalho de campo e elaboração das propostas pelos estudantes
7	Auto avaliação intermédia
8	Participação em concursos de fotografia de paisagem, de trabalho de campo, texto, desenho e vídeo
9	Divulgação das propostas dos estudantes
10	Avaliação do Projeto

Fonte: Elaborado por Basquerote (2019) a partir de Claudino (2018, p. 274-285).

Destaca-se que, ao longo dos anos, a premiação dos projetos em Portugal sofreu variações de acordo com as parcerias estabelecidas. Ademais, nos distintos países e UE, a organização interna e premiações adequam-se à realizada local.

4. Resultados e discussão

A partir do pressuposto de que a EG vincula-se à formação integral dos estudantes, ela apresenta-se como uma ferramenta fundamental para auxiliá-lo na compreensão da realidade em que se insere e das relações que nela e com ela se estabelecem. Nesse sentido, o EM apresenta-se como uma metodologia que aproxima o estudante de sua realidade imediata de forma ativa e interativa e interdisciplinar. Por suas características, mobiliza nos sujeitos as sensações, as percepções no processo

de conhecimento para, em seguida, proceder-se à elaboração conceitual. Segundo Cavalcanti, (2002, p. 91), ela desenvolve-se em três etapas distintas e complementares. A saber:

1. A preparação: é importante a mobilização do aluno, a problematização do conteúdo, o contato com alguma representação do meio a ser estudado (textos, mapas, fotos). 2. A realização do trabalho: consiste na observação, registro, descrição e coleta de informações. 3. Exploração do trabalho em sala de aula: o retorno à sala de aula é bastante importante, pois a partir da síntese e da exposição dos resultados pode-se dar continuidade à atividade.

Nessa perspectiva, os EM vão ao encontro dos estudos de caso desenvolvidos no âmbito do projeto NP ao vislumbrar promover uma efetiva cidadania territorial local na EG, com vistas à governança e à sustentabilidade (Claudino, 2018). A respeito, Aigner (2006, p. 211) menciona que a “geografia, ao proporcionar novas leituras do espaço vivido cotidianamente, é um poderoso instrumento para a construção da cidadania ao fortalecer a identidade através da valorização do lugar” [...]. Assim, nesse sentido, a identificação do problema a ser discutido pelos grupos emerge da conversa entre os estudantes, no diálogo na sala de aula ou no preenchimento do questionário. Além disso, o professor acompanha os estudantes em itinerários pela cidade a fim de identificar problemas que possam se configurar como temas de estudo.

Desde logo, a identificação de problemas é realizada através do diálogo na sala de aula. Por outro lado, os professores realizam itinerários com os alunos na área da escola, a fim de estes olharem, de forma mais atenta, sobre os problemas locais. Estes itinerários são realizados, sobretudo, em grandes centros urbanos, em que os alunos conhecerão pior o território urbano (Claudino, 2018, p. 277).

Portanto, é indispensável que o professor realize uma análise sociogeográfica da realidade em que vivem os estudantes (Cavalcanti, 2006), à medida que “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.” (Santos, 2000, p. 112). No entanto, Cavalcanti (2012, p. 95) adverte que

Na prática, , continua a ser um desafio trabalhar com situações problemas, buscando a formação de um pensamento conceitual, para servir de instrumento da vida cotidiana, tendo em mente ao mesmo tempo a complexidade do mundo contemporâneo e o contexto local.

Nesse sentido, entre as ações de destaque do projeto NP, encontra-se o EM e o contato dos estudantes com a realidade imediata, com seu espaço de vivência, na intenção de identificar os

problemas territoriais locais e propor alternativas de solução ou mitigação dos mesmos. A Figura 4, exemplifica o exposto, ao apresentar estudantes e professores da Escola Secundária da Sertã, percorrendo os arredores da UE para detectar problemas a serem estudados por eles, assim como passíveis de implementações de propostas de intervenção.



Fig. 4 – Estudantes e professores da Escola Secundária da Sertã percorrendo o entorno da escola.

Fonte: Nós Propomos (2018). Disponível em:< <http://nospropomos2016.weebly.com/>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

As ações representadas acima reforçam os objetivos do projeto ao visar ao desenvolvimento de cidadania territorial ativa junto à comunidade escolar, premissa amplamente defendida na EG. Conforme Santos (1987, p. 7) “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”. Na mesma direção, Cavalcanti (2002) destaca a necessidade do currículo escolar de geografia atentar para a participação, à medida que ela, enquanto ciência, atua na no entendimento do espaço de vivência do estudante, onde certamente se produz e se pratica cidadania. Nesse sentido, a EG por meio do NP, contribui para a formação cidadã, ao promover

A prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade dos estudantes compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas (Cavalcanti, 2002, p. 47).

Outro aspecto desenvolvido nas atividades do NP relacionado ao EM é a valorização e o desenvolvimento de Estudos de Caso locais, por meio dos trabalhos de campo. Neles, os estudantes realizam incursões no local onde vivem ou estudam, vislumbrando detectar problemas que eles, os munícipes ou as autoridades municipais, consideram emergentes e, a partir daí, propõem soluções para resolvê-los ou atenuá-los. Segundo Claudino (2018), esse é o momento em que os estudantes

fotografam os espaços ou equipamentos, realizam entrevistas ou questionários com a população local, com comerciantes, autoridades municipais e por fim, projetam formas de solucionar os problemas estudados. Destaca-se que não ocorrem apenas observações pessoais dos estudantes, à medida que eles colhem as opiniões dos moradores, das pessoas que cotidianamente ocupam e vivem aquele espaço específico, denotando assim, o caráter eminentemente prático da EG, destacado por Cavalacanti (2012), Callai (2014), Basquerote, Menezes, Nascimento & Scheller (2018). Nessa direção, a Figura 5 identifica a ação dos estudantes obtendo informações dos moradores e das autoridades acerca dos problemas locais.



Fig. 5 – Estudantes realizando entrevistas com a comunidade.

Fonte: Nós Propomos (2018). Disponível em:< <http://nospropomos2016.weebly.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

O exposto acima avaliza o estudo de Lima & Assis (2005, p. 112) ao defenderem que “o trabalho de campo se configura como um recurso para o aluno compreender o lugar e o mundo, articulando a teoria à prática, através da observação e da análise do espaço vivido e concebido”. Além de aproximar os estudantes à realidade local, o EM desenvolvido no projeto NP pode contribuir para o desenvolvimentos sustentável das localidades e dos municípios onde se desenvolve. Nessa perspectiva, parte dos problemas visualizados pelos estudantes e das propostas de resolução por eles implementadas aproximam-se dessa temática. A Figura 6 exemplifica ações no sentido da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, ao focalizar ações na área de reflorestamento, como forma de reduzir os incêndios florestais na região do Agrupamento de Escolas da Sertã.



Fig. 6 – Proposição dos estudantes na resolução do problema da comunidade.

Fonte: Nós Propomos (2018). Disponível em: < <http://nospropomos2016.weebly.com/>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

Em conformidade com a proposta acima, Callai (2014) defende que a EG deve mobilizá-lo para que o mesmo sinta-se como participante do espaço que estuda considere-se sujeito ativo do seu processo de ensino e de aprendizagem e capaz de discutir e propor soluções para os problemas de sua comunidade. Corroborando, Costella (2017, p. 12) defende que “os conteúdos precisam ser significados para que o aluno produza com autonomia suas próprias ideias e reflita sobre elas, para abstrair e produzir o conhecimento com autoria”. Nesse interim, o EM no âmbito do NP apresenta-se como uma prática em que os estudantes atuam como sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem. Nas palavras de Callai (1998, p. 59), “é mais fácil organizar as informações, podendo-se teorizar, abstrair do concreto, na busca de explicações, de comparações e de extrapolações”. Nesse sentido, a Figura 7 representa como a EG pode possibilitar aos estudantes a análise da realidade cotidiana e de propor soluções para os problemas por eles identificados. Segundo Claudino (2018, p. 279)

Entre os problemas habitualmente mais identificados pelos alunos, encontram-se a reabilitação de edifícios abandonados nos centros urbanos e a apresentação de propostas sobre a sua utilização futura, geralmente o acolhimento de serviços sociais ou de hotelaria; a ocupação de um terreno abandonado num centro urbano, frequentemente como espaço de lazer e desporto; a definição de itinerários turísticos, valorizando o património dos centros urbanos; a criação de museus virtuais sobre o património arquitetónico e ambiental locais; a melhoria das vias de comunicação e dos transportes públicos.

Nessa contexto, “numa leitura global, acredita-se no contributo efetivo dos jovens para a construção de soluções viáveis para os problemas das suas comunidades e que este seu envolvimento constitui a melhor escola de formação cidadania” (Claudino, 2019, p. 41). a Figura 7 apresenta a proposta de revitalização do Complexo Desportivo da cidade de Faro, proposto por estudantes da Escola Secundária João de Deus, no ano letivo 2015-2016.



Fig. 7 – Proposição dos estudantes para a revitalização do Complexo Desportivo de Faro.

Fonte: Nós Propomos (2018). Disponível em: < <http://nospropomos2016.weebly.com/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Outro elemento significativo da atuação dos EM no NP consiste na aproximação das Juntas de Freguesia e Câmaras, representantes do poder local com o comunidade, à medida que, ao visualizarem os problemas na comunidade, os estudantes propõem soluções aos mesmos, e os projetos por eles propostos são apresentados aos representantes do poder local. Nesse sentido, a “Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, na nação, do lugar” (Santos, 2004, p. 9). A Figura 8 apresenta os estudantes da Escola Secundária Sá de Miranda de Braga expondo seus projetos de intervenção local para as autoridades, na Câmara Municipal.



Fig. 8 – Entrega do portfólio de propostas à Câmara Municipal de Braga (2018).

Fonte: Nós Propomos (2018). Disponível em:< <http://nospropomos2016.weebly.com/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

O NP também objetiva incentivar atividades de investigação em Geografia por meio de metodologias inovadoras e mobilizar os estudantes e professores no uso prático de tecnologias de informação. Nesse sentido, Tonini (2014, p. 2) destaca que “a conexão entre práticas escolares e tecnologias digitais amplia as capacidades cognitivas, conecta novos recursos e formas de atuar e de relacionar-se tanto dos estudantes como dos professores”. Na mesma direção, ao avaliar o uso das TIC no Ensino Médio, Basquerote, Menezes, Nascimento & Scheller (2018) comprovaram “que seu uso se apresenta como potencializador de aprendizagem, à medida que possibilita atualização constante e diversidade de informações”.

Portanto, o NP promove uma EG viva, em que os conteúdos não estão prontos. Eles são construídos dia a dia pela prática social dos professores e dos estudantes, a partir da análise da realidade na qual se encontram inseridos.

5. Conclusões

O EM compreende um método de ensino interdisciplinar, que proporciona aos estudantes e professores o contato imediato com a realidade que objetivam estudar. O modo de vida contemporâneo e a preocupação com a gama de conteúdo a serem mediados durante o ano letivo impõem uma certa normalidade aos arranjos socioespaciais existentes e nos limitam de uma análise mais atenta da realidade imediata. Nesse sentido, o EM, em especial na EG, apresenta-se como uma metodologia que possibilita um olhar mais vigilante à realidade, que, possivelmente sem ele, não seria

desprendido. Assim, fundamenta-se como um relevante recurso no processo de ao envolver discussões que abrangem aspectos físicos, humanos, ambientais, culturais e econômicos, cristalizados no espaço, pelo processo de produção nele materializado ao longo do tempo.

Evidenciou-se que os EM desenvolvidos no âmbito do PN configuram-se como avanços na EG, ao proporcionarem o desenvolvimento de aspectos cognitivos, afetivos e relacionais, possibilitando aprendizagem significativa e construção de significado aos conteúdos mediados. Além disso, Revelou-se que as atividades desenvolvidas no NP, por meio do EM, são espaços onde o professor instiga os estudantes à curiosidade, a compreender a realidade que o cerca e a propor respostas para os problemas locais. Assim, dá sentido e significado aos conteúdos estudados em sala de aula. Ademais, contribui para a promoção de um novo olhar dos sobre a participação popular e sobre a compreensão das dinâmicas socioambientais locais.

Nesse sentido, avança da perspectiva do combate à formação instrumental, em grande medida, preocupada com o ingresso na universidade ou a formação de um sujeito eficiente para o mercado de trabalho. Sendo assim, as experiências desenvolvidas no âmbito do NP agenciam o diálogo e a formação de um trabalho coletivo e incentivo à formação de estudantes sujeitos, pesquisadores de suas práticas, de seu espaço, de sua história, da vida de sua gente.

Outrossim, constatou-se que o NP evidenciou importantes reflexões sobre a realidade local lançando um olhar diferenciado, a partir da sociedade civil, sobre seus problemas, possibilitando que dela emergissem propostas de soluções para os mesmos, denotando assim um aproximação dos sujeitos com a cidadania; ou seja, é a experiência e a emoção dos sujeitos em relação ao espaço que o torna lugar.

Ademais, pela abrangência das propostas geradas sobre a escala local, promovem-se redes de cooperação entre os atores locais, como as universidades, escolas, autarquias, empresas e associações locais. Além disso, diversos projetos criados pelos EM na abrangência do NP em Portugal foram implementados pelas autarquias locais, bem como compõem a pauta de distintos estudos em diferentes níveis acadêmicos nos países participantes.

Por fim, denotou-se que os EM, no contexto do projeto NP, contribuem para o envolvimento ativo dos estudantes na busca de novos conhecimentos e no desenvolvimento de atividades que ultrapassem a simples reprodução de conteúdos e conceitos, ao permitir que eles utilizem a observação, o registro e a elaboração de imagens, realizem entrevistas e questionários, entre outros. “Mas a grande mais-valia do Projeto é educativa: formar cidadãos habituados a olhar e a intervir na comunidade”. (Claudino, 2018, p. 299). Nessa direção, faz-se necessário auxiliar a criticidade do estudante e desenvolvê-lo a ser capaz de fazer uma análise da realidade que o cerca, dos lugares da

experiência, não só reduzindo a experiência aos lugares e tempos próximos, como também correlacionando-a aos outros espaços e tempos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

Aigner, C. H. O. (2006). Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar na escola municipal professor Larry José Ribeiro Alves. In C. Aigner, J. Moll, J & N. Rego (Orgs.), *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais* (p. 49-56). Porto alegre: UFRGS.

Azambuja, L. D. (2011). Metodologias cooperativas para ensinar e aprender geografia. In Callai, H. C. *Educação geográfica: reflexão e prática* (p.185-210). Ijuí: Unijuí.

Azambuja, L. D & Callai, H. C. (1999). A Licenciatura de Geografia e a Articulação com a Educação Básica. In Castrogiovanni, A. C, Callai, H. C, Scäffer, N. O. & N. A. Kaercher, (orgs.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.* (p. 89-195) Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Basquerote, A. T. S., Menezes, E. P & Nascimento, R. S. (2018). A construção de recursos didáticos nas aulas de geografia: percepções de estudantes de pós- graduação. In I. A. Gomes (Org.), *Produção do conhecimento geográfico 4* [recurso eletrônico] (p. 43-54). Ponta Grossa: Atena Editora.

Basquerote, A. T. S., Menezes, E. P., Nascimento, R. S. & Scheller, M. (2018). Percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre o uso dos celulares na sala de aula. *Revista Tecnologias na Educação*, 10 (24), 1-13.

Bogdan, R., C & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora.

Callai, H. C. (2014). A geografia é ensinada nos anos iniciais? aprende-se geografia nos anos iniciais? In I. M. Tonini, A. C. Castrogiovanni, L. B. Goulart, N. A. Kaercher & R. E. M. W. Martins (Orgs.), *O ensino de geografia e suas composições curriculares* (p. 31-42). Porto Alegre: Mediação.

Callai, H. C. (2011). Apresentação - Em busca de fazer educação geográfica. In H. C. Callai (Org.), *Educação geográfica: reflexão e prática* (p. 15-33). Ijuí: Unijuí.

Callai, H. C. (2001). A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino? *Revista Terra Livre*, 16, 133-152.

Callai, H. C. (1998). O Ensino de Geografia: Recortes Espaciais para Análise. In A. C. Castrogiovanni, Calai, H. C., N. O. Schäffer & N. A. Kaercher (Orgs), *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões* (p. 57-64). Porto Alegre: Ed. UFRGS/AGB, Seção Porto Alegre.

Castellar, S. (2006). A cidade e a cultura urbana na Geografia Escolar. In *Boletim Paulista de Geografia/Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros*, n. 85 (p. 95-111). São Paulo: AGB.

Castrogiovanni, A. C. (2014). Subir aos sótãos para descobrir a geografia. In R. E. M. W. M. Martins, I. M.Tonini & L. B. Goulart (Orgs.), *Ensino de geografia no contemporâneo: experiências e desafios* (p. 85-101). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

- Cavalcanti, L. S. (1998). *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. Campinas, SP: Papirus.
- Cavalcanti, L. S. (2002). *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Ed. Alternativa.
- Cavalcanti, L. S. (2006). *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas, SP: Papirus.
- Cavalcanti, L.S. (2012). *O ensino de geografia na escola*. Campinas: Papirus.
- Claudino, S. (2017). The Project We propose! Young people discussing and building the territory. In: L Oosterbbeek, B .Werlem & L. Caron (eds.). *Sustainability and Sociocultural Matrices. Transdisciplinary contributions for Cultural Integrated Landscape Management* (p. 175-189) Mação: Apheleia,
- Claudino, S. (2018). Educação Geográfica, Trabalho de Campo e Cidadania. O Projeto Nós Propomos!. In F.H. Veiga (Coord.), *O Ensino na Escola de Hoje, Teoria, investigação e aplicação* (p. 265-303). Lisboa: Climepsi Editores.
- Claudino, S. & Souto, X. M. (2019). Construímos uma educação geográfica para a cidadania participativa. O caso do projeto Nós Propomos! *Revista Signos Geográficos, Goiânia*. 1-16.
- Claudino, S. (2019). Construir uma escola cidadã por meio do projeto nós propomos!: um desafio no espaço iberoamericano. *Revista Sobre Tudo*. v 10, n. 2, 33-52. Florianópolis.
- Costella, R. Z. (2017). Prefácio. In J. F. Portugal, I. M. Tonini & S. S. Oliveira, (Orgs.), *Geografia: diálogos, reflexividades e aproximações* (pp. 11-17). Curitiba: CRV.
- Demo, P. (2015). *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (2009). Aprendizagens e Novas tecnologias. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, v. 1, n. 1, p. 53-75, Agosto/.
- Fernandes, M. (2008). *Aula de geografia*. Campina Grande: Bagagem.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hoffmann, J. (2010). *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva*. Porto Alegre: Mediação.
- Kaercher, N. A. (1999). *Desafios e Utopias no Ensino de Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Lima, V. B. & Assis, L. F. (2004). Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*. Sobral, (6/7)1, 109-121.

Lopes, C. S. & Pontuschka, N. N. (2009). Estudo do meio: teoria e prática. *Geografia (Londrina)*, 18(2), 173-191.

Libâneo, J.C. (2011) Didática e Trabalho Docente: a mediação didática do professor nas aulas. In J. C. Libâneo, M. V.R. Suanno & S.V. Limonta, (orgs.) *Concepções e Práticas de Ensino num Mundo em Mudança*. (p. 85-100). Goiânia: CEPED/PUC Goiás.

Morais, I. R. D. (2013). Diferentes Linguagens no Ensino de Geografia: novas possibilidades. In A. de S. Albuquerque & A. de S. Ferreira (Orgs.) *Formação, Pesquisa e Práticas Docentes: Reformas Curriculares em Questão* (p. 241-264). João Pessoa: Mídia.

Orlandi, E.P. (2003). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.

Pontuschka, N. N. (2000). Geografia, representações sociais e escola pública. *Terra Livre*. São Paulo, n 15, 145-154.

Pontuschka, N. N., Paganelli, T. I & Cacete, N. H. (2007). *Para ensinar e aprender geografia*. São Paulo: Cortez.

Sacramento, A. C. R. (2015). A mediação do conhecimento: a importância de se pensar o trabalho docente de Geografia. In A. C. R. Sacramento, C. F. Antunes & M. M. S. Filho (Orgs.), *Ensino de geografia produção do espaço e processos formativos* (p.11-32). Rio de Janeiro: Consequência.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

Santos, M. (2004). *A natureza do espaço; técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.

Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.

Tonini, I. M. (2014). O livro didático: textualidades em rede. In I. M. Tonini, A. C. Castrogiovanni, L. B. Goulart, N. A. Kaercher & R. E. M. W. M. Martins. *O ensino de geografia e suas composições curriculares* (p. 149-159). Porto Alegre: Mediação.

Zabala, A. (2007). *Prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

PROJETO NÓS PROPOMOS! 2019/20, EM PORTUGAL: UM OLHAR SOBRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS

Ricardo Coscurão

Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - SFRH/BD/139986/2018

CEG/IGOT - Universidade de Lisboa

rcoscurao@edu.ulisboa.pt

Introdução

Desde o ano letivo 2011/2012, que o Projeto “Nós Propomos!” vem cumprindo a sua missão, ao contribuir para uma “cidadania e inovação na educação geográfica”. Em 2019/2020 a realidade não foi diferente e, mais uma vez, milhares de alunos, pelos vários países por onde este Projeto se tem expandido, apresentaram as suas propostas de resolução de problemas com expressão territorial, identificados pelos próprios, nas respetivas áreas de residência. De novo, apostou-se na promoção educação geográfica verdadeiramente comprometida com o exercício da uma cidadania territorial, pelos alunos (Claudino, 2019).

De acordo com as próprias orientações do Projeto, em cada escola participante, considerando o total de alunos envolvidos, são eleitas as propostas vencedoras entre o conjunto de propostas desenvolvidas. Esta eleição é da responsabilidade de cada escola, em termos de processos e critérios considerados. São estas propostas vencedoras, submetidas por todas as escolas participantes, que são apreciadas pelo júri nacional, constituído para o efeito, o qual decide sobre quais merecem ser agraciadas com prémios/distinções. Tal não significa que as restantes propostas sejam, de alguma forma, desvalorizadas, desde logo pela possibilidade de todos os alunos, independentemente da sua proposta ter sido eleita, ou não, como vencedora, poderem apresentar o seu trabalho no Seminário Nacional do Projeto “Nós Propomos!”, o qual tem lugar no final de cada ano letivo.

Considerando o universo de propostas submetidas por alunos de escolas portuguesas, no ano letivo 2019/2020, importa, então, perceber quais foram os principais tipos de propostas desenvolvidas, bem como as preocupações e problemas que serviram de base ao desenvolvimento das mesmas. Este é o principal objetivo do presente texto, no qual se privilegia uma análise comparativa das propostas apresentadas, diferenciando aquelas que foram submetidas como vencedoras, das restantes submissões. Existirão diferenças entre as propostas vencedoras e as restantes propostas, ao nível dos respetivos tipos e preocupações/problemas de base? Esta será uma questão-chave na base desta análise.

O Projeto “Nós Propomos!” e a promoção de uma cidadania territorial

Desde há muito que o contributo da educação geográfica para a promoção de uma educação para a cidadania tem sido amplamente reconhecido e explorado. Os conhecimentos e competências mobilizados pela educação geográfica têm, assim, sido encarados como importantes contributos para formação cidadã dos alunos. O conhecimento geográfico fomenta o rigor na formulação do pensamento e tratamento da informação (Palacios & Barahona, 2019), dotando os alunos de ferramentas que os tornem cidadãos conscientes e informados (Lambert, 2017), com uma compreensão mais aprofundada do mundo que habitam, pela mobilização dos próprios conceitos geográficos (Shin & Bednarz, 2019). A educação geográfica deve levar os alunos a olharem o território atentamente, identificando problemas e procurando possíveis soluções para os mesmos, o que confere uma dimensão territorial à educação para a cidadania. Tal como defende Claudino (2019), falamos de uma cidadania territorial.

É, precisamente, a promoção desta cidadania territorial que encontramos na base do Projeto “Nós Propomos!”, procurando contribuir para a formação de cidadãos capazes de olhar e intervir na comunidade (Claudino, 2018), para além de surgir da própria necessidade e importância da implementação de um estudo de caso, no contexto da disciplina de Geografia A (11.º ano de escolaridade). O conceito de participação social do indivíduo (Bazolli et al., 2018) desempenha, aqui, um papel fundamental. Trata-se, assim, de um Projeto voltado para a identificação de problemas socioambientais locais, com expressão territorial. Dirigindo-se privilegiadamente a alunos do 11.º ano (16/17 anos), tem sido mobilizado e adaptado, também, em outros níveis e contextos de ensino, como o ensino básico, o ensino profissional e até em universidades seniores (Claudino, 2018). De igual modo, a expansão deste projeto, além-fronteiras, tem sido uma constante, marcando, hoje, presença em países como Espanha, Brasil, Colômbia, Perú ou Moçambique. Destaque, por exemplo, para a difusão que o Projeto tem conhecido, no Brasil, estando associado ao compromisso institucional de universidades brasileiras na transformação social dos contextos onde se inserem, constituindo em exemplo de extensão universitária, em inter-relação com outros setores da sociedade (Gonsalves & Bazolli, 2019). A versatilidade do Projeto “Nós Propomos!” manifesta-se, igualmente, no conjunto de princípios que encontramos na base do mesmo, nomeadamente: cidadania territorial; construtivismo; investigação; parcerias; redes; flexibilidade; simplificação metodológica e inclusão (Claudino, 2019). Falamos de um Projeto inovador ao incorporar no ensino uma competência social e cidadã, proporcionando experiências ricas para alunos e professores, através da mobilização de temáticas atrativas, as quais favorecem o trabalho cooperativo (Rodríguez-Domènech & Claudino, 2018).

Caracterização geral do universo de propostas submetidas

Reportando-nos às propostas desenvolvidas por alunos do Ensino Secundário (situação mais frequente, neste contexto), no ano letivo 2019/2020, em Portugal, o Projeto “Nós Propomos!” contou com a submissão de 323 propostas, envolvendo um total de 1336 alunos e 58 professores, de 43 escolas. Destas 323 submissões, 94 corresponderam às propostas vencedoras, em cada escola.

Considerando o universo total de 323 propostas, 31,8% das mesmas partiram de preocupações de índole cultural e recreativa, o que constituiu a situação mais frequente. Seguiram-se preocupações de natureza socioeconómica (30,2% das propostas), as de índole ambiental (19,5%) e ainda as relacionadas com as questões das acessibilidades/mobilidades (18,6% das propostas). Quanto aos tipos de propostas mais frequentes, destacam-se as situações que envolveram algum tipo de intervenção no espaço público, bem como as propostas implicando intervenções em edifícios já existentes.

Para uma análise de conteúdo das propostas submetidas

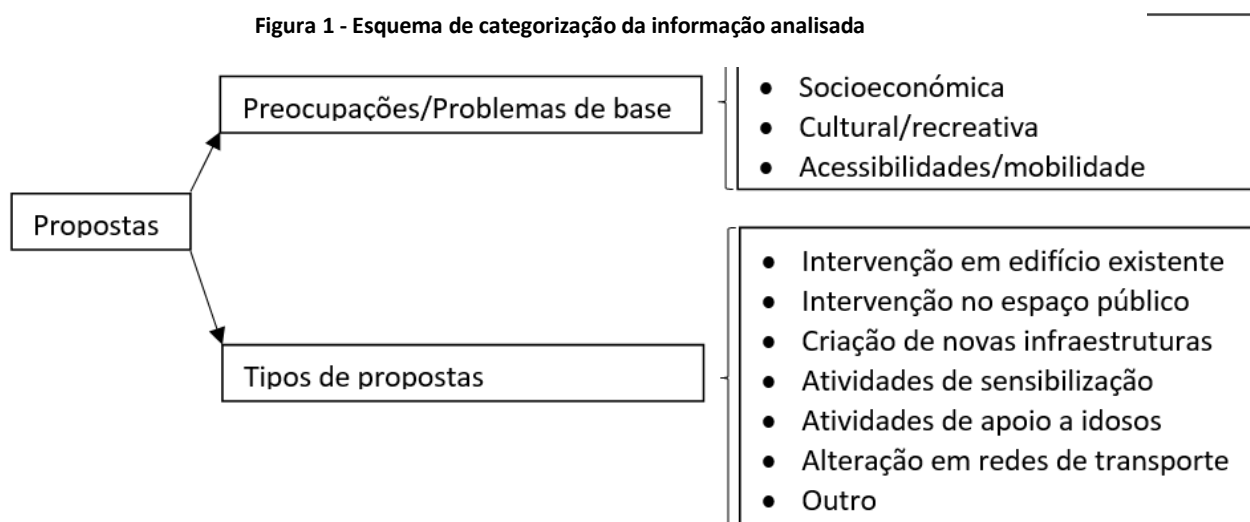
Para uma análise dos tipos de propostas, bem como das principais preocupações e problemas subjacentes às mesmas, foi mobilizada a técnica da análise de conteúdo, a qual apresenta reconhecidas potencialidades ao nível do tratamento de informação, particularmente pela síntese da mesma, facilitando a sua interpretação (Esteves, 2006; Lima, 2013).

De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo inicia-se com uma fase de “pré-análise”, a qual permite um primeiro contacto com a informação a analisar. No caso do presente texto, a análise incide sobre as apresentações multimédia de cada proposta submetida. Ainda nesta primeira fase, há lugar para uma *leitura flutuante* (Bardin, 2004), constituindo uma primeira leitura geral da informação disponível, dela resultando a identificação das primeiras ideias fundamentais, o que abre caminho para os momentos seguintes, em que a informação é organizada mais detalhadamente.

As conclusões decorrentes da *leitura flutuante* conduzem-nos à categorização da informação, a qual visa classificar e reduzir os dados, reconfigurando-os ao encontro dos objetivos da investigação (Esteves, 2006). Este processo de categorização pode basear-se em *procedimentos fechados*, quando as categorias a utilizar já estão definidas, à partida, ou em *procedimentos abertos*, quando as categorias decorrem da própria informação analisada (Esteves, 2006). No caso da presente análise, foram mobilizados ambos os tipos de procedimentos. Foram definidas, desde logo, duas categorias gerais, seguindo um procedimento que podemos classificar como fechado, procurando analisar o conteúdo de cada proposta submetida relativamente a duas dimensões principais: o principal tipo de preocupação/ problema na base de cada proposta; bem como o tipo de proposta propriamente dita, em termos de ações mobilizadas. Destas duas categorias principais decorrem dois conjuntos de

subcategorias com o objetivo de classificar, mais especificamente, o conteúdo de cada proposta. Neste segundo momento, privilegiou-se um procedimento mais aberto, visto que estas subcategorias foram definidas durante o processo de análise, de acordo com as características evidenciadas pelas propostas. De salientar que, como em qualquer processo de análise de conteúdo, a categorização construída não constitui a única opção válida para análise da informação, mas sim uma abordagem possível ao tratamento da mesma. No caso em análise, o principal objetivo consistiu em enquadrar cada proposta submetida, nas subcategorias que melhor representassem a principal preocupação de base e tipo de proposta. É importante não esquecer que, em algumas situações, as propostas poderiam ser enquadradas em mais do que uma subcategoria, decorrente de cada categoria principal. Evitando duplas categorizações, procurou-se, assim, uma categorização ao encontro dos aspetos mais destacados pelos alunos, tendo em conta o conteúdo e a própria forma como formularam a sua proposta. O resultado de todo este processo de categorização encontra-se esquematizado na figura 1.

Figura 1 - Esquema de categorização da informação analisada



Preocupações de base e tipos de propostas submetidas: principais tendências

Através da análise da tabela 1, percebemos que, globalmente, as preocupações de índole cultural/recreativa foram as mais frequentes (102 propostas), seguidas das questões de natureza socioeconómica, ambiental e, por fim, os aspetos relativos às acessibilidades/mobilidade.

Tabela 1 - Preocupações/problemas na base das propostas submetidas (totais)

PREOCUPAÇÕES/PROBLEMAS DE BASE	PROPOSTAS SUBMETIDAS		TOTAIS
	Propostas vencedoras	Restantes submissões	
Cultural/recreativa	27	75	102
Socioeconómica	32	64	96
Ambiental	21	42	63
Acessibilidades/mobilidade	14	48	62
TOTAIS	94	229	323

Os resultados são ligeiramente diferentes quanto procedemos a uma análise comparativa entre as principais preocupações na base das propostas vencedoras e na base das restantes propostas submetidas. Relativamente ao conjunto de propostas vencedoras, as preocupações socioeconómicas são as mais frequentes (cerca de 34% das propostas submetidas, neste grupo) - figura 2. Já no caso das restantes submissões, os aspetos de natureza cultural/recreativa assumem a liderança, abrangendo aproximadamente 33% das propostas submetidas, neste grupo. Ainda assim, os resultados distribuem-se de uma forma relativamente homogénea, não se verificando diferenças muito acentuadas entre os diferentes tipos de preocupações de base, em ambos os grupos de propostas. Se, no caso das propostas vencedoras, a diferença entre o tipo de preocupação mais frequente e o menos frequente situa-se em cerca de 19%, no caso das restantes submissões, esta diferença não vai além dos 14%. Quer olhemos para as propostas vencedoras, quer para as restantes propostas submetidas, não existe um único tipo de preocupações de base possível, nem um tipo de preocupações que se evidencie de uma forma significativa, distanciando-se dos restantes, em termos de resultados. Podemos dizer que a versatilidade associada ao Projeto Nós Propomos! encontra-se aqui presente, neste caso, ao nível da diversidade de preocupações/problemas que podem estar na base das propostas desenvolvidas pelos alunos. Considerando os seus contextos culturais e familiares, bem como as distintas expectativas que detêm relativamente à utilização do espaço, os problemas eleitos pelos alunos tendem a ser diversos (Souto & Claudino, 2019).

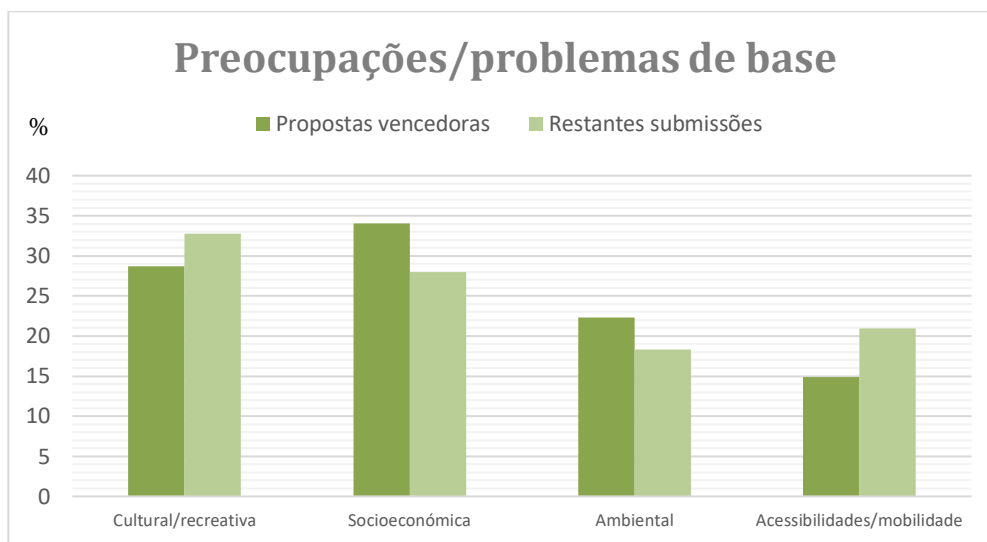


Figura 2 - Preocupações/problemas na base das propostas submetidas (%)

A ideia de versatilidade continua presente quando olhamos para os tipos de propostas submetidas, do ponto de vista da natureza das ações envolvidas em cada uma destas. De resto, o processo de categorização desenvolvido permitiu a identificação de seis subcategorias distintas, relativamente a este aspeto, às quais se juntou uma sétima subcategoria (“outro”), que agregou tipos propostas cujos totais não justificavam a criação de uma subcategoria específica, porém não poderiam deixar de ser considerados. Os resultados verificados nesta subcategoria mostram-nos isso mesmo. Globalmente, as situações em que as propostas submetidas envolviam algum tipo de intervenção no espaço público foram as mais frequentes (140 propostas), tal como podemos observar na tabela 2. Trata-se de um tipo de proposta com estreita ligação aos próprios objetivos do Projeto e do Estudo de Caso, na sua base. O espaço público constitui um cenário privilegiado para a identificação de problemas com expressão territorial, sendo frequentes as propostas envolvendo o reforço e melhoria de equipamentos de apoio à população no espaço público, tais como passagens para peões, ciclovias, ecopontos, instalações sanitárias, entre muitos outros exemplos. Destaque, ainda, para as propostas voltadas para intervenções em edifícios existentes, denotando uma preocupação, por parte dos alunos, em dar uma “nova vida” a edifícios degradados, frequentemente subaproveitados, ao proporem novos usos para os mesmos, em consonância com as próprias necessidades da população, bem como com as suas perceções pessoais. A reabilitação de edifícios degradados, pensando na criação de espaço de apoio a grupos mais vulneráveis da população; de espaços dedicados à atividade turística, de espaços vocacionados para o convívio entre jovens, são disso exemplos.

Tabela 2 - Tipos de propostas submetidas (totais)

TIPOS DE PROPOSTAS	PROPOSTAS SUBMETIDAS		TOTAIS
	Propostas vencedoras	Restantes submissões	
Intervenção no espaço público	40	100	140
Intervenção em edifício existente	19	48	67
Criação de novas infraestruturas	12	29	41
Atividades de sensibilização	3	13	16
Atividades de apoio a idosos	2	10	12
Alteração em redes de transporte	1	8	9
Outro	17	21	38
TOTAIS	94	229	323

As tendências observadas são idênticas quando comparamos os resultados obtidos no conjunto de propostas vencedores e no conjunto das restantes propostas submetidas, tal como nos mostra a figura 3. Em ambos os casos, as propostas direcionadas para intervenções no espaço público são aquelas que se observam mais frequentemente, correspondendo a pouco mais de 40% das propostas submetidas, em cada um destes grupos. Tal como pudemos observar relativamente às principais preocupações de base, também ao nível dos tipos de propostas submetidas encontramos múltiplas realidades, o que nos mostra que as atenções dos alunos, perante um trabalho desta natureza, podem direccionar-se para vários aspetos, seguindo rumos distintos, mas igualmente válidos e pertinentes.



Figura 3 - Tipos de propostas submetidas (%)

Procurando ilustrar toda a diversidade presente nas propostas analisadas, foram construídas nuvens

Considerações finais

Num momento em que o ensino necessita, cada vez mais, de estar em sintonia com os desafios que a sociedade enfrenta, preocupando-se em preparar os seus alunos para um futuro recheado de incertezas, a edição 2019/2020 do Projeto “Nós Propomos!” em Portugal voltou a significar mais um contributo neste sentido. Cumpriram-se os principais propósitos deste Projeto, levando os alunos a construírem propostas diversificadas, fruto de uma postura ativa perante o território e os problemas que este apresenta, num exercício de desenvolvimento das suas competências de cidadania territorial. Por outras palavras, a cidadania e inovação na educação geográfica, grande lema do “Nós Propomos!”, esteve bem presente.

Uma análise do conteúdo das propostas submetidas permitiu identificar quatro grandes tipos de preocupações na base destas propostas, mais concretamente ambientais, socioeconómicas, culturais/recreativas e relacionadas com acessibilidades e mobilidade. De igual modo, foi possível identificar diferentes tipos de propostas, consoante o tipo de ações envolvidas, nomeadamente: intervenções em edifícios existentes, intervenções no espaço público, criação de novas infraestruturas, atividades de sensibilização, atividades de apoio a idosos, alteração em redes de transportes, entre outras.

A diversidade foi tónica dominante na análise dos resultados, manifestando-se quer ao nível das preocupações de base, quer em termos de tipos de propostas. Ainda assim, destaque para as preocupações de índole socioeconómica e cultural/recreativa, bem como para propostas envolvendo algum tipo de intervenção no espaço público, sem que tal signifique que as restantes preocupações e tipos de propostas tenham sido desvalorizados, ou pouco representados. Mais uma vez, ficou a patente a versatilidade associada a este Projeto, podendo associar-se a realidades distintas, mas igualmente válidas. Numa análise comparativa entre as propostas eleitas como vencedoras, em cada escola, e as restantes propostas submetidas, não se evidenciaram diferenças significativas, em termos de preocupações de base e tipos de propostas. Mais do que uma diferenciação entre conjuntos de propostas, prevaleceu a ideia de contributo para a cidadania territorial dos alunos envolvidos, através de experiências de aprendizagem onde se privilegiou um contacto próximo com a realidade e com o território, procurando promover aprendizagens geográficas (e não só) verdadeiramente significativas para os mesmos alunos, ao encontro de uma educação geográfica comprometida com a educação para a cidadania. Podemos dizer que este é, precisamente, o “espírito Nós Propomos!”

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3.ª Ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bazolli, J., Dantas, L., & Coelho, E. (2018). Inovação e Democracia: *Civic hacking* como ferramenta de tecnologia social na experiência do projeto “Nós Propomos” - Palmas/TO. *Revista Observatório*, 4(6), 944-964. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v4n6p944>
- Claudino, S. (2018). Educação geográfica, trabalho de campo e cidadania: o Projeto Nós Propomos!. In F. Veiga (Coord.), *O ensino na escola de hoje: teoria, investigação e aplicação* (1.ª ed., pp. 265–303). Lisboa: Climepsi.
- Claudino, S. (2019). Project We Propose! Building Territorial Citizenship From School. In J. Pineda-Alfonso, N. Alba-Fernández & E. Navarro-Medina (Eds.), *Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity* (1ª ed., pp. 350-382). Hershey: IGI-Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-7110-0>
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. Lima, & J. Pacheco (Org.), *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses* (1.ª ed., pp. 105–126). Porto: Porto Editora.
- Gonsalves, J., & Bazolli, J. (2019). Nós Propomos: interação e comunicação. *Revista Capim Dourado: Diálogos em Extensão*, 2(3), 134-144. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/8390>
- Lambert, D. (2017). The relevance Of Geography for citizenship education. In L. Leite, L. Dourado, A. Afonso, & S. Morgado (Eds.), *Contextualizing Teaching To Improve Learning The Case Of Science And Geography* (1.ª ed., pp. 57–71). Hauppauge: Nova Science.
- Lima, J. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia* 47(1), 7–29. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Palacios, F., & Barahona, S. (2019). Desarrollo del pensamiento geográfico y formación ciudadana: una mirada desde el espacio vivido. *Signos Geográficos* 1, 1–18. <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/59376>
- Rodríguez-Domènech, M., & Claudino, S. (2018). Principios y base metodológica del proyecto «Nosotros Proponemos!». In M. Rodríguez-Domènech & S. Claudino (Coords.), *Nosotros proponemos! Ciudadanía, sostenibilidad e innovación geográfica ante los desafíos educativos de la sociedad* (1ª ed., pp. 19-40). Barcelona: Graó.
- Shin, E., & Bednarz, S. (2019). Conceptualizing Spatial Citizenship. In E. Shin & S. Bednarz (Eds.), *Spatial citizenship education - Citizenship through Geography* (1ª ed., pp. 1-9). Nova Iorque e Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315165356>

Souto González, X., & Claudino, S. (2019). Construimos uma educação geográfica para a cidadania participativa. O caso do projeto Nós Propomos!. *Signos Geográficos 1*, 1–16. <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171>

PROJETO “NÓS PROPOMOS!” – SETE ETAPAS DE UMA ABORDAGEM CURRICULAR

Anabella Vaz

Escola Secundária João de Deus em Faro

Introdução

O Projeto “Nós Propomos! – Cidadania e Inovação na Educação Geográfica vem sendo traçado há nove anos com a tutela do IGOT-UL, por uma equipa coordenada pelo Professor de Didática da Geografia Sérgio Claudino, seu mentor, num caminho para a aquisição das competências agora exigidas ao aluno no seu “Perfil à saída da escolaridade obrigatória” (ME, 2017a).

Apointa para estratégias que valorizam a autonomia dos alunos de Geografia do 11º ano, nas suas práticas escolares, com vista a resultados de aprendizagem mais sólidos e conseguidos com mais empenho e prazer. Pressupõe “observação in loco”, trabalho de campo e o contato com as populações e com entidades locais.

Na Escola Secundária João de Deus em Faro, este trabalho de projeto é realizado há nove anos, em parceria formal com a Câmara Municipal de Faro e o IGOT-ULisboa, sendo desenvolvido no 11º ano, no segundo período, por ser nessa altura que, de acordo com o Programa do ME em vigor e as “Aprendizagens Essenciais”, os professores lecionam o “subtema 3.2. As áreas urbanas: dinâmicas internas” (no entanto os professores têm autonomia para iniciar o programa pelo tema que considerem mais oportuno).

- “Que problemas afetam as áreas urbanas?”

- “Como intervir na (re)organização das áreas urbanas?”

São os subtemas explorados com este Projeto, através de uma metodologia de estudo de caso que o referido programa ministerial propõe, no seu último tema.

Em síntese, o Projeto “Nós Propomos” pressupõe o desenvolvimento de uma atitude mais interventiva e crítica, apostada na cidadania territorial, no estudo da Geografia” (Claudino, 2018 p.267).

Num intuito facilitador do trabalho dos professores que pretendam desenvolver este Projeto, e com base na experiência já vivenciada, delinearam-se as sete etapas fundamentais, orientadores do trabalho de professores e alunos.

ROTEIRO DE TRABALHO de ALUNOS e PROFESSORES

Pontos prévios do(a) professor(a):

- Inscrever-se no site do Projeto “Nós Propomos!” (www.nospropomos.igot.ul.pt), registando a escola e os alunos, para possibilitar um contato regular, de acompanhamento, orientações e materiais de apoio e participar anualmente no seminário nacional de encerramento – promovidos pelo IGOT-UL e ter acesso ao Regulamento do Projeto.
- Dar a conhecer aos alunos e seus encarregados de educação através de email, o Projeto “Nós Propomos! – inovação e cidadania na educação geográfica” (site IGOT).
- Estabelecer uma parceria com a(s) autarquia(s) locais, pondo-as ao corrente dos objetivos do Projeto e pedindo a sua colaboração no que os alunos deles precisarem, nomeadamente as grandes orientações do PDM, o passado histórico que explica o presente das situações problema e para o transporte dos alunos para o Seminário Nacional (anual), em Lisboa.
- Lecionar os conteúdos dos 2 temas anteriores (“A organização das áreas urbanas” e “A expansão urbana”, para que o aluno se integre nestes conteúdos e conceitos e adquira um vocabulário específico da gestão urbana e dos “Problemas urbanos”, seu objeto de estudo;
- Deverá solicitar aos alunos, como TPC, que, individualmente, pesquem em diversas fontes incluindo o manual escolar, sobre problemas urbanos em Portugal e ainda, na página do IGOT-UL, os trabalhos vencedores dos anos anteriores.

1º Momento – O professor solicita a formação de grupos de 4 alunos que vivam perto uns dos outros. Pede o preenchimento de um questionário exploratório do local onde vivem (fornecido pelo IGOT-UL) e que se resume a 3 questões centrais (50 minutos):

- Olhem para a vossa rua, bairro ou cidade e pensem no que precisaria de ser melhorado;
- Escolham apenas um dos aspetos identificados e justifiquem a sua pertinência;
- Tentem encontrar as razões explicativas dessa situação/problema.

Comecem a registar num “memorando”, todos os passos e informação interessante, para posteriormente construírem a apresentação do percurso e resultado do seu trabalho (10 minutos) aos colegas da turma.

2º Momento – De acordo com o problema identificado o professor elucida, cada grupo, sobre as fontes de informação que poderão ser organismos privados ou públicos, especialmente a Câmara Municipal do seu concelho, que os ajudará a perceber melhor a existência desse problema. O professor deverá contactar com esses organismos, agendando a colaboração com os alunos.

Aos alunos são atribuídas 3 aulas de trabalho autónomo (fotografar, recolher informação, aplicar

inquéritos, tratar os dados recolhidos) com a respetiva autorização do Encarregado de Educação; Quando saem da escola deverão ser portadores de uma credencial e de um crachá que os identifique como estando a fazer um trabalho escolar.

Os alunos poderão dividir as tarefas de recolha, tratamento e apresentação de informação e, devem acordar sobre a forma de apresentar as conclusões a que chegaram. (TPC ou 2 aulas)

3º Momento – Os alunos iniciam a construção da apresentação do trabalho realizado, descrevendo e explicando o problema escolhido com os dados e informação recolhida. Fazem uma proposta fundamentada da solução ou soluções que propõem para o problema. (TPC ou 2 aulas)

- Introdução que localiza e descreve o problema detetado, sua origem e razão de existência;
- A metodologia seguida para a recolha e tratamento de dados: resultados dos inquéritos e entrevistas;
- As conclusões a que chegaram e o confronto com as ideias do grupo sobre o objeto de estudo;
- As propostas de solução encontradas e a que privilegiam.

Poderão participar ainda nos concursos de: fotografia ; o melhor texto; o melhor vídeo; o logotipo do Projeto e o melhor projeto de Escola.

4º Momento – O professor constrói fichas de auto e heteroavaliação do trabalho de grupo;

Os grupos apresentam à turma os trabalhos realizados, registam as críticas do professor e dos colegas e reformulam o trabalho em função do debate.

Cada grupo avalia o trabalho dos outros grupos; e cada elemento do grupo avalia o seu trabalho e o dos colegas.

5º Momento – O professor organiza um encontro de apresentação dos trabalhos com os vereadores da Câmara Municipal que contribuiram para a sua boa realização, solicitando uma crítica construtiva dos mesmos e, ainda, a atribuição de um certificado de participação.

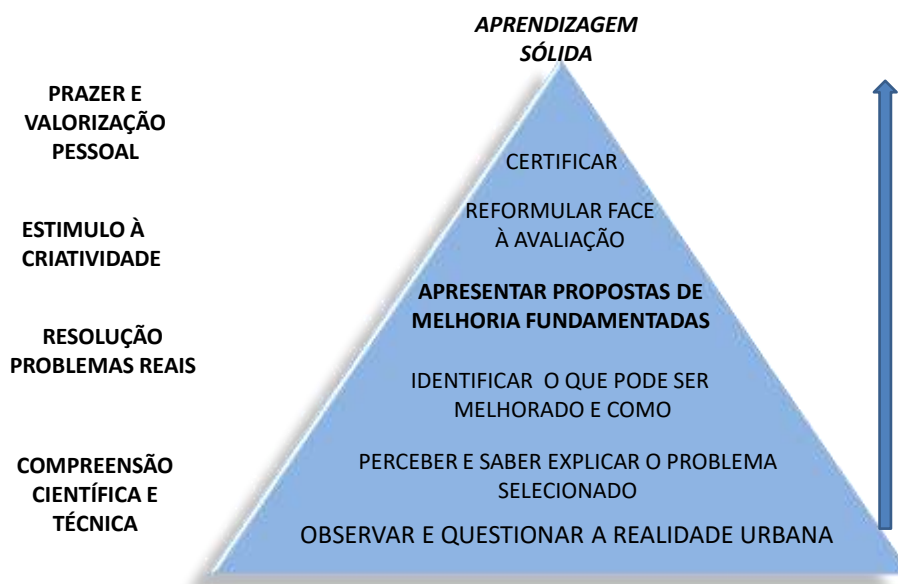
Perante as sugestões feitas os grupos deverão melhorar os seus trabalhos.

6º Momento – O professor solicita a colaboração da Câmara Municipal, na cedência do transporte para a participação no Seminário Nacional “Nós Propomos!” que se realiza anualmente no IGOT-UL , em Lisboa, no início do 3º período, onde os grupos apresentarão os seus trabalhos que ficarão registados na página do IGOT-UL.

Os alunos participam na apresentação dos trabalhos de outros alunos de outras escolas onde aprendem outros modos de fazer; são atores e autores da apresentação pública do seu trabalho que é, assim, valorizado e têm que responder a questões que lhe possam ser colocadas; assistem às conferências de abertura e encerramento, à entrega de prémios e recebem o certificado de participação no Projeto “Nós Propomos!”.

7º Momento – Professores e alunos participantes preenchem, on line, o questionário de avaliação do Projeto na página do mesmo. Realizam oralmente a auto e heteroavaliação, registrando as memórias com que ficaram de todo o trabalho realizado.

Figura 1- PERCURSO DE APRENDIZAGEM - PROJETO “NÓS PROPOMOS”



Fonte: (Kagan, 2013, adaptado)

Conclusão

Com este Projeto reforça-se uma aprendizagem em que a gestão urbana tenha em conta a qualidade ambiental, a solidariedade social e o bem-estar, no presente, e cujas propostas de melhoria tenham em conta a sustentabilidade dessas ações para as futuras gerações e para o ambiente.

A aprendizagem cognitiva, que parte do conhecimento da realidade que nos rodeia e da sua explicação, facilita futuramente a aquisição do pensamento abstrato, com vista à formulação das propostas ideais e emocionalmente construídas, de resolução de problemas (Mora, 2013).

Do perfil de aluno que hoje é exigido, resta aos profissionais de Geografia, alunos e professores que partilham as suas vivências neste Projeto, continuar a estimular a procura de mais e melhor informação sobre o seu território de forma a considerá-lo de pertença e com ele se identificarem; a refletirem sobre que futuro querem para o mesmo, a exigirem livremente mas com consciência cidadã, uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade desses espaços.

Referências bibliográficas

Documentos produzidos para o Projeto de Autonomia e a Flexibilidade Curricular 2017/18:

ME (2017a) Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. Disponível em

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

ME (2017b) Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Disponível em

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf

ME (2018) Aprendizagens Essenciais – Geografia A. Disponível em

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/10_geografia_a.pdf – 10ºano e

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_geografia_a.pdf - 11ºano

Documentos estruturantes da Educação para o séc.XXI:

APA (2017). Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020. Disponível em

https://www.apambiente.pt/zdata/DESTAQUES/2017/ENEA/AF_Relatorio_ENEA2020.pdf

DGE (2018). Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Lisboa: Ministério da Educação.

ONU (2017). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para 2030, (objetivos, 4º, Educação de Qualidade e, 11º, Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, Diário da República, 1ª série, nº 135 de 16 de julho

Documentos de base pedagógico-didática:

Claudino, S. (2018). Educação Geográfica, trabalho de campo e cidadania. O projeto “Nós Propomos” in Veiga, F. (coord.). O Ensino na Escola de Hoje - teoria, investigação e aplicação, pp. 265-303, Lisboa: Climepsi Editores.

Bazolli, João A. et al. (2017). Manual “Nós Propomos”. Palmas: Editora da Universidade Federal de Tocantins.

Galeana, L. (2016). Aprendizaje basado en proyectos. Disponível em:

<http://www.ceupromed.ucol.mx/revista/PdfArt/1/27.pdf>, em 25 de agosto de 2018

Kagan, S. (2013). Cooperative learning structures. San Clemente, CA: Kagan Publishing.

Mora, F. (2013). Neuroeducación. Solo se puede aprender aquello que se ama. Madrid: Alianza Editorial.

Murga, M. (2018). Trabalho por Projetos. Manual de formação docente. Editora Santillana.

Claudino, S.; Souto González, X.; Rodriguez Domenech, M.; Bazolli, J.; Lenilde de Araújo, R.; Gengnagel, C.; Mendes, L.; Silva, A. (org.) (2019). *Geografia, Educação e Cidadania*. Lisboa: ZOE/Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. 959p. ISBN: 978-972-636-276-0

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO NÓS PROPOMOS! PARA UMA CIDADANIA PARTICIPATIVA

Filomena Clemente

Investigadora do Núcleo de Alterações Climáticas e Sistemas Ambientais (ZEPHYRUS)
Centro de Estudos Geográficos / IGOT - Universidade de Lisboa
Professora de Geografia no Agrupamento de Escolas Ibn Mucana
E-mail: filomenaclemente@gmail.com

1. Introdução

O presente artigo pretende refletir sobre o contributo do Projeto Nós Propomos! para o desenvolvimento de competências enunciadas no Perfil dos Alunos para o Século XXI.

Far-se-á uma retrospectiva da participação, do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, no Projeto Nós Propomos! desde o primeiro ano em 2011/2012, o primeiro lugar no tema trabalho no ano letivo de 2015/2016, o primeiro lugar no tema fotografia no ano 2017/2018 e a participação no último ano de 2018/2019 com a implementação do projeto no estabelecimento prisional do Linhó. O projeto da turma L do 12º ano do Estabelecimento Prisional do Linhó, ganhou o segundo lugar no concurso a nível municipal com o projeto “Pure Nature Work”.

Por último, uma reflexão da importância da implementação do Projeto para os alunos, mas também, para a motivação dos professores e ainda para a visibilidade e notoriedade da Escola, quer a nível local, nacional e também a nível internacional.

O Projeto encontra-se implementado em três continentes e em oito países, Portugal, Espanha, Moçambique, Brasil, Chile, Peru, Bolívia e México (figura 1). Realizou-se o I Congresso Iberoamericano Nós Propomos, em Lisboa, de 7 a 12 de Setembro de 2018 e o II Congresso iria realizar-se entre 21 a 27 de julho de 2020, no Rio de Janeiro, não fosse a pandemia COVID19. Estes encontros são momentos de partilha dos projetos e experiências desenvolvidos internacionalmente.

Figura 1 – Países Participantes



Fonte: Cedido pelo Prof. Sérgio Claudino

2. Diversidade e diferenciação curricular

Com a massificação do ensino as questões da diversidade tornam-se pertinentes para uma redefinição das práticas de inclusão social e de integração escolar. Segundo Sousa (2007) a construção de novas pedagogias e métodos de trabalho põe definitivamente em causa a ideia de um modelo escolar único e unificado.

Por outro lado, os desafios colocados pelas novas tecnologias têm vindo a revolucionar o dia-a-dia das sociedades e das escolas. Mas, segundo Manuel Castells, o essencial reside na aquisição de uma capacidade intelectual de aprendizagem e de desenvolvimento, o que coloca os professores no centro da “nova pedagogia” (2001, p. 278). Para isso, considera-se fundamental que os professores entendam ser prioritário uma aposta na sua formação ao longo da vida.

A diferenciação é igualmente vista como um meio de atenuar as dificuldades dos alunos "com necessidades especiais". A escola, bem como os docentes, preocupam-se com estes alunos, integrando as problemáticas específicas numa visão mais ampla. E assim, a pedagogia diferenciada torna-se um meio de prevenção do abandono escolar precoce (Feyfant, 2012). Ao identificarmos a necessidade de diferenciação surge a necessidade de desenvolver trabalho de projeto. Já em 1968, John Dewey referia o poder de conceber projetos com a liberdade, idêntica ao autocontrolo, porque a conceção dos fins e a organização dos meios são um trabalho de inteligência. Assim, consideramos que o trabalho de projeto é fundamental, quer para os alunos, quer para os docentes no processo de

ensino-aprendizagem.

Um projeto autêntico deve encontrar o seu ponto de partida no impulso do educando e pressupõe a visão de um fim, com proposta de resolução de um problema e uma previsão das consequências que resultariam da ação. Segundo Dewey (1968) a formulação de um projeto é uma operação intelectual bastante complexa e implica: a observação do território; o conhecimento produzido no passado e a avaliação das observações.

Assim, não deveremos esquecer :

“O verdadeiro método pedagógico consiste, primeiro em tornarmo-nos inteligentemente atentos às aptidões, às necessidades, às experiências vivenciadas pelos educandos e, em segundo lugar, em desenvolver estas sugestões de base de tal forma que elas se transformem num plano ou num projeto que, por sua vez, se organize num todo assumido pelo grupo. Por outras palavras, o plano é um empreendimento cooperativo e não ditatorial: a sugestão do educador não deve evocar a ideia de um molde para fundir objetos duros, pesados e inertes, mas a de um ponto de dilatação susceptível de se transformar num todo ordenado pelas contribuições de todos aqueles que se empenham em comum na mesma experiência educativa. É graças a uma troca recíproca do educador e dos educandos que se faz este crescimento, o educador recebe, mas não tem medo de dar. O ponto essencial a reter é que o projeto cresce e toma forma graças a um processo de inteligência socializada.” Dewey (1968).

3. O perfil do aluno do século XXI

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho nº 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

Despacho nº 6478/2017

Segundo Guilherme de Oliveira Martins (2017), a educação para todos, consagrada como primeiro objetivo mundial da UNESCO, obriga à consideração da diversidade e da complexidade como fatores a ter em conta ao definir o que se pretende para a aprendizagem dos alunos à saída dos 12 anos da escolaridade obrigatória. Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, temos de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos participativos.

Figura 2 – O perfil do aluno do século XXI à saída da escolaridade obrigatória.



Fonte: [https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Noticias Imagens/perfil do aluno.pdf](https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Noticias%20Imagens/perfil%20do%20aluno.pdf)

A 26 de julho de 2017 o despacho nº 6478 define o novo perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (figura 2) e pressupõe alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a se adaptar às finalidades do perfil de competências dos alunos (figura 3).

Figura 3 – Esquema conceptual de definição de competência



Fonte: [https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Noticias Imagens/perfil do aluno.pdf](https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Noticias%20Imagens/perfil%20do%20aluno.pdf)

O referido documento apresenta um conjunto de ações que são determinantes para alcançar o perfil dos alunos do século XXI e muitas delas integram e são desenvolvidas com a implementação do Projeto “Nós Propomos!”. Destaca-se entre as várias ações as seguintes:

- abordar os conteúdos de cada área do saber associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere;
- organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes;
- organizar e desenvolver atividades cooperativas, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra e extracurriculares;
- organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação;
- promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;
- criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente;
- valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.

4. Projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica”

O Projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica” é promovido pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa) e surge pelo reconhecimento do apelo crescente à participação pública nas tomadas de decisão relativas ao ordenamento do território, numa perspetiva de governança e de cidadania territorial. Este apelo cruza-se com a preocupação em promover uma educação geográfica comprometida com o desenvolvimento sustentável e que ganha particular relevância à escala local.

Assim, o Projeto Nós Propomos!, contribui para o desenvolvimento das competências enunciadas no

perfil do aluno, com os seguintes objetivos:

- i) promover uma ativa cidadania territorial junto da comunidade escolar;
- ii) aproximar o poder local (Câmaras, Juntas de Freguesia) das comunidades, através da participação dos jovens e das suas escolas;
- iii) contribuir para um desenvolvimento sustentável das localidades e dos municípios onde se desenvolve;
- iv) valorizar o Estudo de Caso, quando contemplado no Programa, como trabalho experimental sobre problemas locais;
- v) promover abordagens metodológicas inovadoras no âmbito do ensino da Geografia;
- vi) incentivar a atividade de investigação escolar em Geografia;
- vii) mobilizar alunos e professores para a utilização de tecnologias de informação, em estudos de âmbito prático;
- viii) fomentar redes de cooperação entre atores locais, como universidades, escolas, autarquias, associações locais e empresas.

No 11º ano do Ensino Secundário, na disciplina de Geografia A, em Portugal, realiza-se um “Estudo de Caso”, que deverá privilegiar o trabalho de pesquisa na área de residência dos alunos. Assim, o Projeto *Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica* concretiza a implementação do *Estudo de Caso*, aproxima os alunos à autarquia e ao respetivo Plano Diretor Municipal/PDM, sensibiliza para os problemas territoriais locais, motiva para a elaboração e apresentação de propostas de intervenção local e, por último, estimula a cooperação entre a escola e entidades públicas e privadas.

A Escola Ibn Mucana participa no Projeto Nós Propomos! desde o primeiro ano de implementação do projeto, no ano letivo de 2011/2012, e no ano letivo de 2015/2016 obteve o primeiro lugar com o projeto **“A requalificação da Ribeira das Vinhas”**. No ano de 2017/2018 obteve o **primeiro lugar em fotografia** e no ano letivo 2018/2019, a turma do 12º L do Estabelecimento Prisional do Linhóganha o segundo lugar com o projeto **“Pure Nature Work”** (figura 4).

Figura 4 – Participação da Escola Ibn Mucana no Projeto Nós Propomos!



Os alunos identificam um problema no território e fazem pesquisa bibliográfica sobre o tema. No segunda fase estabelece-se um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Cascais que atribui técnicos em função da temática em estudo e que apoiam nas saídas de campo. Por último, os alunos indicam propostas de resolução adequadas aos problemas identificados. O projeto vencedor no ano letivo de 2015/2016, "Requalificação da Ribeira das Vinhas", foi posteriormente implementado pela Câmara Municipal de Cascais. Os cinco alunos e a professora foram premiados com uma visita de estudo ao Parlamento Europeu em Bruxelas, a Paris e a Guernica.

Salientamos a importância da implementação do Projeto para os alunos, mas também, para a motivação dos professores e ainda, para a visibilidade e notoriedade da Escola, quer a nível local, nacional e também a nível internacional.

5. Projeto Nós Propomos @ Cascais

No 22 de outubro de 2018, o Departamento de Planeamento Estratégico da Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território realizou o I Plenário do Projeto Nós Propomos @ Cascais que decorreu na Casa da Cal, na Quinta do Pisão, para apresentar e convidar todas as escolas públicas e privadas a participar neste projeto. Neste mesmo ano letivo de 2018/ 2019 participaram 12 escolas e no corrente ano encontram-se a participar 15 escolas. No dia 27 de janeiro de 2020 decorreu no Centro de Congressos do Estoril, a apresentação dos projetos nomeados pelas escolas participantes. O Agrupamento de Escolas Ibn Mucana apresentou os projetos: "O Parque do Alto da Peça" e "A inclusão da população imigrante em Cascais" e foi ainda, apresentado pela respetiva professora, o projeto do Estabelecimento Prisional do Linhó, "Pure Nature Work II".

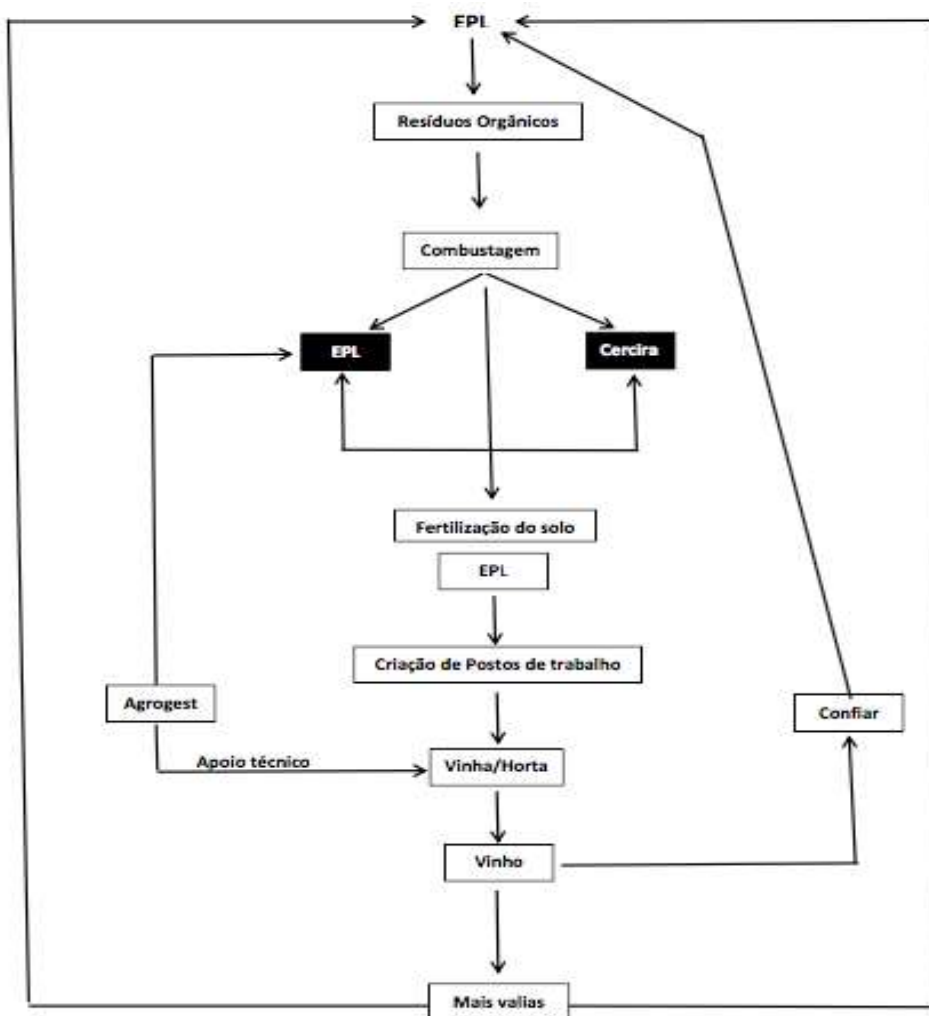
Neste plenário estiveram presentes alguns diretores das escolas participantes, os presidentes das respetivas Juntas de Freguesia, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, o Diretor do IGOT-UL,

Professor Doutor José Manuel Simões, o mentor do projecto, Professor Doutor Sérgio Claudino e ainda o Diretor do Departamento de Planeamento Estratégico, Arquiteto Rui Amaral e respetiva equipa. Estiveram aproximadamente 800 alunos que participam no projeto de escolas públicas e privadas, a Cercica (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais), os alunos do 4º ano da Escolinha do Largo e ainda os alunos da Universidade Sénior de Manique.

A Câmara Municipal de Cascais criou um concurso para as escolas do município, elegendo os três melhores projetos e comprometendo-se com a execução da obra até a 100 mil euros para o projeto vencedor.

A classificação em segundo lugar do projeto do Estabelecimento Prisional do Linhó (EPL) criou um grande impacto nos alunos e ao nível da Instituição. O trabalho proponha a reciclagem dos resíduos orgânicos para compostagem e produção de composto para ser utilizado no solo em redor do Estabelecimento prisional para a criação de uma vinha e de uma horta e ainda proponham a colocação de recipientes para papel e plástico. As mais valias deste projeto reverteriam para a melhoria da qualidade dos alimentos consumidos pelos reclusos e os resíduos entrariam numa economia circular contribuindo para a redução de desperdício e a consciencialização da contribuição para um desenvolvimento mais sustentável. O projeto previa também a criação de parcerias para facilitar a implementação do projeto.

Figura 5 – Esquema conceitual do projeto do EPL



A implementação deste projeto é ainda muito importante para o EPL porque criaria postos de trabalho que são fundamentais para a reinserção destes alunos. Qualquer política de apoio à reinserção socioprofissional da população reclusa, é sempre uma mais-valia para a sociedade. Os programas ligados ao exercício de atividades profissionais são importantes para o recluso enquanto está no estabelecimento prisional. Os reclusos pertencem a uma população em risco de exclusão social por vários motivos, ora porqueperderem muitas vezes a sua rede de relações sociais e familiares, ora porque têm frequentemente comportamentos de risco (como a dependência de drogas ou de álcool). Estes e outros fatores, aliados ao tempo de reclusão, que os mantem afastados do mercado de trabalho, induzem numa perda gradual de competências profissionais e aumentam a probabilidade de reincidência.

Figura 6 – Matriz SWOT

<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes • Incentivar a reciclagem • Gerar emprego • Melhorar a qualidade alimentar dos reclusos • Produtos reverterem para alimentação dos reclusos • Aumentar o ciclo de vida dos resíduos • Promover uma economia circular • Realizar compostagem • Apoio dos técnicos da C.M.C • Parcerias (Agrogest, Cercic, Associação Confiar). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fracos • Não ter acesso a internet • Falta de computadores • Limitação do tempo para realização do projeto • Greve dos guardas
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidades • Criação de postos de trabalho • A C.M.C ajudar na implementação do projeto • Valorização do solo sem ocupação com a criação de uma horta e vinha • Aumentar o número de reclusos em RAVI • Criar o hábito de separar os resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças • Falta de vontade por parte do E.P.L em implementar o projeto • Falta de sensibilização para as questões ambientais • Grandes quantidades de desperdício alimentar • Poucos reclusos em RAVI • Não realização de separação dos resíduos orgânicos • Falta de conhecimentos técnicos para a implementação do projeto

Por fim, os alunos refletiram sobre o seu projeto e elaboraram uma matriz SWOT (figura 6) onde identificaram com bastante pertinência os diferentes aspetos que poderão constituir entraves à execução da sua proposta.

A Câmara Municipal de Cascais publicou na sua página um pequeno documentário a dar a conhecer este projeto que se encontra disponível no seguinte endereço:

<https://www.facebook.com/CMCascais/videos/221016802261057/UzpfSTE2NjE1ODg1NDE6MzA2MDYxMTI5NDk5NDE0Ojc1OjA6MTU4MzA0OTU5OTo0NzQxODA5MzMwNjE1OTUwNjE3/>

6. Conclusão

Assim, com a massificação do ensino/ diversidade, com a necessidade de práticas de inclusão social e de integração escolar (decreto-lei nº 55/2018 de 6 de julho), com as novas tecnologias de informação e comunicação, e o apelo crescente à participação pública nas tomadas de decisão relativas ao ordenamento do território, numa perspetiva de governança e de cidadania territorial, surge a necessidade de desenvolver trabalho de projeto, nomeadamente o Projeto Nós Propomos.

O Projeto é ainda fundamental para a motivação dos alunos e dos professores. E, por último, muito útil para conferir visibilidade e notoriedade à Escola, quer a nível local, nacional e também a nível internacional, valorizando também a utilidade social da ciência geográfica e realçando a importância cabal da cidadania territorial nos tempos presentes.

Referências bibliográficas

Castells, M. (2001). *The internet galaxy*. Oxford: Oxford University Press.

Dewey, J. (1968). *Expérience et éducation*, Paris: A. Colin, pp. 117-123. In E. Leite, *Trabalho de projeto*. (1990). Porto: Edições Afrontamento.

Feyfant, A. (2012). Enseignement primaire: les élèves à risque (de décrochage). *Dossier de Veille de l'IFÉ*, n° 80, décembre. Lyon: ENS de Lyon.

Oliveira Martins, G. (org.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, Direção Geral de Educação, disponível em: <https://tinyurl.com/y7h8mvcx>

Sousa, F. (2007). Uma diferenciação curricular inclusiva é possível? Procurando oportunidades numa escola açoriana. In Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, David Rodrigues (org.), "*Investigação em Educação Inclusiva*", vol. 2. Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana, p. 93-119. Despacho nº 6478 de 26 de julho de 2017. Retrieved from

https://dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/perfil_do_aluno.pdf

CIDADANIA E INOVAÇÃO GEOGRÁFICA NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENAFIEL

Andreia Sousa

Carlos Sousa

Filipa Fontinha

Susana Soares

Professores de Geografia na Escola Secundária de Penafiel

Vivemos hoje, mais do que ontem, tempos de enorme mudança! A sociedade atual enfrenta desafios que se estendem, irremediavelmente, à escola. É sabido que, mais do que um saber livresco, o importante é formar cidadãos autónomos, responsáveis e ativos, capazes de mobilizar os seus conhecimentos na identificação de problemas e na resolução dos mesmos, por exemplo, em relação a questões do seu quotidiano e a uma escala local.

Cabe aos professores proporcionar aos alunos todas as ferramentas que lhes permitam envolver-se, de tal forma, que as aprendizagens sejam significativas. Para tal, em muito ajuda a implementação de estratégias e metodologias inovadoras, dinâmicas e motivadoras, que permitam dar resposta aos desafios do século XXI. “É necessário desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos” (Dec. Lei 55-2018), para além de que é absolutamente fundamental trabalhar o espírito crítico, o empreendedorismo e a capacidade de reflexão.

A Geografia, tida como uma disciplina de charneira entre as ciências sociais e humanas e as ciências exatas, é efetivamente a única que é capaz de dotar os alunos da capacidade de saber pensar o espaço, assumindo-se como uma mais valia no estudo do “território”. As tecnologias de informação geográfica vieram reforçar esta capacidade extraordinária que os geógrafos têm de saber pensar o espaço. Cabe, por isso, aos Professores valorizar o potencial educativo desta área curricular, numa perspetiva não só meramente científica, mas também cívica, associando a teoria e a prática de forma inovadora, cativante e proporcionadora de experiências que permitam aos alunos aplicar os conhecimentos e destrezas geográficas ao contexto local. Que os alunos sejam capazes de aprender por descoberta, de forma mais autónoma e responsável possível, assumindo-se como (verdadeiros) investigadores locais! Posto isto, rapidamente se depreende a razão que nos levou a nós, professores de Geografia da Escola Secundária de Penafiel, a aceitar o repto e a adotar como um filho pródigo este Projeto “Nós Propomos!” É porque acreditamos efetivamente nas enormes potencialidades do mesmo! A nossa Escola, por sua vez, abraça igualmente projetos empreendedores, inovadores e que contribuam para

o sucesso efetivo dos alunos, tanto como estudantes, como cidadãos responsáveis, informados, críticos e interventivos, na expectativa de prepará-los, da melhor forma, para enfrentarem os novos desafios e de contribuir para se atingirem níveis de excelência.

Por outro lado, e mais do que facilitar a apropriação do seu território, o Projeto contribui igualmente para que os discentes possam alargar os seus horizontes geográficos, já que o mesmo contempla a partilha de trabalhos de outras regiões (condicentes com as escolas participantes), e a possibilidade de se estabelecerem intercâmbios entre essas escolas.

A adoção do Projeto, este ano letivo, ganha ainda mais pertinência já que se comemoram os 250 anos da elevação de Penafiel a cidade. Neste sentido, serão vários os contextos e as experiências de aprendizagem que levarão os alunos a apurar o olhar geográfico sobre a cidade, podendo cruzar o passado e o presente, a cidade e o concelho que temos e a/o que queremos.

Foto 1 | Rua Alfredo Pereira – fevereiro de 2020



Por outro lado, está a decorrer a revisão do PDM em Penafiel, o que cria oportunidades acrescidas para os alunos entenderem o carácter mutante do território e a necessidade de adaptação periódica dos Instrumentos de Gestão Territorial. Considera-se que esta é a altura ideal para os estudantes se consciencializarem dos problemas do concelho e da necessidade da sua adaptação às novas realidades, assim como do seu papel ativo como cidadãos neste processo, já que lhes é dada a oportunidade de poderem dar um contributo direto.

O trabalho desenvolvido

O Projeto está a ser implementado em nove turmas do Ensino Secundário (dos cursos Científico-Humanísticos e do Ensino Profissional) o que por si só já é indicador de uma enorme diversidade de interesses e realidades, o que se refletiu na, igualmente diversa, escolha dos temas de trabalho.

No que respeita à metodologia utilizada, pode dizer-se que se tem dado especial ênfase à aprendizagem baseada na identificação e resolução de problemas. Inicialmente procedeu-se a uma inventariação dos possíveis problemas do nosso território, quer o urbano, quer o rural, foi consultada informação diversa, tal como, estatísticas oficiais, artigos da imprensa local, foram estabelecidos contactos com entidades locais, analisou-se cartografia da região e foram tidas em linha de conta as medidas e prioridades definidas pelo Orçamento Participativo Municipal. Para além disso, ainda nos foi possível recorrer ao contacto direto com a população, proporcionado pelas saídas de campo que se dinamizaram, assim como pelas entrevistas e inquéritos efetuados.

Foto 2 | Grupo de trabalho a inquirir uma habitante de Quintandona – 12 de novembro de 2019



Em contexto sala de aula e em dinâmicas de grupo, os alunos analisaram as fontes cartográficas e bibliográficas, discutiram ideias e delineararam uma estratégia de investigação capaz de dar resposta ao

problema levantado.

Foto 3 | Trabalho de grupo em contexto sala de aula



Alguns dos grupos de trabalho optaram também, tal como já foi referido, pela aplicação de inquéritos/questionários à população e/ou comunidade educativa.

Outros grupos, de forma autónoma ou orientada pelos professores dinamizadores do projeto, fizeram saídas de campo, as quais foram extremamente importantes já que permitiram aos discentes quer identificar/confirmar os problemas espaciais e/ou sociais, quer comprovar hipóteses que haviam sido levantadas.

Foto 4 | Saída de Campo na cidade de Penafiel – fevereiro de 2020



O projeto em si, bem como a metodologia adotada permitem articular, de forma significativa, temas académicos, de cariz geográfico, a temas que nos remetem para uma cidadania ativa e responsável. Os temas foram escolhidos pelos respetivos grupos de trabalho, tendo em conta a sua sensibilidade, os seus interesses, a localização da sua residência, os assuntos prioritários a tratar no município. Uma vez que o concelho de Penafiel é uma mescla entre o rural e o urbano, os temas seleccionados pelos alunos, denunciam este facto.

Foto 5 | Rua Dom António Ferreira Gomes – fevereiro de 2020



Uns trabalhos são mais vocacionados para a área urbana (freguesia onde se localiza a Escola), abordando temas relacionados com a requalificação, a mobilidade, a toponímia urbanas e outros para as freguesias com características mais rurais. Há ainda aqueles grupos de trabalho que dedicam as suas propostas à valorização de parcerias entre a cidade e o campo. Por este facto, foram feitas saídas de campo nos dois contextos de ocupação humana.

No que concerne à escala de análise, local e/ou regional, desde cedo se percebeu que o sucesso da implementação deste Projeto residia no estabelecimento de parcerias com organismos e entidades locais, como a Câmara Municipal de Penafiel. Nesse sentido, estabeleceram-se vários contactos, designadamente com: a divisão de Planeamento e Urbanismo daquela autarquia; Museu Municipal; Centro interpretativo de Quintandona e Arquivo Municipal, instituições que se mostraram solícitas em aceder ao nosso pedido.

A colaboração com as entidades supracitadas foi muito profícua, já que culminou com o desenvolvimento de toda uma série de atividades nomeadamente: sessão de esclarecimento sobre o PDM e de discussão das propostas dos grupos de trabalho com um técnico da Câmara Municipal; ação de formação sobre os Sistemas de Informação Geográfica em Penafiel; saída de campo a Quintandona e visita ao Arquivo Municipal para exploração de fontes.

Foto 6 | Sessão de esclarecimento sobre o PDM de Penafiel e respetiva revisão - 7 de fevereiro de 2019



Foto 7 | Visita ao Arquivo Municipal de Penafiel – 20 de novembro de 2019



Fotos 8 | Saída de campo à aldeia de Portugal – Quintandona – 12 de novembro de 2019



Fotos 9 | Saídas de campo à cidade de Penafiel – janeiro e fevereiro de 2020



As saídas de campo, em particular, permitiram aos alunos melhorar o conhecimento que tinham acerca do local/região e uma apropriação da realidade mais interessante e significativa.

Quanto à sessão de esclarecimento que foi proferida pelo responsável do Gabinete de Planeamento e Urbanismo da CMP, conseguimos atingir os seguintes objetivos; dar a conhecer os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal (PDM do concelho de Penafiel, Plano de Urbanização de Urrô e Plano de Pormenor e respetivos documentos que os compõem); demonstrar como se constrói, se consulta e se interpreta o PDM; orientar os alunos na consulta online do PDM; apresentar potencialidades e condicionalismos (sociais, económicos, culturais, geográficos,...) com expressão

territorial do concelho de Penafiel que condicionam as políticas territoriais; apresentar as prioridades do PDM de Penafiel; verificar e/ou discutir a viabilidade de algumas propostas dos alunos; explicar como os cidadãos podem contribuir com propostas para a revisão do PDM, numa perspetiva de governança; apresentar o SIG - Geopenafiel - como forma de representar, diagnosticar, avaliar e/ou simular cenários territoriais; caracterizar a ocupação do solo em Penafiel; apresentar os fatores que são tidos em conta para o estabelecimento de regras de uso, ocupação e transformação do solo e para a gestão do território e contextualizar as preocupações do município com o ordenamento do território numa perspetiva evolutiva.

Para além do que ficou dito, importa referir que, em várias das turmas envolvidas, o projeto está a ser desenvolvido numa ótica de articulação curricular (Domínio de Autonomia Curricular - DAC) contando, por isso, com a colaboração de outras disciplinas, aspeto que se assume, efetivamente, como uma mais-valia. A título de exemplo, a unidade curricular de Matemática Aplicada às Ciências Sociais tem dado apoio ao nível do tratamento e análise estatísticos dos dados dos inquéritos. Ainda no âmbito do DAC e, também como forma de assinalar os 250 anos da cidade, está a ser preparada uma corrida de orientação pela cidade, envolvendo todas as disciplinas.

De igual forma, tem sido muito proveitoso o trabalho colaborativo entre colegas do mesmo grupo disciplinar, cujo espírito de entreajuda, a partilha de ideias e de experiências, em muito contribui para a reflexão conjunta e para enriquecer todo o processo.

Este projeto tem-se revelado enriquecedor para os alunos, por várias razões: tem permitido o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento em relação ao seu espaço de pertença; tem permitido aliar o conhecimento do território e a utilização de ferramentas/instrumentos de representação de informação de cariz espacial ao desenvolvimento de competências geográficas e cívicas e de aprendizagens mais significativas. O conhecimento do território que lhes é próximo desenvolve o seu sentido de pertença e de governança, facilitando a valorização da gestão planeada e ordenada do território. Apresentam-se alguns testemunhos dados pelos alunos acerca do projeto corroboram a nossa opinião:

“O Projeto ajuda-nos a evoluir intelectualmente, porque aprendemos mais e consolidamos as aprendizagens da sala de aula, e a evoluir ao nível das aptidões sociais, com a vantagem de sentirmos que estamos a contribuir para o melhoramento daquilo que nos rodeia. Criamos opiniões fundamentadas, ou seja, desenvolvemos o nosso sentido crítico, o que faz com que nos tornemos (alunos) mais interventivos”. João Barros, 11^oL (Curso de Línguas e Humanidades).

“Como aluna da disciplina de Geografia A, considero que o projeto “Nós Propomos” tem sido benéfico para o meu crescimento, assim como para o dos meus colegas envolvidos no mesmo. Através desta iniciativa, temos desenvolvido destrezas que nem sempre são possíveis em contexto de aula. Ao

gerarmos as propostas para a resolução de problemas que nos rodeiam e ao trabalharmos para viabilizar os nossos projetos, a nossa criatividade tem vindo a ser estimulada, tem-nos sido possível executar tarefas ao nível da pesquisa, organização e recolha de dados, assim como temos aumentado a nossa experiência social, pelo contacto com a população e organizações que nos possam transmitir informação útil, de forma a conseguirmos tornar as nossas propostas viáveis.” Ana Margarida Meneses, 11ºN (Curso de Línguas e Humanidades).

Um povo que não conheça e não estime o seu território, que é parte integrante da sua cultura e vida quotidiana, terá grande dificuldade em entender a importância da sua gestão planeada e ordenada e de nele intervir numa perspetiva de cidadania ativa.

Nós Propomos, que este Projeto ... continue a crescer!

GESTÃO SOCIAL: ANÁLISE DE APLICABILIDADE EM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

João Aparecido Bazzoli

Professor da Universidade Federal do Tocantins,

jbazzoli@uft.edu.br

Lucas Emmanuel Silva Teixeira

Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins, lucasodia@hotmail.com

Resumo:

A Gestão Social vem sendo construída a partir de diversos espaços de interação e isto implica no diálogo entre diversos intervenientes. Para além disso, ela se institui pelo estabelecimento de um enfoque interdisciplinar e na adoção de novos paradigmas. Este estudo objetivou analisar a aproximação teórica da Gestão Social às atividades desenvolvidas pelo Projeto de extensão universitária “Nós Propomos!”. Este Projeto, desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins, fundado na cidadania ativa e educação, foi escolhido para o estudo empiricamente pela sua demonstrada mobilidade no campo social. A metodologia qualitativa e descritiva aplicada ao estudo partiu de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e observação participante, para tentar identificar congruências teóricas e práticas entre o objeto estudado e a Gestão Social. Concluiu-se com este trabalho que o “Nós Propomos!” e a Gestão Social possuem aspectos análogos. Aspectos estes identificados pela estrutura comum de atividades orientadas pela participação cidadã baseada no processo de diálogo estabelecido entre os diversos intervenientes sociais, visando o desenvolvimento e a sustentabilidade do território.

Palavras Chave: Projeto Nós Propomos!; Gestão Social; Cidadania, Participação; Tocantins.

Introdução

Este estudo partiu da observação que a participação popular é uma temática emergente em nosso país, sobretudo com o advento da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a garantia ao cidadão do direito inviolável de participar nos diversos espaços públicos por meio das formas mais distintas, seja via elaboração de políticas públicas, conselhos, orçamentos participativos, associações, movimentos sociais, ou por outras formas (BRASIL, 1998). Buscou-se com este trabalho contribuir para a discussão deste tema com o olhar voltado para a Gestão Social.

Pontua-se neste viés que a participação em situações que não se registra a formalidade institucional cresceu exponencialmente no Brasil nas últimas décadas. Estudos mostram (GUERRA, 2006), (MAIA, 2005) (ARAÚJO, 2012), (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2015), (VILLELA, 2012) que essa ‘nova forma’ de fazer gestão se constitui como uma das ferramentas mais importantes da democratização do país. Não podemos esquecer que o ápice da participação popular na ótica institucional ocorre por intermédio das “emendas populares”, garantidas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), instrumento que abriu espaço para as práticas participativas (AVRITZER, 2009). Contudo, embora a Carta Magna tenha estabelecido a garantia da participação popular, salienta-se, entretanto, que o seu texto emergiu de conflitos entre instituições públicas, instituições privadas e da sociedade civil, com diferentes perspectivas e vieses, porém relacionados ao Projeto democrático desenhado para o país.

Não deixamos considerar neste trabalho que desde a década de 90 a Gestão Social tem se apresentado como uma possibilidade inovadora de se fazer a gestão do território, embora mostre, dentro de a sua dinâmica operacional, inúmeros desafios e contradições de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural. Salutar ponderar então que, esta nova estruturação de organização possibilita (re)pensar em uma gestão territorial diferenciada do modelo tradicional. Porém, precisamos compreender, a partir deste contexto enunciado, que para discutir esta nova proposta, especialmente no campo epistemológico, será desafiador. (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Assim sendo, o resgate histórico para a construção deste trabalho foi primordial, no sentido de compreender que para assegurar a consolidação conceitual da Gestão Social, buscou-se, com o passar dos anos, uma melhor compreensão, sistematização e caracterização de sua definição terminológica adequada. Estudos realizados por Boullosa e Schommer, (2008) asseguravam que a Gestão Social ainda era um campo em construção, mas, Cançado, Pereira e Tenório (2015) propuseram uma aproximação conceitual dentro de perspectivas teórico-metodológicas robustas, estabelecendo, naquele momento, pilares estruturantes para sedimentar as discussões sobre o tema.

Neste viés emerge debates acerca deste tema, constata-se em estudos de Tenório (1998, 2008), Araújo (2012, 2014) Ficher (2002), Ficher e Melo (2003, 2006), França Filho (2003, 2008), Maia (2005), Boullosa e Shommer (2009), e Cançado (2011), que embora não haja consenso conceitual, isto enriquece as discussões, há importantes convergências dentro de perspectivas teórico-metodológicas, entre elas, o princípio da participação democrática, baseada no diálogo entre os intervenientes.

Portanto, a partir desta linha convergente e definida da Gestão Social, participação democrática e diálogo entre os intervenientes, entendeu-se empiricamente que o “Nós Propomos!”, Projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins possuía

aproximação temática e esta foi a razão para se constituir objeto deste estudo.

O “Nós Propomos!” de origem portuguesa, implantado naquele país desde 2011, venho para a Universidade Federal do Tocantins, Brasil, em 2015, como uma proposta de inovação em educação, fazendo com que estudantes (sobretudo secundaristas) fossem inseridos no exercício de (re)pensar problemas locais e propusessem soluções economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Percebeu-se então, com o desenvolvimento das atividades estabelecidas pela metodologia do Projeto, que esta proposta educadora transcendia os limites do ambiente escolar, atingia a comunidade local e por meio do empoderamento da população transformava as pessoas em agentes ativos de mudança efetiva no território, o “espaço vivido” de Henri Lefebvre.

E, neste sentido, complementando os elementos estruturais do estudo, nota-se que, para além do exercício interdisciplinar do Projeto, ele se funda no diálogo entre os intervenientes, tanto entre as pessoas caracterizadas pela heterogeneidade cultural, social, educacional, entre outras, como entre os diversos campos do conhecimento.

Destarte, para tentar entender as convergências possíveis desta riqueza de estruturação interligando academia e sociedade, estruturamos este trabalho com a intenção de estabelecer um percurso paralelo entre a aproximação teórica da Gestão Social e o Projeto de extensão universitária “Nós Propomos!”, com recorte, no estado do Tocantins.

Com o intuito de enriquecer o trabalho provocamos uma importante reflexão sobre a interdisciplinaridade no papel fundamental de interligar a *práxis* existente tanto na operacionalidade da Gestão Social e como o do “Nós Propomos!”.

E, mostramos nas considerações finais as convergências resultantes da análise deste percurso paralelo estudado, pontuando os caminhos possíveis para o delineamento e a consolidação do tratamento teórico-metodológico para estudos futuros do “Nós Propomos”.

2. A Experiência do Nós Propomos! no Tocantins

O Projeto de origem portuguesa desembarcou no Brasil em 2015 e foi implantado em 23 instituições de ensino superior, em 16 Estados e no Distrito Federal, das cinco regiões do país, atuando em 25 cidades brasileiras. Pontuando que, embora as instituições ressignificaram a sua proposta original, conforme as circunstâncias e particularidades locais, estas mudanças de ordem prática não afetaram as perspectivas fundamentais do Projeto. (LEITE, 2018). Outro ponto de se ressaltar é que as demandas pela implantação do Projeto têm efetivamente expansão em 2017, ocasião em que cerca de 48% das cidades envolvidas passaram a desenvolver as suas atividades. Entretanto, constata-se em levantamento efetuado que 80% das cidades estão efetivamente desenvolvendo os trabalhos

sistematicamente.

No Tocantins tornou-se realidade logo em 2015. Desde então, a UFT assumiu o compromisso de realizar as atividades do Projeto em todo o estado. Pontua-se, entretanto, que, por razões técnicas, conseguiu desenvolver os trabalhos somente nas cidades de Araguaína e Palmas. Importante salientar que agregou para desenvolver as atividades do Projeto estudantes da graduação e pós-graduação da instituição, que colaboram positivamente para o seu desenvolvimento nas escolas estaduais de ensino médio. (BAZZOLI, 2017). Em seu processo de implantação, foi objeto de uma necessária reflexão sobre os tipos de formatações possíveis que viabilizassem a sua operacionalização local, especialmente em razão de questões culturais.

Dentro deste contexto a Instituição de Ensino Superior entendeu o potencial de integração entre universidade, escolas e comunidade, promovida pelo desenvolvimento do Projeto, para além disso, avaliou que a proposta não trazia somente a identificação de problemas, que para isto “toda a gente identifica”, mas a de apresentar soluções econômica viáveis e ambientalmente sustentáveis e “socializá-las com a promoção de painéis, seminários, rodas de conversa, com o intuito de provocar reflexões sobre as questões urbanas locais, numa perspectiva multidisciplinar”. (BAZZOLI, 2017, p. 100).

Bazzoli (2017) sinaliza que o “Nós Propomos!” tem o desejo de sensibilizar e conscientizar as pessoas da oportunidade e emergência de se estabelecer momentos que incentivem e fomentem debates do ponto de vista que se ancorem na democracia participativa. Com efeito, ainda segundo o autor, frisando que mudanças de comportamento cidadão tem o potencial a estimular interações da sociedade civil com o Poder Público, dessa forma, assegurar uma participação cada vez mais heterogênea no espaço público.

Para entender a trajetória do Projeto no Tocantins, mostramos no **Quadro 1** abaixo, as principais atividades detalhadas:

Quadro 1. Breve histórico do “Nós Propomos!” no Tocantins.

Ano	Acontecimentos
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio com a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) e trabalho de divulgação e sensibilização.
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira edição com desenvolvimento de atividades e realização do I Seminário estadual.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Segunda edição; • Chegada de técnicas pedagógicas cedidas pela Secretaria da Educação, para acompanhar de perto o Projeto; • Apresentação das propostas dos alunos na Feira de Negócios de Palmas; • Produção do livro: A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do "Nós propomos!" e do Manual; • Realização do II Seminário estadual.
2018	<ul style="list-style-type: none"> • Terceira edição; • O Projeto dos alunos do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia (2017)¹⁰, de revitalização do prédio público do Centro Comunitário de atendimento à idosos “Viver com Alegria”, no Jardim Aurenny I, foi materializado com apoio da Fundação Alphaville; • Participação do I Congresso Ibero-Americano do “Nós Propomos!” de membros do Projeto no Tocantins; • Apresentação da monografia de Nathália Patrício Leão – Curso de Direito/UFT, intitulada <i>Participação popular não Institucional: Projeto “Nós Propomos!” enquanto ferramenta de estímulo à democracia participativa</i>; • O apoio institucional da ONU-Habitat ao III Seminário “Nós Propomos!” do Tocantins, assim integrou o Circuito Urbano 2018; • O trabalho sobre a revitalização do Centro Comunitário Viver com Alegria, "Protagonismo entre gerações" foi contemplado com o Prêmio no V Seminário Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão, também recebeu o Prêmio Divulgação Científica, ambos apoiados pela Universidade Federal do Tocantins; • O “Nós Propomos!” desenvolvido no Tocantins foi contemplado com o Prêmio Esdras de Ensino do Direito promovido pela instituição Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; • O Projeto no Tocantins também foi selecionado para concorrer ao <i>Prêmio Dubai International Awards</i> na categoria <i>Best Practice Practice Transfer Award in Monitoring Mechanisms for the New Urban Agenda</i> e encaminhado para a <i>Urban SDGs Technical Advisory Committee (TAC)</i> para avaliação.

Fonte: Documentos de controle de operacionalização do Projeto

¹⁰ Pode-se acompanhar a ação por meio do seguinte vídeo, intitulado: *Protagonismo entre gerações (2018)* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dPhmwciRBAc>>

Verifica-se, portanto, conforme demonstrado pela trajetória retratada no **Quadro 1** acima, que o “Nós propomos!” no Tocantins se consolidou enquanto proposta de extensão universitária e conseguiu, ao inserir a participação social não formal como mecanismo integrador da população local, estabelecer uma estrutura metodológica eficaz. Ao integrar academia e sociedade na estruturação de debates e reflexões sobre a gestão da cidade, concretizou demandas (desejos), como a realização de obra física na revitalização de um espaço público na periferia da cidade. Esta demanda social feita pela população de baixa-renda local, foi legitimada como um direito à cidade de obrigação do Poder Público. Porém, pelo abandono do estado a população com apoio da iniciativa privada realizou a reforma local por meio de mutirão.

Deste modo, e por meio dessa experiência, foi possível perceber que alinhar o debate realizado no “Nós Propomos!”, inserido e integrado ao ambiente escolar de jovens, tem, para além da intenção de conceber a educação como um elemento indispensável para elaboração de políticas públicas, o intuito de salvaguardar as condições de igualdade necessárias para preservar a democracia, também, de valorizar a diversidade intrínseca à vida na cidade e sua intencionalidade educativa nos diferentes aspectos da sua organização. (BAZZOLI, 2017).

Nesta linha de conduta se pode afirmar que o “Nós Propomos!” desenvolvido no Tocantins é um importante indutor da cidadania ativa, uma vez que almeja ir para além das propostas de resoluções de problemas locais. Ficou latente que concretizar as propostas formuladas pelos estudantes nas edições do Projeto, de 2015 a 2018, parecia um caminho simbólico essencial para a valorização da comunidade, tratando-se da compreensão do sentido de lugar e do exercício da participação. A concretização de proposta vivenciada e experimentada em nosso estado evidenciou e chancelou o resultado efetivo da participação comunitária. (BAZZOLI, COSTA E SILVA e VIANA, 2017).

3. A relação entre Gestão Social e o “Nós Propomos!”

Importante destacar que embora a Gestão Social tenha ainda teóricos defendendo a sua condição de campo do conhecimento em construção e que não apresente uma estrutura/modelo/parâmetro fechado, no mesmo sentido, outros discutem o paradigma deste campo do conhecimento no entendimento da carência do refinamento teórico, prático e metodológico, porém, há convergências teóricas importantes. Destacamos entre as convergências experimentadas, a participação democrática e o diálogo entre os intervenientes, mesmo havendo autores que entendam que problematizar a operacionalização dessa participação seja fundamental para o desenvolvimento/evolução da sua *práxis*, eles se rendem a ideia da participação como fundamental. (BOULLOSA e SCHOMMER, 2008).

Diante deste contexto enunciado pontuamos a possibilidade verossímil da aplicação destas

convergências no estabelecimento da relação entre o “Nós Propomos!” e a Gestão Social. A afirmação ocorre a partir do entendimento que o Projeto possui características típicas da Gestão Social, tais como: a tomada de decisão coletiva e sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação como fim último. (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011). Todavia, a Gestão Social não pode ser entendida do ponto de vista normativo, mas como um campo de estudo amplo, que está agasalhada na participação social no âmbito da esfera pública. (OLIVEIRA, CANÇADO e PEREIRA, 2010).

Para entendermos melhor a Gestão Social buscamos em Cançado, Pereira, Tenório (2015), uma aproximação teórica desenvolvida pelos mesmos, mostrada na **Figura 1**, que simplifica o entendimento sobre a temática:

Figura 1. Aproximação teórica da Gestão Social.



Fonte: CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2015.

Ressalta-se, entretanto, que para os autores as categorias teóricas são tipos ideais weberianos e afirmam que há possibilidade de discussão sobre essa aproximação teórica, em razão deste campo de conhecimento recente. Levando em consideração os termos da **Figura 1** acima Cançado, Pereira, Tenório (2015) definem:

- a) **Dialética negativa:** dialética é o ato de dialogar, debater. A dialética negativa deriva da dialética clássica de Hegel, a qual consiste em estabelecer uma *Tese* (uma proposta ou uma ideia), em seguida realizar uma *Antítese* (seria debater os prós e contras da *Tese*) e, conseqüentemente, chegar a uma *Síntese* (resultado dos diálogos e debates). Contudo a dialética negativa trabalhada pela Gestão Social, inicia-se pela *Tese*, seguida pela *Antítese*, porém sem *Síntese*, ao entender que o processo dialógico busca um constate aprimoramento de ideias.

- b) **Interesse Bem Compreendido:** É o equilíbrio entre bem-estar coletivo e individual, na busca do bem comum, através da interdependência de atores sociais assumindo o fator central nessa relação.
- c) **Espaço Público:** Espaço para tomada de decisão coletiva, onde as pessoas podem ouvir e ser ouvidas. Mas também é local propício para formação de opinião pública, que é capaz de influenciar o núcleo dos tomadores de decisão.
- d) **Emancipação:** Momento em que o cidadão pode ser conceituado como “pensar por si mesmo” ou livre da dominação/tutela de outro, podendo expor sua opinião sem coerção.

Mesmo com o esforço dos autores ainda temos um *lócus* analítico da Gestão Social, que precisa transcender aos espaços deliberativos considerados formais, frente às relações sociais que se constituem em um determinado território (MESQUITA, 1995; SANTOS, 1997; ORTIZ, 1999; SOLINÍS, 2009; TENÓRIO, 2016) e se configuram procedimentos organizacionais. Daí então, o “Nós Propomos!” surge como alternativa de participação e estímulo a interações da sociedade civil com o Poder Público, assegurando uma participação/envolvimento cada vez mais heterogênea no espaço público.

Em Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 132) a Gestão Social é a “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo na transparência como pressuposto e na emancipação”, em outras palavras, podemos compreender que a Gestão Social, assim como o “Nós Propomos!”, devem ser concebidos como um processo dialógico que se realiza na esfera pública, pautado no interesse bem compreendido e tem como objetivo à emancipação do cidadão.

4. “Nos Propomos” no Tocantins: sob a ótica da Gestão Social

Em princípio de análise a metodologia aplicada ao desenvolvimento do “Nós Propomos!” no Tocantins, desde 2015, entendemos que há complexidade no tratamento da implementação de propostas de resoluções de problemas formuladas pelos estudantes no desenvolvimento de suas atividades.

O Projeto foi estruturado no Tocantins para encerrar anualmente com a socialização dos estudantes, por grupos de trabalho, das propostas formuladas durante o ano letivo. Neste sentido, os estudantes identificam problemas na comunidade e socializam as propostas de resoluções destes problemas, observados critérios de serem economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Entretanto, por estarmos tratando de um sistema fechado de escolas secundárias estaduais, que possuem práticas e procedimentos pré-determinados pelos currículos escolares, os quais tem pouco espaço para flexibilização do/no processo de aprendizagem dos estudantes, agentes fundamentais para que o Projeto aconteça de maneira integral; identificamos e apontamos como ponto reducionista a falta de uma carga horária básica para desenvolvimento dos trabalhos, fator que distância o estudante da concretização das propostas formuladas durante o ano letivo e um ponto crucial a ser reformulado para garantir aprofundamento temático, que resultaria em qualidade e eficácia do Projeto.

Embora os estudantes consigam, após a identificação do problema, realizar pesquisas e em alguns casos inquirir pessoas da base comunitária que está atuando, possibilitando, assim, propor resoluções de melhor qualidade, por não haver o processo de continuidade, a sua expectativa é rompida. Em razão da principal característica do Projeto ser a vocação em empoderar os estudantes na sua condição de agente local, pondera-se, em análise deste estudo, a sua perda de poder que foi adquirido durante a realização do processo de formulação das propostas e esta perda ocorre logo após a socialização da proposta em seminário, tanto pela falta de reconhecimento público como pelo desprezo ao reforço necessário para a continuidade da discussão da demanda identificada com a comunidade e convertida em proposta de resolução de problemas identificados.

Assim sendo, em meio aos desafios mostrados anteriormente, houve avanços significativos com o desenvolvimento do “Nós Propomos!” no Tocantins, desde a produção de artigos científicos, livros, trabalho de conclusão de curso, dissertação, palestras, oficinas, seminários e parcerias com entidades públicas e privadas. Lembrando que este estudo tenta acrescer um novo olhar ao Projeto, fundamentalmente alicerçado pela Gestão Social, que particularmente estimula pesquisas participativas, uma vez que a participação assume caráter central nesse processo de análise. (CANÇADO, JÚNIOR e CANÇADO, 2018).

Mesmo como estes avanços no trajeto, buscou-se em cada nova edição aumentar a qualidade da participação, objetivando auxiliar a comunidade, de um modo geral, na mudança constante e proativa do nível de consciência destacada por Paulo Freire. Em tempo, o autor ressalta que unicamente o homem utópico é profético e mensageiro de esperança. Considerado profético pois está vinculado a um processo que deseja restabelecer ao homem a possibilidade de poder concretizar a sua vocação de ser sujeito. É mensageiro de uma esperança viável que deseja restituir a história aos seus construtores (FREIRE, 2001). Com efeito, tal inspiração não possui resultados imediatos, muito menos a curto prazo. Particularmente alguns fatores impedem a mudança do nível de consciência, quanto o avanço teórico e metodológico do Projeto no Tocantins.

O **Quadro 2** aponta alguns dos fatores que identificamos nesta investigação, que impedem o desenvolvimento sustentável do Projeto no estado, levando em consideração os aspectos teóricos da Gestão Social:

Quadro 2. Fatores que impedem o desenvolvimento sustentável do “Nós Propomos!” no Tocantins.

APROXIMAÇÃO TEÓRICA (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2015)	FATORES COMPLICADORES NÓS PROPOMOS!
1 Dialética Negativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade na definição dos processos comunicativos; 2. Barreiras burocráticas interinstitucionais; 3. O insuficiente esclarecimento das etapas; 4. Inexistência de parâmetros para que possam verificar a evolução do Projeto. 5. Complexidade na definição de uma agenda de fácil compreensão do Projeto junto às escolas; 6. Tímida contribuição/participação de professores secundaristas no planejamento e execução do Projeto; 7. Ao decorrer das atividades, a utilização de termos de difícil compreensão, sem um prévio esclarecimento; 8. Indisponibilidade total de recursos financeiros para atender as demandas das atividades.
2 Interesse Bem Compreendido	<ol style="list-style-type: none"> 1- Ausência de espaços e momentos de interação com/da comunidade escolar; 2- Dificuldade de uma interlocução profícua entre o poder público local; 3- Dificuldade no alinhamento de horários das atividades curriculares dos estudantes e da execução do Projeto; 4- Ausência de uma plataforma em que o cidadão possa interagir de forma democrática e prática; 5- Descontinuidade do Projeto nas escolas; 6- Carência de uma melhor estruturação teórico e conceitual do que será trabalhado nas escolas; 7- Dificuldade de os estudantes acompanharem/participarem das discussões levantadas no seio do Projeto; 8- A não atribuição de carga horária ao professor(a) que acompanha os alunos nas atividades.
3 Espaço Público	<ol style="list-style-type: none"> 1- Instabilidade política do governo; 2- Preferências ideológicas e políticas de Projetos desenvolvidos nas escolas estaduais; 3- Espaços que possam melhor acolher a comunidade escolar para potenciais discussões, audiências, reuniões.
4 Emancipação	<ol style="list-style-type: none"> 1- Por parte dos estudantes existe a ausência de maior clareza do que estão propondo; 2- Os alunos possuem dificuldades de fazer uma leitura holística dos problemas inerentes a sua realidade.

Elaboração autores, 2019.

No **Quadro 2** acima apontamos alguns fatores que dificultam o desenvolvimento sustentável do Projeto “Nós Propomos!” no Tocantins. Na primeira seção temos a dialética negativa como parâmetros para nossa análise. É notório que as dificuldades aqui destacadas são frutos da limitada relação entre os diversos agentes ligados ao Projeto, sejam eles estudantes, professores, comunidade escolar, SEDUC ou Universidade Federal de Tocantins (UFT). Essa limitação compromete, notadamente, o andamento e conclusão do Projeto no seminário de socialização. Tais dificuldades devem ser analisadas com bastante cuidado, pois é por meio deste componente que o Projeto começa a ser operacionalizado, desde o conjunto de práticas e procedimentos constitutivos, os quais devem

ser construídos com a interação de uma coletividade e que seja acessível e compreensivo.

Por sua vez, na segunda seção, mostramos o interesse bem compreendido. Podemos dizer que esse processo é a centralidade de todo o trabalho/Projeto/ação que se fundamenta em processos participativos como a dificuldade do diálogo no/do Projeto no estado se dá por uma série de fatores, sobretudo institucionais formais, especialmente, entre a UFT, SEDUC e escolas, haja vista que são entidades que seguem uma estrutura ainda rígida de gestão. Vencer a dificuldade da ausência de espaços e de canais que favoreçam o diálogo deve ser um compromisso primário para a continuidade do Projeto.

Podemos também destacar que os fatores que dificultam a sustentabilidade do Projeto são gerados por problemas estruturais, de ordem operacional e de condução (práticas), sobretudo junto as escolas estaduais. Romper com tais dificuldades é um desafio, todavia, é necessário para que seja possível uma nova leitura da realidade, como defende Paulo Freire, oportunizando as pessoas a possibilidade de ser agentes ativos na sociedade.

Já a terceira e quarta seção acabam se relacionando diretamente a partir do momento que concepção de espaço público e o processo de emancipação do cidadão constituem um dos grandes desafios interpelados nos fatores complicadores do “Nós Propomos!” no Tocantins. Com efeito, buscar superar a cultura política tradicional e conservadora que embriaga as organizações sociais e do estado deve ser um horizonte a ser alcançado, sobretudo, na tentativa de empreender parcerias entre os poderes públicos, a sociedade civil e outras organizações sejam elas privadas e do terceiro setor, objetivando a autonomia e a liberdade dos cidadãos enquanto agentes integrantes e participativos do território.

De modo particular, vale lembrar que a Gestão Social no Projeto só poderá de fato acontecer a partir do momento em que as ações sejam realizadas e concebidas no espaço público, por meio da integração dos diversos agentes de dada comunidade. Sendo assim, as ações do Projeto no Tocantins não devem ser reduzidas à esfera governamental e/ou dos muros para dentro da academia ou escola, haja vista que a Gestão Social assume antes de tudo “uma ação política das organizações no sentido de atuarem ou agirem num espaço público” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 6), local privilegiado em que a vida em sociedade acontece.

4. Considerações Finais

Este trabalho buscou contribuir com a ampliação da construção e discussão teórica-metodológica e prática da Gestão Social associada ao Projeto “Nós Propomos!”, sobretudo, no estado do Tocantins.

Foi possível notar que as abordagens estudadas apresentam uma aproximação tanto teórica, quanto prática, ao passo que ambas assumem a responsabilidade de fazer com que o cidadão possa compreender/perceber sua realidade frente as diversas situações da contemporaneidade. Com efeito, a Gestão Social e o “Nós Propomos!”, foram concebidos no âmbito de uma sociedade democrática plural, que defende um processo gerencial fundamentado na dialogicidade, na troca de saberes e no cíclico movimento: participação-reflexão-participação.

Percebeu-se que o Projeto sob a ótica da Gestão Social está diretamente vocacionado a promoção da cidadania e da formação cidadã. (DOUMENECH, FERNANDES e LOUREIRO, 2018). Pondera-se que o desenvolvimento das atividades do “Nós Propomos!” transforma o ambiente escolar, pouco reconhecido como um espaço de produção do conhecimento, e, por sua vez, o estudante passa a ser considerado como uma pessoa/cidadão com maturidade suficiente para construir este novo espaço.

Desse modo, o Projeto proporciona aos estudantes, aos professores e a comunidade escolar como um todo, a capacidade crítico-reflexiva, frente aos problemas que lhes parecem mais importantes. E, nesse contexto, a localidade/comunidade passa a ser um importante elemento de ressignificação do território, através do olhar diferenciado de seus integrantes, uma vez que eles são o produto das relações sociais.

Assim, o lugar é o ponto de partida para a análise espacial, que tem como objetivo gerar uma ação transformadora, com a participação dos sujeitos que formam dado território. O lugar pode ser compreendido como porção do espaço onde as relações são formadas entre pessoas que partilham um universo mais ou menos comum.

Nessa perspectiva, o “Nós Propomos!” tendo a Gestão Social como subsídio teórico e metodológico, tende a simplificar o processo gerencial, no sentido de (re)construção colaborativa de diversos atores no espaço público, com vistas a se alcançar o bem-estar coletivo. Ambas transmitem ao cidadão o direito e a responsabilidade pela gestão, fiscalização e controle das questões/demandas públicas, em outras palavras, a Gestão Social e o Projeto buscam estimular e fomentar a participação política das pessoas, mediante ação paralela que reforçam os laços de interdependência entre as pessoas. (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Desse modo, as abordagens destacadas pelo trabalho buscam e colocam o cidadão (seja ele, estudante, professor, dona de casa, empresário, outros) como protagonistas das mudanças sociais. No entanto, em razão da realidade brasileira atual de ataques à democracia e ao Estado Democrático de Direito, através de políticas de governo caracterizadas pelo segregacionismo, pela misoginia e pela homofobia, que ameaça a promoção e a materialização da construção da consciência crítica do cidadão, agregamos mais um ponto importante para os debates futuros sobre o desenvolvimento do “Nós Propomos!”, que poderá estar classificado no campo da insurgência por sua essência democrática.

Portanto, o “Nós Propomos!”, fundamentado na Gestão Social, sinaliza na direção de uma nova cultura política, de corresponsabilidade do território, disseminada através de práticas que se alicerçam na aproximação e participação dos cidadãos e das organizações nas inúmeras realidades e particularidades políticas, econômicas, sociais e ambientais existentes, reconhecendo o espaço público como local privilegiado para realização de ações e o intercâmbio relacional e cultural que vislumbrem o desenvolvimento sustentável das localidades.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, E. T. D. **(In)consistências da Gestão Social e seus processos de formação**: um campo em construção (Tese). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, E. T. D. A. **Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA: In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). Dicionário para a formação em Gestão Social, 2014. p. 85-90.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- AVRITZER, L. Experiências nacionais de participação social. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-54.
- BAZZOLI, J. A. Projeto "Nós Propomos" Multiplicidade na Educação Cidadã. **Rev. Conexão - UEPG**, Ponta Grossa, p. 94-109, jan./abr. 2017.
- BAZZOLI, J. A.; COSTA E SILVA, M. D. V.; VIANA, S. F. R. **Manual Nós Propomos**. Palmas: EDUFT - Universidade Federal do Tocantins, 2017.
- BOULLOSA, R. D. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? **Anais do XXXII ENANPAD - Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, 2008.
- BOULLOSA, R. D. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão Social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, Juazeiro/BA - Petrolina/PE, Maio 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da Gestão Social**. Lavras: Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, 2011.
- CANÇADO, A. C.; JÚNIOR, J. T. S.; CANÇADO, A. C. M. G. Gestão Social: histórico, conceitos e uma proposta participativa. In: TOLEDO, R. F. D., et al. **Pesquisa Participativa em Saúde**: Verbetes e Veredas. 1ª. ed. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 63-100.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **DRD - Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n.1 p. 4-19, 2015.

- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. **Cardernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.
- CLAUDINO, S. Educação geográfica, trabalho de campo e cidadania. O Projeto Nós Propomos. In: (COORD.), I. F. H. V. **O ensino na escola de hoje. Teoria, investigação e aplicação**. Lisboa: Climepsi Editores, 2018. p. 265-303.
- DOUMENECH, M. Á. R.; FERNANDES, S. A. D. S.; LOUREIRO, S. C. **NÓS PROPOMOS! A possibilidade da participação cidadã desde a escola**. Foro 24. [S.l.]. 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GUERRA, I. C. **Participação e acção colectiva: interesses, conflitos e consensos**. Estoril : Principia, 2006.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Tradução de Mary Cardoso. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- LEITE, C. M. C. O processo de ensinar e aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos: a experiência do Distrito Federal. In: IN: SOUZA, V. L. C. A.; LEITE, C. M. C. **Ensinar e aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos**. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2018.
- MAIA, M. Gestão Social - Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, dez. 2005.
- MESQUITA, Z. Territórios do cotidiano. In: BRANDÃO, C. R. **Do território à consciência territorial**. Santa Cruz do Sul: UFRGS/Ed. UNISC, 1995. p. 76-92.
- OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão Social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, p. 613-626, 2010.
- ORTIZ, R. **Um outro território**. São Paulo: Olhos d'Água, 1999.
- PIRES, V. E. A. Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. In: **Revista de Administração Pública e Gestão Social**. v. 6, n. 3, p. 110-126, jul/set 2014.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 4ª. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHOMMER, P. C.; FILHO, G. C. D. F. Gestão Social e Aprendizagem em Comunidades de Prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: JR., J. T. S., et al. **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. 1ª. ed. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social UFC/Cariri, 2008. p. 61-86.

SOBRINHO, H. D. C.; GENGNAGEL, C. L.; CLAUDINO, S. Práticas pedagógicas em Geografia para uma educação cidadã emancipadora. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 6, n. 2, p. 87-100, jul/dez 2018.

SOLINÍS, G. Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. **O que é o território ante o espaço?** Salvador: Ed. UFBA, 2009. p. 265-288.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Rev. Administração Pública**, v. 32, p. 7-23, set/out 1998.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO **A trajetória do programa de estudos em Gestão Social (PEGS)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: território e participação. In: TENONÓRIO, F. G. **Cidadania, território e atores sociais**. 4ª Edição. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 61-85.

VILLELA, L. E. Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. In: TENÓRIO, F. G. **Escopo metodológico**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 35-46.

O PROJETO NÓS PROPOMOS! E O ESTUDO LOCAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÕES EDUCATIVAS EM RIBEIRÃO PRETO, NO ESTADO DE SÃO PAULO/BRASIL

Odair Ribeiro de Carvalho Filho

Professor de Geografia – Centro Paula Souza

Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras USP/Ribeirão Preto

Membro do Investigadores Iberoamericanos em Educação Geográfica (IIEG)

or.cf@hotmail.br

Andrea Coelho Lastória

Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP/Ribeirão Preto

lastoria@ffclrp.usp.br

Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Marília

sas.fernandes@unesp.br

RESUMO

Este artigo objetiva descrever e analisar uma prática pedagógica de ensino de Geografia desenvolvida por meio do projeto “Nós Propomos! Cidadania e inovação na educação geográfica”, realizado em escola de ensino médio técnico no município de Ribeirão Preto/SP, Brasil. As práticas pedagógicas colocam o estudante como agente protagonista em sua realidade local, ideia que vai ao encontro de uma Educação que valoriza o estudo da localidade e do cotidiano na Geografia. A investigação, de cunho qualitativo, coletou dados por meio de revisão bibliográfica da temática sobre educação geográfica e sobre o próprio projeto. Além disso, analisou material construído pelos estudantes da turma do 1º/2º Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM) de Administração, participantes do projeto na escola. Os resultados indicam que a prática desenvolvida atende aos pressupostos da educação geográfica voltada à formação cidadã, na medida em que instrumentaliza os estudantes participantes para ler/entender e intervir, de forma consciente e crítica, em seu lugar, desde sua realidade local, mas pensando em ações que podem beneficiar coletivamente a sociedade.

Palavras-chave: Cidadania, Ensino de Geografia, Prática pedagógica, Lugar, Ensino Técnico integrado ao Médio.

Introdução

O ensino de Geografia tem passado inúmeras mudanças no Brasil desde os anos 1980. Um pressuposto que é amplamente debatido e que persiste como foco para o ensino de Geografia desde aquela década é o ensino com base na localidade.

O estudo do lugar, por meio do local, torna-se premissa para “[...] compreender os fenômenos que acontecem no mundo, mas ocorrem temporal e territorialmente neste local” (CAVALCANTI, 2010, p.6). Assim, o estudante pode se identificar com os conteúdos e elaborar de forma de mais relevante o seu modo de pensar e agir sobre o seu lugar e a sociedade.

A educação geográfica pode formar cidadãos por meio da leitura de mundo que poderá despertar nos estudantes, levando em conta seus conhecimentos prévios para o desenvolvimento de ações de intervenção local. Para além disso, a educação geográfica atende e defende os Direitos Humanos frente a inúmeros desafios, pois um “[...] mundo mais justo interpela, decisivamente, uma educação geográfica que deve estar empenhada na concretização dos direitos sociais dos vários grupos humanos” (SOUTO e CLAUDINO, 2004, p. 11).

Neste sentido, admitimos que uma possibilidade de desenvolver um ensino de Geografia, comprometido com a educação geográfica para a cidadania se faz por meio de projetos de ensino, em conjunto com pesquisa e com a extensão universitária. Destacamos o projeto “Nós Propomos! cidadania e inovação na educação geográfica” como um caminho possível e significativo para professores e docentes. Por meio desse projeto, o ensino de Geografia pode promover o envolvimento do estudante com o seu local de vivência, o que permite uma maior participação cidadã.

Neste artigo descrevemos e analisamos as ações do Projeto Nós Propomos! desenvolvidas no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Escola Técnica Estadual (ETEC) José Martimiano da Silva, com estudantes do ensino médio, durante os anos de 2018 e 2019. As ações do projeto estão vinculadas ao Grupo de Estudos da Localidade (ELO), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), na Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), na Universidade de Lisboa (UL), em Portugal e o Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA), da Faculdade de Filosofia e Ciências, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Marília/SP.

O texto está organizado em quatro seções, nas quais discorreremos inicialmente sobre educação geográfica e a formação cidadã, em seguida apresenta-se como o Projeto Nós Propomos está se realizando no Brasil, com base em pesquisa bibliográfica. Na terceira parte, analisamos a experiência realizada no município de Ribeirão Preto-SP, para, em seguida, trazermos as considerações finais do trabalho.

1. Educação geográfica, cidadania e o projeto Nós Propomos!

O ensino de Geografia tem como um dos seus objetivos contribuir para que o ser humano reconheça sua identidade e seu pertencimento no mundo globalizado. “A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma-conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade” (SANTOS, 2017, p. 279). A Geografia pode fazer os estudantes avançarem na leitura de mundo de forma crítica e contextualizada identificando e analisando as metamorfoses do espaço geográfico. No espaço geográfico, [...] não há uma separação entre sociedade e natureza, pois o próprio ser humano é natureza que toma consciência de si. Entendemos tal relação como uma produção do espaço onde ocorre um intercâmbio entre ambos, pois na medida em que o homem transforma a natureza, transforma a si mesmo. (QUEIROZ, 2019, p. 36)

Para compreender e analisar os problemas socioambientais desde a perspectiva do ensino,

A Geografia deve colaborar na explicação de como se desenvolvem certos problemas sociais em territórios de diferente escala, tais como: nem todas as pessoas dispõem de um trabalho onde desenvolver as suas competências físicas e intelectuais; alguns países são explorados por outros através de relações comerciais injustas; no crescente processo de urbanização, há grupos de pessoas que vivem em situações de marginalização social junto a outras que dispõem de vastos recursos econômicos e materiais. (SOUTO e CLAUDINO, 2004, p. 10)

A Geografia e o ensino de Geografia devem estar comprometidos com o desvelamento de uma sociedade mais justa e mais desigual, que promova reflexões sobre o ser humano neste espaço geográfico e seus problemas cotidianos. Neste sentido, notamos que o estudo do lugar ganha destaque no ensino de Geografia (CALLAI, 2004; CAVALCANTI, 2010; CAVALCANTI e SOUZA, 2014) na medida em que valoriza o cotidiano e as ações antrópicas locais, não esquecendo as globais, para a transformação do espaço geográfico e para a aprendizagem significativa dos estudantes. Para Santos (2017, p. 225) “Cada lugar é teatro de combinações pouco duráveis, cujo fator de mudança é esse dado global. Cada lugar é, assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global têm um papel fundamental.”

Vemos aqui uma ampla relação entre o global e o local para a construção do lugar de cada um no espaço geográfico. Esta construção permite que cada lugar se veja singular e valorativo para a Geografia. Complementando esta ideia, Callai (2004, p. 2) afirma que

[...] o lugar é um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/

usufruem do lazer. É, portanto, cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado.

Este ensino de Geografia comprometido com a valorização do lugar, como espaço de vivência, e de uma leitura de mundo/sociedade crítica vai ao encontro da promoção da cidadania e da educação geográfica.

Entendemos a cidadania como a materialização de práticas em convivência do cidadão e se estende a todos como seus beneficiários. Como forma de contribuir para o entendimento sobre a cidadania, Cavalcanti e Sousa (2014, p. 5, grifo nosso) salientam que

[...] **cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social**, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e de sobrevivência. Trata-se de uma noção de cidadania que **‘exercita o direito a ter direitos**, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública’, destacando-se sua dimensão territorial, formulada, conforme mencionado anteriormente, em termos de direito à cidade.

A cidadania está, portanto, intimamente relacionada à ação de participar coletivamente de decisões cotidianas sobre o território e espaço local. Desta forma, a cidadania relaciona-se ao conceito de cidadão em relação à sua geograficidade, ou seja, como parte da condição humana, dentro de uma consciência política e social em um ideal de bem-estar e felicidade em determinados contextos.

Percebemos, portanto, que a educação geográfica proporciona o desenvolvimento da consciência e prática da cidadania, pois permite ações e a tomada de decisões no lugar de cada um, alinhado com as demandas das comunidades. Essas decisões podem ser tomadas na esfera local para modificar o espaço vivido dos estudantes e proporcionar a eles uma melhor qualidade de vida. Para complementar a ideia exposta, Castellar (2005, p. 220) esclarece que

Pensar pedagogicamente os saberes geográficos numa perspectiva metodológica e significativa para os estudantes implica desenvolver ações que reestruturem os conteúdos, inovem os procedimentos e estabeleçam com clareza os objetivos. Desse modo, considera-se que a prática educativa da construção de conceitos, atitudes, procedimentos, socialmente, no grupo familiar ou na escola, se faz considerando o conhecimento prévio do estudante, participando do processo de aprendizagem.

Os objetivos do Projeto Nós Propomos! corroboram com os elementos para a formação cidadã,

na medida em que promovem a participação, a pesquisa, a cooperação e o estudo do local realizada por estudantes e professores no âmbito escolar.

2. Projeto Nós Propomos! no Brasil e no estado de São Paulo: breves considerações

Neste item tecemos algumas considerações sobre o projeto Nós Propomos! no Brasil e no estado de São Paulo. Sabemos da complexidade de realidades locais para sua implantação e desenvolvimento, assim como os diversos modos e situações de parcerias que se deram/dão entre as Universidades, Escolas e as Comunidades para o avanço do projeto. Nossa intenção aqui é contextualizar o desenvolvimento do projeto para analisar a prática pedagógica promovida no município de Ribeirão Preto/SP.

No Brasil, o projeto é realizado em diversos estados e conta com a participação de cerca de vinte instituições públicas federais e estaduais de Ensino Superior, que, em parceria com as escolas de Educação Básica, buscam promover a formação cidadã dos estudantes.

Em 2014, o Projeto iniciou-se no estado de Santa Catarina e no estado do Piauí, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal do Piauí (UFPI), respectivamente. Posteriormente, estendeu-se para vários estados brasileiros, entre eles: Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Acre. Em 2015, foi implantado no estado do Tocantins, na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e, em 2017, continuou sendo ampliado, no Distrito Federal (DF), na Universidade de Brasília (UNB). No mesmo ano, no estado de São Paulo, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Marília e em 2018, pela Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto.

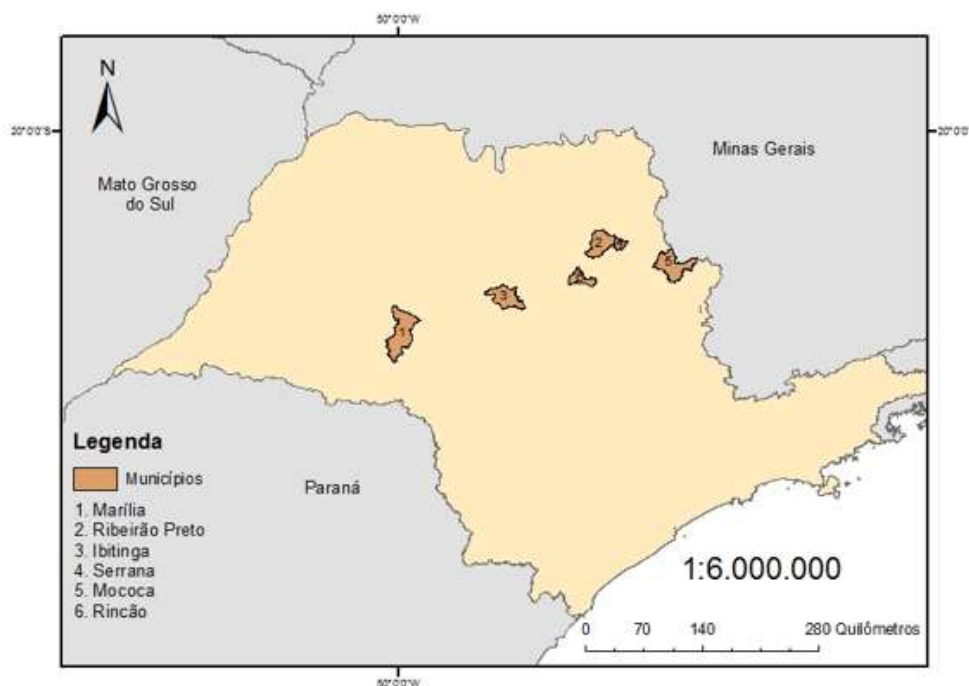
Notamos grande relação entre o papel das Universidades e dos Grupos de pesquisa como eixos dinamizadores do projeto para as escolas participantes, em todo o Brasil. Os professores participantes têm amparo e orientações em suas práticas por meio da ação dos grupos de pesquisa, presentes nas universidades parceiras do projeto.

Neste contexto, o projeto expandiu-se por meio de marcos importantes (o foro 24, presente no GEOFORO, o *I Congresso Nós Propomos!*, o *I Colóquio Internacional Enseñanza de la geografía y ciencias sociales* e o 14^º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia – ENPEG) que promoveram a comunicação e colaboração de professores e pesquisadores do projeto no Brasil e na Iberoamérica (CARVALHO FILHO, GOMES, LASTÓRIA, 2019).

No Estado de São Paulo (figura 2), as ações envolvendo o referido projeto foram desenvolvidas nos municípios de Marília, por meio do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) e nos municípios de Ribeirão Preto, Mococa, Ibitinga e Serrana, por meio do Grupo de Estudos da

Localidade (Grupo ELO). Nos municípios de Ribeirão Preto e Marília o projeto iniciou-se em 2017 e está em realização em 2020, no município de Rincão teve início em 2019.

Figura 2 - O “Projeto Nós Propomos! cidadania e inovação na educação geográfica” no estado de São Paulo



Fonte: CARVALHO FILHO, 2020, p.108.

Em Marília-SP, o projeto teve início no ano de 2017, em parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Faculdade de Filosofia e Ciências, de Marília-SP, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa e uma escola pública da rede estadual de ensino, a Escola Estadual Oracina Correa de Moraes Rodine.¹¹ (FERNANDES, 2020).

No caso de Marília-SP, o referido projeto foi realizado em conjunto com outros dois projetos de extensão: “Currículo de Geografia e práticas ambientais: a educação geográfica e o observatório do meio ambiente”, desenvolvido no âmbito dos Núcleos de ensino da Unesp, e “Meio Ambiente sob o olhar da mídia: a questão ambiental em Marília e região”, por meio de bolsistas integrantes do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Na Escola Estadual Professora Oracina Corrêa Moraes Rodine o professor responsável pelo projeto foi Gabriel Grazzini Gabriel, e foi realizado em 3 turmas de 8º Ano, em 2017, e 3 turmas de 2º Ano do Ensino Médio, em 2018. (LAVRATI, 2018).

Em Ribeirão Preto/SP, a parceria foi realizada no final do ano de 2017, entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), por meio do Grupo de Estudos da

¹¹ O projeto reuniu as ações de dois projetos de extensão, reconhecidos e financiados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da referida Universidade, e em parceria com a equipe de estudantes bolsistas de pesquisa financiado pelo CNPq.

Localidade (ELO) e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa, em Portugal.

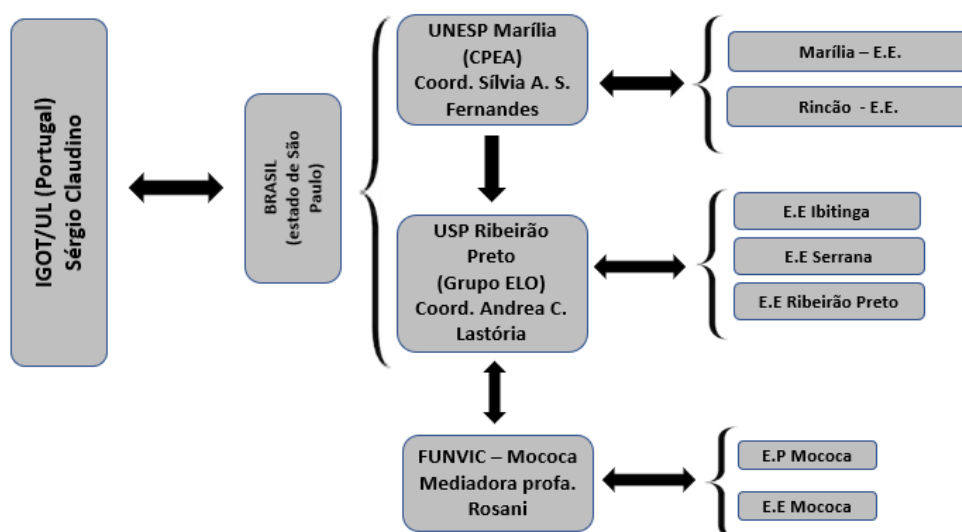
Ainda no ano de 2017, o grupo ELO tomou contato com as práticas e pesquisa do “Projeto Nós Propomos! cidadania e inovação na educação geográfica” e iniciou-se um processo de levantamento de oportunidades de implantação do referido projeto por meio dos professores participantes. As ações educativas se iniciaram no ano de 2018 em quatro municípios: Ribeirão Preto, Mococa, Serrana e Ibitinga. No caso dos municípios de Ibitinga e em Ribeirão Preto houve práticas já estudadas com conclusões parciais de uma aprendizagem significativa dos professores e alunos participantes, quanto ao estudo de caso em espaço públicos e a participação cidadã neles (MENEZES, CARVALHO FILHO, LASTÓRIA, 2019)

Em ambas as universidades, o projeto desenvolveu-se de forma colaborativa, no qual os professores participantes envolvidos puderam dialogar constantemente, com amplo apoio dos grupos de pesquisa para a realização das ações educativas do projeto. Desta forma, a colaboração dos envolvidos deu-se

[...] com o intuito de planejar, discutir e realizar práticas pedagógicas em escola pública e promover o aprendizado da educação geográfica e de temas curriculares mais amplos da educação básica, notadamente os temas vinculados às questões ambientais e aprendizagem sobre a localidade. (FERNANDES; LASTÓRIA; CLAUDINO, 2018, p. 154)

A figura 3 apresenta as parcerias realizadas entre as universidades e as escolas de Educação Básica, nas quais foram desenvolvidas as práticas pedagógicas projeto Nós Propomos! no estado de São Paulo.

Figura 3 - As parcerias do projeto Nós Propomos! realizadas no estado de São Paulo



Fonte: CARVALHO FILHO, 2020, p. 111.

Desta forma, entendemos que houve uma extensão universitária de modo efetivo e colaborativo, em que a universidade assume como promotora das relações de parcerias entre as outras instituições. Concordamos com Silva (2000, p. 120) que “[...] a função social da universidade possa ser resumida no intuito de ‘colaborar na integração social da maioria dos indivíduos’”. Admitimos que a extensão universitária é fundamental para o desenvolvimento social das comunidades, pois

[...] se aproximam na prática do ideal não assistencialista, na qualidade de vias de mãos duplas produzem ganhos que são compartilhados entre os diversos segmentos envolvidos [...] **Processo este capaz de validar os conhecimentos comunitários a partir do aporte científico da universidade e contribuir com a desconstrução da assimetria que demarca a relação sociedade-universidade**, buscando o diálogo necessário entre estas e superando a hierarquização entre conhecimento científico e senso comum. (LEÃO, 2018, p. 38, grifo nosso).

As efetivas relações de parceria por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão evidenciam as ações produtivas com o projeto, no âmbito de práticas pedagógicas feitas por professores e no âmbito de pesquisa, como é o caso deste trabalho de reflexão da prática feita em Ribeirão Preto/SP.

3. Por uma educação geográfica para a cidadania: descrição e análise da ação educativa em Ribeirão Preto/SP

Após termos destacado a importância de um ensino de Geografia comprometido com a educação geográfica para a cidadania e de termos levantado algumas considerações sobre o projeto Nós Propomos! no Brasil e no estado de São Paulo, cabe descrevermos e analisarmos a prática pedagógica por meio do referido projeto, feita na Escola Técnica José Martimiano da Silva, em Ribeirão Preto/SP.

Após análise criteriosa, em parceria com o grupo ELO, ano de 2018, chegamos à conclusão que a turma do 1º Ensino Médio integrado do Técnico (ETIM) do curso de Administração, 40 estudantes, tinha o perfil adequado para o desenvolvimento do projeto, pois a escola possui um Ensino Médio e técnico integrado de forma integral. Os estudantes desta escola apresentam um perfil de participação e criticidade elevado em diversas atividades e práticas proposta pelos professores. Para além disso, relacionamos a escolha da escola com a maior incidência de práticas realizadas do projeto em Portugal no ensino secundário (no Brasil, Ensino Médio).

Após a escolha da turma foi realizado uma reunião, em julho, com a equipe gestora para apresentar o projeto¹² a eles e explicam como seria realizado o mesmo no segundo semestre do ano de 2018, com possibilidade de avançar no ano de 2019. O projeto foi acolhido por ambos. Em um segundo momento apresentamos o projeto para 5 professores que eu tinha diálogo. Desses, a professora de Física e Matemática (Renata Abud) prontificou-se a participar e o outros quatro animaram-se com o projeto, no entanto alegam muitas demandas no momento para conseguirem desenvolver o mesmo. Logo de imediato realizamos uma reunião com a referida professora para explicar sobre o projeto, com os mesmos elementos da reunião com a gestão. Marcamos de iniciar o projeto em agosto com a turma.

Após acertar com a equipe gestora e com a professora o início do projeto, alinhamos o planejamento pedagógico na forma do plano de trabalho docente (PTD) com a intenção e objetos do projeto Nós Propomos!

Com relação à Matemática e Física, a professora alinhou o projeto nos dois componentes curriculares de modo a trabalhar a elaboração de gráficos e tabelas feitas pelos estudantes após os trabalhos de campo, realizados e que estavam previstos nas atividades do projeto.

O momento seguinte foi o de apresentação oficial do projeto à turma. Este momento teve como objeto esclarecer aos estudantes a importância da Ciência e a Educação para a construção de uma sociedade justa e baseada no Estado de Direito acessível a todos. Após a apresentação, foi

¹² Foi apresentado site oficial, práticas realizadas, o manual do projeto (BAZOLLI et al., 2017) e vídeo de apresentação feito pelo professor Sérgio Claudino. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fR5yYt-Kpww&t=22s> Acessado: 20 jun. 2020.

proposto um concurso de logotipo oficial para a turma toda. Cada um dos seis grupos elaboraram um logo diferente, respeitando as normas estabelecidas em aula. Houve a votação por diversos professores e funcionários da escola e o logo ganhador foi referência para continuarmos o projeto.

Figura 4 – Logotipo ganhador do projeto Nós Propomos! em Ribeirão Preto-SP



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

O projeto contou a participação de grande parte dos estudantes em sala de aula, seja por debates, anotações no caderno, realização de pesquisas complementares ou mesmo nas avaliações solicitadas. Observamos que a participação foi reduzida na realização dos trabalhos de campo, pois era após o horário de aula¹³, integral, e nem todos tinham a disponibilidade para tal atividade complementar. O número total de participantes em sala foi de 40 estudantes e no trabalho de campo foi de 27 do total de 40 estudantes.

Em consonância à prática, focada na investigação e proposição dos problemas sociais, Cavalcanti (2019, p. 209) destaca que ao trabalhar conteúdos da Geografia, estes podem ter ampla relação com a vida cotidiana, tais como:

[...] **deslocamento, mobilidade, transporte, moradia, acesso a espaços públicos, oferta de serviços variados.** Esta abordagem liga a Geografia a questão de cidadania. Abordar esses temas, com o objetivo de desenvolver capacidades de análise mais crítica [...] pode ser um caminho profícuo para se qualificarem ações cidadãs no enfrentamento da injustiça social. [grifo nosso]

As ações desenvolvidas fora da escola na forma de trabalho de campo foram previamente

¹³ Houve a necessidade de entregarem autorizações dos responsáveis, pois tratava-se de uma atividade complementar do projeto inserido no Plano de Trabalho Docente do professor. O horário pós aula dos estudantes foi a maneira encontrada pelo professor para não comprometer os conteúdos de outros componentes curriculares e a aprendizagem dos estudantes.

agendadas com os estudantes (datas das ações no quadro 2) fora do horário de aula deles. O requisito foi acertado como sendo necessária a presença de pelo menos 4 estudantes de cada grupo e participarem do trabalho de campo.

Figura 5 Trabalho de campo e entrevistas com comerciantes do Bairro Campos Elíseos, Ribeirão Preto-SP



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (nov. 2018)

No quadro a seguir, apresenta-se o detalhamento dos trabalhos de campo realizados.

Quadro 2 – Detalhamento do trabalho de campo e dificuldades enfrentadas

1. Os trabalhos foram realizados em bairros escolhidos pelos estudantes, em sua maioria moradores ou frequentadores destes.
2. Houve a integração entre professor e os estudantes participantes do trabalho de campo, junto aos moradores e cidadãos circulantes
3. Os estudantes entrevistaram as pessoas com a orientação e supervisão do professor durante a ação, cerca de 4 horas cada um dos trabalhos de campo com cada grupo, dos seis grupos.
4. Houve a realização da observação do bairro com registro fotográfico, dos problemas locais e do fluxo de pessoas para, posteriormente, haver a investigação local e a proposição de soluções aos problemas.
5. Os estudantes e o professor notaram ampla relação do conteúdo trabalho (ação antrópica e mudanças/ impactos socioespaciais) em sala e dos pontos observados e analisados em campo.
6. Houve relativa dificuldade dos professores em deslocar-se nos bairros periféricos (Simioni, Vila Abranches, Manuel Pena e São José) para a atuação junto aos estudantes.
7. O trabalho feito pelo professor foi de forma voluntária, não contando em sua carga horária mensal de trabalho docente na ETEC.
8. Parte da população entrevistada (questionário e perguntas abertas) dos bairros mais distantes mostrou certa desconfiança a realizar as entrevistas. Desse modo o professor elaborou uma carta de explicação para facilitar o diálogo com os entrevistados.
9. Os estudantes iniciaram as abordagem e entrevistas com relativa vergonha e timidez, no entanto foram criando coragem e iniciativa com nosso diálogo.
10. As entrevistas foram transcritas pelos próprios estudantes e foi confrontado o que os entrevistados diziam com o conteúdo estudado em sala de aula e com o projeto.

Durante e após a realização dos trabalhos de campo com cada grupo de estudantes, o professor orientou-os para a escrita do relatório de investigação. Nos relatórios são apresentadas tabelas, gráficos, problemas levantados, proposições pensadas pelos estudantes e considerações gerais sobre o tema geral de cada um dos grupos.

Em dezembro de 2018 realizou-se o I seminário Nós Propomos! da ETEC, contou a participação de dois membros do grupo ELO e três turmas para assistirem as apresentações finais dos seis grupos. Não houve a presença de vereadores e nem de responsáveis dos estudantes. O quadro 3 traz a síntese dos problemas investigados e as propostas de intervenção apresentadas pelos grupos de estudantes.

Quadro 3 – Síntese dos problemas locais e possíveis soluções

Grupos/Local/Caso	Problemas encontrados	Propostas levantadas
Saúde – Vila Abranches – UBS Carlos Chagas	-Depredação patrimonial (pela própria comunidade); - Encaminhamento demorado para especialidades e muito burocracia de atendimento; - Falta de manutenção predial.	-Regularização dos encaminhamentos para as especialidades com diminuição da burocracia de espera e atendimento; - Ação social de conscientização da população quanto ao patrimônio público e ao SUS.
Educação – Campos Eliseos – EMEF Mousinho	- Desinteresse pelas aulas dos estudantes e dos professores; - Indisciplina dos estudantes; - Problemas de saúde laboral dos professores; - Analfabetismo funcional dos estudantes.	- Criação de um Grupo de Estudos de Reforço Estudantil (G.E.R), voluntário, feito por professores e estudantes e várias salas (baseado nas ideias de Paulo Freire); - Desenvolvimento de orientação de estudos e de projetos de vida para os estudantes; - Parcerias com Núcleo psicológico de Faculdades para intervenção com professores e estudantes.
Infraestrutura – Manuel Pena – Praça pública “Leopoldo Lima”	- Ausência de iluminação pública para atendimento dos usuários em toda o espaço da praça – insegurança e medo da população. - Lixeiras quebradas e insuficiência de unidades para atender todo o espaço da praça; - Ausência de placa com o nome da praça (falta de identidade com o local pelos moradores). - Presença de animais peçonhentos na praça e nas casas próximas devido à acúmulo de lixo.	- Presença de uma placa informando o nome do local, (Leopoldo Lima); - Caixa com sugestões para a associação dos moradores escolherem propostas acessíveis, e contar com a contribuição de moradores; - Projetos com o centro comunitário para limpar a praça duas vezes ao mês; - Feira, campeonatos e atividades esportivas realizada na praça com o intuito da aproximação de moradores; - Processo para arrumar a quadra presente na praça por meio de ação social.

<p>Moradia – Favela do Jardim Simioni</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio a quem chega de outras regiões e cidades do país (imigrantes); - Aumento no número de pessoas que se alocam em favelas e comunidades e moradores de rua; - Incerteza vivida pelos moradores quando a emprego e violência; - Dificuldades financeiras e preconceito de pessoas de outras localidades de Ribeirão Preto/SP 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de redes de cooperação no bairro com apoio dos moradores do bairro e de outros bairros que possam doar bens não perecíveis (apoio de poder público local e da população); - Criação de um projeto de abrigo municipal no bairro para atender a população mais vulnerável do bairro e do entorno (ação do poder municipal) para proporcionar: capacitações, assistência social, atendimento médico familiar.
<p>Segurança – Campos Eliseos (entorno da escola)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro essencialmente comercial e menos residencial – maior incidência de assalto, furto e roubos; - Sentimento de insegurança, medo por parte dos comerciantes, moradores e pessoas circulantes; - Senso comum com relação ao papel da polícia e do porte de arma, como solução contra a violência; - Ausência de circulação de ronda policial em torno das unidades escolares no bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de rede de segurança com o programa “Vizinhança solidária” por meio de divulgação e conscientização da população do bairro; - Criação de aplicativo. O aplicativo consiste em acionar a polícia mais próxima no momento em que você estiver sendo assaltado, para isso precisa – se estar com o <i>bluetooth</i> ligado, ou a localização, ele tem o objetivo de diminuir a insegurança ou medo das pessoas, tornando o trabalho da polícia mais rápido e prático.
<p>Meio Ambiente – Bairro São Jose – Lagoa do Saibro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Muro sendo construído para separar a lagoa da população; - Outdoor informando sobre a reforma que está sendo feita no local (com início no dia 28/06/2018 e previsão de término no dia 26/09/2018); - Calçadas inacabadas prejudicando a passagem de pedestres; - A construção de prédios na região do aquífero, diminuindo ainda mais o volume da lagoa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do projeto de arborização em torno da Lagoa – já existente; - Elaboração de carta-ofício assinada pelos moradores do bairro para reunião extraordinária com os vereadores para desenvolvimento de projeto de intervenção ambiental local; - Elaboração de lei de iniciativa popular de recuperação da lagoa e mudança do curso da rede de esgoto local.

Fonte: Síntese dos relatórios dos estudantes. Elaborado pelos autores

Em fevereiro de 2019, foi retomado com os estudantes o que foi realizado no ano anterior, analisando os avanços que o referido projeto conseguiu na área da pesquisa, do ensino e da extensão. Para encerrar as atividades foi acordado que os relatórios seriam entregues na Câmara dos Vereadores para possíveis encaminhamentos ao poder público local, o que foi realizado em sessão na Câmara Municipal de Ribeirão Preto¹⁴.

Ainda em junho de 2019, estudantes do 2º ETIM de Administração, antigo 1º ETIM, foram à Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP para apresentarem o relatório de investigação aos vereadores na comissão permanente de Educação, em atividade coordenada pelo professor responsável pelo projeto¹⁵. Após esse evento os estudantes realizaram uma produção escrita de uma autoavaliação sobre todo o processo de realização do projeto Nós Propomos! e seus ganhos pessoais e estudantis.

Segundo Rivera e Claudino (2019, p. 278), os temas e problemas sociais têm ligação com o

¹⁴ O vídeo está disponível no canal da Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP: Sessão ordinária, entre o minuto 35 até o minuto 43: <https://www.youtube.com/watch?v=m8MatWcFZl4>. Acesso em: 20 jun.2020.

¹⁵ O vídeo está disponível no canal da Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP: Comissão permanente de Educação: <https://www.youtube.com/watch?v=fkKy-aD0e4g>. Acessado: 20 jun.2020.

contexto em que estamos inseridos no novo milênio e essas situações, pois “[...] colocam em primeiro plano a discussão da política como opção para oferecer novas respostas para as dificuldades sociais mais relacionadas com o ser humano e o social”. Admitimos, portanto, que houve uma participação efetiva dos estudantes em um espaço público municipal, ou seja, uma ação política, resultado de investigação sobre o lugar.

Consideramos que a prática relacionada ao projeto Nós Propomos!, desenvolvida entre os anos 2018 e 2019, na turma do 1º/2º ETIM de Administração, na ETEC José Martimiano da Silva, em Ribeirão Preto/SP, como inovadora e muito importante para a Educação e para o Ensino de Geografia, pois despertou a olhar, a ação, e a intervenção dos estudantes e do professor para o lugar dos estudantes em seu cotidiano. Além disso, os estudantes puderam apropriar-se dos instrumentos e espaços de participação e de política para serem cidadãos (SANTOS, 2004)

Durante todo desenvolvimento do projeto os estudantes da turma participante mostraram evidências de grande animo em relação a possibilidade de fazer pesquisas/ investigações da e na localidade, nos seus lugares. Além disso, puderam relacionar as entrevistas com o conteúdo estudados em sala e propor ações reais e possíveis ao poder público local. Notamos que houve o empoderamento e o protagonismo juvenil sob suas espacialidades com as ações desenvolvidas e um aprendizado significativo, para além dos processos repetitivos e mecânicos que ainda persistem no ensino de Geografia. Admitimos, portanto, que a prática pedagógica realizada com o projeto Nós Propomos! estão em consonância com a tarefa da disciplina de Geografia “[...] de contribuir com a formação humana cidadã, ativa, crítica e propositiva” (CAVALCANTI, 2019, p. 44).

4. Para (não) concluir

A partir do exposto, das leituras realizadas e da análise dos dados levantados a partir dos materiais dos estudantes participantes podemos notar uma aprendizagem significativa da cidadania ativa. Em um mundo com marcas das contradições da globalização nos âmbitos globais e locais, esta turma atendeu ao chamado prescrito em documentos oficiais e nas demandas pela participação da população em ações nos seus territórios locais e comunidades.

A prática pedagógica desenvolvida destacou o levantamento dos problemas locais, a sua investigação por meio dos conceitos e conteúdos da Geografia e de trabalho de campo, focado em observação e entrevistas. Com esses procedimentos os estudantes, por meio da orientação do professor, tiveram a oportunidade de elaborar propostas de intervenção social nos lugares estudados. As apresentações das investigações e das intervenções ocorreram no poder público local (Câmara dos Vereadores), o que sinaliza ato político e cidadão na prática pedagógica do projeto Nós Propomos! A

cidadania, sem dúvida, se aprende, como afirma (SANTOS, 2004).

Neste sentido, torna-se fundamental ampliar os estudos e as práticas voltadas para a educação geográfica para a cidadania, uma vez que o atual contexto brasileiro tem evidenciado investidas contra o Estado de Direito, à Ciência, à Educação e à Cidadania.

Referências

BAZOLLI, J. A.; COSTA E SILVA, M. V.; VIANA, S. F. R. **Manual Nós Propomos!**, Palmas-TO: Ed: Eduft, 2017. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/wskm/cbhi/#p=1>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

CALLAI, H, C. O estudo do lugar como possibilidade da construção da identidade e do pertencimento. **A Questão Social no Novo Milênio**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra/POR, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARVALHO FILHO, O. R. **O Ensino de Geografia e o estudo do local: o Projeto Nós Propomos!** no estado de São Paulo, Brasil. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

CARVALHO FILHO, O. R; GOMES, D, L, N, LASTÓRIA, A, C. A construção de uma Educação geográfica Iberoamericana: considerações sobre os marcos do Projeto Nós Propomos! Giramundo, Rio de Janeiro, v.6, nº1, p.39-51, jan/jun, 2019.

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. São Paulo: Papirus, 2010.

CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, C. V. A formação do professor de Geografia para atuar na Educação Cidadã. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, n. 494, p. 1-17, dez. 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14970>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CAVALCANTI, L, S. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&C Alfa Comunicações, 2019.

CASTELLAR, S. M. V. Educação Geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cad. Cedes**,

Campinas, v. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a05v2566.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

FERNANDES, S. A. S.; LASTÓRIA, A. C.; CLAUDINO, S. Questão ambiental, currículo e didática da Geografia na formação para cidadania. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru: v. v. 6, n. 2, p. 101-112, jul./dez., 2018. Disponível em:

<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/623>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, S. A. S. Fernandes, S. A. S. Agricultura e Soberania Alimentar no Ensino Médio: temas do currículo avaliado. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXIV, n. 1, jan./dez. 2020, p. 403-413. Disponível em:

https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-29.pdf. Acesso em 20 jul. 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – IGOT. **Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica 2018/19**. Lisboa, 2019. Disponível em:

http://nospropomos2016.weebly.com/uploads/6/4/5/1/64517865/regulamento-projeto-n%C3%B3s-propomos-2018_19.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAVRATTI, I, M. **Práticas ambientais como possibilidades de Educação Emancipatória**: interfaces entre o “Projeto Nós Propomos! cidadania e inovação na educação geográfica” e o ‘Observatório do Meio Ambiente’. 2018. 74 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

LEÃO, P. N. **Participação popular não institucional**: Projeto Nós Propomos! enquanto ferramenta de estímulo à democracia participativa. 2018. 74 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Direito) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

MENEGHESSO, V.; CARVALHO FILHO, O. R.; LASTÓRIA, A. C. O projeto Nós Propomos! e os espaços públicos de lazer: práticas de ensino de Geografia envolvendo a formação cidadã. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS. 14., 2019. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2019. p. 2963-2974. Disponível em:

<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3127>. Acesso em: 10 jul. 2020.

QUEIROZ, R. J. G. Educação geográfica e a relação sociedade-natureza. **Terra Livre**, v. 2, n. 53, p. 15-52, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/1694/1527>. Acesso em: 01 abr. 2020.

RIVERA, J. A. S.; CLAUDINO, S. La Participación ciudadana como tema del debate en el Geoforo. *In*: PIZZINATO, L. A. R.; MENA, N. P.; SOUTO, X. M. (Ed.) **La construcción global de una enseñanza de los problemas sociales desde el Geoforo Iberoamericano**. Barcelona: Geocrítica, Textos Electrónicos, 2019. p. 276-290.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, M. M. **Extensão**: a face social da universidade? Campo Grande: UFMS, 2000.

SOUTO, X. G. M.; CLAUDINO, S. Educação Geográfica e Cidadania no Século XXI. *In*: CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA PORTUGAL: TERRITÓRIO E PROTAGONISTAS. 5., 2004. **Anais...** Guimarães, Universidade do Minho e Associação Portuguesa de Geógrafos, out. 2004. p. 1- 14. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A1_14Out_Xos%E9%20Souto%20e%20S%E9rgio.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA EN LA FORMACIÓN DE LOS FUTUROS PROFESORES DE HISTORIA Y GEOGRAFÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRUJILLO/PERÚ

Angel Ignacio La Cruz Torres

Director Departamento Académico de Historia y Geografía

Facultad de Educación y Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Trujillo/Perú

Email: alto.3107@hotmail.com

INTRODUCCIÓN

En el compromiso serio de generar los cambios cualitativos curriculares necesarios en la formación profesional de los futuros docentes de enseñanza media en las ciencias sociales y, particularmente, en la especialidad de Historia y Geografía, nos hemos propuesto sistematizar reflexivamente la experiencia de tantos años de ejercicio docente universitario, observando los logros alcanzados por nuestros egresados que hoy se encuentran en los colegios, ejerciendo docencia en los diferentes ámbitos urbanos y rurales de La Libertad y de la región norte del Perú, transmitiendo creadoramente lo aprendido en sus años de formación universitaria. Al respecto, es preciso ratificar la necesidad de la rigurosa formación bajo el contenido y espíritu universitario de estos jóvenes egresados de la carrera en referencia y de otras carreras en educación. La formación docente, sea cual fuere su especialidad, debe realizarse bajo el rigor académico universitario si es que aspiramos alcanzar los niveles de calidad que tanto se reclama.

Nos acercamos a los 25 años de existencia como departamento académico en la Facultad de Educación y Ciencias de la Comunicación de la Universidad Nacional de Trujillo; hemos forjado 18 promociones de egresados con suma responsabilidad, con capacidades y competencias muy aceptables y, con mucha entrega, vocación y compromiso social de contribuir a la superación de los seculares problemas de nuestra sociedad que, en el campo educativo, asumen creativamente las enormes bondades y potencialidades de nuestra especialidad en la formación de los ciudadanos que la patria necesita y, básicamente, orientados a su formación integral, bajo el enfoque crítico-reflexivo y propositivo.

Los estudiantes universitarios de educación y, específicamente, los que siguen la carrera de Historia y Geografía, exhiben gran sensibilidad social, tanto por las características propias de su edad cuanto por la naturaleza de la vocación docente asumida. Otro factor importante a considerar es también su procedencia social, provenientes de los sectores medios y bajos de la sociedad. Los rasgos de su procedencia cultural, en su gran mayoría, descendientes de poblaciones migrantes de las provincias andinas y selváticas de la región, los orientan a identificarse y preservar sus valores comunitarios y por

ello, se inclinan a fortalecer sus identidades culturales de procedencia que, progresivamente, los van reforzando con los contenidos temáticos de ambas líneas de su carrera: la geografía y la historia. Ello explica el porqué, con facilidad y admirable responsabilidad, asumen las tareas de extensión y proyección social con ahínco y seriedad, con resultados que sorprenden.

La Universidad como depositaria del conocimiento, la cultura y la ciencia está obligada a contribuir en la solución de los problemas de su entorno comunitario porque, además, un factor estratégico y desencadenante de los cambios cualitativos está, indudablemente, en el campo educativo, siempre que esté articulado a decisiones de políticas de Estado y a la priorización desde los planes de desarrollo local y regional, de manera intersectorial. Y es en este espacio, precisamente, en que *la educación geográfica* se encamina hacia el desarrollo de la conciencia ciudadana, porque no hay otra disciplina científica más propicia que la geografía para desarrollar y fortalecer la educación cívica en las urbes. Y, renaciendo como el “ave fénix”, a partir de 1990 se ha producido a nivel mundial un portentoso desarrollo epistemológico y científico de la geografía, con fuerte incidencia en el campo conceptual, metodológico y didáctico de esta maravillosa ciencia (Brooks, 2017 citado por Araya, 2017), que se han visto reflejados en países iberoamericanos, tales como Portugal, España, Brasil, Chile, Ecuador, Colombia y México, entre otros, en cuyos espacios se han desarrollado interesantes y novísimas tendencias y proyectos innovadores, como GEOCRÍTICA, GEOFORO, GEA-CLÍO, REDLADGEO y el creciente proyecto NÓS PROPOMOS!. Nuestro país, nuestra ciudad y nuestra universidad, no son la excepción en este despertar.

En concordancia con el Plan Bicentenario Nacional, el Plan de Desarrollo Concertado de La Libertad y el Plan de Desarrollo Institucional de la Universidad Nacional de Trujillo al 2024 (nuestra universidad cumple doscientos años de creación), la Carrera Profesional de Historia y Geografía busca contribuir con sus esfuerzos al desarrollo regional y nacional, a partir de tres ejes centrales: i) *Formación Integral*. ii) *Investigación, innovación y desarrollo sostenible. Identidad intercultural y ciudadanía*, iii) *Extensión, proyección y responsabilidad social*. Para ello, se ha reformado y actualizado el currículo de la carrera, sistematizando experiencias así como, en su visión prospectiva, se encamina a la formación de una hornada de profesionales de nuevo tipo que, identificándose con la problemática de su comunidad, serán baluartes de los cambios socio-culturales orientados al desarrollo y fortalecimiento de la identidad intercultural, teniendo como ejes: la equidad, la práctica democrática y el *desarrollo de la ciudadanía*, igualmente intercultural, en el marco del desarrollo sostenible.

Pese a lo desfasado del currículo anterior que tuvo vigencia por más de veinte años, a iniciativa de algunos docentes de la especialidad, incidiendo en metodologías didácticas activas y aprovechando los

componentes de la práctica pre profesional se han impulsado notables proyectos y actividades con la comunidad local, a partir de asignaturas importantes como Geografía Local y Regional e Historia Local y Regional, y otros, que han contribuido al fortalecimiento de la formación cívica, la educación ambiental y la conciencia ciudadana de nuestros estudiantes, en el cumplimiento de los tres fines misionales de la universidad, ya mencionados.





1. CARACTERÍSTICAS Y PERSPECTIVAS DE LA LIBERTAD

Trujillo, capital de la Región/Departamento de La Libertad, se ubica a 570 kms al norte de Lima en la costa norte intermedia del Perú, en la región costa o chala semiárida y cuyos suelos son fertilizados por los ríos Jequetepeque, Chicama, Moche, Virú y Chao, siendo los valles de estos cuatro últimos, irrigados por el Proyecto especial CHAVIMOCHIC, que constituye una de las irrigaciones más grandes e imponentes del continente americano, con cultivos de agro exportación, destinados al mercado internacional.

La transición demográfica, la acelerada urbanización, el crecimiento económico y desarrollo educativo del país y, en particular de la macro región norte, exigen estudios geográficos altamente calificados, que permitan gestionar los procesos territoriales resultantes de las interacciones entre naturaleza y sociedad, adaptándose al cambio climático y en el marco de una mundialización creciente. La ausencia de políticas de ordenamiento territoriales han derivado en un crecimiento desordenado, desbordante e incontrolable de la población, migrante que, sumado a la ineficiencia en las gestiones de gobierno local, han convertido a Trujillo en una ciudad al borde del caos. Tal panorama se ve agravado por la evidente falta de cultura ciudadana de la gran mayoría de sus habitantes, que constituye una de las principales causas de tal situación. Las características de fragmentación y conflictividad recurrentes de su sociedad, como se tiene conocimiento, se inicia con la invasión hispana, posteriormente evidenciada en el proceso de mestizaje étnico-cultural con la aparición del mestizo (cholo), proceso que se acelera por el centralismo y por la descomposición del sistema oligárquico-gamonal del Perú andino como resultado de las reformas del gobierno militar de Velasco Alvarado, que se manifiesta bajo tres

características: 1.- La modernización y sus promesas de bienestar en la grandes urbes, 2.- La educación como mecanismo de movilidad y ascenso social y, 3.- El protagonismo del “cholo” como actor social emergente (Sandoval, 2012). Precisamente, la Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural (2001) plantea que la cultura debe ser considerada como el conjunto de los rasgos distintivos espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o a un grupo social y que abarca, además de las artes y las letras, los modos de vida, las maneras de vivir juntos, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias. Para el caso nuestro, por su enorme diversidad cultural, se plantea la necesidad de impulsar la construcción de una *identidad ciudadana intercultural*, basada en el respeto mutuo y la tolerancia entre los diferentes grupos culturales existentes. He ahí la gran tarea que recae en los docentes de todos los niveles de nuestro país y la región.

Somos conscientes que el crecimiento económico ha impulsado la mejora de los niveles de bienestar en la población, así también este fenómeno se asocia a cambios ambientales, movimientos migratorios, importación de estilos de vida alienantes que son condicionantes de riesgos para la conservación de los ecosistemas y su sostenibilidad.

Desde el punto de vista económico, La Libertad ha desarrollado en los últimos 15 años uno de los más altos niveles de crecimiento. Este fenómeno está ligado principalmente a la actividad exportadora de productos agrícolas (CHAVIMOCHIC) y mineros, utilizando alta tecnología y con grandes inversiones de capital extranjero, principalmente. Así, nuestro departamento/región es *el primer productor* de espárrago, caña de azúcar, palta, trigo, cebada, maíz amarillo duro y sandía, y *el segundo productor* de alcachofa, col, arveja grano seco, coliflor, pepino, piña y fresa. Asimismo, la región cuenta con 528,8 mil hectáreas de superficie agrícola, que la convierte en la segunda región en extensión de superficie agrícola. Estos factores, representan una base para consolidar una agricultura moderna, sustentada en las ventajas comparativas de la región, destinada al mercado nacional como internacional. La minería, durante la última década, aumentó en 4,0 % anual en promedio; ello refleja la dinámica del sector en los últimos años. En el 2012, el Perú se ubicó como *el tercer productor* de cobre, plata y zinc a nivel mundial, *el cuarto* en plomo, y *el sexto* en oro; y, a nivel de América Latina, como *el primer productor* de oro, zinc, plomo, y en *segundo productor* en cobre y plata. De manera especial la producción de oro en La Libertad ha aumentado en la última década, pasando de 519 mil a 1 681 miles de onzas finas entre 2002 y 2012. La Libertad se mantiene como el segundo productor a nivel nacional. (*Informe Económico y Social Región La Libertad. Banco Central de Reserva del Perú. diciembre 2013*).

Este crecimiento económico ha traído como consecuencia el aumento del consumo en la región, el incremento vertiginoso de la industria de la construcción, la creciente inversión de capital nacional y foráneo en el sector terciario (comercio, educación y otros), y las relaciones cada vez más intensas con el mercado asiático (China). Lo contradictorio de este crecimiento es que se observa el aumento de la pobreza en la región (según el INEI al 2013 el 37% de la población es pobre). Con la desbordante migración proveniente de las áreas rurales de todo el país, también se produjo el aumento de la violencia e inseguridad ciudadana y las actividades ilícitas son de las más altas del país. Este panorama sombrío y preocupante parece ser la respuesta a las políticas de inequidad predominantes, que impactan en nuestro tejido social, cada vez más vulnerable y violento ante el creciente abismo social entre ricos y pobres.



PROYECTO ESPECIAL DE IRRIGACIÓN "CHAVIMOCHIC"

LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA Y SU PROSPECTIVA

En octubre del 2013 se celebró en la Universidad Nacional de Trujillo, el V° Congreso de Geografía de las Américas y el X° Congreso Nacional de Geografía, organizado por la Sociedad Geográfica de Lima y La Universidad Nacional de Trujillo con el auspicio académico de la Pontificia Universidad Católica del Perú. El tema eje del congreso fue "*Geografía de la Mundialización y los Modelos Espaciales*", que hace referencia a la Macro Región Norte que comprende 6 departamentos (Tumbes, Piura, Cajamarca, Lambayeque, La Libertad, Ancash), con una población de 7'57,807 habitantes (INEI, 2007) que por sus dimensiones y potencialidades, exige una atención integrada. Esta Macro Región, pese a la declive de estos últimos años, mantiene un crecimiento económico importante en nuestro país y para poder continuar con esa dinámica que se transforme en auténtico desarrollo y así remontar los problemas señalados, requiere el fortalecimiento del factor humano –centrado en la educación– en el camino de construir una identidad ciudadana intercultural con la participación y compromiso de la Universidad Nacional de Trujillo, en particular, de su Facultad de Educación.



LOCAL CENTRAL (IGLESIA DE LA COMPAÑÍA)



CIUDAD UNIVERSITARIA

De hecho, la geografía estudia las características de los lugares, estableciendo sus diferencias y similitudes. Este estudio implica evaluaciones de las poblaciones en sus hábitats, en donde se generan procesos interrelacionados que resultan en identidades (culturas, modos de vida particulares); Este choque cultural provoca desajustes y confrontaciones iniciales que si no se incursiona en una agresiva campaña educativa de sensibilización ciudadana se corre el peligro de mantener el caos y desgobierno que crece cada día en el país, en nuestra ciudad y región.

La geografía, eje interdisciplinario articulador de todas las ciencias, asumió enorme importancia en la educación escolarizada desde mediados del siglo XX, cuando fue ocupando espacios en los foros de la UNESCO (1950) y en las preocupaciones de la antigua UGI (1952), considerándosele entre todas las disciplinas escolares la que, por su contenido, puede contribuir de manera más directa a la formación cívica de la juventud. El auge que logra en nuestro país, desde entonces, fue reforzado por los avances científicos que encaminó su enseñanza obligatoria a través de los planes de estudio secundario, con ciertos atisbos en educación primaria. Y, no podía ser de otra manera, al constatarse las características extraordinarias de la geografía peruana con su increíble biodiversidad, gracias a los estudios de geniales investigadores de la talla de Humboldt, Raimondi, Pulgar Vidal, De Habich, Antúnez de Mayolo y otros.

Resulta, sin embargo, inexplicable lo que aconteció con la geografía en los siguientes años, en el ámbito escolar y universitario. Lejos de impulsar su enseñanza y fortalecerla, sistemáticamente, se ha venido sesgando y minimizando su presencia; en educación primaria casi no existe, en secundaria se han disminuido sus horas y en los currículos de las carreras universitarias está ausente. Las universidades no promocionan esta importante carrera entre la juventud estudiosa del país. Es preocupante que en las instituciones educativas del país se enseña cada vez menos geografía y, por lo mismo, se está lejos de ella como materia de estudio y peor aún como ciencia. Precisamente, uno de los sueños de la *Sociedad Geográfica de Lima* es el restablecimiento de esta asignatura que es clave para la integración

nacional, la formación profesional y el desarrollo ciudadano y contribuir así a la sostenibilidad territorial de nuestro país, al bienestar de las comunidades locales y a la paz social (Bernex, 2019). Hay que entender que “*conocer lo humano no es separarlo del universo, más bien hay que situarlo dentro de él*”, debe el hombre, en su vida, ser contextualizado. Morín, en algunas de sus reflexiones existenciales se plantea las siguientes inquietudes “*¿Qué y quiénes somos nosotros?*”, lo cual es inseparable saber: dónde estamos, de dónde venimos y hacia dónde vamos.

La composición dual de la geografía (estudia naturaleza y sociedad) al evolucionar de una ciencia descriptiva, naturalista y conservadora, asumió también un rol antropológico-social y de avanzada deviniendo en su carácter analítico, explicativo y crítico, involucrándose progresivamente con los problemas sociales y ambientales del mundo contemporáneo de la posguerra incursionando, en definitiva e inevitablemente, hacia los ámbitos de una educación política (Schramke, 1980). Todo esto configura en la actualidad el sustrato principal de la geografía, tanto como ciencia y como disciplina académica.

En cuanto a su manejo pedagógico, lamentablemente, el uso inadecuado de métodos y procedimientos didácticos, tradicionales y anticuados, generó desazón y rechazo; así, la geografía de ser una ciencia cautivadora y trascendente, se convirtió en una asignatura desdeñosa y aburrida por su manejo teórico y memorístico que, en no pocas ocasiones, recaen en docentes que no tienen la especialidad.

Como se sabe, al lado de la historia, *la geografía* es un baluarte fundamental para el desarrollo y fortalecimiento de la identidad nacional. Tal es su gravitante importancia en el ser humano que estimula el análisis inteligente, la imaginación, el pensamiento crítico-reflexivo; despierta, asimismo, autoestima en la formación de la persona, en su comportamiento ético y moral, inspira el amor y respeto por nuestro hábitat, y, en lo principal, construye y fortalece la conciencia ciudadana. Si nuestra actitud fuese guiada por tales bondades, los grandes males sociales como la corrupción, las profundas desigualdades sociales, la pobreza, el narcotráfico, la delincuencia, la fragmentación, la discriminación y los delitos ambientales estarían ausentes de nuestra sociedad. Una mayor atención a esta asignatura encaminaría mejor los destinos del Perú y de sus habitantes en el compromiso de contribuir con el desarrollo del país, de sus regiones, de sus localidades. No en vano, la *identidad geográfica* se resume en la expresión: “***¡No se puede amar lo que no se conoce!***”.

No olvidemos que a través de esta ciencia se aprende a cultivar *la observación* –punto de partida del conocimiento científico-, el buen uso de *la memoria* como de *la imaginación* y se perfecciona *el razonamiento y el juicio*; se estimula, asimismo, la sensibilidad y el amor por el terruño, la reciprocidad y los valores comunitarios, ajenos al individualismo egoísta y al conformismo cómplice, a la estulticia y la insensibilidad. Es urgente, por ello, la formación de la conciencia geográfica, que aunada a la conciencia histórica, forjarán las raíces del espíritu nacional que tendrán en la formación de la ciudadanía y el ejercicio democrático, su mejor expresión. (Villanueva, 1968).

LA IDENTIDAD CULTURAL, UN CAMINO CONFIABLE

Es necesario recrear algunas reflexiones conceptuales en torno a la formación de nuestros egresados con referencia a conceptos como: *identidad*, *interculturalidad* y *ciudadanía*, que indudablemente tienen que ver con la naturaleza formativa de la geografía y la historia. Con respecto a *la identidad*, como sostiene Grimaldo (1996) es definida, bajo un enfoque cognitivo, como un constructo psicológico en respuesta a la pregunta *¿Quién soy?*, o, como señala Fukumoto (1990) a partir de estas otras interrogantes: *¿Cómo se siente uno por lo que es?*, o *¿Con quién se identifica?*, que le confiere un enfoque afectivo, social y conductual; en síntesis, por todo lo anteriormente expresado, podemos decir que la identidad es considerada como un proceso a partir del cual el individuo se autodefine y autovalora, considerando su pasado, presente y futuro (Grimaldo, 2006).

Configurando la importancia de la identidad cultural, debemos acudir al aporte extraordinario de Max Neef (1994), quien argumenta magistralmente que la identidad es una *necesidad axiológica*, eje fundamental en la vida humana, constituyéndose en antídoto efectivo contra toda forma de deshonestidad y corrupción; además, estimula la autoestima y valoración individual y social de las personas; propicia el avance constructivo de las instituciones y del país e, inevitablemente, genera conciencia histórica, auténtico nacionalismo y una consistente sensibilización cívico-ciudadana.

“El principio de identidad constituye un referente educativo de primer orden, porque debe impregnar en el fondo y en la forma casi todos los elementos del currículum y, aún más, cuando se trata del currículum de ciencias sociales...la identidad constituye un referente ético fundamental, uno de los principios básicos a considerar en la educación” (García, 2006:436)

La ciudadanía, estrechamente vinculada con la identidad, debe ser concebida como el concepto central y base del sistema democrático; es la búsqueda de un estilo de vida que se fundamenta en el ejercicio de valores democráticos que, tomando como eje a la ética, se orienta a la justicia, igualdad, libertad, respeto, tolerancia, solidaridad, equidad, honradez, honestidad, responsabilidad y compromiso en la búsqueda del desarrollo integral y la concreción de una vida digna en un *Estado de Derecho* que respete las leyes y las normas aceptadas. En suma, ciudadano (a) es una persona capaz, en cooperación con

otros, de crear y transformar el orden social en el que quiere vivir para cumplir y proteger la dignidad de todos. Es la persona que se compromete, desde una reflexión autónoma y crítica, con la construcción de una sociedad más justa, de respeto y valoración de la diversidad social y cultural para establecer un diálogo intercultural reconociendo de las diferencias asumiendo tolerancia en las relaciones humanas, en la búsqueda permanente del bien común y en la búsqueda de soluciones compartidas a los problemas del entorno. (MINEDU, 2014:13). En esa perspectiva de innovación pedagógica y didáctica es impostergable cambiar las formas tradicionales de enseñar geografía, de tal manera que niños y jóvenes de todos los niveles escolarizados y no escolarizados, aún la población misma, la valoren, la comprendan y apliquen en su vida cotidiana, despertando el sentido crítico y la formación ciudadana (Souto, 2011).

En el ámbito estratégico de la geografía regional, resulta interesante los estudios del profesor-investigador Carlos Amtmann, de la Universidad Austral de Chile, con referencia a la identidad regional y su articulación de los actores sociales en los procesos de desarrollo regional. Considera que descentralizar implica incrementar la autonomía de decisión y control de recursos, de responsabilidades en favor de las comunidades locales restando poder del gobierno central, constituyendo así una forma de organización política administrativa del territorio, lo cual promovería capacidad de decisión de los actores sociales e impulsaría cambios socio económicos con equidad, favorables a los habitantes locales (Borja 1987 y De Mattos 1989, citados por Amtmann, 1990)-procesos que encaminarían una mayor democratización del Estado, evitando la exclusión y marginación de las instituciones de gobierno local. Sin embargo, los propósitos y fines de desarrollo local trazados no se cumplirían sin la fuerza que otorga la identidad regional de los actores del territorio. En ese sentido, la identidad cultural no solo es lo común del territorio, de su historia, de sus costumbres e idiosincrasia; en suma, la identidad es un modo de ser que nace no solo de la pertenencia y semejanzas comunes, sino también de la diferencia; la identidad se nutre también de la diversidad que, a su vez, es combustible de vitalidad y creatividad para el desarrollo. La identidad es el compromiso afectivo vital del pasado, presente y futuro de los habitantes de un determinado espacio y de los acontecimientos que acontecen en ella, que configuran un compromiso vital transformado y expresado en una poderosa fuerza social para asumir el o los proyectos de desarrollo compartido por todos los actores que, inclusive, neutralizan los intereses discrepantes entre los diversos estratos de los actores, como puntualiza Amtmann (1990). Precisamente, la identidad cultural regional se relaciona con el proyecto regional/local y éste se estructura a partir de la prospectiva del futuro y se concretiza mediante la elaboración de estrategias de desarrollo regional (Boisier, 1992).

A manera de conclusión, se puede señalar que el desarrollo de la identidad regional y su articulación con los actores sociales regionales o locales se debieran inducir intencionalmente a fin de construir las

bases sociales, culturales y políticas del auténtico desarrollo regional. Todo este proceso se engarza en *la teoría de la acción comunicativa* de Habermas, en *la conversación y coordinación de acción* de Maturana y en *la práctica y negociación simbólica* de Bourdieu que contribuyen en su conjunto a viabilizar y fortalecer el manejo de las relaciones de los actores sociales diversos que comparten el mismo territorio.. En suma, la región estará en condiciones de asegurar su desarrollo mediante la consolidación de la identidad y a su vez respetando con tolerancia las diversidades existentes en el territorio. Las acciones de descentralización a los niveles locales y regionales concuerdan con las exigencias de las prácticas democráticas y del desarrollo equitativo solo en la medida que se priorice y fortalezca la participación de la sociedad civil. En ese espíritu de equidad y democracia debe plasmarse la interculturalidad en todos los programas educativos de todos los niveles desde una mirada interdisciplinaria como eje transversal articulando todos los contenidos y actividades educativas a programarse (Sandoval, 2012).

Todo este proceso, dinámico y complejo, en territorios diversos y sociedades multiculturales presentan problemas difíciles de resolver, más aún, en tiempos de globalización neoliberal, en la que los signos confrontacionales son los más comunes y frecuentes, lo cual complica los proyectos de desarrollo, locales o regionales. Frente a ello, desde las iniciativas del Estado y la participación comunitaria desde las bases sociales, acogiendo iniciativas educativas, deben encaminarse acciones consensuadas de carácter intercultural, de carácter participativo y de esencia democrática. Previamente, teórica y de manera práctica, debe entenderse la interculturalidad como un proceso equitativo, de respeto mutuo entre las diversas colectividades étnico-culturales, no solo para reconocerse y respetarse, sino también para entablar el diálogo horizontal y tolerante por el que nadie exprese imposición alguna sobre otros, construyendo desde abajo y participativamente proyectos de desarrollo que se encaminen a la solución de todo tipo de problemas que afecten el territorio. Es aquí donde las escuelas, universidades y las diversas instituciones locales deben sumar esfuerzos en torno a objetivos comunes. (La Cruz, 2017)

DOS EXPERIENCIAS, DOS REALIDADES DISTINTAS: UN MISMO CAMINO

Como se hizo mención líneas arriba, en la Facultad de Educación, especialidad de Historia y Geografía, al llegar los estudiantes al final de su carrera, en sus prácticas pre profesionales, una de las actividades a realizar es *la proyección social*. Teniendo como bases previas del año anterior, la asignatura de Geografía Local y Regional, por el cual estudian e investigan in situ, cada uno de sus barrios, de los distritos de Trujillo y las provincias del Departamento de La Libertad, que los acerca al conocimiento del territorio y a los problemas de sus habitantes, que son muchos y álgidos. Toda esta experiencia previa les otorga una base importante y una favorable disponibilidad para investigar los diversos problemas de la comunidad. Al iniciar el año académico en los colegios, en sus prácticas, empiezan a

diseñar, asesorados por sus docentes jefes de práctica, bajo un marco metodológico asentado en procesos de sensibilización de los actores del territorio, para elaborar en conjunto un proyecto de responsabilidad social, con la finalidad de promover desde la universidad y el colegio una ciudadanía territorial efectiva con gobernanza y sustentabilidad, derivando en los estudiantes practicantes las responsabilidades de su ejecución, promoviendo la participación del personal jerárquico, docente, estudiantes y padres de familia del centro educativo. Más adelante, en las instancias de ejecución van comprometiendo la participación de los gobiernos locales, vecinales, autoridades sectoriales e instituciones públicas y privadas mediante actividades de gestión directa.



Proyecto de Educación Vial 2019: “Somos ciudadanos... seámoslo siempre”

Así se ha venido trabajando durante más de 15 años; sin embargo, en los tres últimos años se ejecutaron proyectos de responsabilidad social de gran envergadura, comprometiendo a los gobiernos regional y local, a la Policía Nacional, la Dirección de Salud, Defensa Civil, las autoridades educativas, los medios de comunicación de prensa escrita, radio y televisión en un *programa de educación y seguridad vial* para la ciudad de Trujillo que han logrado resultados que se están visualizando en la actualidad. Todo esto lo hemos venido realizando, sin saber que al otro lado del mundo, entre el Atlántico y el Mediterráneo, se gestaba una más cuajada y bien organizada propuesta nacida en Lisboa: el Proyecto NÓS PROPOMOS!, que es un proyecto que estimula la colaboración participativa, direccionando y articulando la acción de universidades, escuelas, municipios, asociaciones y empresas

privadas, con la finalidad de promover una efectiva ciudadanía territorial local, colocando al ciudadano común en el eje principal de las decisiones a tomar (Claudino, 2014). Han pasado poco más de cinco años, desde aquel histórico *XIII Coloquio Internacional de Geocrítica* del mes de mayo de 2014 realizado en la Universidad de Barcelona, en que tuvimos los primeros contactos; han pasado casi dos años desde setiembre de 2018 en que se llevó a cabo el I CONGRESO IBEROAMERICANO “NÓS PROPOMOS” y ahora ya somos parte del proyecto desde el mes de agosto de 2019, en que nos atrevimos a convocar al I ENCUENTRO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN GEOGRÁFICA Y CIUDADANÍA en nuestra ciudad, bajo la responsabilidad de la Sociedad Geográfica de Lima y del Departamento Académico de Historia y Geografía de la Universidad Nacional de Trujillo, en coordinación con el IGOT- Universidad de Lisboa.



En las futuras coordinaciones se propiciarán productivos intercambios de experiencias entre las universidades de nuestros países. Por lo pronto, el proyecto NÓS PROPOMOS! debe ampliarse y difundirse en todas las facultades de nuestra universidad y en las instituciones educativas de toda la colectividad trujillana. Más adelante, al igual que en Portugal, España y Brasil, difundirla en todos los departamentos y regiones de nuestro país.

CONCLUSIONES

- La Geografía, por su carácter interdisciplinario, enriquece su consistencia científica y epistemológica; además, genera gran valor formativo e incidencia en la conciencia ciudadana.
- La Educación Geográfica no solo sirve para conocer la realidad, sino también para su contribución en la solución de problemas y a una mejor y más racional organización humana en la ocupación de los espacios.
- La Geografía, en su esencia aplicativa y propositiva, exige pasos didácticos activos, participativos y vivenciales, en el que la naturaleza y el entorno de la realidad configuran el más importante laboratorio de estudio y propician aprendizajes cognitivos, procedimentales y actitudinales.
- La suma de las virtudes geográficas, sumado a los cambios metodológicos en su didáctica, contribuirán al surgimiento y fortalecimiento de una *Identidad Intercultural ciudadana*, con esencia democrática y sostenibilidad.
- Las experiencias vividas en estas actividades contribuyen a la transformación positiva de la personalidad de los estudiantes en su proceso de madurez y generan satisfacción personal y favorecen su formación integral.
- En la formación de los futuros docentes de especialidad deberá incidirse con mayor intensidad en la necesidad de articular estrechamente la enseñanza con la investigación y, obviamente, plasmarla en los proyectos de responsabilidad social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Amtmann, C. 1990, Perspectivas de desarrollo de la región de Los Lagos_Chile. *Estudios sociales* 63(1):69-84.
- Araya, F., 2017, *Desarrollo del Pensamiento Geográfico La Serena*, Chile. Edit. Universidad.
- Bernex, N., 2019, Ponencia en el I Encuentro Iberoamericano de Educación Geográfica y Ciudadanía, Agosto Trujillo, Perú.
- Boisier, S., 1992, Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *Revista eure* (XXX, 90), pp. 27-40.
- García, A., Jiménez J. 2006, *Los principios científicos didácticos (PCD)- Nuevo modelo para la enseñanza de la geografía y de la historia*, Granada, Editorial Universidad de Granada.
- Grimaldo, M. 2006, Identidad y política cultural en el Perú. *LIBERABIT*, 12, pp. 41-48, <https://www.researchgate.net/publication/228520458> *Identidad y politica cultural en el Peru*
- INEI, 2007, Instituto Nacional de Estadística e Informática, Perú.
- Max Neef M., 1994, *Desarrollo a escala humana*, Barcelona, Icaria Editorial.
- MINEDU, 2014, *Diseño Curricular Nacional*, Lima Perú.
- Sandoval, P., 2012, Interculturalidad, una mirada interdisciplinaria; curso Convenio Andrés Bello.
- Schramke, W., 1980, *La Geografía como Educación Política. Elementos de un concepto didáctico*. GEOCRITICA Nº 26, 1980, Barcelona.
- Souto, X., 2011, *Una Educación Geográfica para el siglo XXI: Aprender Competencias para ser Ciudadano en el Mundo Global*. *Revista Anekumene*, nº 1, pp. 28-47.
- Villanueva, J., 1968, ¡La Geografía una ciencia cautivadora y cómo enseñarla!, Editorial. Luciérnaga, Lima-Perú.
- La Cruz, A., 2017, *La Identidad cultural como eje transversal curricular en la formación integral de los estudiantes de las carreras profesionales de Educación Secundaria*, Trujillo, Universidad Nacional de Trujillo. (Tesis doctoral)

PROYECTO NÓS PROPOMOS EN LA ESCUELA NACIONAL PREPARATORIA NÚM. 8 DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO

Eduardo Herrera Domínguez
Imelda Rendón Gómez
Sandra Cruz Alejo
Roberto García García
Universidad Nacional Autónoma de México

Resumen:

La Universidad Nacional Autónoma de México es la primera institución educativa en México en implementar el proyecto *Nós Propomos*, en los contenidos de la 5ta unidad temario de geografía del programa de geografía en el Bachillerato. El propósito fundamental del proyecto es fomentar entre alumnas y alumnos la participación ciudadana a través de acciones que promuevan cambios significativos en su comunidad o área donde se ubica su colegio. De esta forma la asignatura de geografía pone la teoría y la práctica geográfica en el contexto de los estudiantes, logrando que salgan a su comunidad e identifiquen aquellas problemáticas que aquejan el lugar que quieren estudiar.

Este proyecto apareció en 2011/12, gracias al Instituto de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Lisboa, con la finalidad de que alumnas y alumnos encontraran una utilidad viable a los conocimientos geográficos, los cuales ocasionalmente llegan a quedar dentro del aula escolar, el proyecto al ponerse en marcha en colegios de Portugal comienza a tener gran aceptación por estudiantes y docentes lo que brindó la oportunidad de trabajarlo con más información y hasta permisos de las mismas cabeceras municipales de las escuelas, dando oportunidad a sus estudiantes y ciudadanos a proponer soluciones a lo que se está viviendo en un estrado con autoridades políticas, las cuales dieron apoyo a los alumnos, al ver el interés de alumnas y alumnos en su investigación geográfica y de comunidad.

Esto brinda confianza pues se ve un avance en las propuestas, de esta manera se extiende por todo Portugal, España, Colombia, Perú, Brasil y desde 2018 México, siendo la ENP¹⁶ 8 una de las primeras en integrar el proyecto a sus aulas en la asignatura de geografía. A partir de ese año, se han visto avances por parte de docentes, los cuales han compartido su experiencia con entusiasmo pues se observó participación no solo de alumnas y alumnos, también de padres de familia quienes se interesaron, junto con sus hijos, en dar seguimiento a las soluciones para mejorar el espacio donde viven y donde se encuentra su preparatoria.

A continuación, se explicará la metodología educativa dentro de la clase de geografía para lograr integrar la temática de participación ciudadana dentro de la asignatura, además, los materiales didácticos, sistemas de aprendizaje y formas en que se plantearon los temas para lograr que los

¹⁶ Escuela Nacional Preparatoria

estudiantes abordaran la geografía, el espacio y las soluciones a corto y largo plazo. Asimismo, con la participación ciudadana se analiza el andamiaje de conocimientos de otras asignaturas estableciendo un aprendizaje geográfico que va ligado a otros saberes que brindan orientación e interés a su propuesta.

Abstract:

The National Autonomous University of Mexico is one of the first that the Nós Propomos project applies in the 5th unit of its geography agenda, a project dedicated to getting students and students to participate to achieve significant changes in their community or area where their school is located. In this way, the subject of geography puts in the theory and geographic practice in the context of the students, getting them to go out to their community and identify the problems that exist in the place to study.

The Nós Propomos project arises in 2009 with the proposal that students find a viable utility to geographical knowledge which many verses remain within the school classroom, the project being launched in schools in Portugal begins to have great acceptance by students and teachers which provided the opportunity to work with more information and even permits from the same municipal heads of the schools, giving opportunity to their students and citizens has proposed solutions to what is living on a stage with the political authorities supporting the students to see their interest of students in their geographical and community research.

This offers confidence because there is an advance in the proposals, in this way it extends throughout Portugal, Spain, Colombia, Peru, Brazil and since 2018 Mexico, being the ENP 8 one of the first to integrate the project into its classrooms in the Geography subject. Since that year, progress has been seen by teachers who have shared their experience with enthusiasm because they have participation not only by students and students, but also by parents who were interested along with their children to follow up on solutions to improve the space where they live and is their high school.

Next, the educational methodology within the geography class will be explained to achieve the integration of the citizen participation theme within the subject, in addition to the didactic materials, learning systems and ways in which the topics were raised to ensure that Students will integrate geography, space and short- and long-term solutions. The knowledge of other subjects is analyzed by establishing a geographical learning that is linked to other knowledge that provide guidance and interest to your proposal.

Palabras Clave.

Geografía, participación, didáctica, propuestas, aprendizaje, ENP, UNAM¹⁷.

¹⁷ Universidad Nacional Autónoma de México.

Introducción

La asignatura de geografía ha sufrido una serie de cambios en la visión en la que quiere ser impartida, esto debido a una desorientación en alumnas y alumnos al no saber dónde aplicar los conocimientos obtenidos en el aula escolar, esto ha sido un punto negativo para la asignatura pues en muchas instituciones de Nivel Medio Superior en México se considera que ha dejado de ser relevante entender la utilización de la geografía.

Esto es realmente preocupante para alumnas y alumnos que cursan el bachillerato pues la importancia de la asignatura de geografía es que orienta a que se conozca el entorno en el que viven, ubicar de manera práctica problemáticas ambientales y sociales, además de saber elementos climáticos, espaciales, políticos y económicos que guían a su utilización en el lugar en el que viven y así encontrar una serie de elementos que crean un significado para las personas que lo habitan.

Por esta razón el proyecto Nós Propomos es una propuesta didáctica, enfocada a encontrar la aplicación de los conocimientos geográficos en el medio en el que viven, dando sentido real a la geografía y creando tareas que contribuyen a mejorar el lugar en el que viven, ya que hasta que comienzan las alumnas y alumnos a dar seguimiento a su propuesta se involucran en una solución y concientizan a los vecinos a que se siga mejorando el sitio que han elegido preservar.

En el sistema de ENP UNAM se comenzó a introducir el Proyecto Nós Propomos en el año 2019 con alumnas y alumnos del 4to año. Se organizaron en equipos con la supervisión de padres de familia y docentes responsables de la materia y fueron localizando una serie de problemáticas en los alrededores de sus escuelas que iban desde problemas de alumbrado público, inseguridad, problemas de abandono de perros y hasta vías para llegar más rápido a la preparatoria.

Al realizar el recorrido por sus barrios y colonias fueron también detectando posibles soluciones a las problemáticas realizando informes que hicieron más significativas sus propuestas, además de relacionar sus ideas con lo que aprendieron en la asignatura de geografía logrando con sus propuestas utilizar los conocimientos adquiridos en la asignatura.

1.1 Prácticas de campo Escolares y Visitas guiadas

Para comenzar la aplicación del proyecto Nós Propomos en la Escuela Nacional Preparatoria de la UNAM se debía tener claro cómo se iba trabajar con alumnas y alumnos de cuarto año que cursaban la materia de geografía. En este punto se debe tener claro que para los docentes de la asignatura era un reto, pues no estaban acostumbrados a trabajar este tipo de trabajos escolares fuera del aula, desde pedir los permisos necesarios a las autoridades escolares, obtener el presupuesto para el transporte, permiso de padres y madres de familia, además de que los estudiantes contaran con un seguro médico, fueron uno de los primeros puntos que se tuvieron que resolver en un principio.

Como parte de la metodología educativa del proyecto Nós Propomos en la Preparatoria 8, se tomó como base una encuesta de Nós Propomos, se realizó la traducción pertinente al español y se pidió a los alumnos y alumnas participantes que llenaran la encuesta. Ésta recapitulaba su opinión acerca de los lugares que frecuentaban regularmente, identificación de problemas locales y el papel de los órganos de gobierno, así como, el de los estudiantes en la resolución de los problemas. En este último punto, la mayoría de los estudiantes encuestados respondió que sí pueden intervenir en las soluciones, lo que nos habla de la posibilidad de impulsar una conciencia de participación ciudadana en estos jóvenes.

Con el objetivo de conformar los equipos por cercanía de viviendas, se les indicó anotar en la encuesta mencionada nombre de la calle y Alcaldía en donde se ubicaba su vivienda. Con los datos obtenidos se creó una base de datos y mediante Google Earth se estableció la conformación de los equipos con base en la relación por cercanía de sus viviendas.

Una vez conformados los equipos se buscó que los estudiantes en conjunto identificaran una problemática a la cual se le diera una propuesta viable de solución, realizando lluvias de ideas para llegar a un consenso general en los equipos conformados. Este ejercicio se vio reflejado en un primer documento que contenía título de su propuesta, redacción de un párrafo del planteamiento del problema con base en noticias e información recolectada por el equipo, y un mapa de localización de su problemática, señalando el lugar exacto del problema a trabajar. En el salón de clases se hizo retroalimentación sobre la viabilidad de las propuestas presentadas.

El siguiente paso fue orientar a las alumnas y alumnos que observaran con detenimiento sus propuestas, las cuales tendrían un impacto a corto y largo plazo, ya que muchas veces las propuestas realizadas tienen un seguimiento por otros estudiantes, vecinos y autoridades gubernamentales, con esto se pretende concretar las ideas planteadas inicialmente. Una vez conformados los equipos y establecidas las problemáticas, los equipos realizaron una segunda investigación de gabinete con el propósito de dar solidez a sus propuestas.

Esta primera fase fue enriquecida mediante recorridos al lugar, comenzó con ello un acercamiento a su espacio inmediato, el lugar que cada grupo eligió dejó de ser un lugar desconocido, comenzó a tomar significado ese sitio, ya que ellos lo querían mejorar.

Seguido a la investigación de gabinete, se planteó la práctica de campo, en este momento se involucraron no solo los docentes, alumnas y alumnos, sino también madres y padres de familia mediante la autorización de sus hijos para que realizaran juntos el recorrido, esto enriqueció el proyecto pues los papás también comenzaban a ver que la materia de geografía tenía un campo de aplicación de los conocimientos dentro y fuera del aula.



Figura 1. Alumnas realizando recorrido a su localidad Fuente: Archivo propio

1.2 Recorrido grupales en la asignatura de geografía.

En esta segunda etapa se observa la cohesión de las propuestas de alumnas y alumnos pues ya ha detectado las problemáticas, además de tener claras sus propuestas obtuvieron herramientas necesarias para poder expresar a su compañeras y compañeros cuál era la situación que se estaba viviendo en el lugar que detectaron, situación que es posible resolver mediante la participación e intervención estratégica.

Con base en las problemáticas identificadas, se creó un itinerario de las colonias que se iban a visitar en conjunto con sus docentes responsables; se estableció el recorrido y la cantidad de alumnas y alumnos que participarían en el mismo.

Cabe mencionar que se realizaron diversos trámites administrativos para informar a los directivos el objetivo de la práctica, duración del recorrido, grupos participantes, así como quiénes serían los profesores responsables. En este sentido, dado que son menores de edad, uno de los puntos más importantes para que pudieran los estudiantes salir de practica de campo era el pago de un seguro médico y el consentimiento firmado de madres y padres de familia.

Teniendo los requerimientos necesarios se contrató un autobús y se comenzó el recorrido con alumnas y alumnos en las colonias donde se detectaron las problemáticas. El objetivo inicial era que el operador del autobús se estacionara en todos los lugares identificados para que todos pudieran bajar y poder observar con más claridad lo detectado en sus recorridos y mostrarlo a sus profesores, compañeras y compañeros, sin embargo, debido a la dinámica misma de la Ciudad, esto fue complicado pues estacionar un autobús era complejo ya que es una unidad muy grande para poder acomodarla en avenidas o sitios muy concurridos, sumado al tráfico de vehículos.

Por lo tanto, del itinerario de práctica se atendieron sólo algunos puntos estratégicos que ilustraran los temas y problemas. En un primer momento, desde el autobús, los equipos observaron, tomaron fotografías y tomaron el micrófono con el que alumnas y alumnos comenzaron a narrar desde el

autobús como se encontraba la problemática en el lugar elegido, además de tomar el autobús como aula escolar en la cual todos participaron sin ningún contratiempo resolviendo así el problema y creando un ambiente de aprendizaje comprensible para docentes y estudiantes.

En un segundo momento, se pudo descender y observar directamente una problemática relacionada con tiraderos de basura, donde los representantes hicieron alusión a las consecuencias al medio ambiente y sociales, a medida que propicia una zona de inseguridad por la falta de luminarias. Desde esta perspectiva el trabajo se agilizó pues se logró que todos participaran y pudieran brindar sus propuestas a sus compañeras y compañeros estableciendo criterios con los cuales se puede actuar y mejorar el espacio que propusieron ellos, como estudiantes de Preparatoria en la asignatura de geografía de cuarto año.



Figura 2. Practica de campo y recorridos de todos los equipos. **Fuente.** Archivo Propio



Figura 3. Reunión al finalizar la práctica de campo alumnas, alumnos y docentes. **Fuente.** Archivo Próprio

1.3. Resultado al finalizar el proyecto Nós Propomos en la asignatura de geografía.

Para dar un seguimiento a cada una de las propuestas realizadas en la asignatura de geografía se logró redactar algunas cartas a las alcaldías de la Ciudad de México las cuales alumnas y alumnos entregaron personalmente en las autoridades correspondientes, en algunos casos se tuvo una reunión inmediata para dar un seguimiento.

Después de este paso se hizo una presentación de cada una de las propuestas realizadas en la clase de geografía y los resultados obtenidos de sus recorridos realizados en el periodo dedicado a Nós Propomos, pues este era el momento donde todos los conocimientos obtenidos en la clase de geografía se veían reflejados en un proyecto que tiene un impacto en lugares que para ellos tiene un significado y un valor dentro de su comunidad.

Es necesario mencionar que para motivar a los estudiantes y llegar a este momento de cohesión del aprendizaje se involucraron factores tan importantes como el apoyo de madres y padres de familia, además de la orientación de los administrativos de la preparatoria y de los docentes, que orientan las propuestas para llevar a cabo un proyecto de esta magnitud e incorporarlo a la clase de geografía.

La presentación de los trabajos fue realizada en uno de los auditorios de la ENP 8, donde los estudiantes expusieron con seriedad sus planteamientos del problema, los resultados obtenidos de la práctica de campo, sus experiencias sobre la problemática vivida en los determinados lugares que estudiaron, a partir de un contexto real y con propuestas viables consultadas en su equipo y en general por todo el grupo participante, así como, por la retroalimentación de los profesores participantes.

De esta manera se les dio reconocimiento a sus trabajos realizados en la clase de geografía, comprendiendo a profundidad la importancia de esta asignatura y de la participación ciudadana como un parteaguas para mejorar el espacio en el que vivimos y la forma en la que se deben involucrar como ciudadanos responsables de las decisiones para solucionar una problemática.



Figura 4. Presentación final del Proyecto Nós Propomos en ENP 8. **Fuente:** Archivo Propio

Las problemáticas y propuestas que los estudiantes del 4to año de Preparatoria presentaron fueron variadas, ya que las perspectivas de los adolescentes no son las mismas que las de un adulto, por ello

era interesante observar la relación de la geografía con las propuestas que ellos hacían y las probables vías para resolver ciertas problemáticas.

El escuchar también como docentes ayuda a que comprendamos las perspectivas que los estudiantes van transformando mediante los saberes geográficos que adquieren en la asignatura y cómo un proyecto para ellas y ellos llega a ser tan significativo en el aspecto cultural, social y de convivencia entre ellos y hasta las madres y padres involucrados en este proceso de aprendizaje.



Figura 5. Ejemplo de las presentaciones realizadas por los equipos. Fuente. Archivo Propio

Comentarios finales.

En esta primera aplicación del proyecto Nós Propomos en México pudimos observar que se obtuvo la aprobación de la Universidad Nacional Autónoma de México para dotar de recursos a los docentes encargados de implementar el proyecto en la clase de geografía, además de asegurarse de que se cumplieran los objetivos del proyecto internacional.

Se puede ver reflejado en cada uno de los pasos el esfuerzo realizado por docentes, alumnas y alumnos que cursaban la asignatura de geografía, además de la dedicación y tiempo que se le brindó al proyecto, pues involucraba lugares que para los estudiantes les son significativos, identificando propuestas viables para la solución a corto y largo plazo.

El proyecto Nós Propomos sirvió para que los estudiantes reflexionaran acerca de la importancia que tienen los conocimientos geográficos en cada una de las vertientes del espacio que habitan y cómo éstos a su vez son indispensables para crear propuestas que puedan mejorar las características del

lugar que investigaron, trascendiendo de lo visible a hechos concretos que sirven como ejemplo a los ciudadanos.

Este proyecto contribuyó a desarrollar una conciencia ciudadana en las alumnas y alumnos, ya que se observó un cambio desde el momento en que los estudiantes identificaron la problemática, investigaron sobre ella y posteriormente, al observarla, en sus presentaciones los estudiantes se expresaban de esos lugares como un lugar familiar, porque ellos ahora saben que ocurre en ese sitio, que problemáticas existen, y por lo tanto, ya no es un lugar ajeno, representa así un lugar conocido, cercano para ellos.

Se puede observar a lo largo de la 5ta unidad donde fue aplicado el proyecto que alumnas y alumnos tuvieron la destreza e interés por encontrar soluciones y perspectivas que ayudaran a mejorar el espacio en el que viven realizando el recorrido y aplicando entrevista para saber la opinión de los vecinos y poder intervenir de forma adecuada.

La intervención de las madres y padres de familia fue fundamental en algunos casos pues vieron reflejado el aprendizaje en la clase de geografía fuera del aula, de forma que ellos se involucraron en el proyecto dando confianza a sus hijas e hijos de que los espacios deben mejorar en bien de las comunidades y colonias de la Ciudad de México.

Algo que podemos observar es que incentivando a los estudiantes a participar e involucrarse de maneras creativas en la asignatura de geografía, ellos responden positivamente, mejorando notablemente su aprendizaje y perspectivas de la asignatura, optimando su comprensión en temas que en ocasiones llegan a ser confusos y podemos facilitárselos como docentes responsables en la forma de enseñar determinados temas.

Bibliografía:

Claudino Sergio, Souto Xose, Rodríguez Ángeles, Bazzoli João, Lenilde Raimundo, Lucimar Claudionei, Mendes Luis, Tadeu Adilson. (2019). *Geografia, Educação e Cidadania*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Claudino, S. (26 de noviembre de 2019). PROYECTO NÓS PROPOMOS! Obtenido de <http://nospropomos.weebly.com/>

DGENP. (2016). *Dirección general de la Escuela Nacional Preparatoria*. Plan de estudios de la Escuela Nacional Preparatoria UNAM ENP. Recuperado el 1 de febrero de 2020, de <http://dgenp.unam.mx/planesdeestudio/sexta.html>

García, B.M. y Téllez, A.L. (2018) El presupuesto participativo: un balance de su estudio y evolución en México. *Perfiles Latinoamericanos*. 28

Gutiérrez, T.A. y Sánchez, M.L. (2011) EL CIUDADANO TERRITORIAL, PROPÓSITO DE LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA. *Revista Geográfica de América Centra*. 18.

PROYECTO NÓS PROPOMOS! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica. Recuperado el 15 de enero de 2020, de <http://nospropomos2016.weebly.com/>

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL DAS QUEIMADAS¹⁸

Álika Amaral Dourado
Liriel Talita Miranda de Castro Cunha
Júlia Pereira Borges
Ludmila Rezende Santos
Sarah Gabryela Rodrigues Teixeira Ribeiro
Alexsander Batista e Silva
Eva Vieira dos Santos Cardoso

*Colégio Estadual Mané Ventura, Goiânia, Brasil
Alunas de 9º ano – 2020*

Introdução

Dentre os vários problemas da nossa sociedade, as queimadas estão sempre em evidência, visto que são encontradas em qualquer canto de nossa cidade. Elas precisam ser consideradas e tratadas.

As queimadas correspondem a uma das técnicas agrícolas mais primitivas da história do homem e por ser uma técnica rápida e barata é muito utilizada principalmente no meio rural. Existem dois tipos de queimadas: as naturais, causadas por descargas elétricas de raios, vulcanismo etc.; e as queimadas humanas, causadas pelo homem que podem ser de forma direta, como práticas de agricultura ou queimas de lixo, ou indireta, como bitucas de cigarro descartadas de forma incorreta.

Infelizmente, as maiorias dos casos de queimada em nosso país são por causas humanas. As rurais causadas por fazendeiros ou agricultores e as urbanas causadas por pessoas aleatórias. Ambas, além de nos prejudicar muito e tirando nossa paz, quando sem sucesso tentamos respirar ar puro, prejudicam intensamente a fauna e a flora. São capazes de acabar com uma reserva em questão de horas e destruir todo um ecossistema.

Esse assunto não pode ser deixar de lado ou ser tratado como algo simples, porque ele não é! A sociedade precisa estar consciente de que para garantir uma vida saudável e um futuro melhor, é necessário parar com as queimas.

¹⁸ Este artigo foi confeccionado a partir do desenvolvimento da pesquisa colaborativa intitulada “Nós Propomos!? Goiás: construção do pensamento geográfico e atuação cidadã dos alunos dos anos Finais do Ensino Fundamental”, realizada na âmbito do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica – LEPEG/IESA/UFG em parceria com a Universidade Estadual de Goiás - UEG e o Colégio Estadual Mané Ventura em Aparecida de Goiânia – Goiás/Brasil, a qual tem apoio da Fundação Carlos Chagas e Itaú Social via edital de pesquisa “Os Anos Finais do Ensino Fundamental: adolescência, qualidade e equidade na escola”. A realização das atividades na escola tiveram a orientação e coordenação da Profa. de Geografia Eva Vieira dos Santos Cardoso com a supervisão do Prof. Dr. Alexsander Batista e Silva (UEG).

É por isso que escolhemos esse tema para fazer o nossa pesquisa do Nós Propomos!, porque é um projeto que servirá para conscientizar a população. Nosso objetivo é abordar as consequências das queimadas no território brasileiro e mostrar que, de forma simples e objetiva, podemos solucionar este problema que tanto nos assola.

As queimadas

As queimadas ocorrem em sua maioria por ação humana, por razões variadas como: limpeza de pastos, preparo de plantios, desmatamentos, colheita manual de cana-de-açúcar, vandalismo, queda de balões, disputas fundiárias e protestos sociais, entre outras. No perímetro urbano os moradores de alguns bairros costumam atear fogo no lixo, restos de podas e roçagem, em terrenos e espaços vazios com muito mato.

As queimadas são uma prática primitiva da agricultura destinada principalmente à limpeza do terreno para o cultivo de plantações ou formação de pastos, com uso do fogo de forma controlada que às vezes pode descontrolar-se e causar incêndios em florestas, matas e terrenos grandes.

No Brasil costumam ocorrer pelos motivos apresentados acima, principalmente, pelas práticas agropecuaristas. Essas queimadas ocorrem em vários lugares do país, sendo assim, elas afetam todos os biomas (dependendo do lugar onde elas ocorrem). Logo abaixo (Quadro 1) vocês poderão ver os dados sobre as queimadas por bioma no país no ano de 2019, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Quadro 1 – Área queimada no Brasil por bioma – 2019

ÁREA QUEIMADA POR BIOMA EM 2019

- Pantanal - 20.835 km² (alta de 573% em comparação a 2018)
 - Pampa - 1.398 km² (alta de 127% em comparação a 2018)
 - Caatinga - 55.536 km² (alta de 118% em comparação a 2018)
 - Cerrado - 148.648 km² (alta de 74% em comparação a 2018)
 - Amazônia - 72.501 km² (alta de 68% em comparação a 2018)
 - Mata Atlântica - 19.471 km² (alta de 46% em comparação a 2018)
-

Fonte: INPE, 2020.

Como podemos observar, as queimadas tiveram um grande acréscimo de um ano para o outro (2018 para 2019) em todos os biomas. Podemos constatar que o Cerrado é o bioma mais afetado pelas

queimas, com 148.648 km² queimados devido aos incêndios causados por motivos variados, sobretudo aqueles provocados pela ação humana.

As queimadas causadas por ação humana são as que causam consequências drásticas ao ecossistema. As consequências mais notórias são: a retirada da vegetação original; a alteração do equilíbrio nos ecossistemas das mais distintas paisagens; a diminuição da biodiversidade; a emissão de gases poluentes na atmosfera piorando a qualidade do ar e aumentando as doenças respiratórias; os danos ao patrimônio público e privado; a mudança na temperatura e na umidade do solo, causando ressecamento e podendo levar até a desertificação; a intensificação do efeito estufa e o aquecimento global; a diminuição da atividade biológica no solo; e ainda prejudica a visibilidade nas rodovias, provocando acidentes e congestionamentos.

A questão das queimadas no Cerrado

O Cerrado é considerado o segundo maior bioma da América do Sul e o segundo maior bioma do Brasil. É conhecido como savana brasileira e possui uma grande biodiversidade. Sua vegetação possui características predominantes, como árvores de tronco grosso e tortuoso, além de gramíneas e arbustos. Esse bioma pode ser encontrado na parte mais central do país, incluindo os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

O estado de Goiás, no qual residimos, é um dos estados que tem um ecossistema dominado pelo bioma Cerrado. A presença do bioma em nosso estado é bem clara como mostram as fotografias a seguir (figura 1).

Figura 1 – Vegetação típica do Cerrado / Parque Estadual Serra Dourada – Mossâmedes-Goiás/Brasil



Fonte: Trabalho de Campo – 2019 / Fotografia: Alexander Batista e Silva

Segundo a corporação do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, em 2019 foram registradas 9.408 ocorrências de incêndios florestais, em 2020 estes números já chegaram 10.186 ocorrências, contabilizadas de janeiro a novembro. Ou seja, ainda sem os números do mês de dezembro, o ano de 2020 já teve 778 focos de queimadas registrados a mais do que todo o ano de 2019.

A tabela 1 e a citação abaixo confirmam os dados apresentados acima:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
6ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR GERAL
ESTATÍSTICA DE INCÊNDIO FLORESTAL 2019 e 2020



2019

INCÊNDIO FLORESTAL	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral
VEGETAÇÃO	163	100	84	125	468	1.389	1.647	2.123	2.178	643	125	41	9.086
CULTURA AGRÍCOLA	6	3	1	3	5	20	46	94	114	24	4	2	322
Total Geral	169	103	85	128	473	1.409	1.693	2.217	2.292	667	129	43	9.408

2020

INCÊNDIO FLORESTAL	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral
VEGETAÇÃO	53	38	125	165	591	1.171	1.679	2.062	2.519	1.327	104	0	9.834
CULTURA AGRÍCOLA	1	1	0	0	2	9	58	112	118	47	4	0	352
Total Geral	54	39	125	165	593	1.180	1.737	2.174	2.637	1.374	108	0	10.186

Variação(%) 2019 - 2020
Atualizado 23/11/2020

David Augusto Leão Guimarães - Maj QOC
Chefe da BM/6

De acordo com o Tenente Oficial de Informações Públicas da Operação Cerrado Vivo/2020, Thyago Rodrigues, os incêndios na cidade são causados a partir da queima de lixo, de vegetação em lotes baldios e de folhas em quintais. “Tudo isso configura crime de poluição, caso este se alastre, causando danos maiores, mortes de animais, destruição de propriedade, isso se configura como crime de incêndio florestal”.

Existe orientação do corpo de bombeiros para que qualquer cidadão que ao avistar qualquer indivíduo ateando fogo em vegetação realize a denúncia aos órgãos ambientais responsáveis. Isso para evitar queimadas de grande proporção e responsabilizar aqueles que provocaram esse crime contra o meio ambiente.

A questão das queimadas urbanas em Aparecida de Goiânia-GO

Após falarmos um pouco sobre o bioma Cerrado e discutirmos sobre as queimadas\incêndios no estado de Goiás, está na hora de adentrarmos numa escala pouco falada e noticiada pela mídia. Vamos falar agora sobre os incêndios urbanos, aqueles causados pelos próprios moradores da cidade.

As principais causas de incêndios urbanos são por descuido e acidentes, sendo elas relacionadas com as fontes de calor, rede elétrica e rede de gás ou botijão de gás, ou podem ser propositais como atear fogo no lixo, restos de podas e roçagem, em terrenos e espaços vazios com muito mato.

Aqui onde moramos, nos bairros circunvizinhos do Colégio Estadual Mané Ventura situado no Papillon Park em Aparecida de Goiânia, as queimadas propositais ocorrem com bastante frequência, mais do que podemos imaginar. Em um dos nossos bairros, tem uma presença marcante de vegetação (muitas árvores, arbustos e o famoso “mato”), o que pode ser observado a seguir (figura 2).

Figura 2 – Lotes baldio cheio de mato. Parque Veiga Jardim – Aparecida de Goiânia-Goiás/Brasil



Fonte: Acervo pessoal. Trabalho de campo – outubro/2020.

Como podemos ver na imagem, tem bastante vegetação, porém, em boa parte do ano as plantas não ficam verdinhas como na imagem, elas ficam secas propiciando o alastramento de queimadas. Os moradores costumam queimar restos de roçagem e lixos. Na época da seca tudo piora em larga escala! Na época mais seca do ano, principalmente entre os meses de abril e setembro, sabemos que é o período preferido pelos moradores do bairro para atear fogo nas coisas. Durante esta época eles queimam muitas folhas secas (restos de roçagem), e queimam essas folhas em lugares com muito mato, somando com o tempo seco e o calor, ateando fogo e provocando as queimadas, que poderiam ser completamente evitadas.

As cinzas começam a sobrevoar o bairro e a fumaça começa a adentrar em nossas narinas, fazendo com que fiquemos em uma situação desagradável com relação ao ar e o bem-estar respiratório de nosso corpo. Em um dos nossos casos, uma de nossas avós (vulgo Dona Rosa) que autorizou ter sua identidade revelada, há um tempo travou uma conversa com uma vizinha por conta de queimadas, tentando conscientizar sobre os prejuízos.

Em meados de junho, no meio do período de seca, a mesma vizinha resolveu pela terceira vez, no mesmo mês, colocar fogo nas folhas secas e com o tempo começaram a fazer muita fumaça e as cinzas adentraram nas casas, fora o ar que estava extremamente poluído, impossível de ser respirado. Essa avó não gosta muito de fumaças, e foi até à vizinha exigir um pouco mais de consciência e cidadania da mesma, o que resultou em uma discussão. Porém, acreditamos que a vizinha tenha aprendido sua lição, pois enquanto morou aqui, ela nunca mais ateou fogo em nada.

E todas nós do grupo, que estamos no projeto, contemplamos casos parecidos. Queimas de madeira, folhas, sofás, pneus, lixos dentre outras coisas que nossos vizinhos adoram queimar. As fotografias tiradas por nós (figuras 3 e 4) mostram um pouco desta realidade vivida em nossos bairros e em outra parte do estado.

Figura 3 – Lote baldio queimado / Setor Papillon Park – Aparecida de Goiânia - Goiás/Brasil



Fonte: Acervo pessoal. Trabalho de campo – outubro/2020.

Figura 4 – Queimada na zona rural / Área de Cerrado – Estado de Goiás/Brasil



Fonte: Trabalho de Campo – 2020 / Fotografia: Eva Vieira dos Santos

Tudo começa assim, queimam um sofá hoje, amanhã estão queimando florestas e por aí vai! Essa é uma realidade assustadora, visto que o efeito de estufa tem aumento gradativamente com o aumento da poluição e das queimadas, que a cada ano só pioram. Logo não nos restará nada, apenas lamentações. Quando não existir mais árvores e toda a vegetação for queimada, todos nós iremos lamentar. Mas, existem múltiplas soluções a serem propostas e é sobre isso que falaremos no tópico abaixo.

PROPOSTAS

Como todo problema recorrente em nossa sociedade, as queimadas também possuem solução, basta apenas força de vontade e o querer de cada um, população e poder público, em ir à busca de tais soluções. Não necessitamos de grandes coisas para fazer uma mudança. Podemos começar com coisas simples, mas que a longo prazo podem fazer uma grande diferença.

Devemos começar numa escala menor, em nossa escola, em nosso próprio bairro com algumas atitudes que incentivarão outras pessoas a praticarem os mesmos atos e, desta forma, um dia veremos uma sociedade conscientizada e que se preocupa com o bem estar de nosso planeta.

Acreditamos que a mudança seja algo gradativo e feito em duas etapas que geram uma consequência: primeiro, a mudança da nossa mentalidade e; segundo, a mudança das nossas atitudes que irão gerar uma consequência – a influência nos hábitos.

Essas são as três coisas que andam juntas e são ferramentas que podemos utilizar para promover a mudança de um bairro ou até de uma sociedade.

E pensando nisso, pensamos em algumas propostas que venham a contribuir para a diminuição das queimadas.

A primeira coisa a ser feita é conscientizar as pessoas à nossa volta, pois se cada um fizer sua parte e falar com seus familiares, amigos, vizinhos etc., sobre as queimadas e suas consequências, já estaríamos mudando a mentalidade de muitas pessoas. Pois como dizem no ditado popular: “De grão a grão, enche a galinha o papo”, ou seja, de pessoa a pessoa mudamos toda uma sociedade.

A segunda coisa a se fazer é a mudança de nossas próprias atitudes, utilizando de pequenas soluções, como reduzir o consumo, fazer reciclagem e reutilização em vez de queimar o lixo; incentivaremos outras pessoas a fazerem o mesmo e, conseqüentemente, mudarem seus maus hábitos.

A terceira coisa a se fazer é utilizar de nossas redes sociais, pois no mundo que vivemos, na Era Digital, gostamos de usar a internet para absolutamente tudo, já que ela facilitou muito as coisas que fazemos

diariamente. E utilizando também a nosso favor o fato de que as pessoas, principalmente jovens, passam a maior parte de seus dias envoltos no celular, fazemos desse recurso nossa forma de influência, podendo mobilizar, por exemplo, toda uma cidade em questão de dias, utilizando somente as redes sociais e internet, criando, assim, hashtags e páginas direcionadas a este assunto. Elaboramos uma banda desenhada para a divulgação nas redes sociais:



Outra coisa a se fazer é a cobrança de nossa parte aos governantes. Nós certas vezes deixamos a desejar ao não cobrar nossos direitos e a execução correta das leis em nossa cidade/estado/país. Afinal, tais leis foram feitas para estabelecerem uma ordem, pelo que é nossa obrigação como cidadão cobrarmos uma boa execução das leis e do estado para cumpri-las corretamente. Listamos aqui dois bons exemplos de leis que tocam a questão das queimadas. **Em nível federal a Lei n 9.605/1998, no artigo de número 54, afirma no seu artigo 54 que é crime ambiental causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.** Já na instância do local, o Código de Posturas do Município de Aparecida de Goiânia (Lei Municipal nº. 792/1988) no artigo 10, trata

especificamente das queimadas, quando diz que: para preservar a higiene dos passeios e logradouros públicos é proibido, entre outras coisas, queimar, mesmo que seja nos próprios quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança.

Essas foram algumas ideias de como podemos colaborar para solução dos problemas em relação às queimadas. Acreditamos que utilizando ações e pensamentos podemos solucionar muitos de nossos problemas atuais. Basta nos unir, querermos e termos força de vontade para cuidar do que é nosso, o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, sabemos que as queimadas propositais são uma prática que só tem a deteriorar cada vez mais o nosso bem-estar, alterando o ecossistema natural, nossa saúde, solo, clima e até mesmo as temperaturas do planeta.

Em virtude de nossa preocupação com todos esses fatores, decidimos fazer esse trabalho a fim de contribuir com a nossa sociedade, pois se não cuidarmos do que é nosso quem cuidará?

Acreditamos que por meio desse projeto do Nós Propomos! Goiás, vamos conseguir divulgar nossas ideias e transformar os pensamentos das pessoas à nossa volta, pois como já foi dito antes, esse é um grave problema, porém, ele tem solução, basta querermos começar a contribuir e propagar as mesmas, pois através de pequenos gestos e atitudes, grandes atos podem ser gerados.

A nossa maior preocupação é com as vidas que ainda estão por vir, pois a cada queimada que ocorre, por menor que seja, toda uma fauna e flora pode ser desestruturada e o ar que respiramos, já não será mais o mesmo que o de 100 anos atrás, pois a poluição como, por exemplo, através das queimas, contribuíram para que ele se deteriorasse, e a cada dia que passa sem que façamos algo sobre isso, estamos atribuindo uma menor qualidade de vida para as futuras gerações.

Dessa maneira, concluímos que através de nossas propostas, iremos contribuir de alguma forma para um melhor futuro e qualidade de vida a todas as novas gerações. Portanto, compreendemos que precisamos nos unir para que esses bons hábitos possam ser passados de geração em geração, para que a conscientização não fique somente em um pequeno grupo ou simplesmente em ideias no papel, mas que seja transformada em ações.

TESTEMUNHOS



Baldios em Santo António

O que é que um terreno abandonado junto a uma escola, um campo de futebol em mau estado e um espaço verde degradado têm em comum?

No âmbito do projeto Nós Propomos! que nos foi dado a conhecer através da disciplina de Geografia C, lecionada pelo professor Luís Teixeira, a turma do 12ºC, do Agrupamento de Escolas de Santo António, do Barreiro, decidiu abraçar este desafio.

A turma foi dividida em três grupos e rapidamente surgiram três projetos.

Ambos os projetos têm como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida na freguesia de Santo António e o reaproveitamento de espaços degradados.

Depois de termos saído para o terreno e realizado inquéritos a várias pessoas residentes e não residentes na área destacada, Nós Propomos! que o terreno abandonado junto à escola dê lugar a um espaço de lazer, o campo de futebol seja melhorado bem como o edifício de apoio reabilitado e que o espaço verde degradado volte a ter condições para que as pessoas possam usufruir dele da melhor maneira.

Brevemente, iremos apresentar as nossas propostas à Câmara Municipal do Barreiro com a expectativa de receber uma resposta positiva porque Santo António merece!

Turma 12ºC

Agrupamento de Escolas de Santo António, Barreiro

Dispersão dos turistas no grande Arco de Lisboa

No início deste ano letivo, foi-nos proposto pela professora Margarida Abreu, no âmbito da disciplina de Geografia, o desafio de participarmos no projeto do IGOT-UL, “Nós Propomos!”. Este projeto tem como objetivo desenvolver uma solução para um problema atual da nossa sociedade. Inicialmente discutimos problemas relativos à cidade de Lisboa e às respetivas tentativas de solução. Após alguma discussão, chegamos ao problema que achamos mais pertinente resolver: a grande aglomeração de turistas nos pontos turísticos mais frequentados de Lisboa, o que leva, em muitos casos, à sobrelotação e degradação dos espaços, perturbando, por vezes, quem é residente e mesmo quem circula de passagem por esses lugares.

Com o intuito de atenuar este problema surgiu-nos a ideia de criar uma aplicação de telemóvel que forneça pontos turísticos e as respetivas informações (horários, história do local a visitar, entre outros) dependendo das preferências do utilizador, abrangendo o grande arco de Lisboa. Deste modo, com esta aplicação, conseguiremos proporcionar um maior desenvolvimento das áreas do grande arco de Lisboa (incluindo concelhos como os de Mafra, Sesimbra, Palmela,...), que têm muito potencial em termos de recursos turísticos e económicos para serem exploradas. Ao mesmo tempo, a possibilidade de outras áreas a visitar na Área Metropolitana de Lisboa, dispersa os grupos turísticos, contribuindo, assim, para a não concentração excessiva sempre destes nos mesmos locais da cidade de Lisboa, como o Terreiro do Paço, Baixa-Chiado, entre outros.

Entretanto, de forma a potencializar o nosso projeto, entrámos em contacto com o Turismo de Portugal e agendamos uma reunião com o Dr. João Portugal. Nesta reunião foi-nos dado documentos e informações que estão a contribuir para aprimorarmos o nosso projeto.

Esperamos assim, desenvolver muitas das nossas capacidades em trabalho de equipa e que possamos fazer algo melhor pela nossa cidade e arredores.

Vasco Rodam, Diogo Henriques, Diogo Sá Gomes, António Pires
Externato Marista de Lisboa

As Vendas

Há uns dias atrás, fui com o meu grupo do “Projeto Nós Propomos!” fazer os inquéritos para o nosso trabalho sobre a requalificação da antiga estação ferroviária do Barreiro. Chegámos ao local por volta das 9h30, prontos para fazer os inquéritos. Dividimos os exemplares por nós os cinco, fizemos dois pares, e lá fomos tentar falar com as pessoas que iam apanhar o barco para Lisboa.

De início foi difícil “conquistar” as pessoas para elas nos responderem. Foi um grande desafio! Algumas até foram antipáticas, pois estavam com muita pressa, mas outras foram, pelo contrário, muito prestáveis e queriam saber mais sobre o nosso projeto.

Andámos muito de um lado para o outro... Fomos à estação ferroviária, ao terminal dos barcos, às paragens dos autocarros, a pastelarias e papelarias, ao Pingo Doce e até fomos a um centro de saúde perguntar se podíamos fazer os inquéritos aos utentes que estavam à espera de ter consultas. E conseguimos cumprir os nossos objetivos!

O momento mais engraçado que presenciei foi quando um membro do meu grupo perguntou a um senhor, que estava de passagem, se queria responder ao inquérito e ele disse-lhe: “Não estou interessado, mas boa sorte com as suas vendas!”

Gostei muito desta experiência, foi divertida e diferente. Também quero pedir desculpa a todas as pessoas que já me quiseram fazer inquéritos e eu não deixei. Não sabia o trabalho que isto dava e, de agora em diante, todas elas terão o meu respeito, bem como as minhas respostas.

Joana Lucas

11ºD, Escola Secundária de Casquilhos, Barreiro

Testemunho

Procurar problemas na nossa localidade e apresentar soluções para os mesmos. Era este o desafio colocado no início do ano letivo de 2014-2015 a uma turma de alunos de Geografia A de 11º ano, demasiado preocupados com as suas vidas, com os exames e com o futuro. Foi então que o Projeto “Nós Propomos!” entrou nas suas vidas e lhes trouxe o apelo da cidadania ativa. O resto é história e eu tenho todo o orgulho de ter feito parte dela.

Particpei dois anos no Projeto e posso afirmar com toda a certeza que mudou a minha vida, moldou o meu futuro e mostrou-me o tipo de cidadão que pretendo ser. Permitiu-me olhar para a Vila que me viu crescer, a Sertã, procurar os problemas que lá existiam, investigar a sua história, questionar a população e encontrar soluções que satisfizessem tanto a vontade da população como a vontade política e a rentabilidade económica. Isso é cidadania ativa. Um bom cidadão não se fica apenas pelo levantamento de problemas, mas sim também pela apresentação de possíveis soluções. Durante dois anos, debrucei-me sobre o abandono de infraestruturas com grande potencial turístico e sobre a reabilitação do Centro de Saúde local, sendo que para tal investiguei, entrevistei, questionei, critiquei, aprendi e, acima de tudo, cresci. Mostrou-me que o serviço à população era algo pelo qual me interessava, motivo esse que me levou a ingressar em Ciência Política e Relações Internacionais quando iniciei o Ensino Superior, em Lisboa.

Em dezembro de 2015, fui um dos felizes contemplados com uma viagem a Bruxelas, que mudou para sempre o meu futuro. Durante a visita ao Parlamento Europeu, apaixonei-me pelo projeto europeu. Hoje, estudante de Mestrado em Estudos Europeus, posso afirmar que não estaria onde estou sem o Projeto “Nós Propomos!” porque fez de mim o aluno que sou e o cidadão que pretendo continuar a ser.

O Projeto significa muito mais que trabalho de campo, mostra o quão importante, dinâmica e de contacto pode ser a Geografia na educação e na formação académica dos jovens. É a prova que as gerações mais novas se preocupam com a sua terra, com o seu futuro. No entanto, nada disto teria sido possível sem o grande empenho de duas pessoas: a nível nacional, o Professor Sérgio Claudino, criador do projeto, que nos cativou desde o primeiro dia com o seu entusiasmo; a nível local, a Professora Ilda Bicacro que nos apoiou sempre e sem ela o Projeto Nós Propomos! Sertã não existiria, nem teria os resultados que tem apresentado, graças à sua dedicação aos alunos e acompanhamento permanente. Aos dois deixo o maior agradecimento e louvor. Um grande bem-haja ao Professor Sérgio e à Professora Ilda. Viva a Geografia! Muito Obrigado ao Projeto “Nós Propomos!”

João Carlos Nunes

21 anos

Mestrando em Estudos Europeus na Universidade Nova de Lisboa

Largo de São Bartolomeu

No início do ano letivo, a professora de Geografia A, desafiou-nos a participar no projeto “Nós Propomos!”, coordenado pelo IGOT da Universidade de Lisboa, com o objetivo de identificar problemas locais e apresentar as respetivas propostas de resolução, numa perspetiva de educação global e integrada, no âmbito da Flexibilidade Curricular. Aceitámos com algumas reservas, uma vez que nos encontramos num ciclo de ensino exigente, face à importância dos exames nacionais no nosso futuro. Mas pareceu-nos um projeto inovador e uma forma de aprender diferente e motivadora.

Optámos por escolher um problema da vila/freguesia de Silgueiros, onde todos os elementos do grupo residem, concretamente um largo/recinto de grande importância histórica – Largo de São Bartolomeu – associado à realização de uma feira mensal e anual, sobejamente conhecida no município, onde as obras foram suspensas há mais de 2 anos e o espaço inviabilizado. Esta situação tem gerado muitos constrangimentos à população e é, de facto, um entrave ao desenvolvimento da vila a nível social, cultural e económico.

Numa primeira fase, realizámos inquéritos com o intuito de saber a opinião da população, superando todas as nossas expectativas, uma vez que obtivemos uma adesão significativa da população local. Preencheram o inquérito, apontaram responsáveis, apresentaram soluções e ficaram entusiasmados por se debater o problema. Mesmo que não alcancemos o nosso objetivo de dar continuidade às obras, alertámos para as consequências que daí provêm e mobilizámos a população local. Com base na informação recolhida nos inquéritos, iremos questionar as entidades responsáveis (Presidente da Junta da Freguesia de Silgueiros e da Câmara Municipal de Viseu) de modo a obtermos um esclarecimento mais concreto acerca das falhas que impediram e impedem a continuação e conclusão das obras.

A elaboração do projeto está a conceder-nos uma relação de maior proximidade com a população local, permitindo-nos compreender a sua vontade, os seus sentimentos e os seus desagrados. Desta forma, pretendemos entender e percecionar as falhas e potencialidades do processo de ordenamento do território a nível local.

Até ao momento foi um processo regozijante. Sentimos que, nós jovens, temos um papel dinamizante no projeto e um impacto útil na sociedade, sendo também um progresso para a melhoria do futuro da nossa geração.

Ana Xavier, Inês Almeida, Marina Rodrigues,
Escola Secundária Emídio Navarro, Silgueiros, Viseu

Liberdade para Brincar

Foi com enorme entusiasmo que aceitámos o desafio que nos foi proposto pelo IGOT-UL no início deste ano letivo: criar a solução para um problema no nosso concelho de residência.

Em conjunto com a professora Dora Afonso, desenvolvemos algumas aulas de *brainstorming* que deram origem a uma ideia incrível (ou problema, dependendo do ponto de vista). Passamos a explicar. Qual a imagem que surge na vossa mente quando se fala em parques infantis? Um pequeno espaço com um escorrega, uma ponte, um ponto alto com um telhado e baloiços, muitas vezes sem crianças? Pois bem, nós queremos pôr fim a esta imagem desoladora que todos temos. Porque é que um espaço que devia transmitir uma aura jovial de diversão não é capaz de o fazer?

Ao longo do nosso percurso investigativo descobrimos que a raiz do problema se encontra no próprio design e conceito destas infraestruturas infantis. Pretendemos solucioná-lo tendo como métodos de apoio e fundamento os estudos realizados sobre os *adventure playgrounds* e os próprios exemplos dos países que os adotaram como modelo, após lidarem com um dilema igual ou semelhante ao nosso. Estamos, neste momento, a dar o nosso máximo para que este projeto avance, fornecendo, assim, uma inovadora visão sobre estes espaços arquitetónicos que não recebem a atenção que merecem há demasiado tempo.

Beatriz Pereira, Emília Boieiro, João Filipe, Roberto Pinto e Verónica Martins
Escola Secundária de Alcochete

Requalificação do Mercado de São Domingos de Benfica

No âmbito da disciplina de Geografia foi nos proposto pelo IGOT-UL e pelas Professoras Vanda Nunes e Margarida Abreu a realização de um trabalho projeto que visa propor uma solução para um problema na cidade/freguesia onde estudamos. Após a troca de ideias, o nosso grupo decidiu desenvolver um projeto que consiste na requalificação do Mercado de São Domingos de Benfica, há muito já encerrado e abandonado.

O Mercado de São Domingos de Benfica localiza-se num bairro muito envelhecido em termos de população e com grandes dificuldades de estacionamento. Dadas as novas ofertas comerciais na área envolvente, o mercado foi perdendo a sua importância e deixou de ser utilizado, levando assim ao seu encerramento.

Por ser um edifício num bairro residencial, a sua requalificação irá melhorá-lo, tornando num espaço multiusos de que a população pode usufruir e melhorar a sua qualidade de vida no acesso a certos bens e serviços.

Apesar de ainda estarmos na fase de realização de inquéritos online e também na rua aos residentes de São Domingos de Benfica, para podermos apurar as preferências dos seus moradores sobre o destino a dar ao Mercado, somos da opinião de que neste espaço deve ser mantida a função comercial, mas desenvolvida em interligação com serviços da administração pública, por exemplo, de forma de que a população de diversas idades possa usufruir deste espaço.

Ana Cordeiro, Estefânia Castro, Luís Domingos, Mariana Pinheiro (11º3), Ana Pereira, Inês Caçado,
Maria Antunes(10º2)
Externato Marista de Lisboa

Mercado Solidário na freguesia de Santa Maria Maior, Mouraria

No âmbito do Projecto "Nós Propomos!", na disciplina de Geografia A, sob orientação da professora Margarida Abreu, decidimos propor a criação de um Mercado Solidário na Mouraria.

Ao longo da pesquisa que realizámos apercebemo-nos de um problema social bastante presente na nossa área, tendo formulado a seguinte questão/ problema: Como satisfazer uma necessidade básica a pessoas carenciadas e com falta de acesso à alimentação, na freguesia da Mouraria?

Desta forma pretendemos participar na reabilitação de pessoas sem-abrigo, toxicodependentes ou com dificuldades financeiras graves, residentes no bairro da Mouraria, através da criação de um Mercado Solidário do qual possam usufruir de forma espontânea, confiável e acessível a alimentos ou refeições prontas, sob a gestão de uma rede de voluntariado administrada por uma aplicação criada por nós.

Para este projeto, contaremos com o apoio da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, onde temos o auxílio do mediador comunitário da associação *GAT_in Mouraria* e outras instituições que futuramente se disponibilizem.

Desde o início do projeto já entrámos em contacto com o mediador comunitário do bairro da Mouraria que nos encaminhou para o GAT. Entretanto, já entrámos em contacto com o GAT através da Joana (enfermeira pertencente ao GAT) que nos deu um ótimo feedback. Foi também importante entrar em contacto com a associação "Renovar a Mouraria" que se mostrou interessada no projeto e que apresentou disponibilidade para auxiliar na renovação do espaço que encontrarmos na área da Mouraria. Temos também outros contactos cedidos pela Junta de Freguesia que iremos contactar brevemente.

Temos também dois inquéritos preparados para realizar, um deles está atualmente online para os voluntários e o outro um inquérito de rua que foi realizado no dia 12 de fevereiro.

Relativamente aos inquéritos de rua, tivemos bastantes dificuldades, visto que a maior parte das pessoas não se sente confortável para responder a determinadas perguntas sobre a sua situação financeira e o ambiente social envolvente. Ainda assim, conseguimos obter algumas respostas.

Finalmente, na realização destes inquéritos visitámos a área da Mouraria onde nos foi dado um enquadramento sociodemográfico, cultural e histórico da região por parte do Mediador Comunitário. Assim, o nosso objetivo neste momento é encontrar um espaço físico na freguesia da Mouraria onde possamos desenvolver o nosso projeto e ajudar as pessoas necessitadas na área.

Inês Monteiro, Margarida Guerreiro, Matilde Santos, Pedro Pereira, 11º2

Externato Marista de Lisboa

O Nós Propomos! faz-nos crescer...

Ao longo do ensino secundário, cada um de nós cria o seu caminho. Não escolhemos os conteúdos que queremos aprender, é certo, mas podemos sim, decidir a que competências dar maior importância e, claro, ir além do currículo. Foi isso que fiz. Escolhi não me limitar a aprender história, geografia e português, mas a adquirir um conjunto de saberes que me elevassem a outro nível. O “Nós Propomos!” foi um dos projetos a que dediquei muito do meu tempo e, agora que chego ao ensino superior, reconheço a importância da minha participação. Neste projeto, aprendi a identificar problemas e encontrar soluções, aprendi a planificar ações e a escolher uma metodologia e aprendi ainda a utilizar diferentes meios para transmitir a minha mensagem. Mas o projeto não nos dá apenas estes conhecimentos práticos: com o projeto os alunos adquirem o sentimento de cidadãos pertencentes a uma comunidade, ganham relação com o meio e valorizam o património humano, cultural e edificado.

Ao longo de três anos de ensino secundário, participei de inúmeras formas no projeto. Uma das modalidades foi através da apresentação de três propostas relacionadas, no primeiro ano com a requalificação de um espaço ribeirinho próximo da vila da Sertã, no segundo ano com a participação das comunidades na atuação em caso de incêndio florestal e no terceiro ano com a mobilidade sustentável na vila sertaginense. A elaboração das propostas terminava sempre com a apresentação das mesmas à comunidade pelo que estes momentos foram, também, espaços de obtenção de conhecimento. Para além disto, acompanhei a visita de alunos e professores de licenciatura, mestrado e doutoramento da área da geografia à Sertã, no âmbito da divulgação do mesmo projeto. Participei no I Congresso Ibero-americano do “Nós Propomos!” que decorreu no IGOT e que, para além do espaço de debate e partilha de conhecimentos, nos levou a conhecer algumas cidades e regiões de Portugal, numa visita de estudo de quatro dias. Por último, tivemos oportunidade de realizar um intercâmbio com duas escolas da ilha de São Miguel, nos Açores, ganhando a oportunidade de visitar a ilha, mas também de dar a conhecer o território sertaginense aos colegas da ilha de S. Miguel e da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Quando penso no “Nós Propomos!” sinto que cresci imenso. Sinto que cresci com cada aula, com cada saída de campo, com cada apresentação, com cada atividade. Ganhei facilidade em falar em público, senti-me mais sertaginense e sobretudo sinto-me mais apto para trabalhar em equipa, com as novas tecnologias e de forma planificada!

O “Nós Propomos!” cria cidadãos irreverentes, ágeis e geográficos, mas, sobretudo, preparados para um mundo em mudança!

Bruno Lopes,
Ex-aluno Escola Secundária da Sertã

O QUE NÓS ACHAMOS...

O projeto “Nós Propomos!” permitiu-nos mobilizar os conhecimentos adquiridos sobre a gestão e ordenamento do território na nossa cidade (Viseu) e contactar diretamente com a realidade social, proporcionando-nos o desenvolvimento de competências académicas e até profissionais, de uma forma dinâmica.

Na nossa opinião, este projeto é de máxima importância pelo facto de conseguirmos avaliar e analisar a disciplina de Geografia A numa outra perspetiva, muito mais cativante e rentável.

No que diz respeito à nossa experiência em trabalho de campo, na aplicação do inquérito de rua, é conveniente salientar que foi uma experiência única com a qual nunca tínhamos tido contacto e que não esperávamos vir a ter. Também pela nossa visita à ciclovia (antigo troço ferroviário) ficámos a conhecer outras características culturais e históricas de Viseu, por vezes, pouco conhecidas e divulgadas.

Concluindo, a nossa participação neste projeto inovador irá contribuir positivamente, tanto para a nossa cidade e sua população residente, como também para complementar o nosso intelecto acerca do meio que nos rodeia. Por isso, pretendemos com a elaboração deste trabalho, corresponder às expectativas associadas ao projeto a nível de inovação, empreendedorismo e reforço de uma efetiva cidadania territorial local.



Fátima Almeida, Diogo Martins, Patrícia Pinto, Rodrigo Correia

Escola Secundária Emídio Navarro, Viseu

Construção de um Parklet

No início deste ano letivo e no âmbito da disciplina de Geografia, foi-nos apresentado por parte da professora Margarida Abreu e do IGOT-UL um projeto no qual teríamos de procurar solucionar um problema quotidiano identificado por nós e na nossa cidade.

Após descartamos algumas ideias iniciais, foi-nos apresentada e devidamente explicada a noção de “Parklet”. Parklet é a designação que se dá a um espaço que integra mobília urbana em conjunto com espaços verdes, cujo principal propósito é servir a população como local de lazer, geralmente de dimensões reduzidas. Visto que todos os membros do grupo andam de transporte público, não podemos de deixar de identificar que muitas paragens de autocarro poderiam beneficiar de tais espaços, se apresentassem condições para tal, saindo beneficiado o cidadão que usufrui deste tipo de transporte, pois usufruiria de um espaço agradável para esperar pelo autocarro, tal como a população residente ou que trabalha na área.

Daí surge a nossa ideia de criar um Parklet no terreno descampado junto das Torres de Lisboa e da ponte da Galp. Não só existe uma paragem de autocarro aí, como serviria também como um espaço colado às Torres e que os trabalhadores poderiam usufruir para almoçar e conviver. Fazer também notar que a paragem em questão é um ponto de convergência de várias linhas de autocarros, o que faz com que o banco existente para a espera do transporte seja muito reduzido em comparação com o número de pessoas que normalmente lá se encontra.

No âmbito deste projeto, procedemos à realização de um inquérito à população que frequentava os espaços acima mencionados e estamos em processo de tratamento de dados. No futuro, esperamos ainda falar com o representante da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica para perceber como é que este projeto pode ser realizado e se podemos avançar com o mesmo.

João Meireles, Leonor Gomes, Miguel Sopas e Hugo Barata

Externato Marista de Lisboa

Estacionamentos e Mobilidade Urbana

Como alunos do Liceu Passos Manuel e participantes do projeto "Nós Propomos!", pensámos em possíveis propostas tendo em vista o município de Lisboa, mais precisamente a Freguesia da Misericórdia, e após um diálogo entre os elementos do grupo apontando possíveis temas para serem abordados no projeto, concluímos que a falta de estacionamento da área é uma problemática e, como tal, este projeto será desenvolvido visando uma solução para este problema.

Apresentamos a nossa intenção sobre o projeto ao professor Paulo Fernando Ribeiro de Sousa e fomos recebidos com o beneplácito do mesmo e, sendo assim, poderíamos começar a desenvolver a proposta. Priorizando o embasamento do nosso projeto, procuramos conhecer melhor o problema para pensar numa solução, por meio de pesquisas e inquéritos com perguntas fugazes conseguimos um lauto repertório de informações.

Chegámos à conclusão de que os estacionamentos são os novos vilões da mobilidade urbana, pois quanto mais espaços se cria para os automóveis, mais automóveis aparecem para ocupá-los. Essa constatação é facilmente percebida em Lisboa/Misericórdia: os estacionamentos ocupam espaços valiosos da cidade e suas vias, afetando de forma negativa o planeamento urbano, com a agravante de que a capacidade de criar vagas não aumenta no mesmo ritmo que novos automóveis chegam às ruas de Lisboa, sendo um catalisador dos problemas da mobilidade urbana, como o excesso de automóveis nas ruas, congestionamentos, índices perigosos de poluição do ar e horas perdidas à procura de um lugar para estacionar.

A realidade em Lisboa é horrípila quando se trata de estacionamento. O corolário da falta de estacionamentos é um conjunto de problemas da mobilidade urbana e graças aos inquéritos realizados conseguimos perceber que a solução é mais complicada do que pensávamos. Muitas das respostas demonstraram a necessidade de mais estacionamentos ou do incremento dos transportes públicos, o que deixou o nosso grupo dividido em relação à escolha de uma solução, tornando este processo de desenvolvimento da proposta ainda mais cunatatório.

Ludgero Santos, Leslie Gama, Hélder Xavier, Rúben Silva, 11° C

Escola Secundária Passos Manuel

Mobilidade Sustentável – Construção de uma ciclovia na Freguesia de São Domingos de Benfica

Em setembro de 2019, no âmbito da disciplina de Geografia A, foi-nos proposta a participação no projeto Nós Propomos! dinamizado pelo IGOT-UL e pelas professoras Margarida Abreu e Vanda Nunes. Este consiste em encontrar uma solução para um problema existente no meio local envolvente à nossa escola e à área de residência de alguns membros do grupo.

Após uma longa discussão sobre o problema no qual nos iríamos focar, o nosso grupo decidiu desenvolver um projeto sobre a mobilidade sustentável com o intuito de construir uma ciclovia de ligação entre Telheiras e São Domingos de Benfica. Deste modo, iríamos promover o uso de transportes benéficos para o ambiente, como, por exemplo, a bicicleta ou a trotinete elétrica, com o objetivo de diminuir o tráfego, as emissões de CO² e de promover uma maior atividade física.

Antes de iniciarmos qualquer pesquisa ou trabalho de campo, decidimos contactar a Câmara de Lisboa, a qual nos reencaminhou para o Departamento da Mobilidade. Após algumas tentativas de contactar com o Departamento da Mobilidade, incluindo chamadas telefónicas e emails, conseguimos então obter contacto com as técnicas especialistas no assunto, tendo a sorte de as mesmas terem ido ao Externato Marista de Lisboa para fazerem uma apresentação e ajudarem os alunos com as suas diversas questões. Com este encontro conseguimos adquirir toda a informação necessária à realização do nosso projeto.

Após reunirmos toda a informação de que necessitávamos, procedemos ao desenvolvimento de um inquérito online, no qual obtivemos cerca de 270 respostas. Mais tarde, realizámos também o mesmo inquérito na área de São Domingos de Benfica e Telheiras, no qual não obtivemos muitas respostas, pois a maior parte da população recusou-se a responder.

Em suma, com o desenvolvimento deste projeto temos como objetivo ajudar o ambiente, reduzindo a poluição do ar e melhorar a vida e saúde da população, tornando-a mais ativa.

Carlota Rei, Catarina Santos, Joana Veloso, Rita Zabumba, Rodrigo Nascimento, Eddy Afonso
Externato Marista de Lisboa

Os jovens e a oferta cultural em Rebordosa

Qual o problema que existe na tua comunidade?

Em Rebordosa, uma cidade do concelho de Paredes, faltam atividades direcionadas aos jovens e à cultura. Por esta razão, um grupo de alunos do ensino secundário da Escola Básica e Secundária de Vilela, naturais da cidade, decidiram inscrever-se no projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica”, promovido pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, de forma a estudarem este problema.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, Paredes é um dos concelhos mais jovens do país e, por esta razão, os proponentes consideram que também deveria ser um dos que mais atividades propusesse para esta faixa etária. Contrariamente àquilo que, segundo o interesse público, seria o ideal, os eventos (culturais) na freguesia de Rebordosa são escassos e pouco diversificados.

Na opinião destes alunos, a cultura, não só exerce um papel fundamental no crescimento dos cidadãos, como desenvolve e valoriza os espaços onde aqueles vivem. Por isso, na sua proposta, visam a criação de mais eventos para a sua localidade, aproveitando os recursos humanos e físicos da região como, por exemplo, edifícios já existentes que poderão ser requalificados como espaços culturais e de encontro.

Esta iniciativa foi, também, articulada com a ação internacional *eTwinning*, no projeto “*Civic action in the community*”. Até ao momento, sob o olhar atento do professor de Geografia, os alunos já procederam ao lançamento *online* de um inquérito por questionário, divulgado nas redes sociais. Através das 120 respostas que obtiveram, conseguiram provar que este problema é, realmente, sentido por toda a comunidade.

Numa próxima fase, o projeto será apresentado à autarquia e espera-se que novas medidas sejam tomadas.

Ariana Moreira (pelo grupo com o tema “Os jovens e a oferta cultural em Rebordosa”)

Escola Básica e Secundária de Vilela, Rebordosa

Lenine, o Artista

Eu e o meu grupo de trabalho estamos a participar no projeto “Nós Propomos!”, com o tema “Requalificação da ponte pedonal e da antiga linha férrea da Recosta”.

Quando estava a fazer os inquéritos, tive vários momentos divertidos e surpreendentes e até alguns maus momentos. Mas aquele que vou relatar, foi um momento que eu considerei extremamente interessante.

Estava perto do Pingo Doce da Recosta e resolvi abordar dois idosos, para lhes perguntar se tencionavam responder ao inquérito. Os dois senhores disseram que já tinham respondido a um inquérito de outro grupo, mas que sim, podiam responder ao meu também.

No decorrer do inquérito, à medida que fui fazendo as perguntas, os dois senhores desconversaram várias vezes e iniciaram conversas paralelas entre si, como se eu nem estivesse ali. Lá pelo meio, um dos homens chama o outro pelo nome de Lenine, o que me pareceu muito engraçado, devido a eu ser um admirador de política e história.

Continuei a fazer o inquérito e, a cada pergunta, os dois inquiridos iniciavam um novo debate entre eles. Passados uns longos quinze minutos, acabei o inquérito e o indivíduo que não chegou a identificar-se dirigiu-se ao Lenine para lhe dizer que já deixara de ser militante de um determinado partido político, ao que Lenine, enervado, pergunta-lhe o porquê e opina que era inaceitável o que o amigo tinha feito. Continuaram a debater o assunto, mas, de novo, acabaram a rir um para o outro.

Quando já me ia embora, depois de lhes agradecer, o amigo do Lenine disse-me que ele é um artista muito conhecido do Barreiro, por fazer modelos de embarcações típicas do Tejo, informação que eu desconhecia totalmente. Nesse momento, Lenine começou a dar-me várias informações sobre locais históricos do Barreiro, o que foi muito interessante de ouvir, embora eu começasse, no final, a ficar um tanto ou quanto desgastado com tantas conversas que ouvira durante a realização do inquérito.

Resumindo, achei esta situação muito curiosa. Fazer inquéritos na rua traz-nos experiências que vamos relembrar durante vários anos, enriquecendo-nos bastante.

O “Nós Propomos!” é, em si, uma grande experiência para a minha vida futura!

Duarte Bernardo 11ºD

Escola Secundária de Casquilhos, Barreiro

Fazer Acontecer!

Após a minha análise sobre o dia em que fizemos os inquéritos à população, conclui que foi um dia em que me diverti e, simultaneamente, trabalhei.

A maior dificuldade que experienciei foi a de encontrar pessoas dispostas a responder e com tempo, pois a maioria das com quem me deparei não se dispuseram a isso, por estarem com muita pressa. Sempre a pressa, que não nos deixa parar para agirmos!

O que mais me orgulhou nesse dia foi o facto de as pessoas a quem consegui fazer as perguntas estarem bastante seguras das suas respostas, mostrando interesse e clareza quanto à necessidade da reabilitação da Quinta da Várzea, localizada no Lavradio. As pessoas falaram da importância dos poços, muros, lagar, vinha, etc., existentes na quinta.

De todas as pessoas que inquiri, a que mais se destacou, do meu ponto de vista, foi uma senhora que ainda vive na quinta, com quem acabei por conversar muito para além das questões do inquérito.

A senhora como vive na quinta há mais de cinquenta anos, sabia muitos pormenores acerca do lugar e, por isso, acabei por lhe fazer mais perguntas sobre a história da quinta. As suas respostas cativaram-me e tornaram-me ainda mais ambicioso quanto ao objetivo de restaurar a quinta, pois percebi quão bonita ela era e bem tratada estava no passado, com as suas áreas de cultivo, os pomares, a vinha típica da zona, os painéis de azulejos, os tanques de água e um repuxo, etc.

No âmbito do projeto “Nós Propomos!” formou-se um grupo de trabalho que, como acontece em todos os grupos, é marcado por dinâmicas e pontos de vista diferentes. Mas eu fiquei mais convicto do meu: o histórico-cultural, pois sinto a necessidade de contribuir para a reabilitação da Quinta da Várzea, que chama pela nossa ajuda para a preservarmos e impedir a sua contínua degradação.

Não queremos perder um dos poucos espaços históricos do Lavradio que ainda existem. Estou deseioso de concretizar este projeto, pois, se assim for, estarei a contribuir para legar às gerações vindouras um conhecimento mais aprofundado do meio local e um espaço pedagógico.

O que é preciso é fazer acontecer!... Sem pressas.

Rodrigo Mendonça 11ºD

Escola Secundária de Casquilhos - Barreiro

Uma ação conjunta para um benefício a vários níveis

As autarquias valorizam cada vez mais a opinião dos mais jovens. Mas porquê? Porque a juventude promove um ponto de vista “mais fresco” e não corrompido por preconceitos políticos. Por intuição, todos conseguimos entender que os jovens de hoje são os adultos de amanhã. Nós estamos a aprender a fazer parte de uma comunidade e, por sua vez, as comunidades aprendem a aceitar os jovens, os seus ideais, crenças e formas de trabalhar. Além disso, projetos escolares como o “Nós Propomos!” têm influência na vida dos jovens, dos seus pais e dos seus avós.

Na nossa opinião, no “Nós Propomos!” é incentivada a preocupação com o bem-estar da população que nos rodeia e o zelo pela comunidade. Através da identificação de problemas na nossa sociedade e a apresentação de propostas para a sua resolução, é promovido o espírito crítico nos mais novos, consciencializam-nos de que somos cidadãos com influência social, económica e política no nosso concelho e no nosso país.

Há um grupo de trabalho que tem a oportunidade de se fazer ouvir em relação à antiga Estação Ferroviária do Barreiro, estação essa que, em tempos, foi muito importante não só para a nossa cidade, como para todo o país, porque unia o Norte e o Sul deste pedaço de terra à beira-mar plantado. Hoje, encontra-se abandonada e o “Nós Propomos!”, assim como os adultos que acreditam em nós, dão-nos a oportunidade de lhe dar outro uso, de melhorarmos este espaço, a nossa localidade e, conseqüentemente, a vida dos barreirenses e de todos aqueles que nos visitam. O desenvolvimento deste trabalho deu-nos uma perspetiva mais ampla sobre os problemas que o Barreiro enfrenta, nomeadamente, as suas infraestruturas abandonadas e deixadas a cair, mas também nos fez ver que podemos fazer algo para prevenir e remediar essas situações.

Esse tipo de ação também está a ser desenvolvido na reabilitação da Quinta da Várzea, uma quinta no Lavradio que se encontra degradada e exposta à entrada de qualquer um. O nosso objetivo é reabilitá-la, pois é um espaço que remonta ao século XVIII, sendo um dos principais marcos históricos e culturais desta freguesia. Os seus habitantes já se encontram numa idade avançada e, como não possuem meios financeiros suficientes para fazer obras, precisam do nosso apoio para a criação de um espaço pedagógico que recupere de alguma forma a cultura antiga do Lavradio, ampliando o conhecimento dos jovens de hoje sobre a área onde vivem, legando assim um maior conhecimento do passado às gerações vindouras.

Um conjunto de discentes pretende, ainda, reabilitar a ponte pedonal da Recosta, assim como requalificar a zona da antiga linha férrea que se encontra por baixo dessa estrutura, limpando-a, colocando gradeamento, uma ciclovia e um parque infantil. Assim, zelamos pela segurança dos “camarros” e criamos áreas recreativas!

Em relação àqueles que estão a dedicar o seu tempo ao melhoramento da Piscina, apesar de

as pessoas inquiridas dizerem que este espaço deveria ser demolido para dar lugar a um novo, nós sentimos que, primeiro, se possível, devemos preservar e melhorar o que já existe. Nós deparámo-nos com fungos, bancadas degradadas e casas de banho em péssimas condições, mas achamos que deitar abaixo não é a solução! Há sempre a possibilidade de se renovar o espaço com tintas e outros materiais antifungos, de arranjar as bancadas e de refazer as casas de banho equipando-as com um sistema de aquecimento da água mais eficaz.

Alunos da nossa turma também sentiram que o projeto “Nós Propomos!” nos torna mais solidários, porque, aquando do desenvolvimento da revitalização da Praia Norte, nos deparámos com cabanas de pescadores bastante degradadas, pelo que despertou em nós a necessidade de ajudar!

Outra equipa também está a refletir sobre a requalificação de uma extensão da linha férrea para permitir a passagem pedonal, porque este local representa um perigo para a segurança de quem lá passa. Assim, alunos que nasceram maioritariamente no Barreiro e que têm orgulho da sua cidade, podem torná-la um lugar melhor. Requalificar áreas que fizeram parte da nossa infância é algo espetacular! E não acham que estas ações também ficam muito bem no nosso currículo?

Tendo em conta o que mencionámos anteriormente sobre os jovens serem os adultos de amanhã, pensamos que é necessário desenvolvermos mais projetos deste calibre. Assim, a influência dos jovens no bem-estar da sociedade só aumenta aos olhos dos “crescidos” e todos aqueles que podem mobilizar meios administrativos e financeiros para que possamos todos, sem exceção, ajudar. Obrigada “Nós Propomos!” por fazeres com que sejamos ouvidos!

Alunos da turma 11.ºD

Escola Secundária de Casquilhos - Barreiro

Requalificação da Estação Ferroviária de Santo Amaro de Oeiras

No âmbito do projeto “Nós Propomos!”, que nos foi proposto pelo IGOT-UL e pelas professoras de geografia do Externato Marista de Lisboa, Margarida Abreu e Vanda Nunes, de forma a propor uma solução que visa a resolução de um problema na cidade onde residimos; o nosso grupo propõe uma requalificação essencial à estação ferroviária de Santo Amaro de Oeiras.

O nosso grupo usufrui, frequentemente, dos serviços disponibilizados pela estação e a insegurança sentida aquando do seu uso, bem como a falta de meios de ocupação enquanto se espera por um comboio ou uma opinião geral de que a estação poderia ter um aspeto bastante mais agradável levou-nos à conclusão que seria lógico para nós colocar as ideias que tivemos para se dar esta requalificação, à disposição de autoridades com devido poder para as concretizar.

De forma a desenvolver o nosso projeto, procedemos à realização de inquéritos on-line e de rua, contactámos ainda o Doutor Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, com o qual temos uma reunião pendente, contactámos uma funcionária da Unidade de Inteligência Territorial que nos indicou que os assuntos da estação estão ao encargo da empresa Infraestruturas de Portugal. Com isto, decidimos então contactar esta empresa que nos deu a conhecer os planos para a estação que passará pela realização de um concurso, daí os contactos com a Câmara Municipal. Caso não seja privatizada, ou seja, caso a câmara queira remodelá-la, talvez possam possivelmente usar as nossas ideias para o fazer.

O nosso inquérito foi bastante incisivo e verificamos então as nossas suspeitas: entre as 80 pessoas que responderam aos nossos inquéritos, o comboio é o meio de transporte mais utilizado (cerca de 70%), sendo que metade dos inquiridos utiliza os transportes públicos habitualmente. Uma em cada dez pessoas afirma sentir-se totalmente insegura ao utilizar a estação de Santo Amaro de Oeiras e quase todos os inquiridos concordam com a intervenção de melhorias no edifício e no espaço envolvente da estação. A segurança e a limpeza são uma prioridade entre os utilizadores da estação, o que nos levou então à conclusão que a implantação de jardins suspensos em espaços próprios, a criação de espaço para bancas de vendas de produtos variados, espaços para “mini” exposições culturais e de salas de espera com esplanada seriam formas práticas e eficazes de requalificar a estação e torná-la mais apelativa.

Com isto conseguimos perceber que é, de facto, necessária a intervenção e a requalificação da estação ferroviária de Santo Amaro de Oeiras e sentimos então otimistas e confiantes com a utilidade e que estas são bastante factíveis, visto que é do interesse geral dos residentes de Oeiras e utilizadores da estação.

Afonso Dias Ferreira, Joana Duarte, Francisco Bagorro, Francisco Serras, Pedro Marim, Sílvia

Liu e Tomás Piçarra

Externato Marista de Lisboa

“LEVA-te à Descoberta”, criação de um *museu virtual* das levadas da Madeira

No início deste ano letivo, no âmbito da disciplina de Geografia, foi-nos proposto pelo IGOT-UL e pela Professora Cristina Duarte, a realização de um projeto de Estudo de Caso que visa apresentar uma solução para um problema detetado no espaço onde vivemos. Após o debate de algumas ideias e o preenchimento do inquérito “*Onde vivemos, as nossas preocupações*”, o grupo decidiu desenvolver um projeto que consiste na criação de um esboço de um *museu virtual* que tem por base alguns dos pontos turísticos da nossa ilha (destacando, o município), nomeadamente as levadas, candidatas a património cultural da UNESCO.

Decidimos que o nosso trabalho seria direcionado para a vertente turística, visto que, sendo a Madeira um destino turístico reconhecido nacional e internacionalmente pelas suas potencialidades e qualidades turísticas, reforçadas pelos galardões de renome atribuídos ao longo dos anos, achamos necessário apostar na valorização dos percursos pedestres por onde é possível descobrir beleza natural e estudar uma flora rica em espécies únicas no Mundo – Floresta Laurissilva (Património Mundial Natureza da Humanidade, UNESCO). Mas o acesso a esta riqueza natural faz-se muitas vezes através das LEVADAS.

As levadas são uma dessas atrações que por vezes requerem melhorias, tanto ao nível dos acessos, como da limpeza e das vedações, uma vez que têm sido frequente nos últimos anos derrocadas e vítimas mortais de turistas, não só pela falta de conhecimento acerca destes percursos, mas também pela falta de proteção/segurança. Assim, vemos este projeto como uma oportunidade para garantir a segurança de quem realiza estes percursos apelando ao voluntariado na limpeza destes caminhos e a conservação do património natural e cultural, essenciais para a continuidade deste “nicho” de turismo.

Procedemos de imediato à elaboração de um inquérito para todos as turmas da nossa escola participantes neste projeto. Assim que possível, avançamos para o tratamento dos dados.

Além disto, estamos a preparar a realização de uma ação de sensibilização para os alunos do 1º ciclo da Escola EB1/PE Engenheiro Luís Santos Costa, na qual iremos alertar para a conservação da biodiversidade - Floresta Laurissilva -, bem como para o património cultural - Levadas, passando por atividades como descobrir o percurso da água na Madeira. De igual modo irão aprender a valorizar a importância da água e perceber que afinal esta “não cai do céu”.

Concordámos também em realizar uma levada e, posteriormente, iremos introduzir no museu virtual

a identificação das levadas e dos seus percursos, em especial, as do no nosso município, nomeadamente, a duração da realização desta levada, a riqueza natural (fauna e flora) e a riqueza cultural, bem como alguns cuidados/boas práticas para o caminhante, entre outras informações relevantes para os pedestrianistas (visitantes ou residentes).

Após uma pesquisa que efetuámos, concluímos que a informação sobre as Levadas da Madeira encontra-se dispersa em vários sites e plataformas para o efeito. E, sendo estes monumentos candidatos a Património Mundial da UNESCO, faria todo o sentido homenagear os heróis anónimos que os construíram, e valorizá-los. Desta forma, o *museu virtual* faria todo o sentido.

Reiteramos o que o professor Raimundo Quintal afirmou “*A história e as monumentais obras de engenharia são razões fortes para a candidatura das Levadas da Madeira a Património Cultural da Humanidade.*” In, QUINTAL, Raimundo, LEVADAS DA MADEIRA Caminhos da Água, Caminhos de Descoberta da Natureza Raimundo, pág. 221 Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa

Leonor Martins, Esmeralda Nóbrega, Luna Gouveia,
Tatiana Mendonça e Guilherme Viveiros, 11^º5
Escola Básica e Secundária de Machico

E eu que pensava que os mais velhos não valorizavam os jovens...

Na minha opinião, a juventude intervir na sua comunidade é algo muito positivo, pois os mais jovens têm um olhar mais moderno e inovador. Contudo, sempre pensei que a nossa voz não seria ouvida, porque os mais velhos não valorizam os mais novos!

Quando os alunos participam ativamente na sua sociedade através de projetos, sentem-se mais integrados na comunidade. Pelo menos foi o que aconteceu comigo quando me vi nas ruas da cidade do Barreiro a fazer inquéritos à população... Para o projeto “Nós propomos!”, tive necessidade de questionar pessoas de todas as idades. Numa dessas conversas, deu-se um caso que muito me impressionou... No final de falar com um senhor que aparentava ter alguma idade, ele disse-me que estava muito contente por ver um jovem a preocupar-se com um problema da comunidade. Não é que, afinal, os mais velhos valorizam os mais novos?

Casos como este fazem-me sentir que a minha voz é ouvida, que eu posso, com o meu olhar crítico, detetar problemas da minha comunidade e propor soluções, talvez até inovadoras, porque me terão em consideração!

Através deste acaso do destino, retiro esta conclusão: é bom os jovens participarem em projetos escolares que visem melhorar a sua comunidade, porque pensam “mais à frente” e porque, no seu contacto com os mais velhos, não só adquirem conhecimentos como ensinam que todas as opiniões devem ser valorizadas, provenham elas dos mais crescidos ou dos mais novos.

Miguel Matias 11.ºD

Escola Secundária de Casquilhos - Barreiro

Ausência de wc públicos

No início do ano lectivo 2019/2020, no âmbito da disciplina de Geografia A, foi proposto pelo IGOT-UL, e pela professora Anabela Gonçalves, a realização de um projeto que resolvesse algum problema da nossa cidade. O nosso grupo decidiu resolver o problema da ausência de wc públicos na área urbana de Vila Nova de Gaia, nomeadamente, ao longo do litoral e em áreas mais turísticas.

Este problema na nossa cidade é muito importante, pois com o *boom* do crescimento turístico tem-se um elevado número de visitantes, e a ausência de wc públicos é um problema, pois para além de ser quase escassa a presença destes equipamentos, os que existem têm pouca higiene, algo que também pretendemos resolver.

Pretendemos dirigir-nos à Câmara Municipal de Gaia, mais especificamente aos departamentos: Água de Gaia e GAIURB, para apresentar o nosso plano para, assim, poder ser possível resolvê-lo.

Beatriz Pinto, Beatriz Ramos, Beatriz Vizeu, José Elavai, Maria Reis
Escola Secundária Almeida Garrett, Vila Nova de Gaia

Boas memórias “Nós Propomos!”

É com enorme saudade que recordo o tempo em que frequentei o ensino secundário. Apesar de já terem passado dois anos, as recordações permanecem na minha memória como se tivessem acontecido ontem. De entre todos os bons momentos que vivi sobressai, sem sombra de dúvida, a participação no projeto “Nós Propomos!” O desafio foi-nos apresentado logo no 10º ano pela professora de Geografia Ilda Bicacro. De imediato, na minha cabeça os meus neurónios já percorriam as ruas do meu cérebro em busca de ideias, sítios e tudo o que pudesse estar sujeito a uma proposta de reabilitação e melhoramento.

Para iniciar a nossa participação no concurso, o meu grupo de trabalho debruçou-se sobre um assunto muito atual naquele ano em que começaram a surgir os primeiros refugiados. Assim, o tema que escolhemos para o nosso projeto foi: “Quebrar Barreiras”. Vivemos muitas aventuras para realizar este trabalho! Nada teria sido possível sem a professora Ilda Bicacro que embarcou connosco numa grande aventura! Entrevistámos o Presidente da Câmara da Sertã e a Vereadora Cláudia André, fizemos trabalho de campo, nomeadamente, visitando as obras que estavam a ser feitas numa antiga escola primária para acolher alguns refugiados. O mais aliciante ficou para o fim: a audaciosa professora Ilda, com autorização dos nossos pais, que sempre depositaram nela total confiança, meteu-nos às quatro dentro do seu carro, com destino a Portalegre, rumo ao encontro de alguns refugiados que lá se encontravam acolhidos. Tivemos oportunidade de conhecer de perto vidas muito difíceis contadas na primeira pessoa. Depois foi a vez de serem eles a vir visitar a nossa bela Sertã e, claro, lá estávamos nós para os receber e acompanhar na visita. Esta experiência incrível de contacto e de aprendizagem com outras pessoas de outras partes do mundo e juntamente com as boas energias e palavras de confiança e força da professora Ilda, despertaram em mim a vontade de me expressar de uma maneira diferente. Foi então que concorri ao concurso de desenho com o “Bebé mercadoria”, ao qual me foi atribuído o primeiro lugar e ao concurso de texto com a temática “Explicação para a criação do logotipo” onde ganhei também o primeiro lugar. Fiquei muito feliz ao ver reconhecido mérito ao meu trabalho, reforçou a minha autoestima e a vontade de continuar a empenhar-me neste projeto. Como prémio tive oportunidade de viajar pela primeira vez até Bruxelas onde fui visitar o parlamento europeu muito bem acompanhada por colegas e pela responsável pelo nosso envolvimento neste projeto, a nossa querida professora Ilda. No regresso, parámos em França, mais concretamente em Paris. Aí percorremos algumas das principais artérias da capital e visitámos museus, monumentos e andámos de barco no rio Sena. Foi uma experiência muito enriquecedora! Mas as aventuras ainda não tinham terminado, pois aguardava-nos mais uma paragem em Espanha, onde visitámos, nomeadamente o mural de Guarnica. Voltámos a casa de coração cheio, com vivências inesquecíveis e sentimentos de amizade e cumplicidade aumentados, pois para além de conhecermos melhor os

territórios também tivemos possibilidade de fazer novas amizades e fortificar as já existentes.

Um ano de projeto foi suficiente para nos fazer pensar logo na proposta do ano seguinte.

No 11.º ano o meu grupo de trabalho escolheu como tema “Lê e solta” que consistia num *book crossing* pela Sertã. Numa fase inicial analisámos e identificámos os pontos estratégicos da vila onde faria mais sentido colocar as caixas de livros. Construámos um protótipo da caixa e deslocámo-nos aos sítios programados para definir o local exato. Todo o trabalho foi recompensado uma vez que alcançamos o segundo lugar no pódio nacional. Mais uma vez sentimos que o nosso trabalho era válido, reconhecido e valorizado o que, na verdade, é o melhor prémio que podemos receber!

E chegámos por fim ao 12.º ano, o ano da despedida do projeto. O meu grupo de trabalho fez uma recolha de receitas tradicionais dos concelhos Sertã, Oleiros, Proença-a-nova, Vila de Rei e Pampilhosa e reuniu-as num pequeno livro. Neste ano voltei a concorrer ao concurso de texto com o tema “Nós propomos muito mais (a cantar)” e ao concurso de desenho aos quais me foi atribuído o primeiro lugar. Foi com muito gosto que aceitei o convite para participar no “I congresso Ibero-americano Nós Propomos! Geografia, Educação e Cidadania - 2018”. Visitámos várias cidades do país (Évora, Cascais, Lisboa, Braga, Porto, Coimbra, Fátima) e fiquei a conhecer melhor o meu país num ambiente muito agradável de convívio saudável e comprovei toda a magnificência, grandeza e beleza do nosso bem-amado Portugal. Somos de um tal encanto e deslumbro que me sinto lisonjeada em pertencer a tal país.

Entrei na faculdade no ano letivo seguinte e já me tinha mentalizado de que não voltaria a fazer parte do projeto, mas estava enganada.

Nesse mesmo ano, participei no intercâmbio entre a Escola Profissional EPROSEC, a Escola Secundária da Ribeira Grande e a Escola Secundária da Sertã que decorreu nos Açores, em S. Miguel, em março e depois na Sertã em maio. Foi mais um momento enriquecedor e de grande aprendizagem que o Projeto me proporcionou.

O projeto “Nós Propomos!” teve e tem um impacto muito grande a nível pessoal, intelectual, cultural, social e profissional. Na atualidade sou aluna da Licenciatura em Psicologia na Universidade da Beira Interior e respiro todos os dias consequências positivas do “Nós Propomos!” que influenciam a minha prestação académica. As bases de cidadania que se desenvolveram em mim na exploração dos vários temas e a importância de resolver problemas encontrando soluções que garantam o bem-estar de todos encaixam-se na perfeição nos objetivos do curso que estou a frequentar e na profissão que pretendo exercer no futuro. A socialização e o contacto com diferentes pessoas e ambientes facilitaram a adaptação aos novos desafios da vida universitária. Ajudou-me também a desenvolver a minha capacidade de argumentar e apresentar trabalhos perante um público vasto. Fez com que crescesse muito e criasse uma visão muito mais abrangente e para além dos horizontes. O sucesso que

obtive ao participar neste projeto deve-se em grande parte à magnífica professora de Geografia, Ilda Bicacro, pois sempre acreditou em mim, nas minhas capacidades e puxou por mim, dia após dia, mostrando-me que sou capaz de chegar longe se trabalhar para isso. As suas críticas construtivas e a sua incrível capacidade de orientação foram o leme desta minha aventura. Agradeço também ao professor Sérgio Claudino por incentivar os jovens a serem cidadãos melhores ao tentarem ter uma participação ativa na resolução dos problemas do país. Obrigada por ter criado o projeto que marcou a minha vida!

Segui psicologia por vocação, mas terei sempre a geografia no meu coração!

Rita Mateus, Ex-aluna da Escola Secundária da Sertã

Um projeto no plural

O Projeto “Nós propomos!” é todo ele plural. O facto de terem optado por usar a primeira pessoa do plural neste título pôs-me a pensar que, nos dias atuais, todos temos um comportamento muito individualista, apenas nos esforçamos se nós próprios ganharmos algo com isso. Este projeto em que estou a participar revela-se de extrema importância ao fazer-nos ver que os jovens devem participar ativamente em projetos que visem melhorar a comunidade em que vivem. O “umbiguismo” não está na moda!

Eu estou a falar por experiência própria, pois neste momento estou embrenhado no Projeto “Nós Propomos!”, que tem como objetivo melhorar uma certa área. No meu caso, estou a detetar problemas e a apresentar propostas de resolução para o concelho onde habito, o Barreiro. Com este trabalho, tenho aprendido muito sobre a história e a cultura da minha região. Além disso, estou a aprender a melhorar as minhas capacidades de colaboração, porque estou inserido num grupo de pessoas incríveis, todos estão a tentar evoluir cada vez mais!

O meu grupo está a desenvolver um trabalho de pesquisa sobre uma quinta, a Quinta da Várzea, que parece ter sido abandonada pelo próprio tempo. No início, até achámos que não haveria pessoas interessadas no nosso tema, mas, enquanto fazíamos inquéritos na rua, eu percebi que todos os inquiridos se esforçavam ao máximo para nos tentar ajudar no desenvolvimento deste projeto. Foi aí que eu percebi realmente a importância de tudo aquilo que estávamos a fazer, que não estávamos sozinhos, mas acompanhados de todo um concelho!

Com o “Nós propomos!” eu verifiquei que os jovens devem participar ativamente na comunidade em que estão inseridos, pois dessa forma compreendem melhor aquilo que os rodeia e tornam-se cidadãos mais conscientes e solidários. Com este projeto não sou um mero “eu”, faço parte de um “nós” interessado, ativo e participativo!

Tiago Matos 11.ºD

Escola Secundária de Casquilhos – Barreiro

Nós Propomos em Imagens

Figura 1 - Paisagem da lagoa do Saibro no bairro jardim Santa Juliana que foi estudada pelo grupo do meio ambiente	214
Figura 2- Alunos entrevistando costureira sobre o tema infraestrutura no bairro Manuel Pena	214
Figura 3- Alunos entrevistando comerciante sobre o tema segurança no bairro Campos Elísios	215
Figura 4 -Alunas entrevistando moradora do bairro Manuel Pena sobre as condições da Praça Leopoldo Lima	215
Figura 5- Problematização e discussão dos resultados das entrevistas em sala de aula.....	216
Figura 6- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol	216
Figura 7- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol	217
Figura 8- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol	217
Figura 9 - Ayana Costa, Alexandre Viegas e Edson Marques, da Profitecla/Escola Profissional de Lisboa, estão a desenvolver o projeto “Ribeira Limpa, Cidade Limpa”, em Odivelas, tendo colaborado na limpeza da mesma - é o que designamos de Nós Propomos! Nós Fazemo	218
Figura 10 - Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol.....	218
Figura 11- Na Escola Secundária da Sertã, Artur, Tomás e João entrevistaram o Vereador Rogério Fernandes, da Câmara Municipal!.....	219
Figura 12- Centro Escolar da Meia-Via/Torres Novas, no Nós Propomos! Pequenos Grandes Cidadãos, os meninos do 1º MA estão a realizar um projeto sobre as abelhas - com grande empenho dos pais, para além dos professores, estão a ser construídas asas e antenas de abelhas, que os próprios meninos vão utilizar.	219
Figura 13- "Escutai a arte, escutai o mundo" - 1º Prémio do Concurso de Desenho do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica 2018/2019.	220
Figura 14- A primeira turma da Escola Secundária da Sertã a participar no projecto, coordenada pela Professora Ilda Martinho.....	220
Figura 15 - Aluna em trabalho de campo 2013	221
Figura 16 - Aluna em trabalho de campo 2016	221
Figura 17- Aluna em trabalho de campo UFSSP Brasil 2019	221
Figura 18- Aluna sugere projeto em sessão de trabalho 2019.....	222
Figura 19- Alunas apresentam problemas locais em sessão na escola 2012.....	222
Figura 20- Alunas apresentam projeto em seminário regional 2018	223
Figura 21- Alunas e professor premiados por projeto de jardim vertical Ciudad Real, Espanha.....	223
Figura 22- Alunas e professora de Goiás visitaram a Polícia, num projeto sobre segurança 2020.....	224
Figura 23- Alunas em trabalho de campo 2020	224
Figura 24- Alunas em trabalho de campo UFSSP 2019	225
Figura 25- Alunas entrevistam autarca 2020	225
Figura 26- Alunas entregam portefólio de projetos e presidente da Câmara 2018.....	226

Figura 27- Alunas partilham projeto com autarcas 2021.....	226
Figura 28- Aluno em trabalho de campo 2016.....	227
Figura 29- Aluno entrevista residente UFSSP 2019	227
Figura 30- Aluno intervém em sessão de apresentação de resultados UFSC Brasil 2019	228
Figura 31- Alunos aprendem cartografia automática UFSC Brasil 2016.....	228
Figura 32- Alunos apresentam localmente o seu projeto 2021	229
Figura 33- Alunos apresentam projeto a Assembleia Municipal 2013	229
Figura 34- Alunos apresentam projeto Fortaleza Brasil 2017	230
Figura 35- Alunos apresentam projeto UNESP Brasil 2018.....	230
Figura 36- Alunos apresentam projetos na Sociedade de Geografia de Lisboa 2014	231
Figura 37- Alunos apresentam projetos USP Brasil 2018.....	231
Figura 38- Alunos apresentam propostas Ibitinga USP Brasil 2019.....	232
Figura 39- Alunos apresentam trabalho na horta da Escola UNIOESTE Brasil 2020.....	232
Figura 40- Alunos de escolas distintas partilham projetos 2018.....	233
Figura 41- Alunos dialogam com autarcas 2021.....	233
Figura 42- Alunos em trabalho de campo 2012	234
Figura 43- Alunos em trabalho de campo Minas Gerais Brasil 2019	234
Figura 44- Alunos em trabalho de campo UNICENTRO Brasil 2019	235
Figura 45- Alunos em trabalho na sala de aula 2013.....	235
Figura 46- Alunos entrevistam responsável municipal.....	236
Figura 47- Alunos exibem diplomas de prémios, com professor e autarcas 2021.....	236
Figura 48- Alunos indicam problemas UnBrasília Brasil 2019	237
Figura 49- Alunos num gabinete da Câmara Municipal de Évora Fevereiro 2013	237
Figura 50- Alunos vão à Câmara Municipal 2014	238
Figura 51- Alunos recebem prémio de uma editora com professores e presidente da CMCascais 2015	238
Figura 52- Alunos visitam Câmara Municipal na pandemia 2020	239
Figura 53- Apresentação de projetos na Sociedade de Geografia de Lisboa Mesa 2014.....	240
Figura 54- Apresentação de projetos pelos alunos UNESP Brasil 2019	240
Figura 55- Apresentação do Projeto em conferência internacional 2019	241
Figura 56- Apresentação do Projeto em Miguelturra Espanha 2019	241
Figura 57- Assinatura de protocolo em escola 2014	242
Figura 58- Crachats Nós Propomos! 2018.....	242
Figura 59- Debatendo o Projeto Nós Propomos Jovens Investigadores Geoforo 2020	243
Figura 60- Desenho vencedor concurso nacional em 2018	243
Figura 61- Encontro de Geografia América Latina Participantes Nós Propomos Equador 2019	244
Figura 62- Estágio na Serra da Estrela 2015	244

Figura 63- Apresentação Projeto Nós Propomos! 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia UNICAMP Brasil 2019.....	245
Figura 64- Assinatura de protocolo com Presidente da Junta, Diretora e Professora	245
Figura 65- Dialogando com alunos numa escola 2018	246
Figura 66- Divulgação do Projeto por Câmara Municipal 2014.....	246
Figura 67- Sessão de formação para professores Medellin Colômbia 2020.....	247
Figura 68- Vereadora dialoga com os alunos 2019.....	247
Figura 69- Visita a Escola Nós Propomos! UNIOESTE 2019.....	248
Figura 70- Sessão de formação para professores Medellin Colômbia 2020.....	248
Figura 71- Visita ao Parlamento Europeu Foto de família 2017.....	249
Figura 72- Visita de estudo a Bruxelas-Paris 2015.....	249



Figura 1 - Paisagem da lagoa do Saibro no bairro jardim Santa Juliana que foi estudada pelo grupo do meio ambiente



Figura 2- Alunos entrevistando costureira sobre o tema infraestrutura no bairro Manual Pena



Figura 3- Alunos entrevistando comerciante sobre o tema segurança no bairro Campos Elísios



Figura 4 -Alunas entrevistando moradora do bairro Manuel Pena sobre as condições da praça Leopoldo Lima



Figura 5- Problematização e discussão dos resultados das entrevistas em sala de aula



Figura 6- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol



Figura 7- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol



Figura 8- Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol



Figura 9 - Ayana Costa, Alexandre Viegas e Edson Marques, da Profitecla/Escola Profissional de Lisboa, estão a desenvolver o projeto “Ribeira Limpa, Cidade Limpa”, em Odivelas, tendo colaborado na limpeza da mesma - é o que designamos de Nós Propomos! Nós Fazemo



Figura 10 - Primer día de trabajo en el Aula de la Naturaleza del Portitxol



Figura 12- Na Escola Secundária da Sertã, Artur, Tomás e João entrevistaram o Vereador Rogério Fernandes, da Câmara Municipal!



Figura 11- Centro Escolar da Meia-Via/Torres Novas, no Nós Propomos! Pequenos Grandes Cidadãos, os meninos do 1º MA estão a realizar um projeto sobre as abelhas - com grande empenho dos pais, para além dos professores, estão a ser construídas asas e antenas de abelhas, que os próprios meninos vão utilizar.



Figura 13- "Escutai a arte, escutai o mundo" - 1º Prémio do Concurso de Desenho do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica 2018/2019.

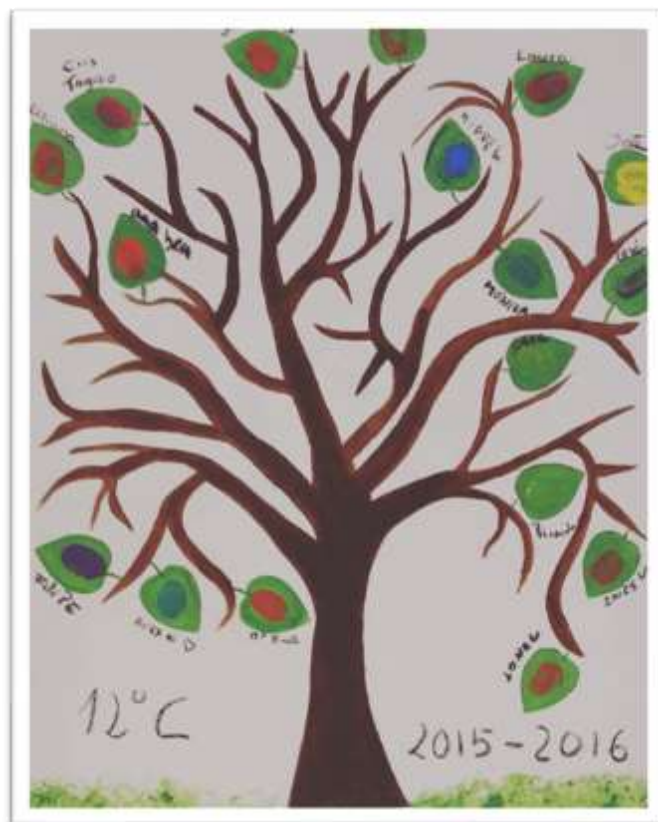


Figura 14- A primeira turma da Escola Secundária da Sertã a participar no projecto, coordenada pela Professora Ilda Martinho



Figura 15 - Aluna em trabalho de campo 2013



Figura 16 - Aluna em trabalho de campo 2016



Figura 17- Aluna em trabalho de campo UFSSP Brasil 2019



Figura 18- Aluna sugere projeto em sessão de trabalho 2019



Figura 19- Alunas apresentam problemas locais em sessão na escola 2012



Figura 20- Alunas apresentam projeto em seminário regional 2018



Figura 21- Alunas e professor premiados por projeto de jardim vertical Ciudad Real, Espanha



Figura 22- Alunas e professora de Goiás visitaram a Polícia, num projeto sobre segurança 2020



Figura 23- Alunas em trabalho de campo 2020



Figura 24- Alunas em trabalho de campo UFSSP 2019



Figura 25- Alunas entrevistam autarca 2020



Figura 26- Alunas entregam portefólio de projetos e presidente da Câmara 2018



Figura 27- Alunas partilham projeto com autarcas 2021



Figura 28- Aluno em trabalho de campo 2016



Figura 29- Aluno entrevista residente UFSSP 2019



Figura 30- Aluno intervém em sessão de apresentação de resultados UFSC Brasil 2019



Figura 31- Alunos aprendem cartografia automática UFSC Brasil 2016



Figura 32- Alunos apresentam localmente o seu projeto 2021



Figura 33- Alunos apresentam projeto a Assembleia Municipal 2013



Figura 34- Alunos apresentam projeto Fortaleza Brasil 2017



Figura 35- Alunos apresentam projeto UNESP Brasil 2018



Figura 36- Alunos apresentam projetos na Sociedade de Geografia de Lisboa 2014



Figura 37- Alunos apresentam projetos USP Brasil 2018



Figura 38- Alunos apresentam propostas Ibitinga USP Brasil 2019

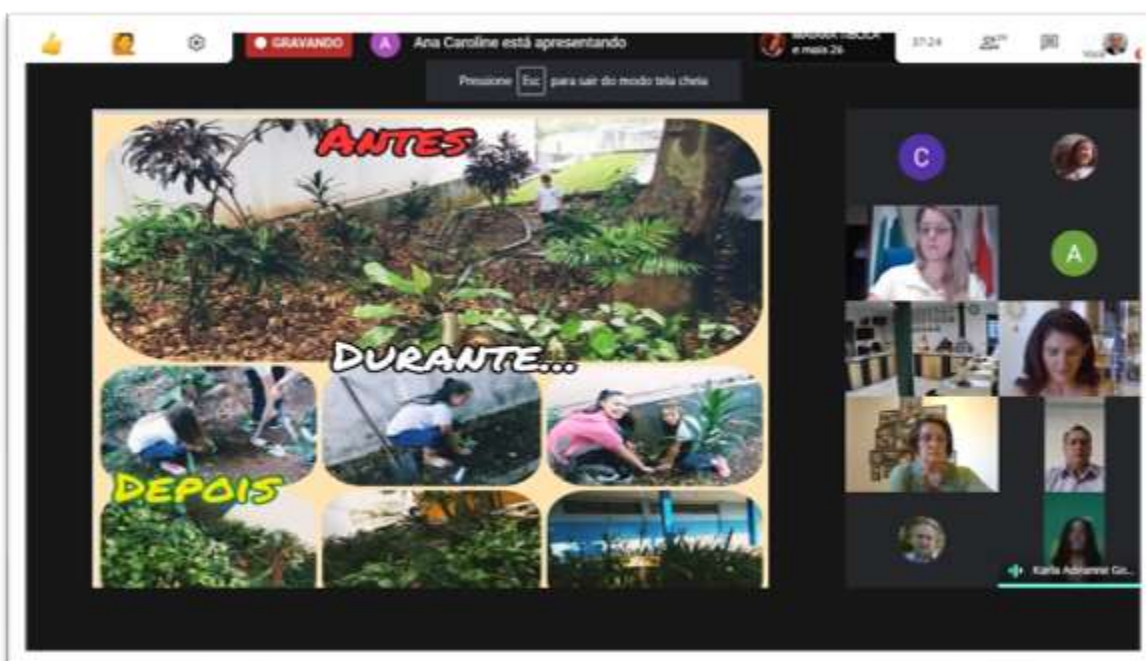


Figura 39- Alunos apresentam trabalho na horta da Escola UNIOESTE Brasil 2020



Figura 40- Alunos de escolas distintas partilham projetos 2018



Figura 41- Alunos dialogam com autarcas 2021



Figura 42- Alunos em trabalho de campo 2012



Figura 43- Alunos em trabalho de campo Minas Gerais Brasil 2019



Figura 44- Alunos em trabalho de campo UNICENTRO Brasil 2019



Figura 45- Alunos em trabalho na sala de aula 2013



Figura 46- Alunos entrevistam responsável municipal



Figura 47- Alunos exibem diplomas de prémios, com professor e autarcas 2021



Figura 48- Alunos indicam problemas UnBrasília Brasil 2019



Figura 49- Alunos num gabinete da Câmara Municipal de Évora Fevereiro 2013



Figura 50- Alunos vão à Câmara Municipal 2014



Figura 51- Alunos recebem prémio de uma editora 13 de maio com professores e presidente da CMCascais 2015



Figura 52- Alunos visitam Câmara Municipal na pandemia 2020



Figura 53- Apresentação de projetos na Sociedade de Geografia de Lisboa Mesa 2014



Figura 54- Apresentação de projetos pelos alunos UNESP Brasil 2019



Figura 55- Apresentação do Projeto em conferência internacional 2019



Figura 56- Apresentação do Projeto em Miguelturra Espanha 2019



Figura 57- Assinatura de protocolo em escola 2014



Figura 58- Crachats Nós Propomos! 2018

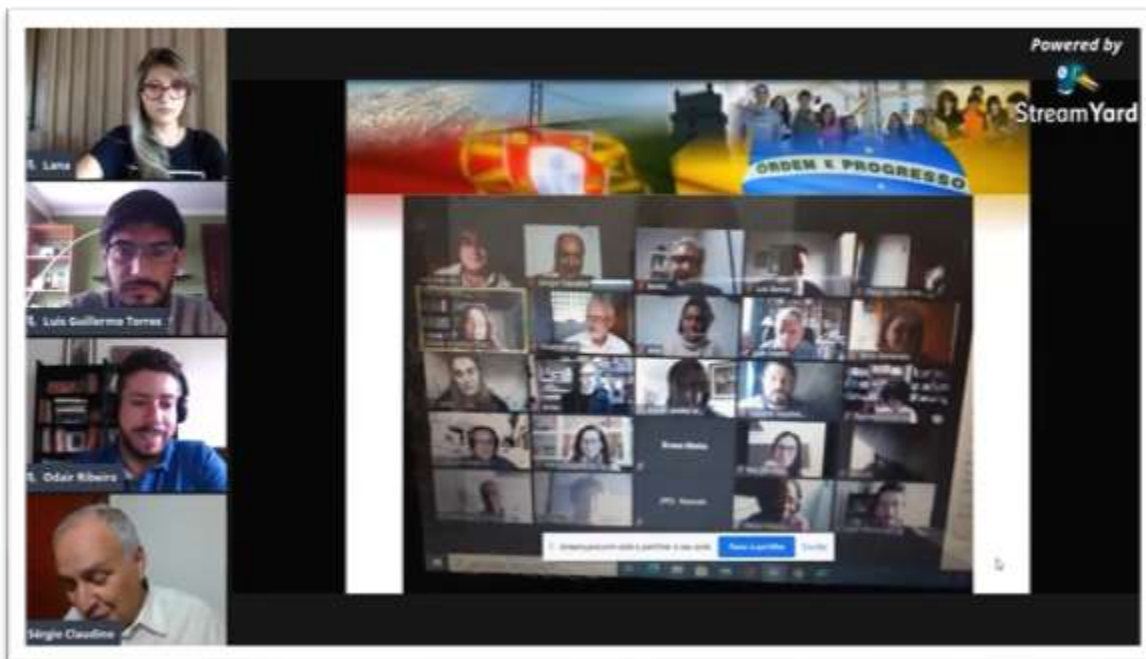


Figura 59- Debatendo o Projeto Nós Propomos Jovens Investigadores Geoforo 2020

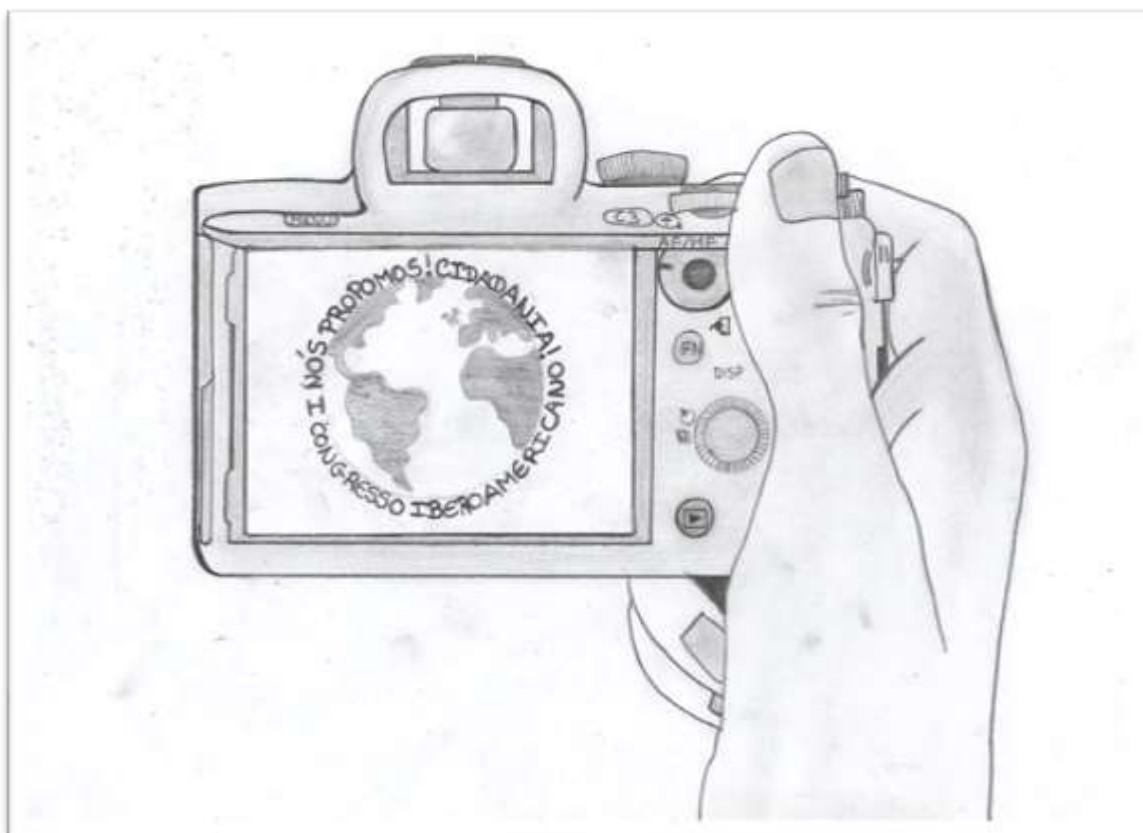


Figura 60- Desenho vencedor concurso nacional em 2018



Figura 61- Encontro de Geografia América Latina Participantes Nós Propomos Equador 2019



Figura 62- Estágio na Serra da Estrela 2015



Figura 63- Apresentação Projeto Nós Propomos! 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia UNICAMP Brasil 2019



Figura 64- Assinatura de protocolo com Presidente da Junta, Diretora e Professora



Figura 65- Dialogando com alunos numa escola 2018



Figura 66- Divulgação do Projeto por Câmara Municipal 2014



Figura 67- Sessão de formação para professores Medellin Colômbia 2020



Figura 68- Vereadora dialoga com os alunos 2019



Figura 69- Visita a Escola Nós Propomos! UNIOESTE 2019



Figura 70- Sessão de formação para professores Medellín Colômbia 2020



Figura 71- Visita ao Parlamento Europeu Foto de família 2017



Figura 72- Visita de estudo a Bruxelas-Paris 2015

